AMM

Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 1008 - Quinta-Feira 08 de Julho de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Álto Garças

AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº. 038/2010

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 020/2010

O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, designado pela Portaria nº 026/2010, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE 10 MICROCOMPUTADORES, 10 IMPRESSORAS E 10 NO-BREAKS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** A Comissão decide declarar vencedora a empresa BERIGO E BERIGO LTDA, CNPJ: 05.009.647/0001-06, perfazendo o valor total de R$ 26.800,00 (Vinte e seis mil e oitocentos reais),conforme Edital do Processo.

Alto Garças – MT, 05 de julho de 2010.

NELSON LUDWIG
PRESIDENTE CPL

EDITAL Nº 04/2010/GP/SOF
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento à legislação pertinente em vigor,

FAZ SABER a quem interessar possa, **QUE** será realizada Audiências Públicas para a elaboração/atualização do seguinte instrumento de planejamento de que trata o art. 165 da Constituição da República – Lei Orçamentária Anual – LOA/2011, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde – Auditório, como segue:

DIA: 27/07/2010 – TERÇA FEIRA – HORÁRIO: 14:00h

Alto Garças, 08 de julho de 2010.

Roland Trentini
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Apiacás

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 004/2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE, PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº. 010/2008.

C O N V O C A

Os abaixo relacionadas, aprovados no Concurso Público Municipal realizado no dia 23 de Maio de 2010, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal de Apiacás, no horário de 7h às 12h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação: **1**- Diploma do Curso relativo ao cargo (original e 02 cópias); **2** – Certidão negativa da justiça (cível e criminal); **3** – 02 fotos 3x4 recentes; **4** – Título eleitoral (original e 02 cópias); **5** – Certidão de nascimento ou casamento (original e 02 cópias); **6** – Certidão de nascimento dos filhos (original e 02 cópias); **7** – Certificado de reservista (original e 02 cópias) – se masculino; **8** – CPF e RG (original e 02 cópias; **9** – PIS ou PASEP (original e 02 cópias); **10** – Declaração de que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; **11** – Comprovação de que está quite com as obrigações eleitorais.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO / SEC. DE SAÚDE
Classificação:
Inscrição: 105. Nome: GISMAIRE CORREIA DE SOUSA
1º- Classificado
GABINETE DO PREFEITO
Em 07 de Junho de 2010.

SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 045/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2010
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, torna público para conhecimento de interessados, que, com base Decreto Municipal n º 0156/2008 e 0564/2010, na Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal no 8.666/93 e alterações posteriores, encontra-se aberta Licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, Sistema de Ata de Registro de Preço do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para, Futura e eventual aquisição de filtros para Veículos e óleos Lubrificantes Para atender o Município de Apiacás/MT. Abertura no dia 22/07/2010, às 08:00 horas, Avenida Brasil nº 1059, Bairro Bom Jesus Apiacás -MT.Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado, no horário de 07:00 ás 12:00 ou pelo telefone (66) 3593-1344 –RAMAL 225.

Sebastião Silva Trindade
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2010
PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2010 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Licitatório Nº 037 /2010

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **SEBASTIÃO SILVA TRINDADE** - Prefeito Municipal, portador do CPF n º 129.376.225-34, e do RG n º 0769208-0 SSP/MT**.,** residente à rua das Orquídeas n° 104, Bairro Primavera, Apiacás –MT denominado simplesmente **CONTRATANTE**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s): Empresa SULMEDI –COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.536.010/0001-64 , com sede Rua Gotardo Mazzarolo nº 330, Centro , Barão de Cotegipe RS. CEP-99.740-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato, pelo Sr. Dalci Felipetto, brasileiro, portador do CPF nº 307.886.250-04 e do RG nº 4012778876 SSP/RS, Empresa: DENTAL CENTRO OESTE LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 36.900.926/0001-80 , com sede Rua Professor João Félix nº 635, Bairro Baú, Cuiabá –MT., CEP-78.008-135, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato, pelo Sr. Fabio Spada, brasileiro, portador do CPF nº 694.859.251-15 e do RG nº 1048611-9 SSP/MT, Empresa: MAXDENTAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.522.256/0001-08, com sede Tv. Nossa Senhora dos Operários nº 85, Lote 02, Bairro Dom Aquino, Cuiabá – MT., CEP-78.015-255, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato, pela Sra. Rosana Aparecida Antonio, brasileira, portadora do CPF nº 792.808.549-68 e do RG nº 4.209.463-3 SSP/PR, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 028/2010 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS, com entrega parcelada para atender as necessidades do município de Apiacás**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 028/2010.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

			EMPRESA - SULMEDI COMERCIO DE PREDUTOS HOSPITALARES LTDA		
			CNPJ- 92.536.010/0001-64		
			Lote 01 - COMPRIMIDOS		
Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	50	Cx	Aas 100 mg c/1000 comp.	R$ 8,00	R$ 400,00
2	30	Cx	Aas 500mg c/500 comp.	R$ 15,00	R$ 450,00
3	10	Cx	Acido fólico 5mg c/500 comp.	R$ 15,00	R$ 150,00
4	15	Cx	Albendazol 400 mg. C/500 comp.	R$ 45,00	R$ 675,00
5	4	Cx	Aldacotone 25mg c/100	R$ 12,00	R$ 48,00
6	4	Cx	Amiodarona 200mg c/100	R$ 10,00	R$ 40,00
7	20	Cx	Ampicilina 500 mg c/500 comp.	R$ 60,00	R$ 1.200,00
8	1	Cx	Anlodipino 5mg/comp c/ 500 comp.	R$ 15,00	R$ 15,00
9	3	Cx	Atenolol 50mg comp c/500	R$ 10,00	R$ 30,00
10	1.000	Und	Azitromicina 500mg comp.	R$ 0,30	R$ 300,00
11	2	Cx	Baclofeno 10mg c/500 comp.	R$ 50,00	R$ 100,00
12	15	Cx	Buscopan composto 10mg comp. C/500	R$ 60,00	R$ 900,00
13	10	Cx	Cetoconazol 200mg comp. C/500	R$ 45,00	R$ 450,00
14	3	Cx	Cinarizina 25mg c/ 100 comp.	R$ 3,00	R$ 9,00
15	6	Cx	Clorafenicol 500mg c/500 comp.	R$ 200,00	R$ 1.200,00
16	70	Cx	Diclofenaco potássico 50mg c/500 comp.	R$ 6,50	R$ 455,00
17	8	Cx	Doxiciclina 100mg comp. C/500 comp.	R$ 50,00	R$ 400,00
18	60	Cx	Enalapril 20 mg comp. C/500	R$ 15,00	R$ 900,00
19	10	Cx	Eritromicina 500mg c/ 100 comp.	R$ 20,00	R$ 200,00
20	60	Cx	Fenergam 25 mg comp. C/500	R$ 18,00	R$ 1.080,00
21	10	Cx	Fluconazol 150mg c/ 500 comp.	R$ 75,00	R$ 750,00
22	20	Cx	Ibuprofeno 300mg c/500 comp.	R$ 16,00	R$ 320,00
23	5	cx	ibuprofeno 200 mg cx30	R$ 4,75	R$ 23,75
24	10	Cx	Ibuprofeno 600mg c/500 comp	R$ 35,00	R$ 350,00
25	30	Cx	Isossorbida 5mg comp. C/20	R$ 0,60	R$ 18,00
26	300	Und	Ivermectina 6mg com	R$ 0,47	R$ 141,00
27	50	Cx	Metformina 850mg comp. C/500	R$ 14,00	R$ 700,00
28	15	Cx	Nifidipina 10mg comp. C/ 500	R$ 9,90	R$ 148,50
29	2	Cx	Nemodipino 30mg/comp c/500 comp.	R$ 20,00	R$ 40,00
30	20	Cx	Omeprazol 20mg c/500	R$ 25,00	R$ 500,00
31	50	Cx	Paracetamol 500mg c/500 comp.	R$ 14,00	R$ 700,00
32	10	Cx	Paracetamol 750mg c/500 comp	R$ 24,50	R$ 245,00
33	10	Cx	Prednisona 20 mg comp. C/500	R$ 20,00	R$ 200,00
34	2	Cx	Prednisona 5mg c/ 500 comp.	R$ 15,00	R$ 30,00
35	10	Cx	Ranitidina 150 mg c/ 500 comp.	R$ 23,50	R$ 235,00
36	3	Cx	Salbutamol 2mg c/500 comp	R$ 9,95	R$ 29,85
37	1	Cx	Sinvastatina 40mg c/500 comp.	R$ 43,00	R$ 43,00
38	30	Cx	Sulfato ferroso 109mg c/ 500 comp.	R$ 12,90	R$ 387,00
39	300	Und	Tiabendazol 500mg comp.	R$ 0,41	R$ 123,00
				Total	R$ 13.986,10
			Lote 3 - INJETÁVEIS 1		
Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	5	Cx	Adenosina 3mg/ml c/ 2amp- 2ml	R$ 42,00	R$ 210,00
2	5	Cx	Adrenalina 1gr/1000 ml c/100 amp.	R$ 40,00	R$ 200,00
3	60	Cx	Agua destilada 10 ml c/200	R$ 22,00	R$ 1.320,00
4	30	Cx	Agua destilada 1000 ml c/12	R$ 34,50	R$ 1.035,00
5	30	Cx	Amicacina inj. 250 mg/ml 2 ml c/100	R$ 80,00	R$ 2.400,00
6	20	Cx	Aminofilina 24mg/ml inj. C/100	R$ 42,00	R$ 840,00
7	70	Cx	Ampicilina inj. 1000mg c/100 frasco-ampola	R$ 90,00	R$ 6.300,00
8	5	Cx	Ancoron 50mg/ml c/100 amp de 3ml.	R$ 85,00	R$ 425,00
9	10	Cx	Atropina 0,25mg injetavel c/ 100	R$ 40,00	R$ 400,00
10	8	Cx	Benzilpenicilina potassica 5.000,000ui inj. C/50 im/ev	R$ 70,00	R$ 560,00
11	5	Cx	Bicarbonato de sodio 8,4% 10ml c/100 frascos	R$ 40,00	R$ 200,00
12	30	Cx	Buscopam composto 20mg/5ml + 2,5g/5 com 100 amp.	R$ 60,00	R$ 1.800,00
13	20	Cx	Buscopam simples inj. 20mg/1ml c/100	R$ 55,00	R$ 1.100,00
14	40	Cx	Ceftriaxona 1g ev. C/50	R$ 65,00	R$ 2.600,00
15	60	Cx	Ceftriaxona 500/mg c/50	R$ 65,00	R$ 3.900,00
16	4	Cx	Celidamide 0,2 mg. 2ml inj. C/50	R$ 70,00	R$ 280,00
17	40	Cx	Cimetidina 150 mg/ml iv e im c/120	R$ 36,00	R$ 1.440,00
18	30	Cx	Clorafenicol 1g inj. C/100 frasco-ampola	R$ 120,00	R$ 3.600,00
19	5	Cx	Cloreto de potassio 19,1% 10ml c/200	R$ 40,00	R$ 200,00
20	5	Cx	Cloreto de sodio 20% 10 ml c/200	R$ 40,00	R$ 200,00
21	20	Cx	Complexo b - 2 ml injetavel c/100 amp.	R$ 60,00	R$ 1.200,00
22	20	Cx	Dexametasona 4mg/ml 2,5ml c/100 amp. Iv e im	R$ 45,00	R$ 900,00
23	50	Cx	Diclofenaco sodico 25mg/ml 3ml c/100	R$ 23,00	R$ 1.150,00
24	60	Cx	Dipirona inj. 500mg/ml 2ml c/100 amp.	R$ 28,00	R$ 1.680,00
25	2	Cx	Dobutamina 250mg frasco 20ml c/20	R$ 37,00	R$ 74,00
26	100	Cx	Efortil 10 mg/ml 1ml c/06 inj.	R$ 6,93	R$ 693,00
27	5	Cx	Ergotrat 0,2 mg 1ml inj. C/ 100 amp.	R$ 150,00	R$ 750,00
28	10	Cx	Furosemida 20mg/2ml inj. C/ 100 amp.	R$ 30,00	R$ 300,00
29	10	Cx	Gentamicina 20mg/ml c/100	R$ 35,00	R$ 350,00
30	30	Cx	Gentamicina 80mg/2ml c/100	R$ 35,00	R$ 1.050,00
31	30	Cx	Glicose 50% 10ml c/100	R$ 17,00	R$ 510,00
32	1	Cx	Gluconato de calcio 100mg/ml 10ml inj. C/ 100 amp.	R$ 108,00	R$ 108,00
33	10	Und	Hemitartarato de norepinefrina 8ml/4ml	R$ 1,95	R$ 19,50
34	5	Cx	Heparina 5000ui/0,25 ml inj. C/25	R$ 152,00	R$ 760,00
35	10	Cx	Hidrocortizona 500mg inj. C/100	R$ 214,00	R$ 2.140,00
36	20	Cx	Inibina 5mg/2ml inj. C/25	R$ 200,00	R$ 4.000,00
37	5	Cx	Kanakion 10 mg/ml 1 ml c/50 im	R$ 36,00	R$ 180,00
38	3	Cx	Ketamin 50 mg/1ml injetavel c/ 5 frascos-amp. C/ 10 ml	R$ 231,00	R$ 693,00
39	60	Cx	Lidocaina anestésica 2% 20mg/20ml s/vaso const. C/25	R$ 36,00	R$ 2.160,00
40	8	Cx	Lisador 750 mg de dipirona+ 25 mg de adifenina + 25mg de cloridrato de prometazina 2ml c/100	R$ 124,00	R$ 992,00
41	4	Cx	Metronidazol inj 100ml 0,5% c/80	R$ 320,00	R$ 1.280,00
42	1	Cx	Naloxona inj. 0,4mg/1ml c/10	R$ 97,30	R$ 97,30
43	5	Cx	Neocaina 0,5% pesada + glicose 8% c/40	R$ 258,85	R$ 1.294,25
44	2	Cx	Noradrenalina amp 2mg inj cx 10 x 4ml	R$ 19,30	R$ 38,60
45	30	Cx	Ocitocina 5ui 1 ml c/50 ev/im	R$ 60,00	R$ 1.800,00
46	40	Cx	Oxacilina inj. 500mg c/50	R$ 48,70	R$ 1.948,00
47	15	Amp.	Piportil inj. 100/mg/4ml l4	R$ 44,70	R$ 670,50
48	10	Cx	Plasil inj. 5mg/ml 2ml c/ 100	R$ 21,00	R$ 210,00
49	1	Cx	Prostigmine 0,5mg 1ml inj. C/100 amp.	R$ 127,00	R$ 127,00
50	1	Cx	Sulfato de magnésio 1 meg/ML 10ML C/100	R$ 71,50	R$ 71,50
51	10	Cx	Sulfato de terbutalina 0,5mg/ml c/ 50 amp.	R$ 89,30	R$ 893,00
52	1	Cx	Tartarato de metoprolol 1mg/ml inj c/ 5amp- 5ml	R$ 100,00	R$ 100,00
53	2	Cx	Tenoxicam inj. 20mg c/50	R$ 205,00	R$ 410,00
54	10	Cx	Vitamina c 100 mg/ml 5ml c/100	R$ 65,00	R$ 650,00
				TOTAL	R$ 58.309,65
			Lote 4 - CONTROLADOS		
Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	18	Cx	Neozine 100mg c/200 comp.	R$ 66,00	R$ 1.188,00
2	3	Cx	Dopamina 50mg/20ml c/10 amp.	R$ 10,00	R$ 30,00
3	10	Cx	Fenergan 25mg/ml 2 ml inj. C/50	R$ 71,50	R$ 715,00
4	1	Cx	Nitroprusseto de Sódio Diidratado inj. 50mg/amp. C/10	R$ 357,00	R$ 357,00
5	5	Cx	Sulfato de morfina 0,1mg/ml inj c/ 50amp- 1ml	R$ 102,00	R$ 510,00
6	2	Cx	Acido valpróico 500mg c/ 500 comp	R$ 260,00	R$ 520,00
7	20	Cx	Akineton 2 mg c/ 75 comp.	R$ 4,50	R$ 90,00
8	30	Cx	Amplictil 100 mg comp. C/100	R$ 11,00	R$ 330,00
9	20	Und	Amplictil 40 mg/ml 4% gts 20ml	R$ 3,50	R$ 70,00
10	10	Cx	Amplictil 5mg/ml 5ml inj. C/50	R$ 52,00	R$ 520,00
11	25	Frascos	Asmofem xarope 0,2 mg/ml	R$ 12,72	R$ 318,00
12	4	Cx	Carbonato de litio 300mg c/200 comp	R$ 18,00	R$ 72,00
13	2	Cx	Carbonato de litio 450mg c/200 comp.	R$ 226,00	R$ 452,00
14	120	Cx	Cloridrato de amitriptilina comp. 25 mg c/100	R$ 2,30	R$ 276,00

15	5	Cx	Cloridrato de tramadol 50 mg comp c/100	R$ 6,00	R$ 30,00
16	10	Und	Colírio anestesico 10/ml cloridrato de tetracaína 1% cloridrato de fenilefrina 0,1%	R$ 7,19	R$ 71,90
17	2	Und	Depakene 250mg/5ml 100 ml suspensão	R$ 2,50	R$ 5,00
18	15	Cx	Diazepam 5mg/2ml inj. C/50amp.	R$ 25,00	R$ 375,00
19	3	Cx	Divalproato de sódio 500mg c/ 200 comp.	R$ 222,00	R$ 666,00
20	20	Cx	Dolosal 50mg/2ml inj c/ 25amp.	R$ 27,00	R$ 540,00
21	5	Cx	Dormium 05mg/5ml inj. C/5	R$ 4,30	R$ 21,50
22	15	Cx	Fenitoína 100mg comp/500	R$ 25,00	R$ 375,00
23	3	Cx	Fenobarbital 200mg inj. C/50 amp.	R$ 69,00	R$ 207,00
24	1	Cx	Fenobarbital 200mg inj. C/50 amp.	R$ 69,00	R$ 69,00
25	1	Cx	Fentanil 78,5mcg 10ml c/10	R$ 27,00	R$ 27,00
26	1	Cx	Flumazenil inj. 0,5mg/5ml c/5	R$ 190,00	R$ 190,00
27	20	Cx	Fluoxetina 20mg c/100	R$ 4,20	R$ 84,00
28	5	Cx	Haloperidol 5mg/2ml inj. C/50	R$ 25,00	R$ 125,00
29	1	Cx	Limbitrol (clordiazepóxido 5mg + cloridrato de amitripitilina) c/30	R$ 7,92	R$ 7,92
30	1	Cx	Neozine comp. 100mg c/200	R$ 70,00	R$ 70,00
31	10	Cx	Orap 1mg c/ 200 comp.	R$ 8,78	R$ 87,80
32	10	Cx	Resperidona 2mg c/ 500	R$ 48,00	R$ 480,00
33	5	Cx	Rivotril 0,5 mg c/ 500 comp.	R$ 20,00	R$ 100,00
34	15	Cx	Rivotril 2 mg c/ 500 comp.	R$ 20,00	R$ 300,00
35	5	Und	Sulfato de morfina 0,2mg/ml 1ml	R$ 3,43	R$ 17,15
36	2	Cx	Tofranil 10mg c/200 comp	R$ 20,00	R$ 40,00
37	20	Cx	Tofranil 25mg c/200 comp	R$ 6,60	R$ 132,00
38	10	Frasc	Tryleptal 6% xpe 2ml	R$ 31,00	R$ 310,00
39	1	Cx	Ultracet (cloridrato de tramadol 37,5mg + paracetamol 325,0mg) c/30	R$ 99,90	R$ 99,90
40	10	Cx	Valtrian 50mg/comp. C/ 60 comp	R$ 48,60	R$ 486,00
				TOTAL	R$ 10.365,17

Lote 5 – COLÍRIOS

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	15	fcs	Argirol colírio 10% 5 ml	R$ 8,28	R$ 124,20
2	1	fcs	Cloridrato de dorzolamida colírio 10mg/ml 5ml	R$ 27,00	R$ 27,00
3	1	fcs	Sulfato de atropina 1%	R$ 7,40	R$ 7,40
4	1	fcs	Timoptol colírio 0,5% 5ml	R$ 1,65	R$ 1,65
				TOTAL	R$ 160,25

Lote 6 – MEDICAMENTOS 2

	Quan	Uni	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	100	Frasc.	Atrovent gts 0,025% c/20 ml	R$ 0,64	R$ 64,00
2	60	Frasc	Berotec gts 5mg/ml 20ml	R$ 1,60	R$ 96,00
3	1	Und	Buscopam composto 20ml	R$ 1,68	R$ 1,68
4	12	Cx	Dimeticona gts 75 mg/ml c/100	R$ 53,00	R$ 636,00
6	6	Cx	Alemia 400mg (refil) c/60	R$ 80,00	R$ 480,00
7	1	Cx	Spiriva 18 mcg cápsula (refil) c/30	R$ 349,00	R$ 349,00
				TOTAL	R$ 1.626,68

Lote 7- POMADAS/GEL

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	60	Und	Lubrificante íntimo não gorduroso, hipoalergênico 70mg uso interno	R$ 18,00	R$ 1.080,00
2	10	Und	Eptizam 10.000 ui 13,5g pomada	R$ 9,77	R$ 97,70
3	10	Tb	Fibrase pomada	R$ 5,00	R$ 50,00
4	5	Und	Gel para ecg c/5 lt	R$ 20,00	R$ 100,00
5	15	Und	Lidocaina gel 2% com 30g	R$ 1,72	R$ 25,80
6	5	Und	Nitrofurasona 500g pomada	R$ 4,72	R$ 23,60
7	5	tb	Tinidazol creme vaginal 80gr	R$ 24,45	R$ 122,25
8	5	Cx	Permetrina 5% 50mg/ml c/50	R$ 155,00	R$ 775,00
				TOTAL	R$ 2.274,35

Lote 8 – MEDICAMENTOS 3 - SUSPENSÃO

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	40	Cx	Ampicilina 250mg/ 5 ml suspensão c/50	R$ 70,00	R$ 2.800,00
2	10	Cx	Albendazol 40 mg 10 ml suspensão c/100	R$ 56,00	R$ 560,00
3	10	Cx	Benzoato de benzila 200 mg 100ml c/50	R$ 51,50	R$ 515,00
4	40	Cx	Iodeto de potassio 2% 100ml c/50	R$ 50,00	R$ 2.000,00
5	10	Cx	Eritromicina 250mg susp. 2,5% 60ml c/50	R$ 97,00	R$ 970,00
6	5	Cx	Tiabendazol 250mg/ 60 ml susp. C/50	R$ 150,00	R$ 750,00
				TOTAL	R$ 7.595,00

Lote 9 – MATERIAIS 1

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	6	Cx	Abocate nº. 18 c/100	R$ 50,00	R$ 300,00
2	6	Cx	Abocate nº. 20 c/100	R$ 50,00	R$ 300,00
3	15	Cx	Abocate nº. 22 c/100	R$ 50,00	R$ 750,00
4	12	Cx	Abocate nº. 24 c/100	R$ 50,00	R$ 600,00
5	200	Cx	Agulha 13 x 4,5 c/ 100 un	R$ 4,00	R$ 800,00
6	300	Cx	Agulha 25 x 0.7 c/ 100 un	R$ 4,00	R$ 1.200,00
7	300	Cx	Agulha 25 x 0.8 c/ 100 un	R$ 4,00	R$ 1.200,00
8	20	Cx	Agulha 26x0.6 c/100	R$ 6,00	R$ 120,00
9	5	Cx	Agulha 40x12 c/100	R$ 5,00	R$ 25,00
10	150	Pcte	Atadura crepe 10 cm c/12 13 fios 4,5 metros esticada	R$ 6,14	R$ 921,00
11	150	Pcte	Atadura crepe 12 cm c/12 13 fios 4,5 metros esticda	R$ 7,36	R$ 1.104,00
12	150	Pcte	Atadura crepe 15 cm c/12 13 fios 4,5 metros esticada	R$ 9,20	R$ 1.380,00
13	80	Pcte	Atadura crepe 20 cm c/12 13 fios 4,5 metros esticada	R$ 12,30	R$ 984,00
14	30	Pcte	Atadura gessada rápida 10 cm x 3m c/20	R$ 23,35	R$ 700,50
15	60	Pcte	Atadura gessada rápida 15 cm x 3m c/20	R$ 28,30	R$ 1.698,00
16	60	Pcte	Atadura gessada rápida 20 cm x 3m c/20	R$ 50,00	R$ 3.000,00
17	2.500	Und	Equipo macro gotas com injetor lateral, entrada de ar e filtro	R$ 0,47	R$ 1.175,00
18	1.500	Und	Equipo micro gotas com injetor lateral, entrada de ar e filtro	R$ 0,70	R$ 1.050,00
19	150	Und	Especulo descartável g	R$ 0,80	R$ 120,00
20	600	Und	Especulo descartável m	R$ 0,80	R$ 480,00
21	300	Und	Especulo descartável p	R$ 0,71	R$ 213,00
22	50	Pcte	Gaze 7,5/7,5 13 FIOS PACOTE 500 UNIDADES	R$ 10,86	R$ 543,00
23	100	Rl	Gaze tipo queijo hidrofilica 8 camadas 3 dobras 13 fios c/cm² 91cmx91m	R$ 28,00	R$ 2.800,00
24	2	Cx	Scalp – nº.19 c/100	R$ 14,00	R$ 28,00
25	2	Cx	Scalp – nº.21 c/100	R$ 14,00	R$ 28,00
26	60	Cx	Scalp – nº.23 c/100	R$ 14,00	R$ 840,00
27	40	Cx	Scalp – nº.25 c/100	R$ 14,00	R$ 560,00
28	40	Cx	Scalp – nº.27 c/100	R$ 14,00	R$ 560,00
29	100	Cx	Seringa 1 ml c/ agulha c/100	R$ 16,00	R$ 1.600,00
30	200	Cx	Seringa 10 ml c/agulha c/ canhão s/ rosca c/100	R$ 30,00	R$ 6.000,00
31	150	Cx	Seringa 20 ml c/ agulha c/50	R$ 24,35	R$ 3.652,50
32	150	Cx	Seringa 3 ml c/ agulha c/100	R$ 24,00	R$ 3.600,00
33	100	Cx	Seringa 5 ml c/ agulha sem rosca c/100	R$ 26,60	R$ 2.660,00
				TOTAL	R$ 40.992,00

Lote 10 – MATERIAIS 2

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	50	Cx	Abaixador de lingua (madeira) c/ 100	R$ 1,98	R$ 99,00
2	3	Cx	Agua oxigenada 10v – 1l c/12	R$ 30,00	R$ 90,00
3	10	Cx	Álcool 70% 1000ml c/12	R$ 37,42	R$ 374,20
4	1	Und	Álcool iodado 1% 1000ml c/12	R$ 60,00	R$ 60,00
5	100	Pcte	Algodão hidrofilo 500 mg	R$ 6,07	R$ 607,00
6	300	Pcte	Algodão ortopedico 15cm c/12	R$ 4,00	R$ 1.200,00
7	250	Pcte	Algodão otopedico 10cm c/12	R$ 2,30	R$ 575,00
8	250	Pcte	Algodão otopedico 20cm c/12	R$ 4,00	R$ 1.000,00
9	30	Und	Almotolia grande	R$ 1,90	R$ 57,00
10	30	Und	Almotolia média	R$ 1,90	R$ 57,00
11	5	Und	Almotolia pequena	R$ 1,90	R$ 9,50
12	2	Und	Benjoim 1000ml	R$ 8,00	R$ 16,00
13	10	Und	Bolsa coletora sangue dupla 500ml	R$ 21,00	R$ 210,00
14	3	Und	Bolsa de agua fria	R$ 20,00	R$ 60,00
15	3	Und	Bolsa de agua quente	R$ 20,00	R$ 60,00
16	1	Pcte	Carvão ativado pó c/1000gr	R$ 100,00	R$ 100,00
17	1000	Und	Cateter nasal tipo óculos	R$ 0,40	R$ 400,00
18	10	Und	Cateter umbilical 3,5 cateter duplo lúmen umbilical	R$ 50,00	R$ 500,00
19	1	Cx	Clamp umbilical c/100	R$ 39,00	R$ 39,00
20	1	Und	Colchão caixa de ovo	R$ 100,00	R$ 100,00
21	10	Und	Colete cervical adulto em espuma 55cm x 10cm	R$ 20,00	R$ 200,00
22	10	Und	Colete cervical infantil em espuma 51cm x 8cm	R$ 30,00	R$ 300,00
23	50	Pcte	Coletor de urina adulto simples tipo sacola c/100	R$ 20,00	R$ 1.000,00
24	80	Und	Coletor de urina adulto, capacidade 2000 mililitros, com dispositivo anti-refluxo, sistema fechado.	R$ 2,20	R$ 176,00
25	3	Cx	Coletor de urina infantil fem c/100	R$ 28,00	R$ 84,00
26	1	Cx	Coletor de urina infantil masc. C/100	R$ 28,00	R$ 28,00
27	1500	Und	Coletor de urina para exames 60ml com tampa	R$ 0,23	R$ 345,00
28	5	Cx	Degermante pvpi 17,5% 1000ml c/12	R$ 20,00	R$ 100,00
29	20	Cx	Descarpak 13 lt c/10	R$ 4,00	R$ 80,00
30	30	Cx	Descarpak 20 lt c/10	R$ 5,00	R$ 150,00
31	2	Pct	Detergente desincrostante alcalino em pó	R$ 19,00	R$ 38,00
32	8	Cx	Dispositivo para incontinencia urinária (joutex) c/200 und	R$ 100,00	R$ 800,00
33	10	Und	Equipo p/ transf. De sangue	R$ 2,43	R$ 24,30
34	100	Und	Equipo para bomba de infusão lf 2001	R$ 19,00	R$ 1.900,00
35	20	Cx	Escovinha p/ ginecologico c/100	R$ 26,00	R$ 520,00
36	250	Und	Esparadrapo 10x4, 5 cm	R$ 4,00	R$ 1.000,00
37	20	Cx	Espatula ayres com 100	R$ 3,00	R$ 60,00
38	2	Und	Eter 35% alcool 96% 1000ml	R$ 20,00	R$ 40,00
39	100	Metro	Extenção de borracha para aspiração	R$ 5,00	R$ 500,00
40	10	Und	Faixa de smarch 10cm	R$ 4,00	R$ 40,00
41	10	Und	Fenol rio – 5 litros	R$ 8,00	R$ 80,00
42	10	Und	Fita adesiva micropore 5.0mmx10m	R$ 3,60	R$ 36,00
43	200	Und	Fita adesiva p/ autoclave 19mmx30m	R$ 3,43	R$ 686,00
44	300	Und	Fita crepe branca 19mmx30m	R$ 2,00	R$ 600,00
45	2	Und	Formol solução 37% 1000ml	R$ 10,00	R$ 20,00
46	20	Und	Garrote para punção adulto infantil e neonatal	R$ 6,00	R$ 120,00
47	30	Und	Glutaraldeideo 2% 1 litro	R$ 4,93	R$ 147,90
48	5	Pcte	Gorro descartavel c/100	R$ 5,40	R$ 27,00
49	10	Und	Intracath de 19g x 12 1.1 x 30.5 cateter em biomaterial,com superior inertividade e excepcional lisura de superfície; - cateter radiopaco; - bainha plástica; - suporte para agulha com formato anatômico, orifícios para sultura, fecho de segurança automático e superfície anti-derrapante; - conector luer-lok codificado por cores.	R$ 90,00	R$ 900,00
50	16	Und	Kit p/ drenagem nº. 36	R$ 22,00	R$ 352,00
51	16	Und	Kit p/ drenagem nº. 38	R$ 22,00	R$ 352,00
52	5	Und	Kit p/ nebulização adulto	R$ 6,65	R$ 33,25
53	5	Und	Kit p/ nebulização infantil	R$ 6,65	R$ 33,25
54	40	Cx	Lamina fosca c/50	R$ 3,25	R$ 130,00
55	2	Cx	Lamina lisa c/50	R$ 3,25	R$ 6,50
56	15	Cx	Lamina p/bisturi nº. 24 c/100	R$ 17,00	R$ 255,00
57	20	Und	Mascara n95	R$ 19,00	R$ 380,00
58	20	Pcte	Máscaras descartaveis c/100	R$ 18,45	R$ 369,00
59	10	Und	Óculos de proteção	R$ 2,00	R$ 20,00
60	60	Und	Óleo mineral 100% 100ml	R$ 1,41	R$ 84,60
61	2	Und	Papaguaio	R$ 30,00	R$ 60,00
62	10	Und	Papel kraft 60cm	R$ 45,00	R$ 450,00
63	2	Und	Pera bulbo	R$ 10,00	R$ 20,00
64	100	Und	Polifix - dispositivo de vinil transparente e flexível de duas, com tampinha.	R$ 3,00	R$ 300,00
65	5	Cx	Polvidine tópico 1000ml c/12 un	R$ 130,00	R$ 650,00
66	1	Cx	Protetor ocular infantil trachfix médio c/100	R$ 123,00	R$ 123,00
67	50	Pacotes	Saco branco leitoso p/ uso hospitalar de 100 litros c/100	R$ 20,00	R$ 1.000,00
68	50	Pacotes	Saco branco leitoso p/ uso hospitalar de 30 litros c/100	R$ 16,00	R$ 800,00
69	50	Pacote	Saco branco leitoso p/ uso hospitalar de 50 litros c/100	R$ 22,00	R$ 1.100,00
70	25	Pcte	Sonda asp traqueal nº. 08 c/10	R$ 5,60	R$ 140,00
71	15	Pcte	Sonda asp traqueal nº. 10 c/10	R$ 5,60	R$ 84,00
72	50	Pcte	Sonda asp traqueal nº. 12 c/10	R$ 5,60	R$ 280,00
73	15	Pcte	Sonda asp traqueal nº. 16 c/10	R$ 5,60	R$ 84,00

74	7	Cx	Sonda de foley nº. 14 c/12	R$ 13,00	R$ 91,00
75	10	Cx	Sonda de foley nº. 16 c/12	R$ 13,00	R$ 130,00
76	3	Cx	Sonda de foley nº. 18 c/12	R$ 13,00	R$ 39,00
77	30	Pcte	Sonda nasogástrica longa nº. 12 c/10	R$ 7,00	R$ 210,00
78	5	Pcte	Sonda nasogástrica longa nº. 14 c/10	R$ 7,00	R$ 35,00
79	5	Pcte	Sonda nasogastrica longa nº. 16 c/10	R$ 8,60	R$ 43,00
80	5	Pcte	Sonda nasogastrica longa nº. 18 c/10	R$ 8,60	R$ 43,00
81	700	Pcte	Sonda uretal nº. 12 c/10	R$ 0,70	R$ 490,00
82	1	Pcte	Sonda uretal nº. 14 c/10	R$ 1,00	R$ 1,00
83	1	Pcte	Sonda uretal nº. 16 c/10	R$ 1,00	R$ 1,00
84	3	Und	Tubo oro traqueal nº. 0 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 10,00	R$ 30,00
85	3	Und	Tubo oro traqueal nº. 01 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 12,00	R$ 36,00
86	3	Und	Tubo oro traqueal nº. 02 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 21,00	R$ 63,00
87	3	Und	Tubo oro traqueal nº. 03 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 12,00	R$ 36,00
88	3	Und	Tubo oro traqueal nº. 04 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 12,00	R$ 36,00
89	3	Und	Tubo oro traqueal nº. 05 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 12,00	R$ 36,00
90	3	Und	Tubo oro traqueal nº. 06 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 12,00	R$ 36,00
91	5	Und	Tubo oro traqueal nº. 07 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 12,00	R$ 60,00
92	5	Und	Tubo oro traqueal nº. 08 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 12,00	R$ 60,00
93	5	Und	Tubo oro traqueal nº. 09 com balão de baixa pressão, siliconizado mm	R$ 12,00	R$ 60,00
94	20	Und	Umidificador com extensão e máscara	R$ 12,00	R$ 240,00
95	1	Cx	Vaselina liquida 1000ml c/12	R$ 12,00	R$ 12,00
					R$ 24.510,50

Lote 12 – MATERIAIS 3

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	12	Cx	Fio algodão 2,0 sem agulha c/24	R$ 42,90	R$ 514,80
2	12	Cx	Fio cat gut cromado 0 com agulha 4 cm c/24	R$ 40,00	R$ 480,00
3	15	Cx	Fio cat gut cromado 1.0 c/ agulha 4 cm c/24	R$ 40,00	R$ 600,00
4	20	Cx	Fio cat gut cromado 2.0 c/ agulha 3 cm c/24	R$ 40,00	R$ 800,00
5	20	Cx	Fio cat gut cromado 2.0 c/ agulha 4 cm c/24	R$ 40,00	R$ 800,00
6	20	Cx	Fio cat gut simples 0 c/ agulha 4 cm c/24	R$ 40,00	R$ 800,00
7	20	Cx	Fio cat gut simples 2.0 c/ agulha 4 cm c/24	R$ 40,00	R$ 800,00
8	2	Cx	Fio cat gut simples 3.0 c/ agulha 4 cm c/24	R$ 40,00	R$ 80,00
9	5	Cx	Fio nylon 2.0 c/ ag. 3,5 cm cortante triang.	R$ 23,00	R$ 115,00
10	15	Cx	Fio nylon 3.0 c/ ag 3 cm cortante triang.	R$ 23,00	R$ 345,00
11	20	Cx	Fio nylon 4.0 c/ag 3 cm cortante triang.	R$ 23,00	R$ 460,00
12	5	Cx	Fio nylon 5.0 c/ ag 3 cm cortante triang.	R$ 23,00	R$ 115,00
13	2	Cx	Fio nylon 6.0 c/ag 2,5 cm cortante triang.	R$ 23,00	R$ 46,00
				TOTAL	R$ 5.955,80

Lote 14 – MATERIAIS 5

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	10	Cx	Luvas esteril 7.5 c/200	R$ 180,00	R$ 1.800,00
2	10	Cx	Luvas esteril 8.0 c/200	R$ 180,00	R$ 1.800,00
3	100	Cx	Luvas procedimento tamanho g c/100	R$ 12,90	R$ 1.290,00
4	400	Cx	Luvas procedimento tamanho m c/100	R$ 12,90	R$ 5.160,00
5	200	Cx	Luvas procedimento tamanho p c/100	R$ 12,90	R$ 2.580,00
				TOTAL	R$ 12.630,00

Lote 15 – INJETÁVEIS 2

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	100	cx	Soro fisiologico 9% 1000ml cx 16	R$ 48,00	R$ 4.800,00
2	300	Cx	Soro fisiológico 0,9% 500ml cx 24	R$ 63,10	R$ 18.930,00
3	50	Cx	Soro fisiológico 9% fr 250ml cx 40	R$ 90,40	R$ 4.520,00
4	50	CX	soro fisiologico 9% 125 ml cx 50	R$ 100,00	R$ 5.000,00
5	50	Cx	Soro glicosado 5% 250 ml cx 40	R$ 93,85	R$ 4.692,50
6	100	CX	soro glicosado 5%1000 ML cx 16	R$ 55,00	R$ 5.500,00
7	300	Cx	Soro glicosado 5% 500 ml cx 24	R$ 68,00	R$ 20.400,00
8	20	Cx	Soro manitol 20% 250 ml cx 40	R$ 197,40	R$ 3.948,00
9	40	Cx	Soro ringer c/ lactado 500ml cx 24	R$ 66,95	R$ 2.678,00
10	40	Cx	Soro ringer simples 500 ml cx 24	R$ 67,00	R$ 2.680,00
				TOTAL	R$ 73.148,50

total da empresa-
SULMEDI COMERCIO DE PREDUTOS HOSPITALARES LTDA (duzentos e cinqüenta e um mil, quinhentos e cinqüenta e quatro reais). **R$ 251.554,00**

EMPRESA: DENTAL CENTRO OESTE
CNPJ 36.900.926/0001-80

Lote 02- MEDICAMENTOS 1

Item	Quant	Unid	Descrição	V. Unit.	Valor Total
1	8	Cx	Artrolive (400 mg sulfato de glicosamina + 500mg sulfato de condroitina) c/90	R$ 186,56	R$ 1.492,48
2	60	fcs	Azitromicina 250 mg/5ml	R$ 3,85	R$ 231,00
3	8	Cx	Bissulfato de clopidogrel 75mg c/28	R$ 55,79	R$ 446,29
4	2	Cx	Celebra 200 mg c/100	R$ 518,22	R$ 1.036,44
5	10	Cx	Cilostazol 100mg c/60 comp.	R$ 80,74	R$ 807,44
6	30	Cx	Ergotrat 0,2 mg comp. C/100 comp.	R$ 59,61	R$ 1.788,15
7	2	Cx	Hemodipino 30 mg c/ 500 comp	R$ 39,24	R$ 78,48
8	15	Cx	Ictus 12,5mg comp c/30	R$ 30,24	R$ 453,53
9	8	Cx	Inibina 10 mg c/100 comp	R$ 352,62	R$ 2.820,95
10	1	Cx	Mesilato de doxazosina 2 mg c/500	R$ 207,29	R$ 207,29
11	1	Cx	Miosan 10mg c/ 60 comp.	R$ 110,87	R$ 110,87
12	3	Cx	Misoprostol 200 mg c/28 comp	R$ 804,28	R$ 2.412,84
13	144	Cx	Oxibutinina 5mg c/20 comp.	R$ 9,48	R$ 1.364,54
14	10	Cx	Pamelor 25mg comp c/30	R$ 2,48	R$ 24,83
15	30	Cx	Sustrate 10mg c/20	R$ 7,41	R$ 222,30
16	17	Und	Seretid Spray 25mcg/50mcg	R$ 97,62	R$ 1.659,57
				TOTAL	R$ 15.157,00

Lote 13 – MATERIAIS 4

Item	Quant	Unid	Descrição	V. Unit.	Valor Total
1	50	Cx	Fita p/ glicemia capilar c/50 und compatível	R$ 65,00	R$ 2.145,00
			com o aparelho prestige smart system	TOTAL	R$ 2.145,00

TOTAL DA EMPRESA:
DENTAL CENTRO OESTE **R$ 17.302,00**
(dezessete mil trezentos e dois reais)

EMPRESA -MAXDENTAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA -ME
CNPJ- 07.522.256/0001-08

Lote 11 – MATERIAIS PARA RAIO X

Item	Quant	Unid	Descrição	V.Unit.	Valor Total
1	15	Cx	FILME P/ RAIO X 24X30 C/100 9,45" x 11,81"	R$ 106,30	R$ 1.594,50
2	20	Cx	FILME P/ RAIO X 35X43CM C/100 9,45" x 11,81"	R$ 222,05	R$ 4.441,00
3	10	Cx	Revelador p/ rx 2.08l para fazer 9.5l c/4	R$ 152,80	R$ 1.528,00
4	10	Und	FIXADOR para RX 2,08 L para fazer 9,5 L c/4	R$ 95,60	R$ 956,00
				TOTAL	R$ 8.519,50

TOTAL DA EMPRESA:
MAXDENTAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA –ME **R$ 8.519,50**
(oito mil quinhentos e dezenove reais e cinqüenta centavos)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. O prazo máximo para entrega será de 10 (dez) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Apiacás.

5.15. O atraso na entrega caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a entrega, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos Materiais e Medicamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Órgão 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – SAÚDE
Sub-Função: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0031 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAUDE- REC. PROPRIOS
Projeto/Atividade: 2029– ATIV. A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
108 – Natureza da Despesa: 339030000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde -PROGRAMAS
Função: 10 – SAÚDE
Sub-Função: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0016 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAUDE- PROGRAMAS
Projeto/Atividade: 2030 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DOS PROGRAMAS DE SAUDE
119 – Natureza da Despesa: 339030000000 – MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 028/2010,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 01 de julho de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT
SEBASTIÃO SILVA TRINDADE
PREFEITO MUNICIPAL

SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Dalci Felipetto

DENTAL CENTRO OESTE LTDA
Fábio Spada

MAXDENTAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA -ME
Rosana Aparecida Antonio

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 085/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – DOMINGOS CARDOSOS GOMES
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL.
VALOR MENSAL: R$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 100/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – FRANCISCA ALVES DA CUNHA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
VALOR MENSAL: R$ 682,50 (Seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 á 17/12/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 041/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – JOSÉ CARLOS INÁCIO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
VALOR MENSAL: R$ 682,50 (Seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 102/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – PALOMA BATISTA ABREU
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
VALOR MENSAL: R$ 682,50 (Seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 024/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – THAYANY APARECIDA PEREIRA BARBOSA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
VALOR MENSAL: R$ 682,50 (Seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 030/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – WALDIR GONÇALVES DOS SANTOS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL.
VALOR MENSAL: R$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 033/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – ALCIR JOSÉ OISSA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS.
VALOR MENSAL: R$ 1.132,40 (Um mil cento e trinta e dois reais e quarenta centavos)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – FRANCIANE MACEDO AMORIM
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS.
VALOR MENSAL: R$ 1.132,40 (Um mil cento e trinta e dois reais e quarenta centavos)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – JOVINO MARTINS NETO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 034/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – JULIANE RAQUEL SPILLER
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 036/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – JUNIOR CARDOSO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 1.132,40 (Um mil cento e trinta e dois reais e quarenta centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 035/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – LEIDILENE MAMÉDIO ARAÚJO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 1.132,40 (Um mil cento e trinta e dois reais e quarenta centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 010/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – LINÉIA RADIN
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 011/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – MADALENA LOPES DA SILVA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 1.132,40 (Um mil cento e trinta e dois reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – MILEIDE VALQUIRIA PEREIRA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 020/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – ORIENE DA SILVA JUSTO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 1.132,40 (Um mil cento e trinta e dois reais e quarenta centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 097/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – RITA GOMES DOS SANTOS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 047/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – NOELI JESUS BORCATH
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 080/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – JAQUELINE DA SILVA ARAÚJO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE ESPECIALISTA DA SAÚDE (FONOAUDIÓLOGA)
VALOR MENSAL: R$ 1.700,00 (Um mil e setecentos reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 046/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – KÁTIA REGINA HORN
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 013/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 014/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – MARILZA DE OLIVEIRA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 012/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – MARCELENE FERREIRA DA SILVA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR 20 HORAS
VALOR MENSAL: R$ 515,96 (Quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA- 01/07/10 à 17/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 058/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – RENATO DA SILVA UHRY
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
VALOR MENSAL: R$ 510,00 (Quinhentos e dez reis)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 066/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – UELSON ARAÚJO DE SOUSA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
VALOR MENSAL: R$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 115/2009
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – FERNANDA APARECIDA BALIERO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE ESPECIALISTA DA SAÚDE (ENFERMEIRA)
VALOR MENSAL: R$ 2.310,00 (Dois mil trezentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 103/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – MARIA DOS ANJOS SILVA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE TÁCNICO DA SAÚDE
VALOR MENSAL: R$ 787,00 (Setecentos e oitenta e sete reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2009
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – MARIO YUNES PORTIOLLI
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE MÉDICO
VALOR MENSAL: R$ 7.875,00 (Sete mil oitocentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 053/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – JOSIANE GONÇALVES
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE ESPECIALISTA DA SAÚDE (ENFERMEIRA)
VALOR MENSAL: R$ 2.310,00 (Dois mil trezentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 068/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – PRICILA DE OLIVEIRA COMBINATO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE ESPECIALISTA DA SAÚDE (ENFERMEIRA)
VALOR MENSAL: R$ 2.310,00 (Dois mil trezentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 057/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – AILTON OLIVEIRA DE LIMA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
VALOR MENSAL: R$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 121/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – DIONILSON DO NASCIMENTO CARNEIRO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
VALOR MENSAL: R$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 117/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – JOEL MILTON DE SOUZA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
VALOR MENSAL: R$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 064/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – JOSÉ DE RIBAMAR RODRIGUES DA LUZ PASSOS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA
VALOR MENSAL: R$ 525,00 (Quinhentos e vinte e cinco reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 056/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – JOSÉ FERNANDO RODRIGUES DA LUZ PASSOS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA
VALOR MENSAL: R$ 525,00 (Quinhentos e vinte e cinco reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 074/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – LINDOMAR FERNANDES DE OLIVEIRA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
VALOR MENSAL: R$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 118/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – MARIA APARECIDA DE SOUZA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
VALOR MENSAL: R$ 510,00 (Quinhentos e dez reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 062/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – MARIO MIKOANSKI
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE OPERACIONAL
VALOR MENSAL: R$ 714,00 (Setecentos e quatorze reais).
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 090/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – EDINES CAMPELO MACEDO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE OPERACIONAL
VALOR MENSAL: R$ 714,00 (Setecentos e quatorze reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 079/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – GENIVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO
VALOR MENSAL: R$ 945,00 (Novecentos e quarenta e cinco reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 060/2010
CONTRATANTE- PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CONTRATADO – ORLANDIR ANTONIO VIEIRA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO AGENTE DE MANUTENÇÃO
VALOR MENSAL: R$ 945,00 (Novecentos e quarenta e cinco reais)
VIGÊNCIA-01/07/10 à 31/12/2010.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.
CONTRATADO- **SILMA KOCHEMBORGER**
CONTRATO N° - 117/2009
OBJETO – Rescisão do contrato de locação 117/2009
DATA- 30/06/2010

RESULTADO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO 002/2010

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 038/2010, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2010 DE 25/06/2010.EXECUÇÃO DE OBRA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA AVENIDA JULIO CAMPOS.

EMPRESA VENCEDORA- SANTA INES CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA VALOR- R$ 514.013,80 (quinhentos quatorze mil quatorze reais e oitenta centavos)

Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço

PORTARIA Nº 049
01 DE JULHO DE 2010

Dispõe sobre a exoneração a pedido da Servidora Municipal JUREMA FATIMA DE ARRUDA do cargo de **Agente Comunitária de Saúde,** *e da outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E

Art. 1º - **Exonerar a pedido a Srª *Jurema Fátima de Arruda*** do cargo de ***Agente Comunitária de Saúde*** **lotado na *Secretaria Municipal de Saúde.***

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Barão de Melgaço, 01 de Julho de 2010, 56º da Emancipação Política.

MARCELO RIBEIRO ALVES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

TERMO DE CONTRATO Nº: 006/2010

PARTES: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT e a empresa **J. A. C. DE LIMA - ME**, Inscrita no CNPJ sob nº.:02.172.093/0001-67 e Inscrição Estadual nº.:13.178.384-0, **OBJETO:** contratação de empresa especializada para fornecimento de urnas fúnebres e a realização de outros serviços atinentes **,VALOR**: R$-150.000,00-(cento e cinqüenta mil reais), **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.002.0.0.08.244.8050.2103-3.3.90.39.00** – Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Social e Trabalho – Serviços funerais – Auxílio Serviços Terceiros Pessoa Jurídicas, **RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Reinaldo Lorençoni Filho

DATA: 01/02/2010 – **PRAZO:** 31/12/2010. BARRA DO BUGRES- MT, 08 DE JULHO DE 2010.

TERMO DE CONTRATO Nº: 007/2010

PARTES: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT e a empresa **Aço brasil engenharia e industria LTDA** CNPJ sob nº.:09.285.007/0001-71, **OBJETO:** construção do Cemitério Público Municipal, **VALOR:** R$-24.955,00-(vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais)**, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 12.003.0.0.04.122.8050.2052-3.3.90.39.00 – Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Urbanos – Manutenção Cemitério Municipal – Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica, **RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Reinaldo Lorençoni Filho. **DATA:** 08/02/10 - **PRAZO:** 02/03/2010. BARRA DO BUGRES- MT, 08 DE JULHO DE 2010.

TERMO DE CONTRATO Nº: 050/2010

PARTES: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT e a empresa **ELETRO FAN COMERCIAL LTDA** CNPJ 07.387.711/0001-00, **OBJETO:** aquisição de materiais de construção e ferramentas de forma fracionada para o DAE, **VALOR:** R$ 48.097,06 (Quarenta e oito mil e noventa e sete reais e seis centavos), **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 12- secretaria municipal infra instrutura e serviços públicos, 12.00400.04- administração geral, 12.00400.04.122.3040- abastecimento de água, 12.00400.04.122.3040.2059 - manutenção do departamento de água e esgoto, 3.3.90.30.00.00- material de consumo, 12- secretaria municipal de desenvolvimento social e trabalho , 10.00300- fundo municipal de assistência social, 10.00300.08- assistência social, 10.00300.08.2046- assistência comunitária, 3.3.90.32.00.00. material de distribuição gratuita, **RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Reinaldo Lorençoni Filho

DATA:07/06/2010 – **PRAZO:** 31/12/2010. BARRA DO BUGRES- MT, 08 DE JULHO DE 2010.

TERMO DE CONTRATO Nº: 056/2010

PARTES: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT e a empresa **Dental Centro Oeste LTDA**, inscrita no cnpj sob nº. 36.900.926/0001-80, **OBJETO:** aquisição de produto de laboratorio para atender as necessidades do laboratorio interno do hospital municipal de Barra do Bugres, **VALOR:** de R$-18.860,95 (dezoito mil oitocentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 6.1 as despesas decorrentes da referida aquisição correrão por conta das dotações orçamentárias, 09- secretaria de saúde, 09.00200.10.302- assistência hospitalar e ambulatorial, 09.00200.10.302.6030 – atenção de media e/alta complexidade ambulatorial e hospitalar, 09.00200.10.302.6030 2050- manutenções do hospital municipal, 3.3.90.30.36.00 material hospitalar. **RESPONSÁVEL JURÍDICO:** Reinaldo Lorençoni Filho. **DATA:** 15/06/10 - **PRAZO:** 31/12/10. BARRA DO BUGRES- MT, 08 DE JULHO DE 2010.

DECRETO Nº 085/2010

Que dispõe sobre exoneração de candidatos nomeados para ocupar cargo público.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO, a não apresentação dos documentos pessoais e necessários dos candidatos nomeados pelo Decreto Nº 074/2010 de 08 de junho de 2010, observando os dispositivos contidos no caput do Artigo 3º do Decreto Nº 074/2010 de nomeação.

CONSIDERANDO, o não comparecimento de Candidatos nomeados pelo Decreto Nº 074/2010, no prazo previsto no Parágrafo Único do Artigo 3º do Decreto Nº 074/2010 de Nomeação e o Item 18.7 do Edital de Concurso Público de nº 001/2006.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Fica exonerado o candidato abaixo relacionado, nomeado pelo Decreto 074/2010 de 08/06/2010, conforme segue:

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL – NÍVEL 1 – 40 HS
§ ETHIEL BARRETO FILHO

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de julho de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

IANDRO RODRIGO MONTEIRO ALMICCI
Sec. Mun. Adm. e Finanças

DECRETO Nº 086/2010

Que dispõe sobre nomeação de candidatos aprovados em Concurso Público.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO, o resultado do Concurso Público Municipal nº 001/2006, Homologado pelo Decreto n.º 009/2007 de 14 de fevereiro de 2007 e em conformidade com o Edital de Convocação nº 046/2010.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Ficam nomeados os candidatos abaixo relacionados, para exercerem o cargo de Provimento Efetivo, conforme discriminação a seguir:

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – NÍVEL 1 – 40 HS
§ BRUNA RAFAELA DE CASTRO

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL – NÍVEL 1 – 40 HS
§ MARCIO GASPARINI

Art.2º - A validade das nomeações de que trata o presente Decreto, fica condicionado a não infringência do Artigo 195, Parágrafo Único da LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, bem como a fiel observância do Decreto 009/2007, que homologou o resultado do concurso.

Art.3º - Os candidatos nomeados por este Decreto deverão comparecer no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal para tomarem posse no

prazo de 30 (trinta) dias, apresentando os documentos pessoais e necessários exigidos, para exercício do cargo.

Parágrafo Único – Serão exonerados os candidatos nomeados por este Decreto que não comparecerem no prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse do cargo, salvo os casos de solicitação de prorrogação pelo interessado, previsto no §4º do artigo 28 da Lei Complementar 001/2005.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de julho de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

IANDRO RODRIGO MONTEIRO ALMICCI
Sec. Mun. Adm. e Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2010

O Sr. **WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público 001/2006, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados à comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT, no Departamento Pessoal, sito à Praça Ângelo Masson, 1.000 - Centro, no prazo de 30 (trinta) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme anexos I, II e III parte integrante deste Edital, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga:

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	N O M E
27	1799	BRUNA RAFAELA DE CASTRO

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	N O M E
12	2528	MARCIO GASPARINI

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, 08 de julho de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO - I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2010

DOCUMENTOS A SEREM PROVIDENCIADOS:

Xerox Identidade (R.G) 02 cópias
Xerox C.P.F (**deve estar com a situação cadastral regular**) 02 cópias
Xerox Título de Eleitor com comprovante última votação. 02 cópias
Xerox Reservista ou Alistamento Militar (p/ sexo Masculino). 02 cópias
Xerox Certidão de Casamento/**CPF** (caso for casado(a) ou RG/**CPF** Amásio(a). 02 cópias
Xerox Certidão de Nascimento dos Filhos/**CPF** / Dependentes/**CPF** (menores 14 Anos) . 02 cópias
Xerox CNH – Carteira de Habilitação (para o Cargo que exigiu) . 02 cópias
Xerox Comprovante de Endereço Atual (Comprovante Água/Energia/Telefone, etc) . 02 cópias
Xerox Autenticada Documento de Escolaridade de acordo exigido/cargo.01 cópia

Original Declaração de não acúmulo de cargo/função pública (modelo anexo II)
Original Declaração de bens (modelo anexo III)
Original C.T.P.S. - Carteira de Trabalho e Previdência Social
Original PIS / PASEP (se for cadastrado)
Original Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (adquirir no Fórum da Comarca)

Original Atestado de Sanidade Física e Psicológico.
>>> Este exame será realizado pela Junta Médica Oficial nomeada pela Portaria Municipal Nº 241/2009.
>>> **Drª ELICENE BAMBARÉN DE YÁBAR** e **Drª SUSANA DAL ROSSO ARRAIS**:
Y & A MEDICINA DO TRABALHO
Av. Tancredo de Almeida Neves, 399W – Tangará da Serra – MT;
Telefone (65) 3326-1472
Agendar data e horário do Exame Admissional.

>>> Levar na **CEF - Caixa Econômica Federal**, ***Xerox R.G., C.P.F. e de um Comprovante de Endereço Atual (Água, Energia, Telefone, etc), Comprovante de Renda (Depto Pessoal)***, para abertura de uma **Conta**, para recebimento de Salário, e trazer o número da Conta no Depto Pessoal. **(não precisa dinheiro para abrir a conta!!!!)**

>>> Após aprontar **"TODA"** a documentação, entregar no Departamento Pessoal.

ANEXO - II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2010

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins de direito que, eu _____ _____, portador(a) do C.P.F. Nº _____._____._____-____, na presente data, **não exerço outro cargo, emprego ou função pública remunerada da Administração direta ou em Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou ainda em Fundação Pública**, que venha caracterizar acúmulo de cargos vedado pelo Artigo 37, Inciso XVI, da Constituição Federal; e em conformidade com o Parágrafo 4º do Artigo 26, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

_____, ____ de _____ de 2010.

_____
* assinatura *

ANEXO - III
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2010

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade R.G. N.º _____ e do C.P.F. Nº _____._____._____-____, residente e domiciliado(a) à_____ _____, no município de _____/MT., Declaro para os devidos fins e efeitos legais, que nesta data possuo os seguintes bens:

1) BENS MÓVEIS

Item	Descrição do Bem	Valor – R$
01		
02		
03		
04		

2) BENS IMÓVEIS

Item	Descrição do Bem	Valor – R$
01		
02		
03		
04		

3) VALOR TOTAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

TOTAL GERAL – R$ _____

Declaro ainda, sob as penas da Lei, que as informações prestadas acima são verídicas.

_____, ____ de _____ de 2010.

_____--_____

*** assinatura ***

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Interessado: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres -MT
Assunto: Pregão 14/2010 – CPL/PMBB

HOMOLOGO, os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação, quando do procedimento licitatório referente ao**: Pregão nº. 014/2010 – CPL/PMBB** , considerando-o "FRACASSADO" por não ter sido possível a obtenção do de proposta habilitadas, para que produza os efeitos legais nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

Barra do Bugres/MT, 05 de julho de 2010.

Wilson Francelino de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº.:14/2.010

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, torna público para o conhecimento dos interessados o resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Nº.: 14/2.010, **CONTRATAÇÃO** DE LABORATORIO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS,**.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
RESULTADO DA LICITAÇÃO: "FRACASSADA".

Barra do Bugres – MT, 05 de julho de 2010.

Wilson Francelino de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 22/2010

Sr. *Wilson Francelino de Oliveira*, Excelentíssimo Prefeito Municipal de Barra do Bugres - MT, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com ata da sessão pública e valores adjudicado pela a Pregoeira Srª. *Marilene da Silva Campos* :

1- Homologa o processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 22/2010, que tem como objeto e "A AQUISIÇÃO DE GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO, LIMPEZA, CAMA MESA E BANHO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DIVERSOS TIPOS LEITES (FÓRMULA INFANTIL) PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT", Á FAVOR DAS EMPRESAS: SUPERMERCADO MASSAROLI LTDA: R$ 176.099,88 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), CLINICA DIETETICA LTDA: 118.995,71 (CENTO E DEZOITO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), A. J. F. PEREIRA-ME: R$ 51.402,65 (CINQUENTA E UM MIL QUATROCENTOS E DOIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS), COMERCIAL LUAR LTDA: R$ 3.233,26 (TRÊS MIL DUZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E VINTE SEIS CENTAVOS) e MULTIPARK COM E SERVIÇOS REPRESENTAÇÕES LTDA: R$ 1.769,07 (UM MIL SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E SETE CENTAVOS)

2- Convoco a empresa vencedora do certame, para no prazo de cinco dias úteis, comparecerem para assinatura do Contrato.

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT – 29 de junho 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DE PREGÃO 22/2010.

OBJETO: "AAQUISIÇÃO DE GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO, LIMPEZA, CAMA MESA E BANHO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DIVERSOS TIPOS LEITES (FÓRMULA INFANTIL) PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT",

Levamos ao conhecimento dos interessados o resultado do pregão em epigrafe, de acordo com a proposta apresentada pela empresa participante deste certame e o resultado do lance apresentado, conforme histórico de lance e termo de homologação, no qual foi declarado como vencedora a empresa SUPERMERCADO MASSAROLI LTDA: R$ 176.099,88 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), CLINICA DIETETICA LTDA: 118.995,71 (CENTO E DEZOITO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), A. J. F. PEREIRA-ME: R$ 51.402,65 (CINQUENTA E UM MIL QUATROCENTOS E DOIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS), COMERCIAL LUAR LTDA: R$ 3.233,26 (TRÊS MIL DUZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E VINTE SEIS CENTAVOS) e MULTIPARK COM E SERVIÇOS REPRESENTAÇÕES LTDA: R$ 1.769,07 (UM MIL SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E SETE CENTAVOS) do processo licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº. 22/2010**, que tem como objeto à ""A AQUISIÇÃO DE GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO, LIMPEZA, CAMA MESA E BANHO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DIVERSOS TIPOS LEITES (FÓRMULA INFANTIL) PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT",

2- Esclarecendo que a homologação recaiu sobre a proposta mais vantajosa, estando em conformidade com os valores praticados no mercado, de acordo com estimativa realizada pelo setor competente e devidamente juntada ao processo.

Barra do Bugres – MT, 29 de junho de 2010.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO APRESENTADO PELA LICITANTE AUTO POSTO BUGRENSE LTDA, CHEGADO AO PREGÃO 028/2010 - DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL (ÁLCOOL, GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTE MUNICIPIO.

Aos sete dias de julho de 2010, no Departamento de Licitação do Município de Barra do Bugres-MT, reuniu-se a Comissão de Pregão nomeado pela Portaria 07/2010 datada de 04 de janeiro de 2010, estando presentes a pregoeira Marilene da Silva Campos e a equipe de Apoio composto pelo membro: Maria Eliane J da costa, Edirlei Soares da Costa, para **ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO APRESENTADO PELA LICITANTE AUTO POSTO BUGRENSE LTDA, CHEGADO AO PREGÃO 028/2010, CUJO OBJETO E A AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (ÁLCOOL, GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTE MUNICIPIO.** Iniciados os trabalhos e passando-se a análise do recurso interposto pela Recorrente, resolve esta Comissão conhecer do mesmo, mas negar-lhe provimento, eis que os argumentos ali expostos não permitem outra decisão. Corroborando com a nossa decisão a comissão ratifica o Parecer Jurídico sob nº 260/2010 emitido pela Procuradoria jurídica deste Município emitido em 01 de julho de 2010 e Parecer Jurídico sob nº 269/2010 datado de 07 de julho de 2010.

Nos termos do artigo 109 § 4º da Lei 8666/93 e alterações posteriores, submete-se a presente decisão à apreciação e homologação do Senhor Prefeito (Wilson Francelino de Oliveira). Nada mais havendo a tratar deram-se por encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente Ata que vai assinada por todos.

PREGOEIRA:.

MARILENE DA SILVA CAMPOS

EQUIPE DE APOIO:

EDIRLEI SOARES DA COSTA **MARIA ELIANE J DA COSTA**

Barra do Bugres - MT, 07 de julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em obediência ao art. 109, § 4o, da Lei Federal n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação determinada pela Lei Federal nº 8.883 de 8 de junho de 1994, encaminhamos a V. EXa., o Parecer do Pregão Presencial n.º 28/2010, referente ao recurso interposto pela licitante **AUTO POSTO BUGRENSE LTDA** contra a sua inabilitação na sessão de habilitação do dia 29 de junho de 2010. A Pregoeira julga o IMPROCEDENTE o recurso.

Aguardando o pronunciamento de V.Exa., subscrevemo-nos atenciosamente,

Marilene da Silva Campos
Pregoeira

Excelentíssimo Senhor
Wilson Francelino de Oliveira
Prefeito Municipal
NESTA

PREGÃO PRESENCIAL N. 028/2010

DECISÃO DEFINITIVA - RECURSO ADMINISTRATIVO HIERÁRQUICO INTERPOSTO PELA LICITANTE AUTO POSTO BUGRENSE LTDA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 109, § 4o, da Lei no 8.666/93, e CONSIDERANDO o posicionamento adotado pela Pregoeira na Ata do dia 29 de junho de 2010, referente à inabilitação da empresa **AUTO POSTO BUGRENSE LTDA** no Pregão Presencial N.º 28/2010; CONSIDERANDO as alegações apresentadas no Recurso Hierárquico interposto pela licitante. CONSIDERANDO os fatos circunstanciados pela Pregoeira e pelos Pareceres Jurídicos sob nº 260 e 269/2010 emitido pelo Procurador Jurídico Municipal Senhor Fábio Jose Fernandes Lima.

RESOLVE

Julgar IMPROCEDENTE o recurso supra mencionado, mantendo a decisão que declarou habilitada a **AUTO POSTO BUGRENSE LTDA**.

Barra do Bugres-MT, 07 de julho de 2010.

Wilson Francelino de Oliveira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cáceres

AVISO RETIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, informa a todos os interessados: em decorrência de que nas publicações anteriores não havia o espaço de tempo necessário entre a publicação e a data de abertura da licitação, modalidade Tomada de Preço, conforme prevê o art. 21, § 2º, inciso III da Lei 8.666/93, vimos por meio deste republicar o Aviso de Edital de Tomada de Preço 08/2010, para Execução de obras de Implantação de Sinalização Turística em diversas ruas do Centro Urbano de Cáceres-MT, e informar a nova data de abertura da licitação a realizar em 02 de agosto de 2010, as 13:00h (horário local).

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA Nº. 112
DE 16 DE ABRIL DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 3216 de 02 de fevereiro de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Designar a servidora **SANDRA MARIA NETTO,** Professora, para compor a Comissão do Concurso Público, em substituição a Presidente Ordilete Aparecida Correia Gonçalves.

Art.2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de abril de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 16.04.10

PORTARIA Nº 162
DE 10 DE JUNHO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 74, Incisos VIII, da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

ART.1º-Designar o servidor **CLAUDIONOR DUARTE CORRÊA,** para exercer o cargo em Comissão de Coordenador de Meio Ambiente e Paisagismo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, da Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de junho de 2010.

ART.2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 089 de 31 de março de 2010.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de junho de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 10.06.2010

PORTARIA Nº 163
DE 10 DE JUNHO DE 2010.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº. 288 de 10 de maio de 2010,

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 11458, de 01 de junho de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E:

ART.1º-Designar o servidor **DOUGLAS ALBERTO DE BRITO,** para exercer o cargo em Comissão de Coordenador Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Cáceres, a partir de 01 de junho de 2010.

ART.2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de junho de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 10.06.2010

PORTARIA Nº. 121
DE 03 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 11251 de 04 de junho de 2008 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Determinar o encaminhamento à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, designada pelos Decretos Nº. 076 de 25.02.09, Decreto Nº. 105 de 16.03.09, Decreto Nº. 242 de 07.07.09, Portaria nº. 030 de 08.03.2010 e Portaria nº. 064 de 12.03.2010, do processo acima mencionado e documentos que o instruem, a fim de apurar os fatos narrados no mesmo

Art.2º-A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.3º-Caso o prazo acima citado não for suficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal de Administração, que autorizará, mediante despacho, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art.4º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 03.05.10

PORTARIA Nº. 122
DE 03 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 8299 de 12 de abril de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Determinar o encaminhamento à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, designada pelos Decretos Nº. 076 de 25.02.09, Decreto Nº. 105 de 16.03.09, Decreto Nº. 242 de 07.07.09, Portaria nº. 030 de 08.03.2010 e Portaria nº. 064 de 12.03.2010, do processo acima mencionado e documentos que o instruem, a fim de apurar os fatos narrados no mesmo

Art.2º-A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.3º-Caso o prazo acima citado não for suficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal de Administração, que autorizará, mediante despacho, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art.4º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 03.05.10

PORTARIA Nº. 123
DE 03 DE MAIO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 6513 de 15 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Determinar o encaminhamento à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, designada pelos Decretos Nº. 076 de 25.02.09,

Decreto Nº. 105 de 16.03.09, Decreto Nº. 242 de 07.07.09, Portaria nº. 030 de 08.03.2010 e Portaria nº. 064 de 12.03.2010, do processo acima mencionado e documentos que o instruem, a fim de apurar os fatos narrados no mesmo

Art.2º-A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.3º-Caso o prazo acima citado não for suficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal de Administração, que autorizará, mediante despacho, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art.4º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 03.05.10

PORTARIA Nº. 146
DE 21 DE MAIO DE 2010

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº 130 de 01 de março de 2010.

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 10376 de 14 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Designar a servidora **OLINDA MARIA PEREIRA DE MARCHI,** para exercer as funções de Chefe da Divisão de Capacitação de Docentes e Serviços da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de maio de 2010.

Art.2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de maio de 2010.

JOSUÉ VALDEMIR DE ALCÂNTARA
Secretário Municipal de Educação

Afixado em: 21.05.2010

PORTARIA Nº. 169
DE 15 DE JUNHO DE 2010

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº. 130 de 01 de março de 2010,

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 11062 de 25 de maio de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Designar os senhores abaixo relacionados para constituírem o Comitê Permanente Pró-Agenda Territorial Local.

Secretaria Municipal de Educação
Prof. Esdras Crepaldi Leitão

Sindicato dos Profissionais da Educação
Profª. Solange Auxiliadora Cintra Alcântara

Fórum EJA
Renilda Miranda Cebalho Barbosa
Edinéia Natalino Silva Santos

Movimentos Sociais
Prof. Orlandi Gonçalves Cavalcante

Secretaria Municipal de Saúde
Marilu Santana de C. Rodrigues

Sociedade Civil
Célia Ribeiro Fancio

Instituições de Ensino Superior – UNEMAT
Prof. MS. Taisir M. Karin
Prof. Ms. Eraldo Ferreira

Conselho Municipal de Educação
Profª. Anilce Goreti Mendes Raymundi

CEFAPRO
Profª. Maurenilce Lemes da Silva

Art.2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de junho de 2010.

JOSUÉ VALDEMIR DE ALCÂNTARA
Secretário Municipal de Educação

Afixado em: 15.06.10

PORTARIA Nº. 176
DE 23 DE JUNHO DE 2010

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº. 130 de 01 de março de 2010, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.183 de 20/05/2009,

CONSIDERANDO o disposto no Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes,

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 12329 de 16 de junho de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º-Nomear a servidora TÂNIA FÁTIMA GONÇALVES ATALA RAMIRES para coordenar as ações de implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Enfretamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Art.2º-Cabe à Coordenação:

I – Articular parcerias com a rede e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos,

II – Contribuir com a reativação da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes-COMCESCA,

III – Acompanhar e informar acerca da implementação do Plano junto a Secretaria de Ação Social,

Art.3º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2010.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 12.05.10

PORTARIA Nº. 179
DE 23 DE JUNHO DE 2010

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº. 130 de 01 de março de 2010, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 12326 de 16 de junho de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

ART. 1º-Designar a servidora **MARIA JORGINA RODRIGUES CORREA-**Auxiliar de Serviços Gerais para exercer as funções de Chefe da Divisão de Assistência Comunitária da Secretaria Municipal de Ação Social, em substituição ao titular João Paulo de Oliveira Caetano que se encontra de licença prêmio, no período de 01/06/2010 a 31/08/2010.

Art. 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de junho de 2010.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 23.06.10

PORTARIA Nº. 180
DE 23 DE JUNHO DE 2010

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº. 288 de 10 de maio de 2010,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 12228 de 15 de junho de 2010 da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

ART. 1º- Designar o servidor **LUIZ AUGUSTO DA SILVA GARCIA-** Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Patrimônio da Secretaria Municipal de Administração, em substituição ao titular Eder Duarte Alves que se encontra de férias, no período de 05/07/2010 a 03/08/2010.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de junho de 2010.

VÂNIA DA COSTA SACRAMENTO
Secretária Municipal de Administração

Afixado em: 23.06.10

PORTARIA Nº. 181
DE 23 DE JUNHO DE 2010

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº. 288 de 10 de maio de 2010,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 12443 de 18 de junho de 2010 da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

ART. 1º- Designar o servidor **BENEDITO DA SILVA FRANCISCO-** Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Processos Licitatórios da Secretaria Municipal de Administração, em substituição ao titular Carmelo Moriniga Filho que se encontra de atestado médico, no período de 02/06/2010 a 31/07/2010.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de junho de 2010.

VÂNIA DA COSTA SACRAMENTO
Secretária Municipal de Administração

Afixado em: 23.06.10

PORTARIA Nº. 184
DE 28 DE JUNHO DE 2010

Delega poderes administrativos a Sra. **DENISE MARIA DE OLIVEIRA CARVALHO PERALTA**, Coordenadora de Apoio Administrativo do Município de Cáceres, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, e seu Parágrafo Único da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 12887, de 28 de junho de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E:

ART.1º- Delegar poderes à Sra. **DENISE MARIA DE OLIVEIRA CARVALHO PERALTA**-Coordenadora de Apoio Administrativo, para assinar ofícios, despachos, empenhos, folha de pagamento, pedido de diárias, pedido de compras e prestação de serviços, durante a ausência da Secretária Municipal de Ação Social, no período de 28 a 30/06/2010.

ART.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de junho de 2010.

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 28.06.2010.

PORTARIA Nº. 166
DE 10 DE JUNHO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 11596, de 02 de junho de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder ao servidor **RONAN DE SOUZA MEDEIROS**, motorista, FG 02, por conduzir caminhão basculante, de acordo com o Anexo I da Lei 1767/2001, a partir de 01 de junho de 2010.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de junho de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 10.06.10

PORTARIA Nº. 182
DE 23 DE JUNHO DE 2010

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº. 288 de 10 de maio de 2010,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 12477 de 18 de junho de 2010 da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

ART. 1º- Designar a servidora **AZIZE FERREIRA DE CAMPOS-**Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da Controladoria Municipal, em substituição a titular Lidiane Cristina Carmo e Silva que estará gozando suas férias, no período de 28/06/2010 a 27/07/2010.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de junho de 2010.

VALÉRIA ALVES DE SOUZA
Secretária Municipal de Governo
Interinamente

Afixado em: 23.06.10

PORTARIA Nº. 193
DE 07 DE JULHO DE 2010

Delega poderes a Sra. **DENISE MARIA DE OLIVEIRA CARVALHO PERALTA**, Coordenadora de Apoio Administrativo do Município de Cáceres, na forma que especifica.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº 130 de 01 de março de 2010, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 13397, de 07 de julho de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E:

ART.1º- Delegar poderes à Sra. **DENISE MARIA DE OLIVEIRA CARVALHO PERALTA**-Coordenadora de Apoio Administrativo, para na ausência da Sra. Antônia Eliene Liberato Dias-Secretária Municipal de Ação Social a praticar atos pertinentes a referida pasta.

ART.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de julho de 2010.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 07.07.2010.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2010 – PROCESSO N° 125/2010

Órgão: PREFEITURA DE CÁCERES – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Aquisição de um veículo (vam) para transporte com capacidade de 16 (dezesseis) passageiros, com motor à diesel, injeção eletrônica, com ar condicionado, contendo portas trazeiras e direção hidráulica, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres-MT.Data de Abertura: dia 23 de Julho de 2010 às 09h00 horas (hora local).

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 1815, CEP 78200-000 - Cáceres-MT, das 12:00 às 18:00 horas, ou através do portal www.caceres.mt.gov.br ou solicitado através do e-mail: licita.cac@hotmail.com ou ainda pelo telefone (65) 3223-3805 e 3223-1500 – Ramal 233.

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 02 de Julho de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da CPL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2010 – PROCESSO N° 127/2010

Órgão: PREFEITURA DE CÁCERES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Objeto: Aquisição de materiais de consumo e expediente, necessários para serem utilizados nas Oficinas Terapêuticas no CAPS, também atender a solicitação da Vigilância Sanitária e Epidemiológica – VISA e atender aos serviços de readequação de pacientes cadastrados no DST/AIDS, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura

Data de Abertura: dia 23 de Julho de 2010 às 13h00 horas (hora local).

Tipo: MENOR PREÇO – POR ITEM

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas, nº 1815, CEP 78200-000 - Cáceres-MT, das 12:00 às 18:00 horas, ou através do portal www.caceres.mt.gov.br ou solicitado através do e-mail: licita.cac@hotmail.com ou ainda pelo telefone (65) 3223-3805 e 3223-1500 – Ramal 233/249/258

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 05 de Julho de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da CPL

Resultado de Licitação

Modalidade: **Tomada de Preços** n.º 006/2010 - Processo n.º 0115/2010

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, materiais de consumo, para atender os serviços administrativos da Secretaria Municipal de Ação Social, neste município de Cáceres/MT.

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT., vem tornar publico, para conhecimento dos interessados, que as empresas JUNIO LOPES DA CRUZ-ME, no valor de R$ 81.739,16 (oitenta e hum mil, setecentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos), VIEGAS DE SOUZA E CIA. LTDA. no valor de R$ 27.869,95 (vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos) , MOREIRA C. PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-EPP, no valor de R$ 20,88 ((vinte reais e oitenta e oito centavos) foram julgadas vencedoras deste certame, atendendo aos preceitos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, art. 23, II, alinea "a", de parecer da PGM – Procuradoria Geral do Município, a empresa acima devera cumprir os requisitos e especificações presentes no Edital e seus Anexos

Recursos: **ProJovem Adolescente, Piso Básico Variável II, Programa de Atenção Integral as Famílias, Piso Variável de Média Complexidade, Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual Contra Criança e Adolescentes, Piso de Alta Complexidade e Recursos Próprios.**

Local e Data: Cáceres/MT., 09 de junho de 2010.

LUIS AURELIO ALVES
Presidente da CPL

DECRETO Nº 000172/10 de 24 de Março de 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
NO VALOR DE R$ 837.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei Nº 002222/10 de 25 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
05.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
(179) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.019-0000 - Obrigacoes Patronais	9.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
(496) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.024-0004 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	5.000,00
06.20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(288) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.015-0004 - Equipamentos e Material Permanente	50.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.20 - COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
(28) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.022-0127 - Obras e Instalacoes	60.000,00
(243) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.043-0002 - Obrigacoes Patronais	40.000,00
(27) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.022-0002 - Obras e Instalacoes	60.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
(313) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.035-0000 - Obras e Instalacoes	20.000,00
(596) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.065-0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.000,00
(314) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.035-0123 - Obras e Instalacoes	200.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
09.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
(343) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.051-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	10.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
12.20 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(778) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.090-0000 - Material de Consumo	10.000,00
(740) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.084-0018 - Material de Consumo	90.000,00
(747) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.085-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00
(745) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.085-0000 - Material de Consumo	55.000,00
(750) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.086-0021 - Material de Consumo	5.000,00
(820) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.097-0058 - Material de Consumo	90.000,00
(825) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.098-0054 - Material de Consumo	20.000,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
13.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
(128) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.081-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	3.000,00
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
14.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
(883) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.109-0000 - Passagens e Despesas com Locomocao	5.000,00
Total Suplementação:	**837.000,00**

DECRETO Nº 000172/10 de 24 de Março de 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
NO VALOR DE R$ 837.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei Nº 002222/10 de 25 de Fevereiro de 2010;

Art. 2º - O Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,mediante anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
05.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
(483) 3.3.90.92.00.00.00.00.2.018-0000 - Despesas de Exercicios Anteriores	10.000,00
(483) 3.3.90.92.00.00.00.00.2.018-0000 - Despesas de Exercicios Anteriores	9.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
(941) 3.3.50.39.00.00.00.00.2.124-0004 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.20 - COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
(253) 3.1.91.13.00.00.00.00.2.043-0002 - Obrigações Patronais - RPPS	40.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
(315) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0000 - Obras e Instalacoes	55.000,00
(315) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0000 - Obras e Instalacoes	5.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes	200.000,00
(641) 4.4.90.51.00.00.00.00.2.070-0108 - Obras e Instalacoes	20.000,00
(78) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.055-0138 - Obras e Instalacoes	100.000,00
(630) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.068-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	50.000,00
(315) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0000 - Obras e Instalacoes	5.000,00
(641) 4.4.90.51.00.00.00.00.2.070-0108 - Obras e Instalacoes	20.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes	90.000,00
(315) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0000 - Obras e Instalacoes	10.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes	90.000,00
08.30 - SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL	
(635) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.069-0001 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	60.000,00

DECRETO Nº 000172/10 de 24 de Março de 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
NO VALOR DE R$ 837.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei Nº 002222/10 de 25 de Fevereiro de 2010;

Art. 2º - O Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,mediante anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.30 - SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL	
(660) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.072-0001 - Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
Total Anulação:	**837.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES, 24 de Março de 2010

Túlio Aúrelio Campos Fontes
Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº 000284/10 de 6 de Maio de 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
NO VALOR DE R$ 159.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei Nº 002222/10 de 25 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**GOVERNO**
03.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**GOVERNO**
(441) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.009-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					10.000,00
04	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**ADMINISTRAÇÃO**
04.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**ADMINISTRAÇÃO**
(469) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.016-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					20.000,00
05	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**FINANÇAS**
05.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**FINANÇAS**
(179) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.019-0000 - Obrigacoes Patronais					4.000,00
(482) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.018-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					10.000,00
(180) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.019-0000 - Diarias - Civil					2.000,00
(478) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.018-0000 - Material de Consumo					30.000,00
(479) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.018-0000 - Passagens e Despesas com Locomocao					5.000,00
06	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**SAÚDE**
06.20	**-**	**FUNDO**	**MUNICIPAL**	**DE**	**SAÚDE**
(238) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.041-0089 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica					5.000,00
(237) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.041-0089 - Material de Consumo					5.000,00
(239) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.041-0089 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					5.000,00
(207) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.025-0004 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica					10.000,00
07	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**EDUCAÇÃO**
07.20	**-**	**COORDENAÇÃO**	**MUNICIPAL**	**DE**	**EDUCAÇÃO**
(246) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.043-0002 - Diarias - Civil					5.000,00
(930) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.119-0063 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					10.000,00
12	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**AÇÃO SOCIAL**
12.20	**-**	**FUNDO**	**MUNICIPAL**	**DE**	**ASSISTENCIA SOCIAL**
(771) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.089-0046 - Contratacao por Tempo Determinado					25.000,00
(772) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.089-0046 - Obrigacoes Patronais					5.000,00
(776) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.090-0000 - Contratacao por Tempo Determinado					8.000,00
				Total Suplementação:	**159.000,00**

Art. 2º - O Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,mediante anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

08	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**OBRAS**	**E**	**SERVIÇOS**	**URBANOS**
08.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**OBRAS**	**E**	**SERVIÇOS**	**URBANOS**
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								5.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								5.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								10.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								4.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								5.000,00

DECRETO Nº 000284/10 de 6 de Maio de 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
NO VALOR DE R$ 159.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei Nº 002222/10 de 25 de Fevereiro de 2010;

Art. 2º - O Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,mediante anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

08	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**OBRAS**	**E**	**SERVIÇOS**	**URBANOS**
08.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**OBRAS**	**E**	**SERVIÇOS**	**URBANOS**
(48) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.034-0109 - Obras e Instalacoes								25.000,00
(48) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.034-0109 - Obras e Instalacoes								5.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								20.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								10.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								10.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								30.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								5.000,00
08.30	**-**	**SANEAMENTO**			**BÁSICO**			**MUNICIPAL**
(660) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.072-0001 - Equipamentos e Material Permanente								10.000,00
(660) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.072-0001 - Equipamentos e Material Permanente								2.000,00
(325) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.043-0001 - Material de Consumo								8.000,00
(325) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.043-0001 - Material de Consumo								5.000,00
							Total Anulação:	**159.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES, 6 de Maio de 2010

Túlio Aúrelio Campos Fontes
Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº 000343/10 de 21 de Maio de 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
NO VALOR DE R$ 523.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei Nº 002222/10 de 25 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02	**-**	**GABINETE**		**DO**	**PREFEITO**
02.10	**-**	**GABINETE**		**DO**	**PREFEITO**
(155) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.006-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					20.000,00
(429) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					3.000,00
03	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**GOVERNO**
03.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**GOVERNO**
(441) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.009-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					37.000,00
05	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**FINANÇAS**
05.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**FINANÇAS**
(482) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.018-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					80.000,00
06	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**SAÚDE**
06.20	**-**	**FUNDO**	**MUNICIPAL**	**DE**	**SAÚDE**
(236) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.039-0012 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					3.000,00
(208) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.025-0004 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					30.000,00
(235) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.039-0012 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica					2.000,00
(504) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.026-0010 - Material de Consumo					228.000,00
08	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE OBRAS E SERVIÇOS**	**URBANOS**
08.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE OBRAS E SERVIÇOS**	**URBANOS**
(142) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.095-0000 - Obras e Instalacoes					15.000,00
10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**PLANEJAMENTO**
10.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**PLANEJAMENTO**
(694) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.077-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					5.000,00
12	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE AÇÃO**	**SOCIAL**
12.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE AÇÃO**	**SOCIAL**
(120) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.076-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					90.000,00
13	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE ESPORTE, CULTURA E**	**LAZER**
13.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE ESPORTE, CULTURA E**	**LAZER**
(857) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.104-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					5.000,00
14	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE INDÚSTRIA E**	**COMÉRCIO**
14.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE INDÚSTRIA E**	**COMÉRCIO**
(885) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.109-0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					5.000,00
				Total Suplementação:	**523.000,00**

Art. 2º - O Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,mediante anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

06	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**SAÚDE**
06.20	**-**	**FUNDO**	**MUNICIPAL**	**DE**	**SAÚDE**
(393) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.084-0115 - Obras e Instalacoes					3.000,00

DECRETO Nº 000343/10 de 21 de Maio de 2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR
NO VALOR DE R$ 523.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei Nº 002222/10 de 25 de Fevereiro de 2010;

Art. 2º - O Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,mediante anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

06	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**				**SAÚDE**
06.20	**-**	**FUNDO**	**MUNICIPAL**	**DE**				**SAÚDE**
(393) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.084-0115 - Obras e Instalacoes								2.000,00
(393) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.084-0115 - Obras e Instalacoes								228.000,00
(393) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.084-0115 - Obras e Instalacoes								30.000,00
08	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**OBRAS**	**E**	**SERVIÇOS**	**URBANOS**
08.10	**-**	**SECRETARIA**	**MUNICIPAL**	**DE**	**OBRAS**	**E**	**SERVIÇOS**	**URBANOS**
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								3.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								20.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								5.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								5.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								37.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								90.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								80.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								15.000,00
(316) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0125 - Obras e Instalacoes								5.000,00
							Total Anulação:	**523.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES, 21 de Maio de 2010

Túlio Aúrelio Campos Fontes
Prefeito de Cáceres

Prefeitura Municipal de Canarana

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Canarana - MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público que no Pregão Presencial 17/2010, sagrou-se vencedora a Empresa Fritz Veículos Ltda. Em 06 de Julho de 2010.

Sandra Maria dos Santos
Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Colíder

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2010

Ficam Convocados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2010 que deverão apresentar-se na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, **até o dia 13 de Julho de 2010** munidos dos seguintes documentos originais e duas cópias legíveis, que serão retidas:

Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação, para o cargo que se candidatou;

Registro nos respectivos Conselhos Profissionais;

Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

Carteira de Identidade;

Cadastro de Pessoa Física - CPF;

Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

02 fotos 3x4 atual e colorida;

Carteira de Trabalho;

Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS)

Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS)

Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

Carteira Nacional de Habilitação;

Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Cópia da Declaração de Bens encaminhada à Receita Federal relativa ao último exercício fiscal ou declaração de bens, se isento;

Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.

O início das atividades se dará até o dia 13 de Julho de 2010.

Os candidatos convocados são:

Cargo/Função: Agente de Combate as Endemias:

- Maria Santina de Souza 1º Aprovada
- Marilza Aparecida 2º Aprovada
- Jeferson Antonio Pichiteli 3º Aprovado
- Elisangela dos Santos Apolinário 4º Aprovada
- Alan Diego Frota 5º Aprovado
- Fernanda Granzoti Moreira 6º Aprovada
- Débora dos Santos Mangolin da Silva 7º Aprovada
- Ivone Ferreira Brilhante 8º Aprovada

Cargo/Função: Agente Comunitário de Saúde:

- Dolores Suniga micro área 15 1ª Aprovada
- Maria Aparecida de Oliveira micro área 16 1ª Aprovada
- Tatiane de Oliveira Gomes micro área 24 1ª Aprovada
- Andréia Renata Godoy de Oliveira micro área 36 1ª Aprovada
- Graciele Cristina Betarelli micro área 40 1 ª Aprovada
- Valdirene Xavier da S. Felix micro área 51 1 ª Aprovada
- Maria Izabel de Freitas Faria micro área 52 1 ª Aprovada
- Adriana Mendes de Sá micro área 56 1 ª Aprovada

Cargo/Função: Assistente Social (CEREST)

- Silvana da Fonseca Rosas 1ª Aprovada

Cargo/Função: Técnico em Segurança do Trabalho (CEREST)

- Alexandre Peovão de Oliveira 1º Aprovado

O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

Os contratos para os aprovados que forem chamados para assumir o cargo, terão validade a partir da data da assinatura do contrato até 31 de Dezembro de 2010, podendo ser renovado a critério da Administração Municipal.

O presente processo seletivo simplificado tem validade de 12 (doze) meses, contado a partir 21 de Junho de 2010 podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

Colíder/MT, 07 de Julho de 2010

Celso Paulo Banazeski
Prefeito Municipal

EXTRATOS DE ADITIVOS DO MÊS DE JUNHO DE 2010.
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 122/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: SM CONSTRUTORA LTDA
OBJETO: Execução da Obra de Reforma Geral, Instalações Elétricas e Hidro-Sanitárias, Construção de 40m de Muro com Gradil Padrão da SEDUC na Frente da Escola, Pórtico em Concreto e Portões de Acesso na Escola Estadual "CAFÉ NORTE" no município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, terminando a vigência do contrato em 29 de dezembro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 11/06/2010

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 128/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: SM CONSTRUTORA LTDA
OBJETO: Execução da Obra de Construção da Cobertura da Quadra Poliesportiva na Escola Estadual "CAFÉ NORTE" no município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, terminando a vigência do contrato em 29 de dezembro de 2010.
DATA DE ASSINATURA: 11/06/2010

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 039/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADA: SM CONSTRUTORA LTDA
OBJETO: Execução da Obra de Construção de Área de Eventos em Praça Pública no Município de Colíder/MT. Fica acrescentado a Cláusula Quarta - dos prazos do Contrato Original, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, terminando a vigência do contrato em 16 de Janeiro de 2011.
DATA DE ASSINATURA: 11/06/2010

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2010

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 21 de Julho de 2010, ás 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto: **contratação de empresas concessionárias especializadas e credenciadas pelos fabricantes para a realização de revisões periódicas dentro do período de garantia, compreendendo a utilização de mão de obra qualificada e peças originais para equipamentos rodoviários do município de Colider/MT.** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 60 – Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br.

Colider/MT, em 08 de Julho de 2010.

VIVIENE C. GONÇALVES RIBEIRO
Pregoeira

Publique-se

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2010

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Colider – MT, torna público aos interessados que com base no parecer da Assessoria Jurídica e no termo de Revogação do Prefeito Municipal de Colider/MT, fica **REVOGADO** o referido processo licitatório.

Colider/MT, em 08 de Julho de 2010

EDUARDO DA SILVA GUILHERME
Presidente da CPL

Publique-se

Prefeitura Municipal de Colniza

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2010

A Prefeitura Municipal de Colniza - MT, através do Pregoeiro Oficial, designado pelo Decreto Municipal nº. 003/2010, em cumprimento à Lei Federal nº. 10.520/2002, demais normas complementares, torna público que o vencedor do Pregão Presencial N° 062/2010 realizado no dia 08/07/2010, com objetivo de selecionar proposta para **AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DA PREFEITA** foi o seguinte licitante: **ITACIARA MOTORS LTDA** com proposta no valor global de R$ 111.300,00 (cento e onze mil e trezentos reais) **.**

Prefeitura Municipal de Colniza/MT em 08 de Julho de 2010.

ANTÔNIO APOLINÁRIO
PREGOEIRO OFICIAL

LEI Nº. 468/2010

"SÚMULA" : "ALTERA O QUADRO DE CARGOS E SALÁRIO DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Colniza Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas por lei, ouvido o Soberano Plenário que aprovou e, a Prefeita Municipal **NELCI CAPITANI** sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Acrescenta o Inciso IV do Artigo 12º da Lei Municipal **nº. 395/2008**, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 12º -"......"
I–".....".
II – ".....**"**.
III – ".....".
IV – Controladoria Interna
a) Exercer todas as atribuições dispostas no Artigo 74 da Constituição Federal e 52 da Constituição Estadual, além das disposições do Artigo 5º da Lei Municipal nº. 345/2007.

Art. 2º - Modifica o **Inciso XI** do Artigo 14º da Lei Municipal nº. 395/2008, e no mesmo Adita o item **"m"**, passando ter a seguinte redação:

Art. 14º -"......"
I–".....".
II–".....".

XI–"Diretor de Tesouraria
a–".....".
b–".....".
c–".....".
d–".....".
e–".....".
f–".....".
g–".....".
h–".....".
i–".....".
j–".....".
l–".....".

m–Enviar tempestivamente os informes do **APLIC** Cidadão ao **TCE/MT.**

Art. 3º - Altera o Artigo 21º da Lei Municipal nº. 395/2008, que passa ter a seguinte redação:

"Art. 21 – O lotacionograma geral do Poder Legislativo é fixado em 36 (trinta e seis) servidores, sendo estes 12(doze) de Provimentos Efetivos e 24 (vinte e quatro) de Provimentos em Comissão."

Art. 4º - Os códigos e vencimentos dos cargos constantes no Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo e Cargos de Provimento em Comissão, bem como Anexo II Tabela II Cargos e Funções de Provimento em Confiança da Lei Municipal nº. 395/2008, passam a vigorar, na forma dos anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 5º - O estudo de impacto orçamentário e financeiro decorrente dessa reformulação organizacional está dentro dos parâmetros legais conforme planilha anexa, estando de acordo com os limites estabelecidos em lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos à 1º de Abril de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Colniza/MT, em 24 de abril de 2010.

Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.

Nelci Capitani
Prefeita Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

Adriana Sprey Pereira
Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO	CATEGORIA	NÍVEL	REF.	Nº. IDEAL	Nº. EXISTENTE	Nº. VAGAS
ATIVIDADE DE NÍVEL ELEMENTAR	ZELADORA					
	VIGIA	01	01-25	01	01	00
	MOTORISTA	01	01-25	02	02	00
	RECEPCIONISTA	03	01-25	01	01	00
		03	01-25	01	01	00
	SUBTOTAL			05	05	00
ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO	Aux. Administrativo	05	01-25	01	01	00
	A. Administrativo	06	01-25	02	02	00
	Telefonista	03	01-25	01	01	00
	Ofice Boy	03	01-25	01	01	00
	Téc. Contábil	05	01-25	01	00	01
ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR	Controle Interno	07	01-25	01	00	01
	SUBTOTAL			07	05	02
	TOTAL			12	10	02

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO	CARGO/FUNÇÃO	SIMBOLO	VAGAS
DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	Assessor Jurídico com "OAB"	DAS-01	01
	Assessor Contábil com "CRC"	DAS-01	01
	Diretor Legislativo	DAS-02	01
	Coordenador de Controle Interno	DAS-03	01
	Diretor de Tesouraria	DAS-03	01
	Secretaria Legislativo	DAS-03	01
	Assessor da Presidência	DAS-04	01
	Assessor Administrativo	DAS-04	03
	Assessor Parlamentar	DAS-05	09
	Assessor da Presidência II	DAS-06	04
	Atendente Parlamentar	DAS-07	01

ANEXO II
TABELA II
CARGOS E FUNÇÕES DE PROVIMENTO EM CONFIANÇA

SÍMBOLO	COMISSÃO (R$)
DAS – 01	3.600,00
DAS – 02	2.250,00
DAS – 03	1.700,00
DAS – 04	1.200,00
DAS – 05	950,00
DAS – 06	800,00
DAS – 07	600,00

LEI N.º 475/2010

"Dispõe sobre a criação e denominação da Unidade do CRIDAC – Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Corrêa, e dá outras providências".

NELCI CAPITANI, Prefeita Municipal de Colniza/MT, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal/MT, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – A presente Lei dispõe sobre a criação e a denominação da Unidade Descentralizada do **CRIDAC** instalada no município de Colniza/MT, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, para o desenvolvimento de ações de reabilitação.

Art. 2º – Conceder-se-á a unidade descentralizada de reabilitação instalada neste município, a denominação de Unidade **CRIDAC** – Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Corrêa.

Art. 3º –– Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Colniza/MT, 24 de junho de 2010.

Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.

Nelci Capitani
Prefeita Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

Adriana Sprey Pereira
Secretária Municipal de Administração

LEI N.º 476/2010

SÚMULA:
"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA PELO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR E REVOGA A LEI Nº. 440/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara Municipal de Colniza, aprovou e eu **NELCI CAPITAN**I, Prefeita Municipal de **COLNIZA**, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica criada na Câmara Municipal de **COLNIZA**, a verba de caráter indenizatório, pelo exercício da atividade parlamentar de controle externo, sob o título **Verba Indenizatória**, no valor de até **R$ 1.610,00 (um mil, seiscentos e dez reais),** para cada vereador, dentro da permissibilidade constitucional prevista na Emenda Constitucional Federal nº. 47, de 05 de julho de 2005.

PARÁGRAFO ÚNICO – A verba de que trata o caput será paga mensalmente, com exceção dos meses de recesso parlamentar compreendido no período de 16 de Dezembro a 14 Janeiro e 1º a 30 de Julho, como contribuição em espécie, ao desempenho externo da atividade parlamentar de fiscalização dos atos da administração pública municipal e interação direta com a população dentro da área territorial do município para auscultar suas reivindicações.

ART. 2º - A verba indenizatória será paga no início do mês e não fará parte do limite de gasto com pessoal, cujo pagamento será efetuado através da dotação orçamentária **33.90.93 – Indenização e restituição,** ficando o vereador responsável em apresentar relatório das atividades desenvolvidas nos deslocamentos realizados.

ART. 3º - A verba indenizatória deverá ser gasta com o efetivo exercício da atividade parlamentar, sendo as despesas relativas a:

I – locomoção do parlamentar dentro do território do município, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II – Combustíveis e lubrificantes;

III – Contratação, para fins de apoio à atividade parlamentar, de consultoria, assessorias, pesquisas e trabalhos técnicos de pessoa jurídica;

IV – Aquisição ou locação e publicações, TV a cabo ou similar, acesso à internet e locação de veículos equipamentos;

V – Alimentação, exclusivamente em nome do Vereador;

VI – peças e assessórios para veículos a serviço do gabinete do parlamentar tais como baterias, pneus, câmaras-de-ar e válvulas, entre outras;

VII – Cópias heliográficas de documentos de interesse do gabinete;

VIII – despesas com telefone móvel em nome do parlamentar, ou fixo caso instalado no gabinete ou no escritório do vereador.

§ 1º - Não se admitirão gastos com propaganda eleitoral de qualquer espécie.

§ 2º - As Contratações, serviços e aquisições realizadas com os recursos de que se trata serão de exclusiva responsabilidade do parlamentar, sendo que a inadimplência do contratante com referencia a estas despesas, em especial, com referencia alugueis, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, não transfere à Câmara Municipal ou ao Município a responsabilidade pelo seu pagamento.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário especialmente a Lei Municipal **nº. 440/2009**.

Gabinete da Prefeita Municipal de Colniza/MT, em 24 de junho de 2010.

Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.

Nelci Capitani
Prefeita Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

Adriana Sprey Pereira
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº. 477/2010

SÚMULA:
"REVOGA NO INTEIRO TEOR A LEI Nº. 034/2001 E CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CMAE DE COLNIZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI CAPITANI, Prefeita Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1° - Fica criado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – **CMAE**, em caráter permanente e deliberativo, que é um órgão Colegiado composto por representantes do Poder Público e representante de Classes.

ART. 2° - Ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, compete:

I - Promover, planejar e coordenar as atividades relativas à merenda escolar, no Município, em colaboração com o Poder Executivo;

II – acompanhar, fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III – zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre boas práticas higiênicas e sanitárias;

IV – receber, analisar e remeter ao **FNDE** com parecer conclusivo, as prestações de contas dos Programas de Alimentação Escolar encaminhadas pelo Município, na forma da lei;

V – participar na elaboração, juntamente com nutricionista capacitado, dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares da região.

VI – manter intercâmbio com entidades oficiais, federais, estaduais e municipais e com entidades privadas, nacionais ou internacionais, visando o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades voltadas à alimentação escolar;

VII – sugerir ao executivo a realização de convênios com entidades oficiais federais, estaduais e municipais, visando a integração de programas a serem desenvolvidos por essas entidades, no Município, com vista ao aperfeiçoamento do Programa Municipal de Alimentação Escolar.

VIII - apreciar e votar anualmente, o plano de ação dos Programas de Alimentação Escolar a ser apresentado pela Entidade Executora (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), setor da Alimentação Escolar.

ART. 3° - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar tem a seguinte composição:

I – 01 (um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito;

II – 02 (dois) representantes de professores, alunos ou trabalhadores na Área da Educação, indicados em Assembléia Geral da Categoria:

a) Os representantes dos professores indicados deverão estar exercendo suas funções nos estabelecimentos de ensino.

III – 02 (dois) representantes dos Pais de Alunos que tenham filhos matriculados na rede municipal de Ensino.

IV – 02 (dois) representantes da sociedade civil local

.

§ 1° - Cada membro titular do **CMAE** terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2° - Os membros e o presidente do **CMAE** terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido apenas uma vez.

§ 3° - Os órgãos e entidades referidos neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a substituição dos seus respectivos representantes.

§ 4° - Será dispensado o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas no período de um ano.

§ 5° - No término do mandato do prefeito municipal considerar-se-ão dispensados todos os membros do **CMAE**.

§ 6° - As funções dos membros do **CMAE** não serão remuneradas sendo que seu exercício é considerado relevante serviço a alimentação dos estudantes da rede Municipal de ensino.

§ 7° - Nos seus impedimentos o Presidente do **CMAE** será substituído pelo vice-presidente.

ART. 4° - O **CMAE** reunir-se-á ordinariamente de acordo com o regimento interno, extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ **1° -** As sessões plenárias do **CMAE** instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ **2° -** Cada membro terá direito a um voto.

§ **3° -** As decisões do **CMAE** serão consubstanciadas em resoluções.

ART. 5° - O **CMAE** poderá convidar entidades, autoridades e técnicos com conhecimento na área de alimentação para colaborarem em estudos instituídos no âmbito do próprio **CMAE**, sob a coordenação do presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO - As comissões terão a finalidade de promover estudos para melhor desenvolvimento das ações do Programa Municipal de Alimentação Escolar, sendo elas:

a) Alimentação e Nutrição;
b) Recursos Humanos;
c) Compras e Distribuição.

ART. 6° - A organização e funcionamento do **CMAE** serão disciplinados pelo Regimento Interno, aprovado pela maioria dos membros do Conselho, que terão prazo de 90 (noventa) dias para a elaboração e aprovação do referido Regimento.

ART. 7° - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo, se houver necessidade.

ART. 8° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº. **34/2001** e demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Colniza/MT, em 28 de junho de 2010.

Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.

Nelci Capitani
Prefeita Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

Adriana Sprey Pereira
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 478/2010

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELCI CAPITANI, PREFEITA MUNICIPAL DE COLNIZA ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2011, compreendendo:

I – as metas fiscais;
II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;
III - a estrutura dos orçamentos;
IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município;
V – as disposições sobre dívida pública municipal;
VI – as disposições sobre despesas com pessoal;
VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS FISCAIS

Art. 2º – As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2008, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº101/2000, a denominada lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estão identificadas nos Anexos que compõe esta Lei.

Art. 3º – É facultado ao Poder Executivo, até o exercício de 2006, conforme previsto na art. 63 da LRF, o desdobramento das metas fiscais em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma Lei.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º. As propriedades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011, são aquelas definidas e demonstradas no anexo I - Metas e Prioridades desta Lei (art., 165, §2º da Constituição Federal).

§ 1º – A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

§ 2º – Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II - As despesas com o pagamento da Dívida Pública e de Pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a modalidade de aplicação:

1. Pessoal e Encargos Sociais;
2. Juros e Encargos da Dívida;
3. Outras Despesas Correntes;
4. Investimentos;
5. Inversões Financeiras;
6. Amortização da Dívida;
7. Outras Despesas de Capital.

Art. 8º. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 9º. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 10º. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Mensagem;

II - Texto da lei;

III - Tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I – Situação econômica do Município

II – Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III – Exposição da receita e despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007;

II - Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal.

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I – Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 1, da Lei N. 4.320/64;

II – Quadro demonstrativo da Receita e Despesas, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei N. 4.320/64;

III - Quadro demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgãos do governo e da administração, Anexo 6, da Lei nº. 4.320/64;

IV - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº. 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº. 4.320/64;

VI - Quadro demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº. 4.320/64;

VII - Quadro demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei Nº. 4.320/64;

IX – Quadro demonstrativo da receita por fontes e respectiva legislação;

X - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

XI – Quadro de Detalhamento de Despesas.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art.11º. No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2011 as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 12º. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV – austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 13º. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº. 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Na estimativa da receita serão considerados as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei;

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 5º. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 30% do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

§ 6º. Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

§ 7º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

§ 8º. A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2011 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – **ADCT**.

Art. 14º. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de setembro de 2010, na forma da Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 15º. A proposta orçamentária do município, para o ano de 2011, observará o que dispõe esta lei e será encaminhada pelo Poder Executivo a Câmara Municipal até a data de 30 de outubro de 2010.

CAPITULO V
DA DISPOSIÇÃO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 16º. As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

Art. 17º. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 18º. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 19º. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art.62, da Lei Complementar nº. 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias àquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 20º. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 21º. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para **PASEP**, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 22º. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000, de modo a demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2011 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 23º. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente a no mínimo 1,0 % (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24º. Os Poderes Legislativo e Executivo observação, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativo ao mês de agosto de 2010;

II - serão incluídas dotações para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, ou processo seletivo, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

§ 2º. No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2011, fica autorizada a fixação de um índice de reajuste de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a Receita Corrente Líquida, sem prejuízo à manutenção do equilíbrio fiscal.

Art. 25º – Na execução orçamentária de 2011, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal O Executivo Municipal adotará as seguinte medidas:

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II – eliminação das despesas com horas-extras;
III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII
ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 26º. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº. **101/2000**.

CAPITULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26º. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, os Anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e os demais anexos nos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas, para o aplicativo LRF – Cidadão.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até

30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2011, e de fevereiro de 2012, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 27º. O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2011, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no anexo II, do art. 2º, desta Lei, esta será feita de forma proporcional ao montante necessário a preservação do resultado estabelecido.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º. O chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 28º. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2010, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2011 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 29º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Colniza/MT, em 28 de junho de 2010.

Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.

Nelci Capitani
Prefeita Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

Adriana Sprey Pereira
Secretária Municipal de Administração

ANEXO III
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Riscos fiscais são fatos imprevisíveis que poderão frustrar a expectativa de arrecadação de tributos e de transferências de outras esferas de governo, como, por exemplo, alterações no nível de atividade econômica e no índice de inflação. Estes fatos, da mesma forma, poderão ser fatores determinantes de possíveis desvios na projeção utilizada para as previsões da despesa.

Os riscos fiscais dividem-se em duas categorias:

* Orçamentários; e
* Passivos contingentes.

Os riscos orçamentários dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

Alguns fatores poderão frustrar a expectativa de arrecadação de tributos e transferências de outras esferas de governo.

As variáveis que influem diretamente no montante de recursos arrecadados pelo Município são o nível de atividade econômica e a taxa de inflação.

O Município vem mantendo o equilíbrio em suas contas. Para o ano de 2011 não será diferente.

Outros riscos que poderão acontecer são os chamados passivos contingentes, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados de julgamentos de processos judiciais que envolvam o Município, danos causados pelo Município a terceiros e passíveis de indenizações, entre outros.

Fica estabelecido, o percentual de 1% (um por cento), estabelecido na Reserva de Contingente a qual será reservada para atender aos Passivos Contingentes.

NELCI CAPITANI
Prefeita Municipal

L.D.O. – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS EM ANDAMENTO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

OBRA	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
CONVÊNIO 256/2007 – DRENAGEM EM AREAS ENDEMICAS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE COLNIZA/MT NO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO – PAC	EM ANDAMENTO	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVENIO 365/2008 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CAPASELANTE, RUA DAS PALMEIRAS, RUA DAS MANGUEIRAS,AVENIDA VITÓRIA RÉGIA, TRAVESSA DAS MELISSAS, RUA DAS PAINEIRAS, RUA DOS JASMINS E AVENIDA DOCONTORNO NO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT	EM ANDAMENTO	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS
CONVENIO 244866-16/2007 – COLNIZA MT M. CIDADES PRO MUNICIPIO PAVIMENTACAO E DRENAGEM	EM ANDAMENTO	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS
CONVENIO 09/2008 – CONSTRUCAO DE 53,8 KM DE ESTRADAS VICINAIS PADRAO ALIMENTADORAS, SENDO, 15,50 KM NOPROJETO DE ASSENTAMENTO ESCOL SUL, 21,00 KM NO PROJETO DE ASSENTAMENTO COLNIZA 1 E 17,30 KM NOPROJETO DE ASSENTAMENTO NATAL	FINALIZADA	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS
CONVENIO 041/2009 – REFORMA E READEQUAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL ANDRÉ MAGGI -	EM EXECUÇÃO	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVENIO 098/2009 – AMPLIAÇÃO DO MINI ESTADIO DE COLNIZA	EM EXECUÇÃO	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
CONVENIO 014/2009 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL EM TSD EM VIAS URBANAS DO MUNICIPIO DE COLNIZA/MT	EM ANDAMENTO	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS
CONTRATO DE REPASSE 03085539-10/2009 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA PROGRAMA PRÓMUNICIPIO PEQUENO PORTE	EM FASE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS JUNTO AO ORGÃO REPASSADOR (CAIXA ECONOMICA FEDERAL)	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS
CONTRATO DE REPASSE 0304273-22/2009 – CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO AGRICULTOR FAMILIAR	EM FASE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS JUNTO AO ORGÃO REPASSADOR (CAIXA ECONOMICA FEDERAL	SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA
CONTRATO DE REPASSE 0310289-16/2009 – CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE BENEFICIAMENTO, CLASSIFICAÇÃO, EMBALAGEM E ROTULAGEM DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE COLNIZA/MT	EM FASE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS JUNTO AO ORGÃO REPASSADOR (CAIXA ECONOMICA FEDERAL	SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA

NELCI CAPITANI
Prefeita Municipal

LEI Nº. 479/2010

Súmula: "Dispõe sobre a obrigatoriedade do procedimento de Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, atendida em serviços de urgência e emergência e dá outras providências."

NELCI CAPITANI, **PREFEITA MUNICIPAL DE COLNIZA, ESTADO DE MATO GROSSO**, faz saber que o Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a Prefeita Municipal a instituir no Município de Colniza o procedimento de Notificação Compulsória da Violência Contra Mulher, atendida em serviços de urgência e emergência.

Art. 2º - Os serviços de saúde, públicos e privados, que prestam atendimentos de urgência e emergência, serão obrigados a notificar, em formulário oficial, todos os casos atendidos e diagnosticados de violência contra a mulher, tipificados como violência física, sexual e doméstica.

Parágrafo Único – Nos serviços de saúde, uma mulher que sofreu violência deve ter o seu "Motivo de Atendimento" classificado, segundo os critérios de:

a) Violência Física – para agressão física sofrida fora do âmbito doméstico, por exemplo: violência sofrida por trabalhadoras do sexo e por outras mulheres, não enquadradas como violência doméstica;

b) Violência Sexual – estupro ou abuso sexual, em âmbito doméstico ou público, que resulte ou não em lesões corporais, **DST"s** (Doenças Sexualmente Transmissíveis), gravidez indesejada ou transtornos mentais; e

c) Violência Doméstica – agressão praticada por um familiar contra outro, ou por pessoas que habitam o mesmo teto sem relação de parentesco.

Art. 3º - O preenchimento da Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher será feito pelo(a) profissional de saúde que realizou o atendimento.

§ 1º - Os serviços de saúde devem obedecer à classificação desta Lei para tipificar a violência contra a mulher, desde o formulário (ficha ou prontuário) do primeiro atendimento, conforme disposto no **Artigo 2º**.

§ 2º - Qualquer profissional de saúde que detecte que a mulher atendida tenha sofrido violência, sem que o fato tenha sido devidamente registrado, deverá comunicar o fato ao profissional responsável pela condução do caso e solicitar a correção do "Motivo de Atendimento" no prontuário e o preenchimento da Notificação Compulsória da Violência Contra Mulher".

Art. 4º - A Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher deverá conter os seguintes dados:

a) nome;
b) idade;
c) cor;
d) profissão;
e) endereço;

I – Motivo de atendimento (tipo de violência: física, sexual ou doméstica);

II – Diagnóstico;

III – Descrição detalhada dos sintomas e das lesões;

IV – Conduta, incluindo tratamento ministrado e encaminhamentos realizados (serviços médicos especializados; serviços de apoio – social, jurídico, psicólogo; orientações para denuncia policial; e busca de apoio em serviços jurídicos).

Parágrafo Único – A Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher deverá ser preenchida em três vias: uma ficará em um arquivo especial de violência contra a mulher da instituição de saúde que prestou o atendimento, outra será entregue à mulher por ocasião de alta e a terceira será encaminhada a Casa de Abrigo de Mulheres Vitima de Violência do Município quando existente ou à Delegacia da Mulher, quando houver ema, e na falta destas duas, à Delegacia de mulheres mais próxima do município onde a mulher sofreu a agressão.

Art. 5º - A disponibilização de dados do Arquivo de Violência Contra a Mulher, de cada serviço de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e da Casa Abrigo de Mulheres Vítima de Violência deverá obedecer rigorosamente à confidencialidade dos dados. Portanto, esses dados só serão disponibilizados para:

I – a pessoa que sofreu a violência devidamente identificada;

II – autoridades policiais e judiciárias, mediante solicitação oficial;

III – Pesquisadores(as) que pretendam realizar investigações cujo Protocolo de Pesquisa esteja devidamente autorizado por um Comitê de Ética em Pesquisa, conforme disposto nas Normas de Ética das Pesquisas vigentes no Brasil (Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde), mediante solicitação por escrito e um documento no qual conste que sob nenhuma hipótese serão divulgados dados que permitam a identificação da pessoa violentada.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Saúde deverá elaborar semestralmente, em um prazo de até 15 (quinze) dias úteis findados o semestre, um relatório contendo:

I – o número de casos atendidos de violência contra mulher;

II – o tipo de violência atendida em cada caso;

III – a data do atendimento;

IV – a idade de cada vítima;

V – a unidade em que foi feito o atendimento ou qualquer dado que possibilite sua identificação. Os demais dados da Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher deverão constar do boletim, inclusive o bairro onde a vítima reside.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde divulgará anualmente estatísticas relativas ao ano anterior.

Art. 8º - Os serviços de saúde deverão providenciar a habilitação e formação de seus recursos humanos para a prestação de atendimento à violência contra a mulher de maneira adequada e digna, no que contarão com o apoio técnico e político da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 9º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário, devendo as previsões futuras destinar recursos específicos para o fiel cumprimento.

Art. 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Colniza/MT, em 28 de junho de 2010.

Registre-se,
Publique-se e,
Cumpra-se.

Nelci Capitani
Prefeita Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001 de 26/01/2001.

Adriana Sprey Pereira
Secretária Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Comodoro

Comodoro – MT, 08 de junho de 2010.

A Prefeitura Municipal de Comodoro torna pública a relação de contratos de pessoal referente ao mês de **Junho** de 2010,

Adejanes de Araújo Silva
Diretor de Departamento de Recursos Humanos
Portaria n°. 119/2009 de 02/03/2009

Prefeito Municipal: Marcelo Beduschi
Departamento de Recursos Humanos
Telefones para contato: (65) 3283 – 2404/2405
E-mail: **rh@comodoro.mt.gov.br**
Site: www.comodoro.mt.gov.br

Relação de Contratados da Prefeitura Municipal de Comodoro – MT
Mês – Junho de 2010

CONTRATO Nº 140/2010
DATA: 01/06/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.
CONTRATADO: **CLEIDE PINHEIRO FERREIRA**
OBJETO: Contratação por tempo determinado para prestação de serviços na função de **PROFESSOR PII**, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, autorizada pela Lei nº 1225/2010.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.06.2029.3190.04

CONTRATO Nº 141/2010
DATA: 01/06/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.
CONTRATADO: **NATALIA WASUSU**
OBJETO: Contratação por tempo determinado para prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, autorizada pela Lei nº 1225/2010.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.06.2029.3190.04

CONTRATO Nº 142/2010
DATA: 01/06/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.
CONTRATADO: **SUELI MASIERO GUIMARÃES**
OBJETO: Contratação por tempo determinado para prestação de serviços na função de **COPEIRA**, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, autorizada pela Lei nº 1225/2010.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.06.2030.3190.04

CONTRATO Nº 143/2010
DATA: 02/06/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.
CONTRATADO: **MARIA JOSE FERNANDES**
OBJETO: Contratação por tempo determinado para prestação de serviços na função de **PROFESSOR PII**, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, autorizada pela Lei nº 1225/2010.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.06.2029.3190.04

CONTRATO Nº 144/2010
DATA: 02/06/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.
CONTRATADO: **ANA BELA DA SILVA**
OBJETO: Contratação por tempo determinado para prestação de serviços na função de **PROFESSOR PII**, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, autorizada pela Lei nº 1225/2010.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.06.2029.3190.04

CONTRATO Nº 145/2010
DATA: 16/06/2010.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.
CONTRATADO: **JOSE RIBAMAR PINHEIRO DOS SANTOS**
OBJETO: Contratação por tempo determinado para prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, autorizada pela Lei nº 1231/2010.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.06.2029.3190.04

Prefeitura Municipal de Confresa

Portaria nº 105/2010 de 14 de junho de 2010

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005.

R E S O L V E;

Art. 1º - Fica concedida a **LICENCA SEM VENCIMENTOS** no período de 01/07/2010 a 30/06/2011 para tratar de assuntos particulares sem direito a percepção de vencimentos, para a servidora Sra. **HELRIS LUCIA OLIVEIRA ALVES,** efetiva no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS** Matricula 000612– Lotado na Secretaria Municipal de Saúde/PSF – Vila Nova.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Junho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 127/2010 de 07 de Julho de 2010

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 024/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica exonerado do Cargo Comissionado de **SECRETARIO MUNICIPAL** por iniciativa do mesmo o Servidor **VOLMIR JOSE LAZZARI** – Matricula 011177, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 07 de Julho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 124/2010 de 06 de Julho de 2010.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº: 020/2005.

CONSIDERANDO;
PARECER 004/2010, emitido pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica exonerada do Cargo Efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS** a Sra**. SONIA MARIA GOMES FEITOSA –** Matricula 000431, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Psf Vila Veranoplois, em razão de abandono de emprego conforme Art.154 da Lei Complementar 020 de 28 de Dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 06 de Julho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Portaria nº 125/2010 de 06 de Julho de 2010.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº: 020/2005.

CONSIDERANDO;
PARECER 005/2010, emitido pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica exonerado do Cargo Efetivo de **APOIO ADMNISTRATIVO EDUCACIONAL** o Sr**. ADELMAR RODRIGUES MOTA –** Matricula 010530, lotado na Secretaria Municipal de Educação/Escola Municipal Vereador Valdomiro Nunes Araújo, em razão de abandono de emprego conforme Art.154 da Lei Complementar 020 de 28 de Dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 06 de Julho de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria nº. 106/2010 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade Pregão presencial nº 16/2010, do tipo Menor Preço, para registro de preços visando a contratação de empresa especializada para a locação de espaço com piscina e quadra de futsal, para atender as necessidades da Secretaria municipal de Assistência Social , no dia 20/07/2010 às 08:30 horas, conforme Lei 8.666 de 21/06/1993 suas alterações posteriores, o Edital poderá ser consultado e adquirido na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Confresa das 10:00 às 11:00 e das 14:00 as 16:hoas horas até 03 dias antes da realização do Certame. Confresa 08 de julho de.2010

Prefeitura Municipal de Diamantino

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2010 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 04/03/2010 A 31/01/2011

Ao primeiro dia do mês de março de dois mil e dez, às nove horas e quinze minutos, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de Apoio, nomeada pela **Portaria nº. 002/2010 de 05 de janeiro de 2010**, composta da seguinte forma: FÁBIO TOMEKITI FUKUSHIMA – Pregoeiro e equipe de Apoio composta por: SANDRA BERENICE WAGNER DA SILVA; MARINA MANTELLI e OSANIR FERREIRA NASCIMENTO, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios em geral (carnes, hortifrutigranjeiros e demais gêneros alimentícios), material de copa e cozinha, para o período de 12 (doze) meses.

I – Consideram-se registrados os preços dos Detentores desta Ata: SUPERMERCADO TEODORO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.854.126/0001-72, Rua Araucária S/N, Centro, Novo Diamantino, Diamantino-MT, telefone/Fax: (65) 3337-1482, representada neste ato por seu Sócio Proprietário pelo Sr. Valdemir Teodoro da Silva, portador do RG Nº. 4.036.309-2 SSP/RP e CPF sob o nº. 602.489.989-00**, e a empresa ANTONIO MARTINS TEIXEIRA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº.** 36.956.993/0001-17, Rua da Paineiras, 293, Novo Diamantino, Diamantino-MT, telefone/Fax: (65) 3337-1480, representada neste ato por seu Sócio Proprietário pelo Sr. Antonio Martins Teixeira, portador do RG Nº. 4329.048 SSP/MT e CPF sob o nº. 327.963581-00, **a saber:**

1.1- Descrição do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ESTIMADA	UNIDADE	MARCA	P. UNIT
LOTE 01 – COPA E COZINHA SUPERMERCADO TEODORO LTDA					
1	ACHOCOLATADO EM PÓ PACOTE 400 G	350	PACOTE	MUKI	2,99
2	AÇUCAR CRISTAL PCT 2 KG FARDO COM 15 UNIDADES	300	FARDO	ITAMARATI	54,75
3	AÇÚCAR REFINADO	60	FARDO	UNIÃO	32,70
4	ADOÇANTE 100 ML	120	UNIDADE	ZEROCAL	3,15
5	CHÁ DE CAMOMILA C/ 50 G	300	UNIDADE	LEÃO	1,47
6	CHÁ DE CANELA CX C/ 10 UNIDADES	100	CAIXA	LEAO	1,47
7	CHÁ DE ERVA CIDREIRA CX C/ 10 UNIDADES	100	CAIXA	LEÃO	1,47
8	CHÁ DE ERVA DOCE CX C/ 10 UNIDADES	400	CAIXA	LEÃO	1,47
9	CHÁ DE MAÇÃ CX C/ 10 UNIDADES	100	CAIXA	LEÃO	1,47
10	CHÁ MATE DE 500 GR	1400	CAIXA	LEÃO	2,69
11	CHÁ MATE GRANEL 200 G CX C/ 30 UNIDADES	100	CAIXA	LEÃO	2,69
12	CHOCOLATE GRANULADO DE 1 KG	12	UNIDADE	DOLENCE	8,94
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500 G C/ SELO ABIC	3000	UNIDADE	BRASILEIRO	4,99
14	CHOCOLATE EM PO 500GR	1620	UNIDADE	MUKI	4,89
15	LEITE EM CAIXINHA INTEGRAL	1800	LITRO	LACBOM	2,15
16	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO, ENRIQUECIDO COM VITAMINA (A E D) E EMULSIFICANTE DE SOJA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 400 GR, EPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES,	100	UNIDADE	SOY	65,90

	INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. SE EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTÍGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO.				
17	LEITE EM PÓ MODIFICADO COM FÓRMULA INFANTIL	20	KILO	NAN	23,66
18	LEITE INTEGRAL 1000 ML	600	LITRO		2,15
19	LEITE, FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTANTES, COM LACTOSE, SAIS MINERAIS, LETICINA DE SOJA E VITAMINAS, PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 450 GR, EPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. SE EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTÍGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO.	50	CAIXA	SOY	65,90
20	LEITE, FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTANTES, COM LACTOSE, SAIS MINERAIS, LETICINA DE SOJA E VITAMINAS, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 450 GR, EPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. SE EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTÍGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO.	80	CAIXA	SOY	65,90
21	LEITE PASTEURIZADO, TIPO "C", PACOTE COM 1 LITRO.	4500	LITRO		1,86
22	FOSFORO CX C/ 40 PALITOS, COMPRIMENTO DO PALITO 4CM, MAÇO COM 10	200	CAIXA	GABOARDI	1,62

LOTE 2 – CARNES EM GERAL
ANTONIO MARTINS TEIXEIRA - EPP

1	BACON	100	KILO		7,22
2	CARNE BOVINA - ACEM	530	KILO		7,69
3	CARNE BOVINA - COSTELA	575	KILO		4,48
4	CARNE BOVINA - PALETA	80	KILO		7,39
5	CARNE BOVINA - PATINHO	400	KILO		8,98
6	CARNE BOVINA COCHÃO DURO KG	800	KILO		8,29
7	CARNE BOVINA DE 2ª EM PEDAÇOS KG	1200	KILO		
8	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª KG	800	KILO		4,99
9	CARNE BOVINA TIPO COCHÃO MOLE DE 1ª KG	550	KILO		9,98
10	CARNE SUÍNA - COSTELA	60	KILO		7,96
11	CARNE SUÍNA 1ª EM PEDAÇO	140	KILO		5,60
12	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO	1400	KILO		3,99
13	FRANGO CONGELADO	1100	KILO		3,99
14	LINGUIÇA CALABRESA	580	KILO		7,75
15	LINGÜIÇA MISTA	750	KILO		3,99
16	PEIXE – PACU	1500	KILO		9,65
17	APRESUNTADO	700	KILO		8,59
18	PEITO DE FRANGO CONGELADO	150	KILO		5,99

LOTE 03 – GENEROS ALIMENTÍCIOS
SUPERMERCADO TEODORO LTDA

1	AMIDO DE MILHO CX C/ 1 KG	25	CAIXA	FLEICHIMNAM	6,29
2	AMIDO DE MILHO PCTE C/ 500 GR	130	PACOTE	FLEICHIMNAM	3,10
3	ARROZ AGULHINHA 5 KG POLIDO, CLASSE LONGO FINO TIPO 1.	3100	KILO	NINA	1,40
4	AZEITE DE OLIVA 500 ML	10	UNIDADE		13,49
5	AZEITONA 500ML	20	UNIDADE	ZAELI	5,39
6	BALA SORTIDA 1 KG	50	PACOTE	ERLAN	4,50
7	BALAS DURAS SABORES VARIADOS	560	PACOTE	ERLAN	4,50
8	BALAS MOLES SABORES VARIADOS	560	PACOTE	ERLAN	4,50
9	BALAS SORTIDAS DE 1 KG	20	PACOTE	ERLAN	4,50
10	BICARBONATO DE SODIO 200GR	20	PACOTE	DOLENCE	6,29
11	BISCOITO DE MAIZENA 400 G	800	UNIDADE	DALLAS	2,99
12	BISCOITO DOCE TIPO LEITE PACOTE C/ 400 GRAMAS	200	PACOTE	DALLAS	2,99
13	BISCOITO RECHEADO SABORES DIVERSOS	500	PACOTE	DALLAS	2,42
14	BISCOITO ROSCA SABOR COCO - PACOTE 800 GRAMAS	100	PACOTE	MABEL	5,99
15	BISCOITO TIPO CREAM CRAKER PCT DE 800 G	1000	PACOTE	MABEL	5,99
16	BOLACHA SALGADA	118	PACOTE	MABEL	0,89
17	BUCHA VEGETAL	100	UNIDADE		2,90
18	CALDO DE GALINHA	30	PACOTE	JUREMA	0,59
19	COADOR DE CAFÉ DE PANO MÉDIO	82	UNIDADE		1,35
20	COADOR DE CAFÉ DE PANO GRANDE	80	UNIDADE		1,50
21	COADOR DE CHÁ TIPO PENEIRA GRANDE	18	UNIDADE		2,64
22	COADOR NYLON TIPO (Nº. 103)	20	UNIDADE	MELITA	2,69
23	COADOR PENEIRA FINA CHÁ	20	UNIDADE		2,69
24	COCO RALADO 100 GR SEM AÇUCAR	300	UNIDADE	COCOMAIS	1,98
25	COCO RALADO PCT 100 G	30	PACOTE	COCOMAIS	1,98
26	COLORAU PCTE C/ 500 GR	590	PACOTE	DOLENCE	1,93
27	CREME DE LEITE	350	UNIDADE	NESTLE	1,89
28	DOCE DE LEITE PASTOSO - 250 GRAMAS	30	UNIDADE	FRIMESA	2,99
29	EXTRATO DE TOMATE - COPO DE VIDRO 180 GRAMAS	30	UNIDADE	QUERO	1,55
30	EXTRATO DE TOMATE 350 GR	400	UNIDADE	QUERO	1,80
31	EXTRATO DE TOMATE TRAD. CONCENTRADO 800 G	80	UNIDADE	OLE	3,60
32	FARINHA DE MANDIOCA ARTESANAL 1 KG	60	KILO	GERAÇÃO	1,90
33	FARINHA DE MANDIOCA DE 1 KG	951	KILO	GERAÇÃO	1,90
34	FARINHA DE ROSCA DE 500 GR	100	UNIDADE	ZAELI	2,45
35	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	1500	KILO	LUNAR	1,65
36	FEIJÃO CARIOCA TIPO 01 PCT 1 KG	500	KILO	KUMBUCA	2,70
37	FEIJÃO PRETO TIPO 1 1KG	100	KILO	KUMBUCA	2,92
38	FEIJÃO TIPO 1 DE 1 KG	2000	KILO	KUMBUCA	2,70
39	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO 500 G	100	UNIDADE	FLEICHIMNAM	11,50
40	FERMENTO BIOLOGICO 500 GR (P/PÃO)	500	UNIDADE	FLEICHIMNAM	11,50
41	FERMENTO EM PO QUIMICO 100GR	200	UNIDADE	FLEICHIMNAM	2,29
42	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 500 G	60	UNIDADE	FLEICHIMNAM	9,99
43	FILTRO DE CAFÉ DE PAPEL	6	CAIXA	MELITA	3,40
44	FILTRO DE PAPEL 103 CX C/ 30 UNIDADES	100	CAIXA	MELITA	3,15
45	FRUTAS CRISTALIZADAS	10	KILO		4,39
46	FUBÁ DE NILHO 500 G	1000	PACOTE	MASSON	0,85
47	GELATINA DE FRUTAS 85 G SABORES VARIADOS	900	UNIDADE	FRUTOP	0,65
48	GOIABADA 600G	50	UNIDADE	PREDILETA	4,75
49	GORDURA VEGETAL 500GR	50	PACOTE		4,49
50	LEITE CONDENSADO LATA 395 G	320	UNIDADE		2,25
51	LEITE DE COCO 200ML	50	UNIDADE	MAIS COCO	1,89
52	MAÇÃ VERMELHA, NACIONAL, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO.	450	KILO		2,59
53	MACARRÃO ESPAGUETE PCTE DE 1 KG, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	1032	PACOTE	VICCARI	2,15
54	MACARRÃO SÊMOLA ESPAGUETE PCT 500 G, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	720	PACOTE	VICCARI	2,15
55	MACARRÃO TIPO CONCHA DE 500 GR, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	1400	PACOTE	VICCARI	2,18
56	MACARRÃO TIPO PARAFUSO 500 GR, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE OU EM CAIXAS DE PAPEL RESISTENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	1600	PACOTE	VICCARI	2,35
57	MAIONESE DE 500 GR	200	PACOTE	MESA	4,38
58	MARGARINA 1 KG	400	UNIDADE	MESA	2,99
59	MARGARINA BALDE GRANDE	24	UNIDADE	SOYA	42,94
60	MARGARINA COM SAL DE 1 KG	180	UNIDADE	MESA	2,99
61	MARGARINA COM SAL DE 500 GR	374	UNIDADE	MESA	1,50
62	MASSA C/ SÊMOLA P/ LASANHA 500G	70	UNIDADE	PETBOM	4,94
63	MILHO BRANCO P/ CANJICA DE 500 GR	100	PACOTE	MASSON	1,65
64	MILHO DE PIPOCA DE 500 GR	460	PACOTE	MASSON	1,50
65	MILHO TIPO CANJICA 500 GRAMAS	20	UNIDADE	MASSON	1,68
66	MILHO VERDE EM CONSERVA 200 G	150	UNIDADE	QUERO	1,30
67	MOLHO SHOYO 500 ML	30	UNIDADE		2,69
68	MORTADELA MÉDIA	110	KILO		6,29
69	MUSSARELA EM BARRA	200	KILO		11,99
70	MUSSARELA FATIADA	600	KILO		11,99
71	ÓLEO DE SOJA 20 X 900 ML	350	UNIDADE	SOYA	2,69
72	ORÉGANO, FOLHAS SECAS E TRITURADAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM APROXIMADAMENTE10GR.	30	PACOTE	DOLENCE	0,59
73	OVOS DE GALINHA, COR BRANCA, TIPO A (GRANDE).	360	DÚZIA		2,29
74	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	7600	UNIDADE		0,49
75	PÃO SÍRIO	50	PACOTE		1,14
76	PÃO TIPO FRANCÊS	8750	KILO		6,50
77	PATÊS VARIADOS	50	UNIDADE		4,40
78	PIRULITO PCT COM 50 UND	700	PACOTE	BIG BIG	5,50
79	POLPA DE FRUTAS SABORES DIVERSOS	720	KILO		8,99
80	POLVILHO AZEDO 500 G	30	UNIDADE	MASSON	2,38
81	POLVILHO DOCE TIPO 01 U PCT 01 KG	140	UNIDADE	MASSON	3,14
82	QUEIJO RALADO TIPO PARMESÃO DE 50 GR	385	UNIDADE	IPANEMA	1,69
83	RAPADURA SIMPLES	20	UNIDADE		2,25
84	REFRIGERANTE 6X2 L	520	FARDO	GUT GUT	14,09
85	REFRIGERANTE DE LARANJA DE 6X2 L	1000	FARDO	GUT GUT	14,09
86	REFRIGERANTE DE LIMÃO DE 6X2 L	1000	FARDO	GUT GUT	14,09
87	REFRIGERANTE GUARANÁ DE 6X2 L	2560	FARDO	GUT GUT	14,09
88	SAL GROSSO - 1 KG	15	PACOTE	ITA	1,00
89	SAL, REFINADO, IODADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1 KG, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM.	310	KILO	ITA	0,89
90	SALSICHA	4400	KILO	RESENDE	3,90
91	SARDINHA LATA EM ÓLEO 130 G	260	UNIDADE	COQUEIRO	1,98
92	SUCO EM PÓ - PACOTE COM NO MÍNIMO 50GR E CAPACIDADE PARA 2 LT, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE COM ESPECIFICAÇÕES DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM.	700	UNIDADE	REFRESCANTE	0,69
93	TEMPERO COMPLETO DE 300 GR	150	UNIDADE	TIO JONAS	1,30
94	TEMPERO COMPLETO SEM PIMENTA 1	110	KILO	TIO JONAS	3,90

	KG				
95	VINAGRE, DE VINHO, TINTO OU BRANCO, 12 X 750ML	100	CAIXA	TIO JONAS	11,80
96	ABACAXI PÉROLA	100	KILO		1,70
97	ABÓBORA CABOTIÃ	325	KILO		1,25
98	ABOBORA MENINA (GRANDE E MADURA)	500	KILO		2,11
99	ABÓBORA PAULISTA	216	KILO		2,11
100	ABOBRINHA VERDE	255	KILO		2,11
101	AÇAFRÃO EM PO 10GR	20	UNIDADE	DOLENCE	0,59
102	ACELGA	50	PACOTE		7,80
103	ALFACE	312	PACOTE		1,30
104	ALFACE CRESPA	720	UNIDADE		1,30
105	BRÓCOLIS	100	KILO		4,49
106	ALHO GRAÚDO	400	KILO		11,99
107	BANANA DA TERRA	50	KILO		2,30
108	BANANA DA TERRA KG	330	KILO		2,30
109	BANANA MAÇÃ	340	KILO		2,68
110	BANANA NANICA	800	KILO		1,65
111	BATATA DOCE	100	KILO		1,75
112	BATATA INGLESA	1100	KILO		2,65
113	BERINJELA	150	KILO		2,38
114	BETERRABA	250	KILO		2,15
115	CEBOLA NACIONAL	1200	KILO		2,25
116	CEBOLINHA	216	MAÇO		1,30
117	CENOURA	1000	KILO		2,19
118	CHUCHU	180	KILO		1,99
119	COUVE	100	UNIDADE		1,30
120	ERVA DOCE	17	PACOTE	DOLENCE	0,59
121	LARANJA PERA	1260	KILO		1,29
122	LIMÃO TAITI	700	KILO		1,89
123	MAMÃO FORMOSA	250	KILO		1,75
124	MANDIOCA DESCASCADA	980	KILO		1,35
125	MARACUJA MADURO	80	KILO		3,99
126	MELANCIA	186	KILO		1,35
127	MAXIXE	30	KILO		1,50
128	PEPINO CAIPIRA KG	96	KILO		1,89
129	PEPINO PEQUENO (CONSERVA)	20	UNIDADE		3,75
130	PIMENTA DO REINO MOIDA - PCT 200 GRAMAS	25	UNIDADE	DOLENCE	3,50
131	PIMENTAO VERDE 500GR	90	KILO		2,75
132	PIMENTA DO REINO MOIDA - PCT 50 GRAMAS	15	UNIDADE		0,59
133	QUIABO	72	KILO		2,60
134	REPOLHO	351	KILO		2,15
135	REPOLHO VERDE	80	KILO		2,15
136	RÚCULA VERDE	70	UNIDADE		1,30
137	VAGEM	150	KILO		3,50
138	TOMATE, TAMANHO MÉDIO A GRANDE	1000	KILO		1,99
139	GENGIBRE EM RAIZ	50	KILO		3,99
140	CRAVO DA INDIA	230	PACOTE		0,59
141	CHEIRO VERDE – SALSINHA	150	UNIDADE		1,30
142	CHEIRO VERDE – CEBOLINHA	170	UNIDADE		1,30
143	CANELA EM CASCA	40	UNIDADE	DOLENCE	0,59
144	CANELA EM PO 50GR	30	UNIDADE	DOLENCE	0,59

145	AMENDOIM 500 GR	165	PACOTE	MASSON	3,09

1.2 – A Administração efetuará seus pedidos à **Detentora da Ata** pela Secretaria de Administração mediante autorização de compra, da indicação da dotação orçamentária por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile.

1.3 – **Os produtos deverão ser entregues em até 24 (Vinte e quatro) horas** após a entrega da autorização do fornecimento emitida pela Secretaria responsável.

1.4 – O pagamento será efetuado em 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Secretaria de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto da presente licitação, bem como tenha sido emitido o Termo de Recebimento Definitivo. A apresentação da Nota Fiscal deverá informar a modalidade e numero da licitação, empenho e dados bancários acompanhados das provas de regularidade com Previdência Social – INSS e junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

1.5 – Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

1.6 **-** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, serão indicadas em momento oportuno, no processo de utilização da Ata de Registro de Preços.

1.7 – Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

1.8 – O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às seguintes sanções:

A) Multa de 10%(dez por cento) do valor do pedido inadimplido e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução do produto/gêneros, caso este não atenda o disposto no subitem 1.6.

B) Impedimento**,** pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Diamantino, nos casos de:

a) apresentação de documentação falsa;

b) retardamento na entrega dos produtos;

c) comportamento inidôneo;

d) fraude na execução do contrato;

e) falha na execução do contrato.

1.9 - A contratada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas anteriormente.

1.10 – O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

1.11 - A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 010/2010.**

1.12 - Integrará a Ata de Registro de Preços, como parte indissociável, a proposta apresentada pela adjudicatária.

1.13 – Os preços deverão ser expressos em reais fixo e irreajustável.

1.14 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93.

1.15 – Caso ocorra variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a PREFEITURA, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

1.16 - Em caso de redução nos preços dos combustíveis, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

1.17 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**.

1.18 – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de **Pregão Presencial nº. 010/2010** com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.19 – Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

1.20 – Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Diamantino, 04 de março de 2010.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Detentores da Ata:

SUPERMERCADO TEODORO LTDA
Sr. Valdemir Teodoro da Silva

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA – EPP
Sr. Antonio Martins Teixeira

APROVADO: (Parág. Único, Art. 38, da Lei 8.666/93). PARECER JURIDICO.

ESTADO DE MATO GROSSO Página 1 de 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT

Av. Desemb. J.F.Mendes, 2341 - CEP: 78.400-000 - Fone: (65) 3336-1466
www.diamantino.mt.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2010 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 13/05/2010 A 13/05/2011

Ao quarto dia do mês de maio do ano de 2010 as 09h00min, autorizado pelo processo de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2010** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais Aquisições de Tubos de Concreto, para o período de 12 (doze) meses.

I – Consideram-se registrados os preços dos Detentores da Ata:

INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTOS JP LTDA, CNPJ sob nº. 01.895.101/0001-30, localizada a Rod. MT 240 – Km 08, Bairro Buriti – Diamantino/MT, representado pelo representante legal Sr. Joceley Margareth Somenzi Pizzatto, portador do RG Nº. 3.313.534 SSP/PR e CPF sob o nº. 699.961.301-00,

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Diamantino não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo **assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.**

CLAÚSULA I – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº. 024/2010.

EMPRESA	**INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTOS JP LTDA**			
CNPJ	**01.895.101/0001-30**			
LOTE	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTDE**	**P. UNIT**
01	Tubos de concreto armado 40cm x 100cm CA I	UNID	100	51,00
02	Tubos de concreto armado 60cm x 100cm CA I	UNID	100	85,00
03	Tubos de concreto armado 80cm x 100cm CA I	UNID	100	133,00
04	Tubos de concreto armado 100cm x 100cm CA I	UNID	100	192,00

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº. 024/2010, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada, no Pregão nº. 024/2010, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA II – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será acordado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 10 (dez) dias corridos da retirada da ordem de fornecimento pelo fornecedor.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
AV. HIST. RUBENS DE MENDONÇA, 3.920 - CPA -TEL: (65)2123-1200 / FAX: (65)2123-1228 - CEP: 78.000-070 - CUIABÁ - MT
Portal: **www.amm.org.br** e-mail: **jornaloficial@amm.org.br**

O local de entrega dos materiais será no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Diamantino, situada a Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº. 2.341 – Jd. Eldorado.

CLAÚSULA III – DO PAGAMENTO

Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do atesto de faturas/notas fiscais pelo órgão requisitante, de acordo com os termos do Edital.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura correspondente.

CLÁUSULA V – DAS PENALIDADES

Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.
2. Cancelamento do registro na Ata.
3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções.
6. Advertência.
7. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplemento.
8. Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.
9. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.
10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

CLÁUSULA VI – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Considerando o prazo de validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, **é vedado quaisquer reajustamentos de preços.**

Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA VII – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Os materiais objeto desta Ata de Registro de Preços serão recebidos pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLAÚSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feira por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação;

Pelas detentoras, quando, **mediante solicitação por escrito**, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

a) a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com **antecedência de 30 (trinta) dias**, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula V, caso não aceita as razões do pedido.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante.

A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Diamantino, em 13 de maio de 2010.

Prefeitura Municipal de Diamantino
JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Detentores da Ata

INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTOS JP LTDA
Sr. Joceley Margareth Somenzi Pizzatto

Testemunhas:

NOME: Leandro Aparecido Batalha Bicho
RG: 105.816-93 SSP/MT
CPF: 559.445.971-04

Nome: Sarita Raquel Neis Bueno
RG nº.: 749.243 SSP/MT
CPF nº 486.873.751-15

Prefeitura Municipal de Dom Aquino

EXTRATOS DE LEIS
JUNHO/2010

LEI: 1213/2010 _ OBJETO. Autoriza o Poder Executivo Municipal a participar do Programa Minha Casa, Minha Vida-PMCMV. Data: 22/06/2010.

EXTRATOS DE DECRETOS
JUNHO/2010

DECRETO: 028/2010 _ OBJETO. Dispõe sobre Feriado Municipal e dá outras providências. Data: 07/06/2010.

DECRETO: 029/2010 _ OBJETO. Dispõe sobre Ponto Facultativo e dá outras providências. Data: 07/06/2010.

DECRETO: 030/2010 _ OBJETO. Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências. Data:07/06/2010.

DECRETO: 031/2010 _ OBJETO. Dispõe sobre ponto facultativo nos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal nos dias de jogos da seleção brasileira de futebol da copa do mundo de 2010, e dá outras providências. Data:24/06/2010.

EXTRATO DE CONTRATOS
JUNHO / 2010

CONTRATO Nº: 073/2010

OBJETO: Prestação de serviços na reforma geral dos banheiros do Ginásio de Entre Rios e restauração da parte hidráulica dos banheiros do Estádio Municipal Lázaro Júlio de Andrade.
CONTRATADO: DEILSON PEREIRA MENDES
DATA DO CONTRATO: 01/06/2010
VIGÊNCIA: 20 (vinte) DIAS
VALOR R$: 2.630,00

CONTRATO Nº 074/2010

OBJETO: Prestação de serviços com Trator Esteira – D7B na limpeza das margens da Rodovia 344 e na Chácara da Prefeitura, num total de 28H (vinte e oito horas) trabalhadas.
CONTRATADO: EDY DOMINGOS LEAO
DATA DO CONTRATO: 01/06/2010
VIGÊNCIA: 20 (vinte) DIAS
VALOR R$: 2.240,00

CONTRATO Nº 075/2010

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, utensílios, material descartável e gás engarrafado, visando atender a Secretaria de Administração, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Esporte e Lazer
CONTRATADO: COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DE JUSCIMERA LTDA
DATA DO CONTRATO: 01/06/2010
VIGÊNCIA: 365) DIAS
VALOR R$: 125.733,00

CONTRATO Nº 076/2010

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, utensílios, material descartável e gás engarrafado, visando atender a Secretaria de Administração, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Esporte e Lazer
CONTRATADO: MAUROSAN RODRIGUES SOUZA – COMÉRCIO
DATA DO CONTRATO: 01/06/2010
VIGÊNCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 63.373,73

CONTRATO Nº 077/2010

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, utensílios, material descartável e gás engarrafado, visando atender a Secretaria de Administração, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Esporte e Lazer
CONTRATADO: M.A.OLIVEIRA COMÉRCIO – ME
DATA DO CONTRATO: 01/06/2010
VIGÊNCIA: 365) DIAS
VALOR R$: 67.238,79

CONTRATO Nº 078/2010

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, utensílios, material descartável e gás engarrafado, visando atender a Secretaria de Administração, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Esporte e Lazer
CONTRATADO: MÁRIO NETO RODRIGUES SOUZA COMÉRCIO – ME
DATA DO CONTRATO: 01/06/2010
VIGÊNCIA: 365) DIAS
VALOR R$: 26.838,31

CONTRATO Nº 079/2010

OBJETO: Apresentação de Show musical com a Dupla Cesar e Paulino, a ser realizado na XXI Expovale – Dom Aquino – MT, no dia 09 de Junho de 2010.
CONTRATADO: SEBASTIAO CEZAR FRANCO
DATAO DO CONTRATO: 08/06/2010
VIGÊNCIA: Assinatura do Contrato até realização do Show no dia 09/06/2010
VALOR R$: 6.000,00

CONTRATO Nº 080/2010

OBJETO: Prestação de serviços na manutenção da iluminação pública de ruas e avenidas deste município de Dom Aquino – MT.
CONTRATADO: JOSIMAR CARDOSO DOS SANTOS
DATA DO CONTRATO: 14/06/2010
VIGÊNCIA: 20 DIAS
VALOR R$: 2.800,00

CONTRATO Nº 081/2010

OBJETO:Prestação de serviços na retirada de 293 (duzentos e noventa e três) metros de madeira para reforma de 03 (três) pontes na região da Boa Vista.
CONTRATADO: MIGUEL SOARES DA SILVA
DATA DO CONTRATO: 14/06/2010
VIGÊNCIA: 20 DIAS
VALOR R$: 2.424,00

CONTRATO Nº 082/2010

OBJETO:Contratação de empresa prestadora de serviços de publicidade para divulgação de Informativo Semanal deste município, sendo 06 (seis) divulgações ao dia, todos os dias na TV Record News – Canal 42 – Jaciara – MT, por um período de 30 (trinta) dias.
CONTRATADO: BRUNINI TELECOMUNICAÇÕES LTDA
DATA DO CONTRATO: 14/06/2010
VIGÊNCIA: 30 DIAS
VALOR R$ 3.500,00

CONTRATO Nº 083/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: AGLON COMERIO E REPRESENTAÇÕES
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 5.720,00

CONTRATO Nº 084/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 3.629,63

CONTRATO Nº 085/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 25.438,49

CONTRATO Nº 086/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 26.824,70

CONTRATO Nº 087/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 68.585,60

CONTRATO Nº 088/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: DENTAL CENTRO OESTE LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 32.150,62

CONTRATO Nº 089/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: DENTAL REZENDE LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 2.801,23

CONTRATO Nº 090/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: DIPROLMEDI – MEDICAMENTOS LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 8.511,66

CONTRATO Nº 091/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS TRIANGULO LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 58.795,58

CONTRATO Nº 092/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: DUOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 930,50

CONTRATO Nº 093/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: MASTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 8.361,01

CONTRATO Nº 094/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: MAXDENTAL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 1.279,50

CONTRATO Nº 095/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 18.605,10

CONTRATO Nº 096/2010

OBJETO: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, materiais odontológicos, material laboratorial e equipamentos odontológicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: SULMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DATA DO CONTRATO: 17/06/2010
VIGENCIA: 365 DIAS
VALOR R$: 51.013,09

CONTRATO Nº 097/2010

OBJETO: Prestação de serviços na troca de assoalho da ponte sobre o Córrego Potreiro, troca de assoalho de uma viga na ponte sobre o Córrego Barroso e troca de 04 (quatro) vigas dos travesseiros e troca do assoalho da ponte sobre o Córrego do Monjolo, ambas localizadas neste município de Dom Aquino – MT.
CONTRATADO: BENTO DIAS DOS SANTOS
DATA DO CONTRATO: 18/06/2010
VIGÊNCIA: 20 DIAS
VALOR R$ 5.338,00

CONTRATO Nº 098/2010

OBJETO:Locação de Caminhão Pipa Volkswagen 13180 – Placa KEG 6096 para molhar ruas e avenidas de município de Dom Aquino – MT.
CONTRATADO: JOSE LUIZ CERBONI DE TOLEDO
DATA DO CONTRATO: 23/06/2010
VIGÊNCIA: 90 DIAS
VALOR R$ 8.000,00

CONTRATO Nº 099/2010

OBJETO:Locação de Carreta – Placa HQN 7310 – SP, para prestação de serviços de transportes de materiais para as Obras da MT 260.
CONTRATADO: EDLEIDI DOS ANJOS FERRAS
DATA DO CONTRATO: 23/06/2010
VIGÊNCIA: 15 DIAS
VALOR R$ 4.000,00

DISTRATO DE CONTRATO – JUNHO-2010

EXTRATO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 049/2009 – FABIANA DE MORAES MOREIRA – DATA: 30/06/2010

Prefeitura Municipal de Figueiropolis D'oeste

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2010

OBJETO: **Contratação de empresa para divulgação e publicidade de materiais e interesse do município em veiculo de comunicação impresso (Jornal), com circulação regional e tiragem de no mínimo de 2.000 exemplares, por Edição.**

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação Pregão Presencial n°. 004/2010, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, declarando como vencedor a

empresa **J. C. DE CARVALHO PUBLICIDADE – ME, CNPJ. 05.683.916/0001-07, HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 21 de Junho de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº 009/2010

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DA REFORMA DA UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE.

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação Convite 009/2010, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, declarando como vencedor do Objeto acima supracitado a empresa **D. O BENEVIDES & CIA LTDA - ME, CNPJ – 07.457.845/0001-50 HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Figueirópolis D'Oeste, MT., 21 de Junho de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº 010/2010

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REFORMA DE POÇOS TUBULARES PROFUNDO

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação Carta Convite 010/2010, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, declarando como vencedor a empresa. **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA**, **CNPJ 06.928.948/0001-98, HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 24 de junho de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2010

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA O VEICULO DE PLACA JYE 4362.**

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação Pregão Presencial n°. 005/2010, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, declarando como vencedor a empresa **J. A. EUFRAZIO MECANICA E PEÇAS - EPP, CNPJ. 03.147.865/0001-73, HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 28 de Junho de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jaciara

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N. 026/2010

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através de Pregoeiro designado torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 026/2010 **RESOLVE** realizar contratação direta através de dispensa de licitação, conforme a Lei Federal 8666/93, art. 24, inciso V, visto que as sessões realizadas foram declaradas **DESERTAS**. Jaciara-MT, 08 de julho de 2010. Marcos José Souza – Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Jauru

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2010 CPL

AVISO

Encontra-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jauru, situada na Rua do Comércio, nº. 480, Bairro Centro, **Licitação Modalidade de Pregão Presencial,** com finalidade **Aquisição de Combustíveis em Cuiaba, para consumo diário, a ser retirado na bomba, que deverá ser no Maximo de distancia de 6 km do Pronto Socorro de Cuiabá, Hospital Geral, Santa Casa. Para as Secretarias Municipais, conforme especificações no anexo I.** Cujas especificações detalhadas encontram-se em Anexo acompanhado o edital da licitação.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, o Decreto Municipal 067/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia 19/07/2010 ás 09:00 (nove) horas, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 – Propostas de Preços e nº. 02 – Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame, de acordo com o modelo do anexo IV que acompanha o Edital.

As Empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento de credenciamento de acordo com o modelo em anexo acompanhado o Edital, junto ao Pregoeiro, a partir das 14:00 horas do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em meio magnético, mediante entrega de um CD vazio, de segunda a sexta – feira, no horário de 08:00 ás 11:00 ou pelo endereço eletrônico www.jauru.mt.gov.br. E necessário que, ao fazer download do edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, via fone/fax (0xx65) 3244-1855 ou 1849, a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do edital. Quaisquer duvidas contatar pelos telefones acima mencionados.

JAURU-MT, 07 de Julho
Sara Ferreira Ramalho – Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO N. 063/2010

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU
CONTRATADA: SILGRAN CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NA VENIDA MATO GROSSO, COM UMA AREA A SER PAVIMENTADA DE 4.741,44 M² E EXTENSÃO PROJETADA DE 516,00 M.
VALOR: 250.851,54 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).
VIGENCIA: 120 (CENTO E VINTE DIAS)

CONTRATO N. 064/2010

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU
CONTRATADA: SILGRAN CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NA AVENIDA SANTOS DUMONT, RUA AMADOR BUENO, RUA CASTRO ALVES, RUA GONÇALVES DIAS, RUA JOSÉ DE ALENCAR E AVENIDA DAS NAÇÕES, COM UMA AREA A SER PAVIMENTADA DE 6.644,14 M², EXTENSÃO PROJETADA DE 1.781,50 M E DRENAGEM PROFUNDA DE 813,00 M
VALOR: 1.008.181,05 (UM MILHÃO E OITO MIL CENTO E OITENTA E UM REAL E CINCO CENTAVOS).
VIGENCIA: 120 (CENTO E VINTE DIAS)

CONTRATO N. 065/2010

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU
CONTRATADA: SILGRAN CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL/OBRAS DE ARTES ESPECIAIS EM DIVERSAS RUAS, COM UMA ÁREA PAVIMENTADA DE 4.956 M², CORPO DE BTCC 30 M.
VALOR: 459.707,62 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL SETECENTOS E SETE REAIS E SESSENTA DOIS CENTAVOS).
VIGENCIA: 120 (CENTO E VINTE DIAS)

QCI - QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO
SETOR PÚBLICO

ESTABELECIMENTO : **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU**
OBJETO: **DRENAGEM SUBTERRÂNEA PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS**
ENDEREÇO : **AV. MATO GROSSO - BAIRRO JD. VISTA ALEGRE - MUNICÍPIO DE JAURU / MT**
CONVÊNIO SICONV: 718065/2009 - PROCESSO N.º 59150.000271/2009-31

Item	Discriminação	Investimento Total (R$)			
		Recursos da União	Contrapartida	Total	Outras Fontes
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	6.160,76	190,98	6.351,74	-
2.0	DRENAGEM SUBTERRÂNEA PROFUNDA	993.839,24	30.809,02	1.024.648,26	-
	TOTAL (R$)	1.000.000,00	31.000,00	1.031.000,00	-

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DRENAGEM PROFUNDA NA AV. MATO GROSSO NO MUNICÍPIO DE JAURU

Cronograma	Programa	Modalidade	Empreendimento
x Global ☐ Individual			DRENAGEM SUBTERRÂNEA PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS

Agente Financeiro	Agente Promotor	Valor do Investimento	Valor da Obra	Valor projetos
-	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU	1.031.000,00	1.031.000,00	0,00

Localização: **BAIRRO VISTA ALEGRE - MUNICÍPIO DE JAURU - MT**

Tipo de Serviço: **OBJETO: DRENAGEM SUBTERRÂNEA PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS**

Contrato de Repasse Nº: **CONVÊNIO SICONV: 718065/2009 - PROCESSO Nº 59150.000271/2009-31**

Item	Discriminação dos serviços	Peso %	Valor R$	Mês 01			Mês 02			Mês 03			Mês 04		
				Proponente	Concedente	%	Proponente	Concedente	%	Proponente	Concedente	%	Proponente	Concedente	%
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	0,62	6.351,74	190,98	6.160,76	100,00	0,00	0,00		0,00	0,00				
2.0	DRENAGEM SUBTERRÂNEA PRO	99,38	1.024.648,26	10.259,40	330.948,47	33,30	10.259,40	330.948,47	33,30	10.290,22	331.942,30	33,40			
	TOTAL	100	1.031.000,00	10.450,38	337.109,23	33,71	10.259,40	330.948,47	33,09	10.290,22	331.942,30	33,19			
	TOTAL ACUMULADO		1.031.000,00	10.450,38	337.109,23	33,71	20.709,78	668.057,70	66,81	31.000,00	1.000.000,00	100			
	TOTAL GERAL				347.559,61	33,71		688.767,49	66,81		1.031.000,00	100			

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU
SECRETARIA DE OBRAS

Folha: 01/01

OBRA: **DRENAGEM SUBTERRÂNEA PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS**
LOCAL: **BAIRRO VISTA ALEGRE - MUNICÍPIO DE JAURU - MT**
TRECHO: **AV. MATO GROSSO**

QUANTIFICAÇÃO - DRENAGEM PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS

LOCAL	Estacas		DRENAGEM (m)				ESCAVAÇÃO				TRANSPORTE	REATERRO			DISPOSITIVOS DE DRENAGEM			
			BSTC		BDTC	DRENO	BSTC - BDTC			DRENO (m³)	Brita Dreno (t/km)				PV	CLP	BLS	BLD
	Inicial	Final	D=0,40	D=1,20	D=1,00	DPS-08	L (m)	H (m)	V (m³)	coef=0,75 m³/m	coef=1,0698 t/m	L (m)	H (m)	V (m³)	und.	und.	und.	und.
BAIRRO VISTA ALEGRE																		
AV. MATO GROSSO - 01	0 + 2,00	4 + 9,00	-	87,00	-	140,00	1,20	2,00	208,80	105,00	29.954,40	2,00	2,40	417,60	1,00	1,00	-	-
AV. MATO GROSSO - 01	0 + 2,00	4 + 9,00	38,00	-	-	-	1,00	1,50	57,00	-	-	0,60	1,10	25,08	-	-	4,00	2,00
AV. MATO GROSSO - 02	5 + 2,00	9 + 9,00	-	87,00	-	140,00	1,20	2,00	208,80	105,00	29.954,40	2,00	2,40	417,60	1,00	-	-	-
AV. MATO GROSSO - 02	5 + 2,00	9 + 9,00	22,00	-	-	-	1,00	1,50	33,00	-	-	0,60	1,10	14,52	-	-	2,00	2,00
AV. MATO GROSSO - 03	10 + 1,00	14 + 9,00		88,00		140,00	1,20	2,00	211,20	105,00	29.954,40	2,00	2,40	422,40	1,00	1,00	-	-
AV. MATO GROSSO - 03	10 + 1,00	14 + 9,00	22,00	-	-	-	1,00	1,50	33,00	-	-	0,60	1,10	14,52	-	-	2,00	2,00
AV. MATO GROSSO - 04	15 + 1,00	19 + 9,00	-	-	88,00	140,00	2,00	2,00	352,00	105,00	29.954,40	2,00	2,50	440,00	2,00	2,00	-	-
AV. MATO GROSSO - 04	15 + 1,00	19 + 9,00	12,00	-	-	-	1,00	1,50	18,00	-	-	0,60	1,00	7,20	-	-	-	2,00
AV. MATO GROSSO - 05	19 + 9,00	23 + 0,00	-	-	71,00	-	2,00	2,00	284,00	-	-	2,00	2,50	355,00	2,00	-	-	-
AV. MATO GROSSO - 05	19 + 9,00	23 + 0,00	12,00	-	-	-	1,00	1,50	18,00	-	-	0,60	1,00	7,20	-	-	-	2,00
AV. MATO GROSSO - 06	23 + 0,00	25 + 17,00	-	-	57,00	-	2,00	2,00	228,00	-	-	2,00	2,50	285,00	2,00	-	-	-
AV. MATO GROSSO - 06	23 + 0,00	25 + 17,00	12,00	-	-	-	1,00	1,50	18,00	-	-	0,60	1,00	7,20	-	-	2,00	-
AV. MATO GROSSO - 07	25 + 17,00	28 + 10,00	-	-	53,00	-	2,00	2,00	212,00	-	-	2,00	2,50	265,00	-	2,00	-	-
AV. MATO GROSSO - 08	28 + 10,00	31 + 0,00	-	-	50,00	-	2,00	2,00	200,00	-	-	2,00	2,50	250,00	-	2,00	-	-
AV. MATO GROSSO - 09	31 + 0,00	33 + 6,00	-	-	46,00	-	2,00	2,00	184,00	-	-	2,00	2,50	230,00	-	-	-	-
TOTAIS			**118,00**	**262,00**	**365,00**	**560,00**	**-**	**-**	**2.265,80**	**420,00**	**119.817,60**	**-**	**-**	**3.158,32**	**9,00**	**8,00**	**10,00**	**10,00**

Obs.1: Devido as constantes chuvas torrenciais no município de Jauru-MT, o trecho a ser drenado da Av. Mato Grosso sofreu elevado processo erosivo, ocasionado grande abertura da vala existente de escoamento, sendo necessário a recomposição do aterro, que foi incluso na planilha orçamentária, descrito no item "Reaterro e compactação mecânica de vala", de modo a acomodar o sistema de drenagem em galeria de águas pluviais;

Obs.2: No trecho de tubulação dupla, foram quantificados no orçamento 02 (dois) Poços-de-Visita (PV), em cada ponto de indicação do dispositivo a ser utilizado, devido não possuir composição de preço para esse tipo de dispositivo de drenagem em tubulação de bueiro duplo; isso também vale para o dispositivo em Caixa de Ligação e Passagem (CLP);

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU
SECRETARIA DE OBRAS

Folha: 01/02

OBRA: DRENAGEM SUBTERRÂNEA PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS
LOCAL: BAIRRO VISTA ALEGRE - MUNICÍPIO DE JAURU - MT
TRECHO: AV. MATO GROSSO
EXTENSÃO: 745,000 m

B.D.I.=25,00% (Utilizado)
(1)Preço: SINAPI/MT - ABRIL/2010
(2)Preço: DNIT-SICRO/MS - JANEIRO/2010

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE EXECUÇÃO

Itens/Código	Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo (R$)			
				Direto	B.D.I.	Unitário	Total
1.0	**SERVIÇOS PRELIMINARES**						**6.351,74**
(1)74209/001	Aquisição e assent. de Placa de obra em chapa de aço galvanizada (2,00x4,00m)	m²	8,000	207,88	51,97	259,85	2.078,80
(1)74242/001	Construção de barracão de obra, incl. inst. hidro-sanitárias e elétrica	m²	26,000	96,63	24,16	120,79	3.140,54
(1)73678	Locação de rede de drenagem subterrânea	m	745,000	1,22	0,30	1,52	1.132,40
2.0	**DRENAGEM SUBTERRÂNEA PROFUNDA**						**1.024.648,26**
(1)73965/010	Escavação manual de valas em mateiral de 1ª categoria, até 1,50m de profundidade, para dreno	m³	420,00	17,95	4,48	22,43	9.420,60
(1)73962/004	Escavação mecânica de valas em material de 1ª categoria, de 1,50 até 3,00m de profundidade, com retroescavadeira, para tubulação de drenagem	m³	2.265,800	5,38	1,34	6,72	15.226,17
(1)74015/001	Reaterro e compactação mecânica de vala, com material de empréstimo jazida até 5,0km	m³	3.158,320	14,54	3,63	18,17	57.386,67
(2)2 S 04 964 51	Tubulação de drenagem urbana - D=0,40m sem berço - AC/BC	m	118,000	105,61	26,40	132,01	15.577,18
(2)2 S 04 100 54	Corpo BSTC D=1,20m - CA-4, inclusive berço e dentes - AC/BC/PC	m	262,000	750,31	187,57	937,88	245.724,56
(2)2 S 04 110 51	Corpo BDTC D=1,00m - CA-4, inclusive berço - AC/BC/PC/TC	m	365,000	1.132,57	283,14	1.415,71	516.734,15
(2)2 S 04 962 60	Caixa de ligação e passagem - CLP 10 - AC/BC - d=100cm (duplo)	und.	6,000	1.484,16	371,04	1.855,20	11.131,20
(2)2 S 04 962 61	Caixa de ligação e passagem - CLP 11 - AC/BC - d=120cm	und.	2,000	1.736,28	434,07	2.170,35	4.340,70
(2)2 S 04 963 60	Poço de visita - PVI 10 - AC/BC - d=100cm (duplo)	und.	6,000	1.563,11	390,77	1.953,88	11.723,28
(2)2 S 04 963 61	Poço de visita - PVI 11 - AC/BC - d=120cm	und.	3,000	1.851,52	462,88	2.314,40	6.943,20
(2)2 S 04 963 81	Chaminé dos poços de visita - CPV 01 - AC/BC (c/ tampão de ferro fundido)	und.	6,000	656,17	164,04	820,21	4.921,26
(2)2 S 04 960 52	Boca de lobo simples - BLS 02 - AC/BC	und.	10,000	525,47	131,36	656,83	6.568,30
(2)2 S 04 961 52	Boca de lobo dupla - BLD 02 - AC/BC	und.	10,000	993,55	248,38	1.241,93	12.419,30
(2)2 S 04 111 51	Boca BDTC D=1,00m normal - AC/BC/PC	und.	1,000	2.111,00	527,75	2.638,75	2.638,75

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU
SECRETARIA DE OBRAS

Folha: 01/02

OBRA: DRENAGEM SUBTERRÂNEA PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS
LOCAL: BAIRRO VISTA ALEGRE - MUNICÍPIO DE JAURU - MT
TRECHO: AV. MATO GROSSO
EXTENSÃO: 745,000 m

B.D.I.=25,00% (Utilizado)
(1)Preço: SINAPI/MT - ABRIL/2010
(2)Preço: DNIT-SICRO/MS - JANEIRO/2010

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE EXECUÇÃO

Itens/Código	Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo (R$)			
				Direto	B.D.I.	Unitário	Total
(2)2 S 04 950 78	Dissipador de energia - DEB 08 - AC/BC/PC	und.	1,000	2.794,77	698,69	3.493,46	3.493,46
(2)2 S 04 500 58	Dreno longitudinal prof. p/corte em solo - DPS 08 - AC/BC	m	560,000	78,39	19,59	97,98	54.868,80
(2)2 S 09 002 91	Transporte comercial c/ basc. 10m³ em rodovia pavimentada de brita para dreno - DMT=200 Km (coef.: 1,0698 txkm)	t.km	119.817,600	0,31	0,07	0,38	45.530,68
					VALOR TOTAL (R$) =		1.031.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO ADITIVO DE AJUSTAMENTO DA PLANILHA ORÇAMENTARIA DE EXECUÇÃO DA AVENIDA MATO GROSSO 745 M

O Município de Jauru, Estado de Mato Grosso inscrito no CNPJ sob nº. 15.023.948/0001-30, com sede na Prefeitura Municipal, sito à Rua do Comércio, nº. 480, neste ato representado por seu Prefeito, Excelentíssimo Sr. **Pedro Ferreira de Souza,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0756.590-9 SJ/MT, e do CPF nº. 522.356.531-20, residente e domiciliado a Rua Pastor Benedito da Silva, 383, doravante denominado de "CONTRATANTE"; e de outro lado a empresa: **SILGRAN CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.034.983/0001-02, estabelecida à Rua 01, n.º 1457, Centro, da Cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso representada neste ato por seu Sócio-Proprietário, Sr **Joaquim Luiz de Andrade**, brasileiro, maior, solteiro, Engenheiro Civil, portador do RG n.º 569.047 SSP/RO, e do CPF n.º 009.190.181-22 residente e domiciliado à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, S/n°, Bairro Centro, da Cidade de Jauru-MT, doravante denominado "**CONTRATADA**", resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos que se seguem

1 – A planilha orçamentária de execução passará a vigorar com as seguintes alterações, conforme planilha em anexo:

2. Os demais itens continuara, inalterado.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves", em Jauru-MT, 30 de Junho de 2010.

Rua do Comércio, 480 - Centro - CEP 78.255-000 - Jauru - Mato Grosso
Telefax: (65) 3244-1855 / 3244-1705 / 3244-1849 / 3244-1405
E-mail: prefeiturajauru@jauru.mt.gov.br - Site: www.jauru.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PREF. MUNICIPAL DE JAURU
PEDRO FERREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

SILGRAN CONSTRUÇÕES LTDA
JOAQUIM LUIZ DE ANDRADE
Sócio/Proprietário

TESTEMUNHAS:

Elias Rodrigues de Oliveira
CPF Nº. 571.178.531-15

Waldir Luis Garcia de Moura
CPF Nº. 460.811.511-15

Visto da Assessoria Jurídica

Dr. Thucydides F. Conceição Álvares
Assessor Jurídico
OAB/MT 4552

Prefeitura Municipal de Juara

Decreto n.º 385, de 05 de julho de 2010.

Estabelece data para o fechamento da movimentação financeira através da modalidade caixa, e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso Senhor, José Alcir Paulino no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A

Art. 1° - Fica a partir de 30 de setembro de 2010, suspenso qualquer tipo de pagamento e recebimento através da modalidade de caixa.
Parágrafo Único: O total disponível será imediatamente depositado na conta movimento da Prefeitura Municipal de Juara na Agencia 2836-3 conta corrente 11.015-9 do Banco do Brasil do Município.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 05 de julho de 2010.

José Acir Paulino
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Juina

LEI N.º 1.173/2010

Dispõe sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Juína/MT, nos termos do art. **100**, **§§ 3.º** e **§ 4.º**, da Constituição Federal, decorrentes de decisões judiciais que pelo valor da condenação são considerados como Requisições de Pequeno Valor – **RPVs**, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O pagamento de débitos ou obrigações do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, que pelo valor da condenação são considerados pela presente Lei, como Requisições de Pequeno valor – **RPV**, nos termo do art. **100**, **§§ 3.º** e **§ 4.º**, da Constituição Federal, será feito diretamente pela Secretaria Municipal de Finanças e Administração, à vista do ofício requisitório expedido pelo Juízo Competente de Requisição de Pequeno Valor - **RPV**.
Parágrafo Único. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações de até **10 (dez)** salários mínimos vigentes no País.

Art. 2.º Os pagamentos das Requisições de Pequeno Valor – **RPVs**, de que trata esta Lei, serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolizados na Secretaria Municipal de Finanças e Administração.

Art. 3.º A Assessoria Jurídica do Município zelará para que, nos autos dos processos respectivos, não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, vedados no **§ 8.º**, do art. **100**, da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no Parágrafo Único, do art. 1.º, da presente Lei, para receber mediante Requisição de Pequeno Valor – **RPV**.

Art. 4.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, se necessário, por Decreto do Executivo, bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, no prazo de **90 (noventa)** dias a partir de sua publicação.

Art. 5.º Os pagamentos Requisições de Pequeno Valor – **RPVs** e as despesas oriundas da execução da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. **43** e **46,** da Lei Federal n.º **4.320**, de **17** de **março** de **1964**, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º **101**, de **04** de **maio** de **2000** (**Lei de Responsabilidade Fiscal**).

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º **101**, de **04** de **maio** de **2000** (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), entre eles, o Plano Plurianual - **PPA**, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - **LDO** e a Lei Orçamentária Anual – **LOA**.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de **1.º (primeiro)** de **junho** de **2010**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **05** de **Julho** de **2010**.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.174/2010

Altera a Lei Municipal n.º **1.110**, de **11** de **setembro** de **2009**, estendendo direitos e benefícios ao Microempreendedor Individual, com base no art. **18-A**, da Lei Complementar Federal n.º **123**, de **14** de **dezembro** de **2006**, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam renumerados os arts. **47**, **48**, **49**, **50**, **51**, **52** e **53**, da Lei Municipal n.º **1.110**, de **11** de **setembro** de **2009**, que institui o Estatuto Municipal da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no âmbito do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, que passam a vigorar, respectivamente, como arts. **56**, **57**, **58**, **59**, **60**, **61** e **62**.

Art. 2.º Ficam acrescentados os arts. **47** a **55**, à Lei Municipal n.º **1.110**, de **11** de **setembro** de **2009**, com a seguinte redação:

Art. **47**. Aplica-se aos Microempreendedores Individuais de que trata o art. **18**-A, da Lei Complementar Federal n.º **123**, de **14** de dezembro de **2006**, observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único. O Alvará Simples de que trata o art. **10**, da presente Lei, poderá ser concedido ao Microempreendedor Individual também instalado:

I - em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária;

II - na residência do titular, nas hipóteses em que a atividade não seja considerada de alto risco sanitário ou alto impacto ambiental e não gere grande circulação de pessoas.

Art. **48**. Os órgãos e repartições municipais envolvidos na legalização e baixa de registros prestarão ao Microempreendedor Individual as informações e orientações necessárias à obtenção de inscrições, cadastros, alvarás, licenças e certidões, inclusive através de endereço eletrônico específico na Internet.

Art. **49**. Os órgãos e repartições municipais devem considerar a integração dos processos e articular as competências próprias com as dos demais, buscando, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade dos processos de legalização e baixa do Microempreendedor Individual.

§ 1.º Fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa.

§ 2.º Os órgãos e repartições municipais referidos no *caput* assinarão convênios com as entidades integrantes da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, instituída pela Lei Federal n.º **11**.**598**, de **3** de dezembro de **2007**, visando a integração dos processos de legalização e baixa do Microempreendedor Individual.

§ 3.º O Poder Executivo Municipal poderá acolher o Alvará de Licença e Funcionamento Provisório emitido para o Microempreendedor Individual, no âmbito da REDESIM.

Art. **50**. A inscrição tributária municipal do Microempreendedor Individual será de ofício, independentemente da concessão do alvará de localização e funcionamento, baseada nas informações obtidas na base de dados do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

§ 1.º A inscrição de trata o *caput* será concedida por um prazo de **180** (cento e oitenta) dias, tornando-se definitiva se:

I - não houver cancelamento do respectivo registro empresarial pelo órgão público competente;

II - forem cumpridas as exigências necessárias à emissão das licenças e do alvará de estabelecimento e funcionamento.

§ 2.º A impressão de documentos fiscais será autorizada imediatamente à inscrição a que se refere o *caput.*

Art. **51**. A administração tributária poderá dispensar a emissão de documentos fiscais, autorizar a utilização da nota fiscal avulsa ou estabelecer o uso de sistema eletrônico gratuito para o Microempreendedor Individual.

Art. **52**. Ficam reduzidos a **0** (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença e aos cadastros necessários à legalização do Microempreendedor Individual.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* se aplica aos serviços de consultas prévias, de autorização para impressão de documentos fiscais e autenticações de livros e certidões.

Art. **53**. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISS** será devido pelo Microempreendedor Individual na forma estabelecida no art. **18**-A, da Lei Complementar Federal n.º **123**/**2006**.

Parágrafo Único. O Microempreendedor Individual fica dispensado do cumprimento das obrigações acessórias relativas à incidência do imposto referido no *caput*.

Art. **54**. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar convênio com órgãos e entidades Federais, Estaduais e Municipais, com a finalidade de facilitar a legalização das Microempresas, Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais.

Art. **55**. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar local destinado ao atendimento dos Microempresários, Pequenos Empresários e Microempreendedores Individuais, com serviços voltados a legalização, treinamento, consultas e outros serviços voltados ao empreendedorismo.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, aos **05** dias do mês de **Julho** de **2010**.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.175/2010

Cria e extingue cargos de carreira de provimento efetivo e majora e minora o número de vagas de cargos dos Planos de Cargos estabelecidos pelas Leis Complementares Municipais n.ºs **1.013/2008, 1.016/2008** e Lei Municipal n.º **644/2002**, da Administração Pública Municipal de Juína/MT, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar n.º **1.013/2008**, o seguinte cargo de carreira, de provimento efetivo, e o respectivo Grupo Ocupacional "**PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS 30 HORAS**":

NOME DO CARGO	JORNADA	GRUPO OCUPACIONAL
FISIOTERAPEUTA	30 horas semanais	Profissional de Nível Superior do SUS

Art. 2.º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar n.º **1.013/2008**, o seguinte cargo de provimento temporário, com jornada de **40 (quarenta)** horas semanais, para atender o Centro de Especialização Odontológica – **CEO**:

NOME DO CARGO	JORNADA	CONVENIO/PROGRAMA
TÉCNICO DE PRÓTESE DENTÁRIA	40 horas semanais	Centro de Especialização Odontológica - CEO

Art. 3.º Fica extinto do Quadro de Pessoal do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar n.º **1.013/2008**, o cargo de carreira de **FISIOTERAPEUTA**, de nível superior com jornada de **40 (quarenta)** horas semanais, de provimento efetivo, do Grupo Operacional "**PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS 40 HORAS**", ficando alterado, portanto, a Tabela correspondente do **ANEXO II**, da Lei Complementar n.º **1.013/2008**, pela Tabela do **ANEXO VI**, da presente Lei Complementar, que dessa passa a ser parte integrante.

Art. 4.º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Plano de Cargos instituído pela presente Lei Complementar n.º **1.016/2008**, os seguintes cargos de carreira, de provimento efetivo, dos respectivos Grupos Ocupacionais:

NOME DO CARGO	JORNADA	GRUPO OCUPACIONAL
ENGENHEIRO SANITARISTA	40 horas semanais	Técnicos de Nível Superior
ENGENHEIRO SANITARISTA	20 horas semanais	Técnicos de Nível Superior
CONTADOR	40 horas semanais	Técnicos de Nível Superior
CONTADOR	20 horas semanais	Técnicos de Nível Superior
TECNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	40 horas semanais	Técnico Nível Médio Profissionalizante
FISCAL DE LIMPEZA URBANA	40 horas semanais	Serviços de Fiscalização
COZINHEIRO	40 horas semanais	Serviços Elementares
GARI	40 horas semanais	Serviços Elementares
COLETOR DE LIXO	40 horas semanais	Serviços Elementares

Art. 5.º Fica criado no Quadro de Pessoal do Plano de Cargos instituído pela presente Lei Municipal n.º **644/2002**, o seguinte cargo de carreira, de provimento efetivo:

NOME DO CARGO	JORNADA
Zelador de Estação de Tratamento de Esgoto	40 horas semanais

Art. 6.º Ficam majorados o número de vagas dos seguintes cargos do Quadro de Pessoal do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar n.º **1.013/2008**:

NOME DO CARGO	JORNADA	GRUPO OCUPACIONAL
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40 horas semanais	Técnico do SUS Nível Médio Profissionalizante
FONOAUDIÓLOGO	40 horas semanais	Profissional de Nível Superior do SUS
NUTRICIONISTA	40 horas semanais	Profissional de Nível Superior do SUS
PSICÓLOGO	40 horas semanais	Profissional de Nível Superior do SUS
ASSISTENTE SOCIAL	40 horas semanais	Profissional de Nível Superior do SUS

Art. 7.º Ficam majorados o número de vagas dos seguintes cargos do Quadro de Pessoal do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar n.º **1.016/2008**:

NOME DO CARGO	JORNADA	GRUPO OCUPACIONAL
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO	40 horas semanais	Técnicos de Nível Superior
AGENTE ADMINISTRATIVO II	40 horas semanais	Serviços Administrativos
OPERADOR DE RETRO	40 horas semanais	Serviços Operacionais
ESCAVADEIRA DE PNEU		
OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	40 horas semanais	Serviços Operacionais
OPERADOR DE MOTOR SERRA	40 horas semanais	Serviços Operacionais
SOLDADOR	40 horas semanais	Serviços Operacionais
TORNEIRO MECANICO	40 horas semanais	Serviços Operacionais
ELETRICISTA PREDIAL	40 horas semanais	Serviços Operacionais
MOTORISTA II	40 horas semanais	Serviços Operacionais
FISCAL DE TRANSITO	40 horas semanais	Serviços de Fiscalização
TÉCNICO AGRÍCOLA	40 horas semanais	Técnico Nível Médio Profissionalizante

Art. 8.º Fica minorado o cargo de carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO I**, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar n.º **1.016/2008**:

Art. 9.º O número de vagas, o vencimento e a habilitação para admissão dos cargos criados pela presente Lei Complementar, estão constantes no **ANEXO I**, da Lei Complementar n.º **1.013/2008**, no **ANEXO I**, da Lei Complementar n.º **1.016/2008** e no **ANEXO I**, da Lei Municipal n.º **644/2002**, que ficam, respectivamente, alterados pelos **ANEXOS I, II** e **III**, da presente Lei Complementar, que passam dessa a ser partes integrantes.

Art. 10. As vagas dos cargos majoradas e minorada pela presente Lei Complementar, já estão computadas no **ANEXO I**, da Lei Complementar n.º **1.013/2008** e no **ANEXO I**, da Lei Complementar n.º **1.016/2008**, da forma como ficam, respectivamente, alterados pelos **ANEXOS I** e **II**, da presente Lei Complementar.

Art. 11. Os **ANEXOS I** e **II**, da Lei Municipal n.º **644/2002**, que organiza a Estrutura Administrativa e o Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal - **DAES**, ficam alterados, respectivamente, da forma como estabelecidos pelos **ANEXOS III** e **IV**, da presente Lei Complementar, que passam dessa a ser partes integrantes.

Art. 12. Em decorrência da criação do cargo de carreira de **FISIOTERAPEUTA**, com jornada de **30 (trinta)** horas semanais, de provimento efetivo, e do Grupo Ocupacional "**PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS 30 HORAS**", fica acrescentada a Tabela deste citado Grupo ao **ANEXO II**, da Lei Complementar n.º **1.013/2008**, conforme estabelecida no **ANEXO V**, da presente Lei Complementar, que passa dessa a ser parte integrante.

Art. 13. Em decorrência da criação dos cargos de carreira de **ENGENHEIRO SANITARISTA, CONTADOR, TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, FISCAL DE LIMPEZA URBANA, COZINHEIRO, GARI E COLETOR DE LIXO**, de provimento efetivo, ficam alteradas as Tabelas dos Grupos Ocupacionais "**TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR 20 E 40 HORAS**", "**TÉCNICO NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE 40 HORAS**", "**SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO 40 HORAS**" e "**SERVIÇOS ELEMENTARES 40 HORAS**", do **ANEXO III**, da Lei Complementar n.º **1.016/2008**, da forma como estabelecidas no **ANEXO VII**, da presente Lei Complementar, que passa dessa a ser parte integrante.

Art. 14. Os seguintes cargos de provimento em comissão, de dedicação integral à disposição da Administração, e o cargo de carreira de **MONITOR DE CURSOS**, de provimento efetivo, do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar Municipal n.º **1.016/2008**, permanecerão neste Plano mencionado até a promulgação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Juína-MT a ser instituído por Lei Complementar Municipal, depois serão transpostos para o regime deste Novo Plano de Cargos:

I – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

II - ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL;

III - DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - ESPECIAL PARA MULHER;

IV - DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL;

V - DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL;

VI - COORDENADOR DE POLÍTICA PÚBLICA ESPECIAL PARA MULHER;

VII - COORDENADOR DE PROMOÇÃO SOCIAL;

VIII - COORDENADOR DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

IX - ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES; e,

X - ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Parágrafo Único. Com a promulgação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Sistema Único de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Juína-MT, a Tabela "**B**", do **ANEXO I**, e o **ANEXO II**, da Lei Complementar Municipal n.º **1.016/2008**, passarão a vigorar como estabelecidos no **ANEXO VIII**, da presente Lei Complementar, que dessa passa a ser parte integrante.

Art. 15. O provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias - **LDO**, conforme determina o **§ 1.º**, do art. **169**, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O provimento dos cargos dar-se-á de forma gradual, de acordo com a disponibilidade orçamentária, em consonância com o disposto no ***caput*** deste artigo.

Art. 16. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar, se necessário, por Decreto do Executivo, bem como baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários, no prazo de **90 (noventa)** dias a partir de sua publicação.

Art. 17. As despesas oriundas da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. **43** e **46,** da Lei Federal n.º **4.320**, de **17** de **março** de **1964**, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º **101**, de **04** de **maio** de **2000** (**Lei de Responsabilidade Fiscal**).

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos

de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º **101**, de **04** de **maio** de **2000** (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), entre eles, o Plano Plurianual - **PPA**, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - **LDO** e a Lei Orçamentária Anual – **LOA**.

Art. 19. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **05** de **Julho** de **2010**.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.175/2010

ANEXOS

ANEXO I
Lei Complementar n.º 1.175/2010

ANEXO I
Lei Complementar n.º 1.013/2008

DO QUADRO DE PESSOAL DO SUS

A) CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS 40 HORAS	Biólogo	3.483,29	02
	Bioquímico	3.483,29	10
	Enfermeiro	3.483,29	10
	Engenheiro Sanitarista	3.483,29	02
	Farmacêutico	3.483,29	05
	Fonoaudiólogo	3.483,29	08
	Médico	3.483,29	08
	Nutricionista	3.483,29	05
	Odontólogo	3.483,29	06
	Psicólogo	3.483,29	05
	Terapeuta Ocupacional	3.483,29	03
	Assistente Social	3.483,29	06
	TOTAL DE VAGAS		70

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS 30 HORAS	Fisioterapeuta	2.612,47	08
	TOTAL DE VAGAS		08

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS 20 HORAS	Biólogo	1.741,65	02
	Bioquímico	1.741,65	15
	Enfermeiro	1.741,65	10
	Engenheiro Sanitarista	1.741,65	02
	Farmacêutico	1.741,65	05
	Fisioterapeuta	1.741,65	08
	Fonoaudiólogo	1.741,65	05
	Médico	1.741,65	08
	Nutricionista	1.741,65	03
	Odontólogo	1.741,65	06
	Psicólogo	1.741,65	04
	Terapeuta Ocupacional	1.741,65	03
	Assistente Social	1.741,65	04
	TOTAL DE VAGAS		75

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
TÉCNICO DO SUS NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE 40 HORAS	Microscopista	574,00	10
	Técnico de Enfermagem	574,00	150
	Técnico de Higiene Dental	574,00	10
	Técnico de Laboratório	580,90	10
	TOTAL DE VAGAS		180
GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
TÉCNICO DO SUS NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE 24 HORAS	Técnico de Radiologia	580,90	10
	TOTAL DE VAGAS		10

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
ASSISTENTE DO SUS NÍVEL MÉDIO (EMC) E NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO (EFC) 40 HORAS	Auxiliar de Consultório Dentário (EFC)	510,00	10
	Atendente de Recepção Hospitalar (EFC)	510,00	35
	Auxiliar de Enfermagem (EMC)	510,00	35
	Fiscal Sanitário (EMC)	840,87	10
	Operador de Raios X (EMC)	510,00	03
	Borrifador	510,00	10
	TOTAL DE VAGAS		103

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
APOIO À PREVENÇÃO DE DOENÇAS NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO (EFC) 40 HORAS	Agente Comunitário de Saúde	510,00	110
	Agente de Combate às Endemias	606,64	30
	TOTAL DE VAGAS		140

B) CARGOS DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

GRUPO OCUPACIONAL PARA ATENDER CONVÊNIOS E PROGRAMAS DE SAÚDE

40 HORAS

NOME DO CARGO	CONVÊNIO/PROGRAMA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO/R$	VAGAS
Médico	PSF	Nível Superior	9.340,64	13
Enfermeiro	PSF	Nível Superior	3.792,92	15
Médico	CAPS	Nível Superior	9.340,64	01
Enfermeiro	CAPS	Nível Superior	3.792,92	01
Assistente Social	CAPS	Nível Superior	3.483,31	01
Auxiliar de Enfermagem	CAPS	Nível Médio	510,00	01
Artesão	CAPS	Nível Médio Profissionalizante	589,45	01
Enfermeiro	PACS	Nível Superior	3.792,92	01
Odontólogo	Saúde Bucal	Nível Superior	3.483,31	13
Auxiliar de Consultório Dentário	Saúde Bucal	Nível Fundamental	510,00	13
Médico	PSF Indígena	Nível Superior	9.871,20	02
Odontólogo	PSF Indígena	Nível Superior	4.935,60	02
Enfermeiro Coordenador do Pólo	PSF Indígena	Nível Superior	3.838,80	01
Enfermeiro	PSF Indígena	Nível Superior	4.935,60	03
Técnico de Enfermagem	PSF Indígena	Nível Médio Profissionalizante	1.645,20	15
Técnico de Enfermagem do Pólo	PSF Indígena	Nível Médio Profis.	1.096,80	13
Agente Indígena de Saúde	PSF Indígena	Nível Fundamental	510,00	35
Agente Indígena de Saneamento	PSF Indígena	Nível Fundamental	510,00	20
Técnico em Prótese Dentária	Centro de Especialização Odontológica - CEO	Nível Médio Profissionalizante	574,00	03
TOTAL DE VAGAS				144

ANEXO II
Lei Complementar n.º 1.175/2010

ANEXO I
Lei Complementar n.º 1.016/2008

DO QUADRO DE PESSOAL GERAL

A) CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO DE CATEGORIA FUNCIONAL DE CARREIRA

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR	Arquiteto	3.483,29	02

40 HORAS	Assistente Social	3.483,29	10
	Economista	3.483,29	01
	Engenheiro Agrícola	3.483,29	02
	Engenheiro Agrônomo	3.483,29	03
	Engenheiro Civil	3.483,29	02
	Engenheiro Florestal	3.483,29	02
	Médico Veterinário	3.483,29	10
	Psicólogo	3.483,29	05
	Topógrafo	3.483,29	04
	Zootecnista	3.483,29	02
	Engenheiro Sanitarista	3.483,29	04
	Contador	3.483,29	03
	TOTAL DE VAGAS		51

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR 20 HORAS	Arquiteto	1.741,65	01
	Assistente Social	1.741,65	10
	Economista	1.741,65	01
	Engenheiro Agrícola	1.741,65	02
	Engenheiro Agrônomo	1.741,65	03
	Engenheiro Civil	1.741,65	02
	Engenheiro Florestal	1.741,65	02
	Médico Veterinário	1.741,65	10
	Psicólogo	1.741,65	04
	Topógrafo	1.741,65	04
	Zootecnista	1.741,65	02
	Engenheiro Sanitarista	1.741,65	04
	Contador	1.741,65	03
	TOTAL DE VAGAS		48

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR 40 HORAS	Agente de Arrecadação e Fiscalização	1.741,65	01
	Auditor de Controle Interno	4.905,07	05
	TOTAL DE VAGAS		06

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
TÉCNICO NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE 40 HORAS	Técnico Agrícola	623,98	15
	Técnico de Controle Interno	1.630,15	02
	Técnico de Contabilidade	670,25	01
	Técnico de Segurança do Trabalho	623,99	02
	TOTAL DE VAGAS		20

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO 40 HORAS	Fiscal de Obras	840,87	08
	Fiscal de Tributos	840,87	18
	Fiscal de Trânsito	840,87	04
	Fiscal de Limpeza Urbana	840,87	10
	TOTAL DE VAGAS		40

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS 40 HORAS	Agente Administrativo II	670,25	75
	Agente Administrativo I	540,80	20
	Recepcionista	510,00	15
	Supervisor Escolar	580,90	01
	TOTAL DE VAGAS		111

GRUPO OCUPACIONAL	NOME DO CARGO	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS OPERACIONAIS 40 HORAS	Auxiliar de Topografia	580,90	08
	Desenhista	510,00	06
	Mecânico	807,00	20
	Funileiro	807,00	04
	Operador de Motoniveladora	587,87	12

	Operador de Pá Carregadeira	587,87	12
	Operador de Trator de Esteiras	587,87	04
	Operador de Retroescavadeira de Pneu	587,87	04
	Operador de Escavadeira Hidráulica	587,87	04
	Operador de Moto Serra	587,87	04
	Operador de Rolo Compactador	587,87	04
	Pedreiro	587,87	10
	Soldador	807,00	04
	Torneiro Mecânico	807,00	04
	Borracheiro	540,80	05
	Lubrificador	540,80	05
	Vigia	510,00	50
	Eletricista Predial	549,17	05
	Eletricista de Veículos	549,17	02
	Operador de Trator Agrícola	549,17	07
	Carpinteiro	549,17	10
	Pintor	549,17	06
	Marceneiro	549,17	06
	Motorista I	540,80	25
	Motorista II	549,17	40
	TOTAL DE VAGAS		**261**

GRUPO OCUPACIONAL	PERFIL PROFISSIONAL	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS ELEMENTARES 40 HORAS	Auxiliar de Serviços Gerais	510,00	250
	Contínuo	510,00	10
	Monitor de Cursos	510,00	10
	Cozinheiro	510,00	10
	Gari	510,00	50
	Coletor de Lixo	510,00	50
	TOTAL DE VAGAS		**380**

B) CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO DE CATEGORIA FUNCIONAL DE CONFIANÇA

VAGAS	NOME DO CARGO	CATEGORIA	JORNADA	CÓDIGO	GRATIFICAÇÃO
01	Chefe de Gabinete	Direção Geral	Dedicação Integral	DAG	-
08	Secretário	Direção Geral	Dedicação Integral	DAG	-
01	Chefe do Escritório de Apoio Administrativo - Cuiabá	Direção Geral	Dedicação Integral	DAG	-
01	Chefe da Unidade de Controle Interno	Direção Geral	Dedicação Integral	DAG	-
01	Assessor Jurídico do Município	Direção Geral	20 horas Semanais	DAG	+ 20 horas/70%
08	Supervisor	Supervisão	Dedicação Integral	DAS-6	20%
01	Administrador	Administração	Dedicação Integral	DAS-5	20%
19	Assessor	Assessoria	Dedicação Integral	DAS-4	20%
48	Diretor	Direção	Dedicação Integral	DAS-3	20%
16	Chefe de Divisão	Chefia	Dedicação Integral	DAS-2	20%
14	Coordenador	Coordenação	Dedicação Integral	DAS-2	20%
10	Assistente	Assistência	Dedicação Integral	DAS-1	20%

ANEXO III
Lei Complementar n.º 1.175/2010

ANEXO I
Lei n.º 644/2002

QUADRO DE PESSOAL DO DAES

A) CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

NOME DO CARGO	JORNADA	VENCIMENTO/R$	GF *	VAGAS
Diretor	Dedicação integral	Nível de Secretário	-	01

Assessor Jurídico do DAES	20 horas Semanais	3.033,33	-	01
Contador	40 horas Semanais	2.106,01	-	01
Encarregado do DADM	Dedicação integral	2.106,01	Até 60%	01
Chefe DICOM	Dedicação integral	1.358,47	Até 40%	01
Chefe DIREX	Dedicação integral	1.358,47	Até 40%	01
Técnico em Contabilidade	40 horas Semanais	1.358,47	-	01
Encarregado do DETC	Dedicação integral	2.106,01	Até 60%	01
Chefe do DILAB	Dedicação integral	1.358,47	Até 40%	01
Chefe da DIPRO	Dedicação integral	1.358,47	Até 40%	01
Encarregado do DOPE	Dedicação integral	2.106,01	Até 60%	01
Chefe das DIAES	Dedicação integral	1.358,47	Até 40%	01

*** GF - Gratificação Funcional: Percentual Sobre o Vencimento Básico.**

B) CARGOS DE CARREIRA DE PROVIMENTO EFETIVO

NOME DO CARGO	JORNADA	VENCIMENTO/R$	HABILITAÇÃO	VAGAS
Técnico Químico	40 horas Semanais	1.128,46	Nível Médio Profissionalizante	01
Agente administrativo II	40 horas Semanais	678,36	Nível Médio	02
Fiscal de Consumo	40 horas Semanais	678,36	Nível Médio	03
Agente Administrativo I	40 horas Semanais	564,25	Nível Fundamental	01
Auxiliar de laboratório	40 horas Semanais	564,25	Nível Fundamental	01
Leiturista	40 horas Semanais	564,25	Nível Fundamental	04
Operador de Estação de Tratamento de Água	40 horas Semanais	936,86	Nível Fundamental	05
Motorista de caminhão	40 horas Semanais	587,87	Alfabetizado - CNH "D"	02
Motorista de veículos leves	40 horas Semanais	587,87	Alfabetizado - CNH "D"	02
Operador de maquinas	40 horas Semanais	587,87	Alfabetizado - CNH "D"	03
Vigia	40 horas Semanais	540,80	alfabetizado	04
Pedreiro	40 horas Semanais	587,87	Alfabetizado	02
Mecânico	40 horas Semanais	587,87	Alfabetizado	01
Assistente de serviços gerais	40 horas Semanais	564,25	Alfabetizado	07
Zelador de Estação de Tratamento de Esgoto	40 horas Semanais	564,25	Alfabetizado	03
Encanador	40 horas Semanais	752,33	Alfabetizado	05
Operador de bomba	40 horas Semanais	752,33	Alfabetizado	04

ANEXO IV
Lei Complementar n.º 1.175/2010

ANEXO II
Lei n.º 644/2002

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE CARREIRA - DAES

AGENTE ADMINISTRATIVO II E FISCAL DE CONSUMO		
CLASSE	REFERENCIA	VENCIMENTO/R$
A	1	678,36
	2	686,50
	3	694,74
	4	703,08
	5	711,51
	6	720,05
	7	728,69
B	8	737,43
	9	746,28
	10	755,24
	11	764,30
	12	773,47
	13	782,76
C	14	792,15
	15	801,65
	16	811,27

	17	821,01
	18	830,86
	19	840,83
	20	850,92

AGENTE ADMINISTRATIVO I, AUXILIAR DE LABORATÓRIO, ASSISTENTE DE SERVIÇOS GERAIS, ZELADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO E LEITURISTA		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO/R$
A	1	564,25
	2	571,02
	3	577,87
	4	584,81
	5	591,82
	6	598,93
	7	606,11
B	8	613,39
	9	620,75
	10	628,20
	11	635,73
	12	643,36
	13	651,08
C	14	658,90
	15	666,80
	16	674,81
	17	682,90
	18	691,10
	19	699,39
	20	707,78

VIGIA		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO/R$
A	1	540,80
	2	547,29
	3	553,86
	4	560,50
	5	567,23
	6	574,04
	7	580,92
B	8	587,89
	9	594,95
	10	602,09
	11	609,31
	12	616,63
	13	624,03
C	14	631,51
	15	639,09
	16	646,76
	17	654,52
	18	662,38
	19	670,32
	20	678,37

TÉCNICO QUÍMICO		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO/R$
A	1	1.128,46
	2	1.142,01
	3	1.155,71
	4	1.169,58
	5	1.183,61
	6	1.197,82
	7	1.212,19
B	8	1.226,74
	9	1.241,46
	10	1.256,36
	11	1.271,43
	12	1.286,69
	13	1.302,13
C	14	1.317,75
	15	1.333,57
	16	1.349,57
	17	1.365,77
	18	1.382,15
	19	1.398,74
	20	1.415,53

MOTORISTA DE CAMINHÃO, MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES, OPERADOR DE MÁQUINAS, PEDREIRO E MECÂNICO		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO/R$
A	1	587,87
	2	594,93
	3	602,07
	4	609,29
	5	616,60
	6	624,00
	7	631,49
B	8	639,07
	9	646,74
	10	654,50
	11	662,35
	12	670,30
	13	678,34
C	14	686,48
	15	694,72
	16	703,06
	17	711,50
	18	720,03
	19	728,67
	20	737,42

ENCANADOR E OPERADOR DE BOMBA		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO/R$
A	1	752,33
	2	761,36
	3	770,49
	4	779,74
	5	789,09
	6	798,56
	7	808,15
B	8	817,84
	9	827,66
	10	837,59
	11	847,64
	12	857,81
	13	868,11
C	14	878,52
	15	889,07
	16	899,74
	17	910,53
	18	921,46
	19	932,52
	20	943,71

OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO/R$
A	1	936,86
	2	948,11
	3	959,48
	4	971,00
	5	982,65
	6	994,44
	7	1.006,38
B	8	1.018,45
	9	1.030,67
	10	1.043,04
	11	1.055,56
	12	1.068,22
	13	1.081,04
C	14	1.094,02
	15	1.107,14
	16	1.120,43
	17	1.133,87
	18	1.147,48
	19	1.161,25
	20	1.175,19

ANEXO V
Lei Complementar n.º 1.175/2010

ANEXO II
Lei Complementar n.º 1.013/2008

TABELAS DE VENCIMENTOS E PROGRESSÃO NA CARREIRA

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS					
30 HORAS					
FISIOTERAPEUTA					
CLASSE	A	B	C	D	E
	Ens. Superior Completo	Especialista	Especialista/ 360hs	Mestrado	Doutorado
NIVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	2.612,47	2.743,09	2.873,72	3.004,34	3.134,96
2	2.664,72	2.797,96	2.931,19	3.064,43	3.197,66
3	2.718,01	2.853,91	2.989,82	3.125,72	3.261,62
4	2.772,37	2.910,99	3.049,61	3.188,23	3.326,85
5	2.827,82	2.969,21	3.110,60	3.251,99	3.393,39
6	2.884,38	3.028,60	3.172,82	3.317,03	3.461,25
7	2.942,07	3.089,17	3.236,27	3.383,38	3.530,48
8	3.000,91	3.150,95	3.301,00	3.451,04	3.601,09
9	3.060,92	3.213,97	3.367,02	3.520,06	3.673,11
10	3.122,14	3.278,25	3.434,36	3.590,47	3.746,57
11	3.184,59	3.343,82	3.503,04	3.662,27	3.821,50
12	3.248,28	3.410,69	3.573,11	3.735,52	3.897,93
13	3.313,24	3.478,91	3.644,57	3.810,23	3.975,89
14	3.379,51	3.548,48	3.717,46	3.886,43	4.055,41
15	3.447,10	3.619,45	3.791,81	3.964,16	4.136,52
16	3.516,04	3.691,84	3.867,64	4.043,45	4.219,25
17	3.586,36	3.765,68	3.945,00	4.124,32	4.303,63
18	3.658,09	3.840,99	4.023,90	4.206,80	4.389,71
19	3.731,25	3.917,81	4.104,38	4.290,94	4.477,50
20	3.805,88	3.996,17	4.186,46	4.376,76	4.567,05

21	3.881,99	4.076,09	4.270,19	4.464,29	4.658,39
22	3.959,63	4.157,61	4.355,60	4.553,58	4.751,56
23	4.038,83	4.240,77	4.442,71	4.644,65	4.846,59
24	4.119,60	4.325,58	4.531,56	4.737,54	4.943,52
25	4.201,99	4.412,09	4.622,19	4.832,29	5.042,39
26	4.286,03	4.500,34	4.714,64	4.928,94	5.143,24
27	4.371,75	4.590,34	4.808,93	5.027,52	5.246,11
28	4.459,19	4.682,15	4.905,11	5.128,07	5.351,03
29	4.548,37	4.775,79	5.003,21	5.230,63	5.458,05
30	4.639,34	4.871,31	5.103,28	5.335,24	5.567,21
31	4.732,13	4.968,73	5.205,34	5.441,95	5.678,55
32	4.826,77	5.068,11	5.309,45	5.550,79	5.792,12
33	4.923,31	5.169,47	5.415,64	5.661,80	5.907,97
34	5.021,77	5.272,86	5.523,95	5.775,04	6.026,13
35	5.122,21	5.378,32	5.634,43	5.890,54	6.146,65

ANEXO VI
Lei Complementar n.º 1.175/2010

ANEXO II
Lei Complementar n.º 1.013/2008

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS

40 HORAS

BIÓLOGO, BIOQUÍMICO, ENFERMEIRO, ENGENHEIRO SANITARISTA, FARMACÊUTICO, FONOAUDIÓLOGO, MÉDICO, NUTRICIONISTA, ODONTÓLOGO, PSICÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL

CLASSE	A	B	C	D	E
	Ens. Superior Completo	Especialista	Especialista/ 360hs	Mestrado	Doutorado
NIVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	3.483,29	3.657,45	3.831,62	4.005,78	4.179,95
2	3.552,96	3.730,60	3.908,25	4.085,90	4.263,55
3	3.624,01	3.805,22	3.986,42	4.167,62	4.348,82
4	3.696,50	3.881,32	4.066,14	4.250,97	4.435,79
5	3.770,43	3.958,95	4.147,47	4.335,99	4.524,51
6	3.845,83	4.038,13	4.230,42	4.422,71	4.615,00
7	3.922,75	4.118,89	4.315,03	4.511,16	4.707,30
8	4.001,21	4.201,27	4.401,33	4.601,39	4.801,45
9	4.081,23	4.285,29	4.489,35	4.693,41	4.897,48
10	4.162,85	4.371,00	4.579,14	4.787,28	4.995,42
11	4.246,11	4.458,42	4.670,72	4.883,03	5.095,33
12	4.331,03	4.547,58	4.764,14	4.980,69	5.197,24
13	4.417,65	4.638,54	4.859,42	5.080,30	5.301,18
14	4.506,01	4.731,31	4.956,61	5.181,91	5.407,21
15	4.596,13	4.825,93	5.055,74	5.285,55	5.515,35
16	4.688,05	4.922,45	5.156,85	5.391,26	5.625,66
17	4.781,81	5.020,90	5.259,99	5.499,08	5.738,17
18	4.877,45	5.121,32	5.365,19	5.609,06	5.852,94
19	4.975,00	5.223,75	5.472,50	5.721,25	5.970,00
20	5.074,50	5.328,22	5.581,95	5.835,67	6.089,39
21	5.175,99	5.434,78	5.693,58	5.952,38	6.211,18
22	5.279,51	5.543,48	5.807,46	6.071,43	6.335,41
23	5.385,10	5.654,35	5.923,61	6.192,86	6.462,11
24	5.492,80	5.767,44	6.042,08	6.316,72	6.591,36
25	5.602,65	5.882,79	6.162,92	6.443,05	6.723,18
26	5.714,71	6.000,44	6.286,18	6.571,91	6.857,65
27	5.829,00	6.120,45	6.411,90	6.703,35	6.994,80
28	5.945,58	6.242,86	6.540,14	6.837,42	7.134,70
29	6.064,49	6.367,72	6.670,94	6.974,17	7.277,39
30	6.185,78	6.495,07	6.804,36	7.113,65	7.422,94
31	6.309,50	6.624,97	6.940,45	7.255,92	7.571,40
32	6.435,69	6.757,47	7.079,26	7.401,04	7.722,83
33	6.564,40	6.892,62	7.220,84	7.549,06	7.877,28
34	6.695,69	7.030,47	7.365,26	7.700,04	8.034,83
35	6.829,60	7.171,08	7.512,56	7.854,04	8.195,52

ANEXO VII
Lei Complementar n.º 1.175/2010

ANEXO III
Lei Complementar n.º 1.016/2008

TABELAS DE VENCIMENTOS E MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR

20 HORAS

ARQUITETO, ASSISTENTE SOCIAL, CONTADOR, ECONOMISTA, ENGENHEIRO AGRÍCOLA, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO FLORESTAL, ENGENHEIRO SANITARISTA, MÉDICO VETERINÁRIO, PSICÓLOGO, TOPÓGRAFO E ZOOTECNISTA.

CLASSE	A	B	C	D	E
	Ens. Superior Completo	Especialista	Especialista/ 360hs	Mestrado	Doutorado
NIVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	1.741,65	1.828,74	1.915,82	2.002,90	2.089,98
2	1.776,49	1.865,31	1.954,13	2.042,96	2.131,78
3	1.812,02	1.902,62	1.993,22	2.083,82	2.174,42
4	1.848,26	1.940,67	2.033,08	2.125,49	2.217,91
5	1.885,22	1.979,48	2.073,74	2.168,00	2.262,26
6	1.922,93	2.019,07	2.115,22	2.211,36	2.307,51
7	1.961,38	2.059,45	2.157,52	2.255,59	2.353,66
8	2.000,61	2.100,64	2.200,67	2.300,70	2.400,73
9	2.040,62	2.142,65	2.244,69	2.346,72	2.448,75
10	2.081,44	2.185,51	2.289,58	2.393,65	2.497,72
11	2.123,06	2.229,22	2.335,37	2.441,52	2.547,68
12	2.165,53	2.273,80	2.382,08	2.490,36	2.598,63
13	2.208,84	2.319,28	2.429,72	2.540,16	2.650,60
14	2.253,01	2.365,66	2.478,31	2.590,97	2.703,62
15	2.298,07	2.412,98	2.527,88	2.642,78	2.757,69
16	2.344,04	2.461,24	2.578,44	2.695,64	2.812,84
17	2.390,92	2.510,46	2.630,01	2.749,55	2.869,10
18	2.438,73	2.560,67	2.682,61	2.804,54	2.926,48
19	2.487,51	2.611,88	2.736,26	2.860,64	2.985,01
20	2.537,26	2.664,12	2.790,98	2.917,85	3.044,71
21	2.588,00	2.717,40	2.846,80	2.976,20	3.105,60
22	2.639,76	2.771,75	2.903,74	3.035,73	3.167,72
23	2.692,56	2.827,19	2.961,82	3.096,44	3.231,07
24	2.746,41	2.883,73	3.021,05	3.158,37	3.295,69
25	2.801,34	2.941,41	3.081,47	3.221,54	3.361,61
26	2.857,37	3.000,23	3.143,10	3.285,97	3.428,84
27	2.914,51	3.060,24	3.205,96	3.351,69	3.497,42
28	2.972,80	3.121,44	3.270,08	3.418,72	3.567,36
29	3.032,26	3.183,87	3.335,49	3.487,10	3.638,71
30	3.092,90	3.247,55	3.402,19	3.556,84	3.711,49
31	3.154,76	3.312,50	3.470,24	3.627,98	3.785,72
32	3.217,86	3.378,75	3.539,64	3.700,54	3.861,43
33	3.282,22	3.446,33	3.610,44	3.774,55	3.938,66
34	3.347,86	3.515,25	3.682,65	3.850,04	4.017,43
35	3.414,82	3.585,56	3.756,30	3.927,04	4.097,78

40 HORAS

ARQUITETO, ASSISTENTE SOCIAL, CONTADOR, ECONOMISTA, ENGENHEIRO AGRÍCOLA, ENGENHEIRO AGRÔNOMO,

ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO FLORESTAL, ENGENHEIRO SANITARISTA, MEDICO VETERINARIO, PSICOLOGO, TOPÓGRAFO E ZOOTECNISTA.					
CLASSE	A	B	C	D	E
	Ens. Superior Completo	Especialista	Especialista/ 360hs	Mestrado	Doutorado
NIVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	3.483,29	3.657,46	3.831,62	4.005,79	4.179,95
2	3.552,96	3.730,61	3.908,26	4.085,90	4.263,55
3	3.624,02	3.805,22	3.986,42	4.167,62	4.348,82
4	3.696,50	3.881,32	4.066,15	4.250,97	4.435,80
5	3.770,43	3.958,95	4.147,47	4.335,99	4.524,52
6	3.845,84	4.038,13	4.230,42	4.422,71	4.615,01
7	3.922,76	4.118,89	4.315,03	4.511,17	4.707,31
8	4.001,21	4.201,27	4.401,33	4.601,39	4.801,45
9	4.081,23	4.285,30	4.489,36	4.693,42	4.897,48
10	4.162,86	4.371,00	4.579,14	4.787,29	4.995,43
11	4.246,12	4.458,42	4.670,73	4.883,03	5.095,34
12	4.331,04	4.547,59	4.764,14	4.980,69	5.197,25
13	4.417,66	4.638,54	4.859,43	5.080,31	5.301,19
14	4.506,01	4.731,31	4.956,61	5.181,91	5.407,21
15	4.596,13	4.825,94	5.055,75	5.285,55	5.515,36
16	4.688,06	4.922,46	5.156,86	5.391,26	5.625,67
17	4.781,82	5.020,91	5.260,00	5.499,09	5.738,18
18	4.877,45	5.121,33	5.365,20	5.609,07	5.852,94
19	4.975,00	5.223,75	5.472,50	5.721,25	5.970,00
20	5.074,50	5.328,23	5.581,95	5.835,68	6.089,40
21	5.175,99	5.434,79	5.693,59	5.952,39	6.211,19
22	5.279,51	5.543,49	5.807,46	6.071,44	6.335,41
23	5.385,10	5.654,36	5.923,61	6.192,87	6.462,12
24	5.492,80	5.767,44	6.042,08	6.316,72	6.591,36
25	5.602,66	5.882,79	6.162,93	6.443,06	6.723,19
26	5.714,71	6.000,45	6.286,18	6.571,92	6.857,66
27	5.829,01	6.120,46	6.411,91	6.703,36	6.994,81
28	5.945,59	6.242,87	6.540,15	6.837,43	7.134,71
29	6.064,50	6.367,72	6.670,95	6.974,17	7.277,40
30	6.185,79	6.495,08	6.804,37	7.113,66	7.422,95
31	6.309,51	6.624,98	6.940,46	7.255,93	7.571,41
32	6.435,70	6.757,48	7.079,26	7.401,05	7.722,83
33	6.564,41	6.892,63	7.220,85	7.549,07	7.877,29
34	6.695,70	7.030,48	7.365,27	7.700,05	8.034,84
35	6.829,61	7.171,09	7.512,57	7.854,05	8.195,53

RUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO					
40 HORAS					
FISCAL DE TRIBUTOS, FISCAL DE OBRAS, FISCAL DE TRANSITO E FISCAL DE LIMPEZA URBANA.					
CLASSE	A	B	C	D	E
	Ens. Médio Completo	Ensino Médio Completo+260h	360h/Esp. N.Téc.	Ens. Superior Completo	C.Especialização
NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	840,87	882,92	924,96	967,00	1.009,05
2	857,69	900,57	943,46	986,34	1.029,23
3	874,84	918,59	962,33	1.006,07	1.049,81
4	892,34	936,96	981,57	1.026,19	1.070,81
5	910,19	955,70	1.001,21	1.046,72	1.092,23
6	928,39	974,81	1.021,23	1.067,65	1.114,07
7	946,96	994,31	1.041,66	1.089,00	1.136,35
8	965,90	1.014,19	1.062,49	1.110,78	1.159,08
9	985,22	1.034,48	1.083,74	1.133,00	1.182,26
10	1.004,92	1.055,17	1.105,41	1.155,66	1.205,90
11	1.025,02	1.076,27	1.127,52	1.178,77	1.230,02
12	1.045,52	1.097,80	1.150,07	1.202,35	1.254,62
13	1.066,43	1.119,75	1.173,07	1.226,39	1.279,72
14	1.087,76	1.142,15	1.196,53	1.250,92	1.305,31
15	1.109,51	1.164,99	1.220,47	1.275,94	1.331,42
16	1.131,70	1.188,29	1.244,87	1.301,46	1.358,04
17	1.154,34	1.212,05	1.269,77	1.327,49	1.385,21
18	1.177,42	1.236,30	1.295,17	1.354,04	1.412,91
19	1.200,97	1.261,02	1.321,07	1.381,12	1.441,17
20	1.224,99	1.286,24	1.347,49	1.408,74	1.469,99
21	1.249,49	1.311,97	1.374,44	1.436,92	1.499,39
22	1.274,48	1.338,21	1.401,93	1.465,65	1.529,38
23	1.299,97	1.364,97	1.429,97	1.494,97	1.559,97
24	1.325,97	1.392,27	1.458,57	1.524,87	1.591,17
25	1.352,49	1.420,12	1.487,74	1.555,36	1.622,99
26	1.379,54	1.448,52	1.517,49	1.586,47	1.655,45
27	1.407,13	1.477,49	1.547,84	1.618,20	1.688,56
28	1.435,27	1.507,04	1.578,80	1.650,57	1.722,33
29	1.463,98	1.537,18	1.610,38	1.683,58	1.756,78
30	1.493,26	1.567,92	1.642,59	1.717,25	1.791,91
31	1.523,12	1.599,28	1.675,44	1.751,59	1.827,75
32	1.553,59	1.631,27	1.708,95	1.786,63	1.864,30
33	1.584,66	1.663,89	1.743,12	1.822,36	1.901,59
34	1.616,35	1.697,17	1.777,99	1.858,80	1.939,62
35	1.648,68	1.731,11	1.813,55	1.895,98	1.978,41

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO PROFISSIONALIZANTE					
40 HORAS					
TÉCNICO AGRÍCOLA E TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO					
CLASSE	A	B	C	D	E
	Ens. Médio Completo	Ensino Médio Completo+260h	360h/Esp.N.Téc.	Ens. Superior Completo	C.Especialização
NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	623,98	655,18	686,38	717,58	748,78
2	636,46	668,28	700,11	731,93	763,75
3	649,19	681,65	714,11	746,57	779,03
4	662,17	695,28	728,39	761,50	794,61
5	675,42	709,19	742,96	776,73	810,50
6	688,92	723,37	757,82	792,26	826,71
7	702,70	737,84	772,97	808,11	843,24
8	716,76	752,59	788,43	824,27	860,11
9	731,09	767,65	804,20	840,76	877,31
10	745,71	783,00	820,29	857,57	894,86
11	760,63	798,66	836,69	874,72	912,75
12	775,84	814,63	853,42	892,22	931,01
13	791,36	830,93	870,49	910,06	949,63
14	807,18	847,54	887,90	928,26	968,62
15	823,33	864,49	905,66	946,83	987,99
16	839,79	881,78	923,77	965,76	1.007,75
17	856,59	899,42	942,25	985,08	1.027,91
18	873,72	917,41	961,09	1.004,78	1.048,47
19	891,20	935,76	980,32	1.024,88	1.069,44
20	909,02	954,47	999,92	1.045,37	1.090,83
21	927,20	973,56	1.019,92	1.066,28	1.112,64
22	945,75	993,03	1.040,32	1.087,61	1.134,89
23	964,66	1.012,89	1.061,13	1.109,36	1.157,59
24	983,95	1.033,15	1.082,35	1.131,55	1.180,74
25	1.003,63	1.053,81	1.104,00	1.154,18	1.204,36
26	1.023,71	1.074,89	1.126,08	1.177,26	1.228,45
27	1.044,18	1.096,39	1.148,60	1.200,81	1.253,02
28	1.065,06	1.118,32	1.171,57	1.224,82	1.278,08

29	1.086,36	1.140,68	1.195,00	1.249,32	1.303,64
30	1.108,09	1.163,50	1.218,90	1.274,31	1.329,71
31	1.130,25	1.186,77	1.243,28	1.299,79	1.356,30
32	1.152,86	1.210,50	1.268,14	1.325,79	1.383,43
33	1.175,92	1.234,71	1.293,51	1.352,30	1.411,10
34	1.199,43	1.259,41	1.319,38	1.379,35	1.439,32
35	1.223,42	1.284,59	1.345,76	1.406,94	1.468,11

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS ELEMENTARES

40 HORAS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, COZINHEIRO, COLETOR DE LIXO E GARI

CLASSE	A	B	C	D	E
	Alfabetizado	150hs/Ens. Fundamental Incompleto	Ens. Fundamental Completo	150hs/Ens. Médio Incompleto	Ens. Médio Completo
NÍVEL	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$	Vencimento/R$
1	510,00	535,50	561,00	586,50	612,00
2	520,20	546,21	572,22	598,23	624,24
3	530,60	557,13	583,66	610,19	636,72
4	541,22	568,28	595,34	622,40	649,46
5	552,04	579,64	607,24	634,85	662,45
6	563,08	591,24	619,39	647,54	675,70
7	574,34	603,06	631,78	660,49	689,21
8	585,83	615,12	644,41	673,70	703,00
9	597,55	627,42	657,30	687,18	717,06
10	609,50	639,97	670,45	700,92	731,40
11	621,69	652,77	683,86	714,94	746,02
12	634,12	665,83	697,53	729,24	760,95
13	646,80	679,14	711,48	743,82	776,16
14	659,74	692,73	725,71	758,70	791,69
15	672,93	706,58	740,23	773,87	807,52
16	686,39	720,71	755,03	789,35	823,67
17	700,12	735,13	770,13	805,14	840,14
18	714,12	749,83	785,54	821,24	856,95
19	728,41	764,83	801,25	837,67	874,09
20	742,97	780,12	817,27	854,42	891,57
21	757,83	795,72	833,62	871,51	909,40
22	772,99	811,64	850,29	888,94	927,59
23	788,45	827,87	867,29	906,72	946,14
24	804,22	844,43	884,64	924,85	965,06
25	820,30	861,32	902,33	943,35	984,36
26	836,71	878,54	920,38	962,22	1.004,05
27	853,44	896,12	938,79	981,46	1.024,13
28	870,51	914,04	957,56	1.001,09	1.044,61
29	887,92	932,32	976,71	1.021,11	1.065,51
30	905,68	950,96	996,25	1.041,53	1.086,82
31	923,79	969,98	1.016,17	1.062,36	1.108,55
32	942,27	989,38	1.036,50	1.083,61	1.130,72
33	961,12	1.009,17	1.057,23	1.105,28	1.153,34
34	980,34	1.029,35	1.078,37	1.127,39	1.176,41
35	999,94	1.049,94	1.099,94	1.149,94	1.199,93

ANEXO VIII
Lei Complementar n.º 1.175/2010

ANEXO I
Lei Complementar n.º 1.016/2008

DO QUADRO DE PESSOAL GERAL

A) CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO DE CATEGORIA FUNCIONAL DE CARREIRA

GRUPO OCUPACIONAL	PERFIL PROFISSIONAL	VENCIMENTO INICIAL/R$	VAGAS
SERVIÇOS ELEMENTARES 40 HORAS	Auxiliar de Serviços Gerais	510,00	250
	Continuo	510,00	10
	Cozinheiro	510,00	10
	Gari	510,00	50
	Coletor de Lixo	510,00	50
	TOTAL DE VAGAS		380

B) CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO DE CATEGORIA FUNCIONAL DE CONFIANÇA

VAGAS	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	JORNADA	REFERÊNCIA	GRATIFICAÇÃO
01	Chefe de Gabinete	Direção Geral	Dedicação integral	DAG	-
07	Secretário	Direção Geral	Dedicação integral	DAG	-
01	Chefe do Escritório de Apoio Administrativo - Cuiabá	Direção Geral	Dedicação integral	DAG	-
01	Chefe da Unidade de Controle Interno	Direção Geral	Dedicação integral	DAG	-
01	Assessor Jurídico do Município	Direção Geral	20 horas Semanais	DAG	+ 20 horas/70%
07	Supervisor	Supervisão	Dedicação integral	DAS-6	20%
01	Administrador	Administração	Dedicação integral	DAS-5	20%
19	Assessor	Assessoria	Dedicação integral	DAS-4	20%
44	Diretor	Direção	Dedicação integral	DAS-3	20%
14	Chefe de Divisão	Chefia	Dedicação integral	DAS-2	20%
11	Coordenador	Coordenação	Dedicação integral	DAS-2	20%
07	Assistente	Assistência	Dedicação integral	DAS-1	20%

ANEXO II
Lei Complementar n.º 1.016/2008

TABELAS DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

A) CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO GERAL

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO DO CARGO	SUBSÍDIO/R$
DAG	Secretário Municipal de Finanças e Administração	Lei Específica do Legislativo
DAG	Secretário Municipal de Planejamento	Lei Específica do Legislativo
DAG	Secretário Municipal de Educação e Cultura	Lei Específica do Legislativo
DAG	Secretário Municipal de Infra-Estrutura	Lei Específica do Legislativo
DAG	Secretário Municipal de Saúde	Lei Específica do Legislativo
DAG	Secretário Municipal de Agricultura, Mineração e Meio Ambiente	Lei Específica do Legislativo
DAG	Secretário Municipal de Desporto, Lazer e Turismo.	Lei Específica do Legislativo
DAG	Chefe de Gabinete	Lei Específica do Legislativo
DAG	Chefe do Escritório de Apoio Administrativo/Cuiabá	Lei Específica do Legislativo
DAG	Chefe da Unidade de Controle Interno	Lei Específica do Legislativo
DAG	Assessor Jurídico	Lei Específica do Legislativo

B) CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO DO CARGO	VENCIMENTO/R$
DAS-6	Supervisor à Nível de Cultura	3.929,34
DAS-6	Supervisor à Nível de Educação	3.929,34
DAS-6	Supervisor à Nível de Saúde	3.929,34
DAS-6	Supervisor à Nível de Tesouraria	3.929,34
DAS-6	Supervisor à Nível de Contabilidade	3.929,34
DAS-6	Supervisor à Nível de Recursos Humanos	3.929,34
DAS-6	Supervisor à Nível de Estradas e Rodagem	3.929,34

DAS-6	Supervisor à Nível de Oficinas	3.929,34
DAS-5	Administrador Hospitalar	2.848,73
DAS-4	Assessor do Departamento de Administração	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Agricultura	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Asfalto	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Compras	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Comunicação e Marketing	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Contabilidade	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Desporto	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Estradas de Rodagem	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Finanças e Tesouraria	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Informática	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Licitação	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Limpeza Urbana	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Oficinas	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Saúde	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Topografia	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Tributação	2.106,01
DAS-4	Assessor do Departamento de Fiscalização e dos Tributos Federais	2.106,01
DAS-4	Assessor Administrativo da Assessoria Jurídica	2.106,01
DAS-3	Diretor Administrativo de Gabinete	1.358,47
DAS-3	Diretor de Administração Hospitalar	1.358,47
DAS-3	Diretor de Alimentação Escolar	1.358,47
DAS-3	Diretor de Compras	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Controle Rural	1.358,47
DAS-3	Diretor de Convênio	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Administração	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Agricultura	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Almoxarifado	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Apoio Administrativo/Cuiabá	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Asfalto	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Cerimonial	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Comunicação e Marketing	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Controle de Tratamento Fora do Domicílio	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Contabilidade	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Controle Administrativo	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Controle Urbano	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Cultura	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Desportes	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Finanças	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Informática	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Limpeza Urbana	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Meio Ambiente	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Mineração	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Oficinas	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Patrimônio	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Planejamento	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Saúde do FMS	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Serviço Aéreo Portuário	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Tesouraria	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Topografia	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Trânsito	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Tributação	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Vigilância e Inspeção Sanitária	1.358,47
DAS-3	Diretor de Licitações	1.358,47
DAS-3	Diretor de Materiais	1.358,47
DAS-3	Diretor do Programa Saúde	1.358,47
DAS-3	Diretor do Transporte Escolar	1.358,47
DAS-3	Diretor do Departamento de Turismo	1.358,47
DAS-3	Diretor do Posto de Saúde	1.358,47
DAS-3	Diretor de Unidades de Assistência a Comunidade	1.358,47
DAS-2	Chefe da Divisão de Compras	747,58

DAS-2	Chefe da Divisão de Recursos Humanos	747,58
DAS-2	Chefe do Departamento de Planejamento	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão Administrativa	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Apoio ao Produtor	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Coleta e Distribuição de Lixo	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Controle e Execução Orçamentária	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Cultura	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Engenharia e Arquitetura	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Esporte	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Fiscalização	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Fiscalização e controle	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Protocolo e Serviços Gerais	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Reflorestamento	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Serviços Congêneres	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Serviços Urbanos	747,58
DAS-2	Chefe da Divisão de Titulação	747,58
DAS-2	Coordenador à Nível de Cultura	747,58
DAS-2	Coordenador à Nível de Desporto	747,58
DAS-2	Coordenador à Nível de Educação	747,58
DAS-2	Coordenador à Nível de Saúde	747,58
DAS-2	Coordenador à Nível Hospitalar	747,58
DAS-2	Coordenador da Junta de Serviço Militar	747,58
DAS-2	Coordenador de Controle Administrativo	747,58
DAS-2	Coordenador de Gabinete	747,58
DAS-2	Coordenador de Tesouraria	747,58
DAS-2	Coordenador de Trânsito	747,58
DAS-1	Assistente à Nível Hospitalar	554,63
DAS-1	Assistente do Departamento de Administração	554,63
DAS-1	Assistente do Departamento de Informática	554,63
DAS-1	Assistente do Departamento de Comunicação e Marketing	554,63
DAS-1	Assistente do Departamento de Cultura	554,63
DAS-1	Assistente do Departamento de Educação	554,63
DAS-1	Assistente do Departamento de Saúde-FMS	554,63
DAS-1	Assistente do Departamento Financeiro	554,63
DAS-1	Assistente do Departamento de Vigilância e Inspeção Sanitária	554,63

Prefeitura Municipal de Juscimeira

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2010

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Juscimeira através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº 002/2010, TORNA PÚBLICO aos interessados o resultado da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2010, objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ÓRGÃOS DESTA PREFEITURA**: LOTE 01 – HIGIENE E LIMPEZA: valor do lote: 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais) – vencedor: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda; LOTE 02 – SECOS E MOLHADOS: valor do lote: 236.500,00 (duzentos e trinta e seis mil e quinhentos reais) – vencedor: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda; LOTE 03 – HORTIFRUTIGRANJEIROS: valor do lote: 109.999,75 (cento e nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos) – vencedor: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda; LOTE 04 – LEITE E DERIVADOS: valor do lote: 69.999,47 (sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos) – vencedor: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda; LOTE 05 – CARNE E FRIOS: valor do lote: 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) – vencedor: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda e LOTE 06 – GÁS COZINHA: valor do lote: 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais) – vencedor: Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda.

Juscimeira-MT, 08 de Julho de 2010.

DIVA MARIA DOS SANTOS GARDIM
PREGOEIRA

DECRETO N° 013 DE 25 DE MAIO DE 2010

Declara como área Urbana, uma área de terras medindo 08,1261 há (Oito hectares, doze ares e sessenta e um centiares), situada na Zona Rural deste Município e Comarca de Juscimeira, e dá outras providencias.

VALDECIR LUIZ COLLE, Prefeito Municipal de Juscimeira, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, Incisos II, IV e VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a prestação e disponibilização de serviços essenciais na área mencionada;

Considerando necessidade de enquadramento nos dispositivos legais,

Considerando a necessidade de lançamento e cobrança do IPTU por parte do Poder Executivo Municipal;

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada como área Urbana, uma área de terras medindo 08,1261 há (Oito hectares, doze ares e sessenta e um centiares), situada na Zona Rural deste Município e Comarca de Juscimeira, com as seguintes coordenadas: O primeiro marco esta cravado nas terras de Hotel da Águas Termais de Juscimeira Ltda e nas margens do rio Areia, partindo deste marco com uma Coordenada Geográfica de 16°02´57´´-S e 54°52´46´´-W e desse marco segui-se numa distancia de 371,13 metros com o azimute de 04°48‘07“ fazendo limites com terras de Hotel das Águas Termais de Juscimeira Ltda, até o marco n° 2. E desse marco seguiu-se numa distancia de 144,83 metros com o azimute de 68°22´38´´ fazendo limites com a Estrada Municipal, até o ponto n° 3. E desse marco seguiu-se numa distancia de 131,89 metros com o azimute de 60°05´15´´ fazendo limites com a Estrada Municipal, até o marco n° 4. E desse marco seguiu-se numa distancia de 439,16 metros com o azimute de 185°18´35 fazendo limites com terras de Espólio de Otácio Francisco de Assunção, até o marco n° 05. E desse marco seguiu-se numa distancia de 46,60 metros com o azimute de 334°39´47´´ até o ponto n° 01. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 15,88 metros com o azimute de 317°05´25´´ até o ponto n° 02. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 15,32 metros com o azimute de 307°53´46´´até o ponto n° 03. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 16,41 metros com o azimute de 286°25´41´´ até o ponto n° 04. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 15,77

metros com o azimute de 266°58´02´´ até o ponto n° 05. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 16,59 metros com o azimute de 264°33´18´´ até o ponto n° 06. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 24,63 metros com o azimute de 249°49´45´´ até o ponto n° 07. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 25,49 metros com o azimute de 234°07´17´´ até o ponto n° 08. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 31,16 metros com o azimute de 225°15´16´´ até o ponto n° 09. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 36,63 metros com o azimute de 230°28´50´´ até o ponto n° 10. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 36,73 metros com o azimute de 227°11´34´´ até o ponto n ° 11. E desse ponto seguiu-se numa distancia de 36,11 metros com o azimute de 229°36´39´´ até o marco MP-01. Do MP-06 ao MP- até o MP-01 limita-se com o Rio Areia.

Art. 2° - Fica determinado ao Setor de Tributos Humanos que tome as providencias necessárias para o devido enquadramento do presente Decreto.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Edificio Sede do Poder Executivo, aos 25 de Maio de 2010.

Prefeitura Municipal de Juscimeira
Valdecir Luiz Colle

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO. LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	10.415.030,00	10.385.030,00	1.765.200,40	8.568.580,38	82,51
Receitas de Impostos	693.030,00	693.030,00	127.616,34	728.150,55	105,07
Impostos	674.030,00	674.030,00	82.718,56	550.822,32	81,72
Dívida Ativa dos Impostos	9.000,00	9.000,00	42.874,82	165.582,09	1.839,8
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	10.000,00	10.000,00	2.022,96	11.746,14	117,46
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	9.722.000,00	9.692.000,00	1.637.584,06	7.840.429,83	80,9
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.480.000,00	4.480.000,00	936.523,56	3.869.390,54	86,37
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	26.000,00	-4.000,00	-757,34	157.893,86	-3.947,35
Cota-Parte ICMS	3.120.000,00	3.120.000,00	388.981,35	2.116.956,24	67,85
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ITR	8.000,00	8.000,00	11.931,61	59.626,57	745,33
Cota-Parte IPVA	88.000,00	88.000,00	13.267,04	137.330,72	156,06
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	1.940.000,00	1.940.000,00	287.637,84	1.499.231,90	77,28
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	1.643.000,00	1.643.000,00	411.964,36	2.082.921,71	126,78
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	1.200.000,00	1.200.000,00	268.336,42	1.450.450,09	120,87
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	1.200.000,00	1.200.000,00	268.336,42	1.450.450,09	120,87
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	136.000,00	136.000,00	28.302,30	137.839,70	101,35
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	307.000,00	307.000,00	115.325,64	494.631,92	161,12
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	**10.118.030,00**	**10.088.030,00**	**1.889.526,92**	**9.152.270,19**	**90,72**

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.188.000,00	1.377.692,17	321.028,78	1.750.961,98	127,09
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	1.421.000,00	1.183.964,17	234.829,46	1.146.053,97	96,8
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas(VIII)	721.000,00	142.348,00	74.522,16	565.879,77	397,53
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	46.000,00	51.380,00	11.677,16	39.028,24	75,96
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	739.000,00	1.654.368,00	230.155,86	1.294.498,90	78,25
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	721.000,00	1.560.368,00	228.391,54	1.282.688,68	82,2
Outras Despesas no Ensino Básico	18.000,00	94.000,00	1.764,32	11.810,22	12,56
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	66.000,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	**2.927.000,00**	**3.098.060,17**	**551.184,64**	**3.045.460,88**	**98,3**
[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)					48.781,81
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					-

DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	**3.094.242,69**

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25%> DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	36,11
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	88,43

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2008	Jan a Dez 2009
	0.00	97.023,07

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2009

LRF-Cidadão - 9.10 - 07/07/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.043.031,49	10.909.959,39	11.451.559,48	11.991.202,69
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
Nota:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009 (f)	% (f/e)
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0
ENSINO FUNDAMENTAL	2.142.000,00	2.190.830,17	360.091,57	2.016.663,77	92,05
ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	11.677,16	36.116,46	0
ENSINO SUPERIOR	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0
EDUCAÇÃO INFANTIL	721.000,00	842.730,00	177.891,42	984.440,65	116,82
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	16.000,00	16.500,00	1.524,49	8.240,00	49,94
TOTAL DAS DESPESAS	2.927.000,00	3.098.060,17	551.184,64	3.045.460,88	98,3

FONTE:

IDENTIFICAÇÃO DA ESFERA DE GOVERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO DE REFERÊNCIA

LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22 e 28 - Anexo XVII

R$ Milhares

	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	11.043.031,49	11.991.202,69									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00									

MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	5º BIM/2009	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2008	2009
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO. LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (a)	Em 31 Out 2009 (b)	Em 31 Dez 2009 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-3.324.373,64	2.655.658,34	2.585.992,09
DEDUÇÕES (II)	-	-	-
Ativo Disponivel	287.881,03	816.606,62	499.313,37
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.066.332,65	1.914.491,57	1.866.674,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	2.354.354,26	2.284.688,01
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**0,00**	**-2.354.354,26**	**-2.284.688,01**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan a Dez 2009 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	69.666,25	-2.284.688,01

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	549.120,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (a)	Em 31 Out 2009 (b)	Em 31 Dez 2009 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponivel	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.857.030,00	2.452.297,74	12.038.399,01	12.392.259,84
Receita Tributária	874.030,00	142.216,30	812.941,68	1.095.957,10
IPTU	36.000,00	19.106,86	28.389,98	35.882,12
ISS	565.030,00	47.217,02	444.781,92	754.646,84
ITBI	73.000,00	16.394,68	77.650,42	99.167,58
IRRF	168.000,00	49.185,71	221.112,70	177.605,36
Taxas	32.000,00	10.312,03	41.006,66	28.655,20
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	60.000,00	45.079,14	89.504,78	0,00
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	60.000,00	45.079,14	89.504,78	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	9.000,00	334,00	1.956,01	0,00
(-) Aplicações Financeiras	9.000,00	334,00	1.956,01	0,00
Transferências Correntes	11.519.000,00	2.150.242,31	10.588.210,06	11.070.064,54
FPM	4.480.000,00	936.523,56	3.869.390,54	4.097.020,36
ICMS	3.120.000,00	388.981,35	2.116.956,24	2.014.527,77
Outras Transferências Correntes	3.919.000,00	824.737,40	4.601.863,28	4.958.516,41
Demais Receitas Correntes	404.000,00	114.759,99	547.742,49	226.238,20
Dívida Ativa	10.000,00	54.999,57	211.757,69	6.933,00
Receitas Correntes Diversas	394.000,00	59.760,42	335.984,80	219.305,20
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.907.000,00	89.010,79	520.499,73	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	10.000,00	11.520,00	52.730,00	0,00
Transferências de Capital	6.897.000,00	77.490,79	467.769,73	0,00
Convênios	6.897.000,00	77.490,79	467.769,73	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	6.897.000,00	77.490,79	467.769,73	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**19.754.030,00**	**2.529.788,53**	**12.506.168,74**	**12.392.259,84**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2009	Jan a Dez 2008
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.229.612,64	2.187.302,28	11.588.027,92	10.677.745,75
Pessoal e Encargos Sociais	7.880.186,84	1.086.249,34	6.952.867,82	6.579.213,19
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.349.425,80	1.101.052,94	4.635.160,10	4.098.532,56
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.229.612,64	2.187.302,28	11.588.027,92	10.677.745,75
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.243.417,36	197.346,16	966.349,72	948.933,12
Investimentos	4.671.917,36	127.679,91	467.319,74	42.094,41
Inversões Financeiras	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	570.000,00	69.666,25	499.029,98	906.838,71
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	4.673.417,36	127.679,91	467.319,74	42.094,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	300.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**19.203.030,00**	**2.314.982,19**	**12.055.347,66**	**10.719.840,16**
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	**551.000,00**	**214.806,34**	**450.821,08**	**1.672.419,68**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	**0,00**	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	530.880,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO. LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez 2009 (b)	SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Jan a Dez 2009 LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)	SALDO A EXECUTAR (g) = (d-(e+f))
DESPESAS DE CAPITAL	5.243.417,36	966.349,72	540.814,64	4.277.067,64
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	-	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	-	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.243.417,36	966.349,72	540.814,64	4.277.067,64
	VIII = (a - d)	IX = (b - (e + f))		X = (c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.243.417,36	-1.507.164,36		-4.277.067,64

FONTE:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2009/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO. LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Fev 2009 (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	19.773.030,00	19.773.030,00	1.444.011,71	7,30	1.444.011,71	7,30	18.329.018,29
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	12.866.030,00	12.866.030,00	1.444.011,71	11,22	1.444.011,71	11,22	11.422.018,29
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	874.030,00	874.030,00	68.149,56	7,80	68.149,56	7,80	805.880,44
1.1.1.0.00.00 - Impostos	842.030,00	842.030,00	62.563,73	7,43	62.563,73	7,43	779.466,27
1.1.2.0.00.00 - Taxas	32.000,00	32.000,00	5.585,83	17,46	5.585,83	17,46	26.414,17
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	9.000,00	9.000,00	1.287,88	14,31	1.287,88	14,31	7.712,12
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	9.000,00	9.000,00	1.287,88	14,31	1.287,88	14,31	7.712,12
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	381.000,00	381.000,00	26.956,60	7,08	26.956,60	7,08	354.043,40
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.519.000,00	11.519.000,00	1.311.123,22	11,38	1.311.123,22	11,38	10.207.876,78
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	11.112.000,00	11.112.000,00	1.301.348,06	11,71	1.301.348,06	11,71	9.810.651,94
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	407.000,00	407.000,00	9.775,16	2,40	9.775,16	2,40	397.224,84
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.000,00	23.000,00	36.494,45	158,67	36.494,45	158,67	-13.494,45
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	12.000,00	12.000,00	6.006,34	50,05	6.006,34	50,05	5.993,66
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	10.000,00	10.000,00	27.205,94	272,06	27.205,94	272,06	-17.205,94
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	1.000,00	1.000,00	3.282,17	328,22	3.282,17	328,22	-2.282,17
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	6.907.000,00	6.907.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.907.000,00
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.897.000,00	6.897.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.897.000,00
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	6.897.000,00	6.897.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.897.000,00
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortizaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.773.030,00	19.773.030,00	1.444.011,71	7,30	1.444.011,71	7,30	18.329.018,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	19.773.030,00	19.773.030,00	1.444.011,71	7,30	1.444.011,71	7,30	18.329.018,29
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	145.945,48	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	19.773.030,00	19.773.030,00	1.444.011,71	7,30	1.589.957,19	7,30	18.329.018,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	11.626.678,87	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Jan a Fev 2009	No Bimestre	Jan a Fev 2009	%	
	(a)	(b)	(c)=(a+b)	(d)	(e)	(f)	(g)	(g/c)	(c-g)
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.773.030,00	0,00	19.773.030,00	2.214.963,50	2.214.963,50	1.589.957,19	1.589.957,19	8,04	18.183.072,81
DESPESAS CORRENTES	11.920.030,00	-49.100,00	11.870.930,00	1.968.317,07	1.968.317,07	1.462.755,75	1.462.755,75	12,32	10.408.174,25
Pessoal e Encargos Sociais	6.548.250,00	-2.500,00	6.545.750,00	1.087.649,64	1.087.649,64	1.087.649,64	1.087.649,64	16,62	5.458.100,36
Juros e Encargos da Dívida	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	5.369.780,00	-46.600,00	5.323.180,00	880.667,43	880.667,43	375.106,11	375.106,11	7,05	4.948.073,89
DESPESAS DE CAPITAL	7.553.000,00	49.100,00	7.602.100,00	246.646,43	246.646,43	127.201,44	127.201,44	1,67	7.474.898,56
Investimentos	6.980.000,00	49.100,00	7.029.100,00	132.395,01	132.395,01	12.950,02	12.950,02	0,18	7.016.149,98
Inversões Financeiras	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Amortização da Dívida	570.000,00	0,00	570.000,00	114.251,42	114.251,42	114.251,42	114.251,42	20,04	455.748,58
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	19.773.030,00	0,00	19.773.030,00	2.214.963,50	2.214.963,50	1.589.957,19	1.589.957,19	8,04	18.183.072,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	19.773.030,00	0,00	19.773.030,00	2.214.963,50	2.214.963,50	1.589.957,19	1.589.957,19	8,04	18.183.072,81
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.773.030,00	0,00	19.773.030,00	2.214.963,50	2.214.963,50	1.589.957,19	1.589.957,19	8,04	18.183.072,81

FONTE:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS Jan a Dez (c)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	SALDO (a-e)
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	19.773.030,00	19.773.030,00	2.534.417,00	14.828.706,76	2.383.526,50	12.553.255,70	100,00	63,49	7.219.774,30
LEGISLATIVA	705.000,00	705.000,00	95.907,32	704.670,00	130.902,62	704.670,00	5,61	99,95	330,00
Ação Legislativa	705.000,00	705.000,00	95.907,32	704.670,00	130.902,62	704.670,00	5,61	99,95	330,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	60.000,00	59.925,00	0,00	67.925,00	12.350,00	67.925,00	0,54	113,35	-8.000,00
Representação Judicial e Extrajudicial	60.000,00	59.925,00	0,00	67.925,00	12.350,00	67.925,00	0,54	113,35	-8.000,00
ADMINISTRAÇÃO	2.940.000,00	3.198.585,23	768.266,65	3.232.352,00	562.940,63	2.740.667,96	21,83	85,68	457.917,27
Administração Geral	2.092.000,00	2.291.329,35	597.275,59	2.556.834,56	462.587,90	2.195.842,73	17,49	95,83	95.486,62
Administração Financeira	466.000,00	524.645,88	158.089,32	585.615,70	83.696,03	454.923,49	3,62	86,71	69.722,39
Controle Interno	79.000,00	79.610,00	12.901,74	89.901,74	16.656,70	89.901,74	0,72	112,93	-10.291,74
Ordenamento Territorial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Infra-estrutura Urbana	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.001.000,00	1.020.888,00	110.334,81	817.923,14	219.223,19	731.646,81	5,83	71,67	289.241,19
Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00	0,00	18.454,55	2.400,00	14.854,55	0,12	148,55	-4.854,55
Assistência à Criança e ao Adolescente	222.000,00	229.600,00	17.299,85	108.760,31	19.807,96	84.086,40	0,67	36,62	145.513,60
Assistência Comunitária	729.000,00	741.288,00	93.034,96	690.708,28	197.015,23	632.705,86	5,04	85,35	108.582,14
Empregabilidade	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	141.030,00	141.030,00	13.796,26	111.985,41	19.924,49	111.985,41	0,89	79,41	29.044,59
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	141.030,00	141.030,00	13.796,26	111.985,41	19.924,49	111.985,41	0,89	79,41	29.044,59
SAÚDE	4.143.000,00	4.263.746,66	707.168,04	4.417.876,10	591.620,33	3.738.235,89	29,78	87,67	525.510,77
Administração Geral	75.000,00	291.817,99	356.057,20	723.418,98	232.211,42	578.993,03	4,61	198,41	-287.175,04
Formação de Recursos Humanos	15.000,00	15.000,00	720,00	11.497,77	920,00	11.497,77	0,09	76,65	3.502,23
Atenção Básica	2.356.000,00	2.495.559,80	273.851,49	2.702.637,45	220.547,78	2.426.392,72	19,33	97,23	69.167,08
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.325.000,00	1.082.465,87	59.559,63	623.748,95	115.778,97	519.531,51	4,14	48,00	562.934,36
Suporte Profilático e Terapêutico	210.000,00	210.000,00	-30,27	274.801,65	10.305,95	126.518,29	1,01	60,25	83.481,71
Vigilância Sanitária	22.000,00	22.000,00	0,00	326,30	0,00	326,30	0,00	1,48	21.673,70
Vigilância Epidemiológica	102.000,00	108.903,00	17.009,99	81.445,00	11.856,21	74.976,27	0,60	68,85	33.926,73
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	38.000,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.000,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.927.000,00	3.098.060,17	503.884,00	3.438.307,23	551.184,64	3.045.460,88	24,26	98,30	52.599,29
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Ensino Fundamental	2.142.000,00	2.190.830,17	243.109,68	2.270.443,00	360.091,57	2.016.663,77	16,06	92,05	174.166,40
Ensino Profissional	0,00	0,00	11.677,16	36.116,46	11.677,16	36.116,46	0,29	0,00	-36.116,46
Ensino Superior	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Educação Infantil	721.000,00	842.730,00	245.993,05	1.121.785,83	177.891,42	984.440,65	7,84	116,82	-141.710,65
Educação de Jovens e Adultos	16.000,00	16.500,00	3.104,11	9.961,94	1.524,49	8.240,00	0,07	49,94	8.260,00
CULTURA	348.000,00	348.000,00	0,00	89.667,00	75.196,00	89.667,00	0,71	25,77	258.333,00
Difusão Cultural	348.000,00	348.000,00	0,00	89.667,00	75.196,00	89.667,00	0,71	25,77	258.333,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	5.423.500,00	4.851.359,00	154.289,14	518.488,14	7.567,00	10.778,50	0,09	0,22	4.840.580,50
Infra-estrutura Urbana	5.271.500,00	4.699.359,00	146.722,14	507.709,64	0,00	0,00	0,00	0,00	4.699.359,00
Serviços Urbanos	152.000,00	152.000,00	7.567,00	10.778,50	7.567,00	10.778,50	0,09	7,09	141.221,50
HABITAÇÃO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação Urbana	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
SANEAMENTO	288.000,00	321.980,00	83.313,53	286.977,31	66.760,92	254.712,70	2,03	79,11	67.267,30
Administração Geral	258.000,00	291.980,00	83.313,53	286.977,31	66.760,92	254.712,70	2,03	87,24	37.267,30
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	109.000,00	109.000,00	10.291,76	191.617,49	7.826,20	188.534,43	1,50	172,97	-79.534,43
Promoção da Produção Vegetal	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
Extensão Rural	93.000,00	93.000,00	10.291,76	191.617,49	7.826,20	188.534,43	1,50	202,73	-95.534,43
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	127.000,00	124.000,00	3.287,64	14.527,24	2.197,90	13.437,50	0,11	10,84	110.562,50
Turismo	127.000,00	124.000,00	3.287,64	14.527,24	2.197,90	13.437,50	0,11	10,84	110.562,50
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	45.000,00	45.000,00	958,00	86.972,08	958,00	45.314,62	0,36	100,70	-314,62
Conservação de Energia	35.000,00	35.000,00	958,00	86.972,08	958,00	45.314,62	0,36	129,47	-10.314,62
Energia Elétrica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSPORTE	482.500,00	454.455,94	6.432,10	316.186,45	60.369,54	279.579,98	2,23	61,52	174.875,96

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS Jan a Dez (c)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	SALDO (a-e)
Transporte Rodoviário	482.500,00	454.455,94	6.432,10	316.186,45	60.369,54	279.579,98	2,23	61,52	174.875,96
DESPORTO E LAZER	101.000,00	100.500,00	6.821,50	34.202,19	4.838,79	31.609,04	0,25	31,45	68.890,96
Desporto Comunitário	101.000,00	100.500,00	6.821,50	34.202,19	4.838,79	31.609,04	0,25	31,45	68.890,96
ENCARGOS ESPECIAIS	572.000,00	571.500,00	69.666,25	499.029,98	69.666,25	499.029,98	3,98	87,32	72.470,02
Refinanciamento da Dívida Externa	2.000,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Serviço da Dívida Interna	570.000,00	570.000,00	69.666,25	499.029,98	69.666,25	499.029,98	3,98	87,55	70.970,02
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Reserva de Contingência	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**19.773.030,00**	**19.773.030,00**	**2.534.417,00**	**14.828.706,76**	**2.383.526,50**	**12.553.255,70**	**100**	**63,4868**	**7.219.774,30**

FONTE:

MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2009/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 09/07/10

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES Jan/ 09	Fev/ 09	Mar/ 09	Abr/ 09	Mai/ 09	Jun/ 09	Jul/ 09	Ago/ 09	Set/ 09	Out/ 09	Nov/ 09	Dez/ 09	TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2009
RECEITAS CORRENTES (I)	920.765,83	765.648,37	1.057.110,74	1.109.215,74	1.180.137,98	1.366.548,95	1.014.025,11	965.407,58	1.066.704,46	1.310.899,81	1.148.573,50	1.585.396,53	13.490.434,59	14.806.030,00
Receitas Tributária	43.528,53	24.821,03	76.634,48	92.166,83	81.620,43	56.230,02	92.933,09	70.583,56	68.274,46	64.133,15	64.602,27	77.614,03	812.941,88	874.030,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	0,00	0,00	420,26	2.745,42	1.337,13	937,03	1.147,10	1.476,49	153,95	1.065,73	7.789,59	11.317,27	28.389,96	36.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	14.348,90	482,40	1.919,65	1.961,60	4.081,08	7.015,21	4.895,40	11.956,85	2.607,86	11.986,99	4.664,46	11.730,22	77.650,42	73.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	19.104,26	15.354,73	38.363,46	77.154,24	38.052,99	26.786,22	76.202,46	35.003,97	42.674,35	28.868,22	22.267,94	24.949,08	444.781,92	565.030,00
Outras Receitas Tributárias	10.075,37	8.783,90	35.931,11	10.305,37	38.149,23	21.491,56	10.688,13	22.146,25	22.838,49	22.212,21	29.880,28	29.617,46	262.119,36	200.000,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.505,42	14.416,66	17.503,56	21.204,30	23.874,84	89.504,78	60.000,00
Receita Patrimonial	1.227,13	60,75	0,00	56,12	0,00	0,00	0,00	68,94	0,00	209,07	112,68	221,32	1.956,01	9.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	15.327,00	11.529,60	20.937,36	18.506,00	31.612,97	28.348,47	16.888,03	17.864,78	17.993,50	14.857,96	14.697,00	35.300,42	243.963,08	381.000,00
Transferências Correntes	835.406,67	718.119,04	947.469,89	993.220,93	1.060.806,53	1.257.422,73	832.417,26	840.280,29	938.106,69	1.183.468,70	1.017.059,12	1.414.521,48	12.038.289,63	13.469.000,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	426.353,76	397.471,77	317.745,82	379.075,46	460.551,77	388.763,94	298.296,98	347.017,70	307.185,58	393.365,25	441.092,57	678.766,63	4.785.687,23	5.600.000,00
Cota Parte do ICMS	189.528,26	172.460,41	233.432,18	192.152,79	181.305,10	238.011,12	213.905,50	200.589,60	256.763,31	241.820,15	191.200,22	295.026,44	2.646.195,08	3.900.000,00
Cota Parte do IPVA	6.337,14	14.585,14	20.692,13	23.055,70	24.149,90	18.148,51	17.670,90	9.843,57	9.925,74	10.584,13	8.369,62	8.214,13	171.576,71	110.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	101.377,48	94.726,99	123.030,94	127.873,79	115.515,59	131.629,63	112.320,38	108.800,61	139.313,06	127.525,20	112.576,94	155.759,48	1.450.450,09	1.200.000,00
Outras Transferências Correntes	111.810,03	38.874,73	252.568,82	271.063,19	289.284,47	460.869,53	190.223,50	174.028,71	184.919,00	450.163,97	263.819,77	276.754,80	2.964.380,52	2.649.000,00
Outras Receitas Correntes	25.276,50	11.217,95	12.069,02	5.268,06	6.097,75	24.547,73	71.786,73	24.104,59	27.913,14	30.737,37	30.898,13	33.864,44	303.779,41	23.000,00
DEDUÇÕES (II)	125.120,40	117.282,09	114.792,18	119.154,76	131.593,28	129.868,53	106.404,00	111.895,18	123.614,03	132.069,61	130.333,17	157.304,67	1.499.231,90	1.904.000,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	125.120,40	117.282,09	114.792,18	119.154,76	131.593,28	129.868,53	106.404,00	111.895,18	123.614,03	132.069,61	130.333,17	157.304,67	1.499.231,90	1.904.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**795.645,43**	**648.366,28**	**942.318,56**	**990.060,98**	**1.048.544,70**	**1.236.680,42**	**907.621,11**	**853.512,40**	**943.090,42**	**1.178.830,20**	**1.018.240,33**	**1.428.091,86**	**11.991.202,69**	**12.902.030,00**

FONTE:

Prefeitura Municipal de Lambari D'oeste

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2010

Objeto: **Contratação de empresa para Prestação de serviços de transporte de encomendas e passagens terrestres de Lambari D'Oeste a Cuiabá e vice-versa para diversas secretarias deste Município.**

O Pregoeiro Oficial, regido pela portaria n. 002/2010 da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2010, cujo certame se deu às 09 hs do dia 05/07/2010; sagrou vencedora a seguinte proponente: **ROSANE DE OLIVEIRA SOARES MEIRA ME**, vencedora dos Itens 01, 02 e 03 Totalizando um valor de R$ 44.550,00 (quarenta e quatro mil quinhentos e cinqüenta reais). Maiores informações fone 0xx65 3228-1178.

Lambari D'Oeste/MT. 05 de Julho de 2010. Rubens Ventura - Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 059/2010 DATA: 10/06/2010

VIGÊNCIA: 10/06/2010 até 31/12/2010
Licitação: CONVITE Nº. 015/2010
OBJETO: Prestação de serviços com carro de som nas divulgações de programas assistências de interesse da população, audiências publicas e demais atos que se fizerem necessário.**VALOR MENSAL:** R$ 2.050,00 (dois mil e cinqüenta reais)
VALOR MENSAL: R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)
VALOR GLOBAL: R$: 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais).
CONTRATADA: **CLEVER LUCIANO VENANCIO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 060/2010 DATA: 17/06/2010

VIGÊNCIA: 17/06/2010 até 31/12/2010
Licitação: CONVITE Nº. 014/2010
OBJETO: Fornecimento de produtos químicos para o DAE (Departamento de Água e Esgoto).
VALOR MENSAL: Conforme fatura.
VALOR GLOBAL: R$: 6.515,00 (seis mil quinhentos e quinze reais)
CONTRATADO: **CLORO MATO GROSSO LTDA**

Prefeitura Municipal de Marcelândia

RESOLUÇÃO Nº 003/2010
DATA: 05 de julho de 2010.

Sumula.....*ispõe sobre a Criação do Código de Ética e* Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Marcelândia.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e que lhe confere o Regimento Interno, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e lê promulga a presente Resolução.

CAPÍTULO I

Dos Deveres e Prerrogativas Fundamentais

Art. 1º - No exercício do seu mandato, o Vereador atenderá às prescrições das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica de Marcelândia, do Regimento Interno da Câmara e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos e penalidades aqui estabelecidos.

Art. 2º - São deveres fundamentais do Vereador:

I - traduzir, em cada ato, a afirmação e a ampliação da liberdade entre os cidadãos, à defesa da República e do estado Democrático de Direito, das garantias individuais e dos Direitos Humanos, bem como lutar pela promoção do bem-estar e pela eliminação das desigualdades sociais;

II - pautar-se pela observância dos procedimentos fixados neste Código, como forma de valorização de uma atividade pública capaz de submeter os interesses às opiniões e os diferentes particularismos às idéias reguladoras do bem comum;

III - cumprir e fazer cumprir as Leis, a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Mato Grosso, a Lei Orgânica do Município de Marcelândia e o Regimento Interno da Câmara;

IV - prestar solidariedade política a todos os cidadãos, em especial aos perseguidos, injustiçados, excluídos e aos discriminados, onde quer que se encontrem;

V - contribuir para a afirmação de uma cultura cujos valores não reproduzam, a qualquer título, quaisquer preconceitos entre os gêneros, especialmente com relação à raça, credo, orientação sexual, convicção filosófica, ideológica ou política;

VI - denunciar, publicamente, as atitudes nocivas à afirmação da cidadania; o desperdício do dinheiro público e os privilégios injustificáveis;

VII - promover a absoluta transparência dos atos e decisões da Mesa Diretora e das Comissões desta Casa.

Parágrafo Único - Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município de Marcelândia, sendo incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas ou a percepção de vantagens indevidas.

CAPÍTULO II
Das Vedações

Art. 3º - É expressamente, vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) Aceitar cargo ou exercer função ou emprego remunerado de que seja demissível comissionado, nas instituições constantes da alínea anterior.

II - desde a posse:

a) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de Direito decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exercer função remunerada;

b) Exercer o mandato de Vereador, simultaneamente, com cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas instituições referidas no inciso I, alínea a;

c) Patrocinar causa, como advogado, em que seja interessada qualquer das instituições a que se refere o inciso I, alínea a;

d) Exercer outro mandato público eletivo.

§ 1º - Consideram-se incluídas nas proibições previstas nas alíneas a e b, do inciso I, e alíneas a e c, do inciso II, para fins deste Código de Ética, pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo poder público.

§ 2º - A proibição constante da alínea a, do inciso I, deste artigo, compreende o Vereador, seu cônjuge, companheira ou companheiro e pessoa jurídica controlada por eles, diretamente ou por preposto.

Art. 4º - É, também, vedado ao Vereador:

I - Atribuir dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições que apliquem os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II - O abuso do poder econômico no processo eleitoral;

III - Dar causa a abertura de procedimento, pelo conselho de Ética, sem fundamento ou por fato inverídico ou contra quem sabe ser inocente.

CAPÍTULO III
Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 5º - Constituem faltas do Vereador contra a ética e o decoro parlamentar, no exercício de seu mandato:

I - Quando às normas de conduta nas sessões de trabalho da Câmara:

a) Utilizar-se, em seus pronunciamentos, de palavras ou expressões incompatíveis com a dignidade do cargo;

b) Desacatar ou praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras contra a honra de seus Pares, perante a Mesa Diretora, o Plenário ou as Comissões, ou a qualquer cidadão ou grupos de pessoas que assistam a sessões de trabalho da Câmara;

c) Prejudicar ou dificultar o acesso dos cidadãos a informações ou documentos de interesse público ou sobre os trabalhos da Câmara, salvos os casos protegidos por lei;

d) Desrespeitar a propriedade intelectual das proposições;

e) Atuar de forma negligente ou deixar de agir com diligência e probidade no desempenho de funções administrativas para as quais for designado, ou eleito durante o mandato e em decorrência do mesmo;

f) Deixar de cumprir e fazer cumprir, atos e mandos da Mesa da Câmara.

II - Quando ao respeito à verdade:

a) Fraudar votações;

b) Deixar de zelar pela total transparência das decisões e atividades da Câmara ou dos Vereadores no exercício dos seus mandatos;

c) Deixar de comunicar e denunciar, da Tribuna da Câmara ou por outras formas condizentes com a lei, todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo ocorrido no âmbito da Administração Pública, bem como casos de inobservância deste Código, de que vier a tomar conhecimento;

d) Utilizar-se de subterfúgios para reter ou dissimular informações a que estiver legalmente obrigado, particularmente, na declaração de bens ou rendas;

e) Utilizar-se de meios de comunicação, para atingir, ilicitamente, a imagem e a honra ou a dignidade de qualquer pessoa.

III - Quanto ao respeito aos recursos públicos:

a) Deixar de zelar, com responsabilidade, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos pú blicos;

b) Pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais ilícitos, com recursos públicos, na forma orçamentária ou financeira;

c) Contribuir para criar ou ordenar aplicação indevida de recursos públicos;

d) Deixar de apresentar relatório de viagem que empreender a serviço da Câmara e às expensas da mesma.

IV – Quanto ao uso do poder inerente ao mandato: **a)** Obter favorecimento ou protecionismo na contratação de quaisquer serviços e obras com a Administração Pública por pessoas, empresas ou grupos econômicos;

b) Influenciar decisões do Executivo, da Administração da Câmara ou de outros setores da Administração Pública, para obter vantagens ilícitas ou imorais para si mesmo ou para pessoa de seu relacionamento pessoal ou políticos;

c) Condicionar sua tomada de posição ou seu voto, nas decisões da Câmara, a contrapartidas pecuniárias ou de quaisquer espécies, concedidas pelos interessados direta ou indiretamente na decisão;

d) Indicar e solicitar a Administração da Câmara a contratação, para cargo em comissão ou função de confiança, de quem não cumpra as atribuições de seu cargo ou função.

CAPÍTULO IV
Das penalidades

Art. 6º - As penalidades aplicáveis às infrações a este Código de Ética serão as seguintes, em ordem crescente de gravidade:

I - Medidas disciplinares:

a) Censura pública verbal ou escrita, neste caso, com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador advertido;

b) Suspensão de prerrogativas regimentais, por prazo de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias;

c) Suspensão temporária do mandato, por prazo de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias, sem direito ao subsídio;

II - Sanções:

a) Destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões;

b) Perda do mandato.

Art. 7º - As penalidades serão aplicadas segundo a gravidade da infração cometida, observando o que determina a Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno e os dispositivos deste Código de Ética.

Art. 8º - A censura pública Verbal será aplicada ao Vereador que deixar de observar dever contido no art. 2º desta Resolução, quando não por o caso de aplicação de medida ou sanção mais grave.

Art. 9º - A censura pública escrita com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador advertido, bem como a suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada, quando não couber penalidade mais grave, a Vereador que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar ato que infrinja dever contido no inciso I, do art. 5º, desta Resolução.

Art. 10º - A suspensão temporária do mandato por prazo de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias será aplicada, quando não couber penalidade mais grave, a Vereador que;

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar ato que infrinja dever contido nos incisos II ao IV do art. 5º desta Resolução.

Art. 11º - A destituição dos cargos parlamentares e administrativo que ocupe na Mesa e em Comissões será aplicada a Vereador que reincidir nas hipóteses do artigo antecedente ou que infringir disposição contida no art. 4º, deste Código, desde que não caiba penalidade mais grave.

Art. 12º - A perda do mandato será aplicada a Vereador:

I - Que infrinja quaisquer das proibições estabelecidas no art. 3º, deste Código;

II - Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - Que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada; ou a cinco sessões extraordinárias regulamente convocadas.;

IV - Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - Quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - Que deixar de residir no Município;

VIII - Que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

§ 1º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII, deste artigo, a perda do mandato será decidida por voto de dois terços dos membros da Câmara.

§ 2º - Nos casos de incisos III, IV, V e VIII, a perda do mandato será declarada pela mesa da Câmara, de oficio ou mediante provocação de qualquer Vereador.

CAPÍTULO V
Do Conselho de Ética

Art. 13º - A Câmara elegerá seu Conselho de Ética, compostas por 3 (três) Vereadores como membros titulares e 1 (um) suplente, observada a ordem da votação, com mandato de um ano, permitida uma reeleição consecutiva, que terá as mesmas prerrogativas da Comissão Processante, nos termos previstos para esse tipo de Comissão na Legislação Federal pertinente.

§ 1º - A eleição ocorrerá na segunda sessão ordinária de cada ano.

§ 2º - Cada Vereador poderá votar até 3 (três) nomes, sagrando-se eleitos os mais votados.

§ 3º - Em caso de empate, será considerado eleito o de maior idade, prevalecendo o empate, o mais antigo na Casa.

§ 4º - Não poderá ser membro do Conselho de Ética o Vereador:

I - Submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar;

II - Que tenha recebido, na legislatura, penalidade disciplinar de suspensão de prerrogativas regimentais, de suspensão temporária do exercício do mandato ou de destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões, e da qual se tenha o competente restrito nos anais ou arquivos da Casa.

§ 5º - O recebimento de representação contra membro de Conselho de Ética, por infringência a preceitos estabelecidos neste Código, com prova verossimilhança do fato atribuído ao Vereador, constitui causa para seu imediato afastamento da função, por decisão do Conselho de Ética, devendo a medida perdurar até a decisão final sobre o caso.

§ 6º - Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três alternadas, sem justificativa admitida pelo Presidente do Conselho ou seu substituto.

§ 7º - Caberá ao Presidente do Conselho ou ao seu substituto convocar o Suplente, na ordem da eleição, para assumir a função, no caso de falta ou impedimento do titular.

§ 8º - As reuniões do Conselho serão convocadas, pelo seu Presidente ou seu substituto, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, salvo a ocorrência de autoconvocação pela totalidade de seus membros.

Art. 14º - Ao Conselho de Ética compete:

I - Eleger seu Presidente e seu Vice-Presidente, dentre seus membros, para mandatos de um ano;

II - Zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar da Câmara Municipal de Vereadores;

III - Processar os representantes nos casos e termos previstos neste Código, instaurando o processo disciplinar e procedendo a todos os atos necessários à sua instrução;

IV - Responder às consultas da Mesa, de comissões e de Vereadores sobre matérias de sua competência;

V - Organizar e manter o Sistema de Acompanhamento e Informações do Mandato Parlamentar.

Parágrafo Único - O Conselho de Ética só deliberará com a presença da maioria dos seus membros, somente sendo aprovada a matéria que obtiver a maioria dos votos dos presentes.

Art. 15º - O conselho de Ética aprovará regulamento específico para disciplinar o funcionamento e a organização de seus trabalhos.

§ 1º - Enquanto não aprovar o regulamento de que trata este artigo, o Conselho de Ética observará as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões da Casa.

§ 2º - Aprovado o regulamento previsto neste dispositivo, observar-se-ão, subsidiariamente, no que couber, as disposições regimentais aplicáveis às comissões.

CAPÍTULO VI

Do Processo Disciplinar

Art. 16º - Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código de Ética.

Parágrafo Único - O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento de fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

Art. 17º - Antes de receber a representação, o Presidente do Conselho de Ética, no prazo de 15 (quinze) dias, ouvirá o representado, por escrito ou verbalmente, sendo reduzido a termo.

Art. 18º - O representado poderá acompanhar todo o processo em seus termos, sendo-lhe facultado constituir advogado para os atos de sua defesa.

Art. 19º - O Conselho de Ética escolherá, dentre seus membros, um Relator, que promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos, providenciando as diligências que entender necessárias e, em até 15 (quinze) dias, elaborará relatório prévio.

§ 1º - Não caracterizado o fato como infração ética ou ao decoro parlamentar ou não se apurando a autoria, caberá ao Conselho de Ética arquivar a representação.

§ 2º - Em caso de ofensa entre parlamentares, será adotado procedimento especial, cabendo ao Conselho de Ética, ouvindo os envolvidos, homologar composição.

Art. 20º - O Conselho de Ética, analisando o relatório preliminar e considerando procedente a representação, notificará o representado para que, com a garantia dos princípios do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente sua defesa prévia, arrole testemunhas e requeira diligências.

Parágrafo Único - A defesa é uma faculdade do representado e sua ausência será registrada no parecer final do Conselho de Ética.

Art. 21º - Esgotado o prazo da defesa prévia, o Conselho conduzirá a instrução probatória, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando o parecer final à Mesa para ser votado em 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - O prazo para a instrução probatória só poderá ser prorrogado, por até 15 (quinze) dias, justificadamente.

Art. 22º - O parecer final deverá conter o nome do representado, a disposição sucinta da representação e da defesa e a indicação dos motivos de fato e de direito, concluindo:

I - com proposta de medida disciplinar ou sanção, indicando os artigos aplicados;

II - pela inocência do Parlamentar, caso em que a Mesa, no prazo de 5 (cinco) dias, publicará o ato em sessão, cabendo recurso de qualquer Vereador, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ser apreciado pelo Plenário, que deliberará, mantendo ou reformando o parecer final do Conselho de Ética, observando o disposto neste Código.

Parágrafo Único - O recurso de que trata o inciso II, deste artigo, adotará a forma de Resolução prevista nos artigos 23º e 24º, do presente Código.

Art. 23º - A mesa, ao receber o parecer final do Conselho de Ética, nos termos do inciso I, do artigo anterior, conclusivo pela sua procedência e passível de imputação de uma das penas do inciso I, do art. 6º deste Código, encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias, Projeto de Resolução, a ser submetido à votação do Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Fica vedado o adiantamento da discussão e votação da matéria, exigido o voto da maioria simples, para sua aprovação.

Art. 24º - A Mesa ao receber o parecer final do Conselho de Ética, nos termos do art.22, I. conclusivo pela sua procedência e passível de imputação de uma das penas previstas no inciso II, do art. 6º deste Código, encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias, Projeto de Resolução, a ser apreciado pelo Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia, após o prazo aqui fixado.

Parágrafo Único - Fica vedado o adiantamento da discussão e votação da matéria, exigida, para sua aprovação, o voto:

I - da maioria absoluta dos Vereadores, para a destituição de cargos parlamentares e administrativos que o Parlamentar ocupe na Mesa e em Comissões;

II - de dois terços dos Vereadores, para o caso de perda do mandato.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 25º - Excepcionalmente, o primeiro Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Marcelândia será eleito, na segunda Sessão Ordinária, após a publicação deste Código, e seu mandato ficará estendido até a nova eleição a ser realizada no ano de 2011.

Art. 26º - A Mesa da Câmara providenciará a publicação impressa deste Código de Ética, para ampla distribuição aos Vereadores, a entidades da sociedade civil e a interessados, bem como disponibilizará acesso permanente ao mesmo, mediante publicação virtual.

Art. 27º - Para se promover alteração no presente Código, os Projetos de Resolução seguirão as formalidades regimentais.

Art. 28º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marcelândia, 05 de julho de 2010

EDIVAN VIEIRA LIMA
Presidente

Prefeitura Municipal de Mirassol D'oeste

Contribuinte: 10366 - JOAO BATISTA DA SILVA — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4438	01.01.078.0138.001	014	4	1,5 %	3.317,16	0,00	3.317,16

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 49,75
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 54,25

Contribuinte: 10366 - JOAO BATISTA DA SILVA — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4437	01.01.078.0105.001	014	3	1,5 %	3.096,21	0,00	3.096,21

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 46,44
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 50,94

Contribuinte: 10366 - JOAO BATISTA DA SILVA — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4439	01.01.078.0151.001	014	6	1,5 %	3.444,12	0,00	3.444,12

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 51,66
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 56,16

Contribuinte: 10366 - JOAO BATISTA DA SILVA — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4440	01.01.078.0163.001	014	8	1,5 %	3.444,12	0,00	3.444,12

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 51,66
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 56,16

Contribuinte: 10366 - JOAO BATISTA DA SILVA — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4441	01.01.078.0175.001	014	10	1,5 %	3.444,12	0,00	3.444,12

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 51,66
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 56,16

Contribuinte: 10366 - JOAO BATISTA DA SILVA — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4442	01.01.078.0192.001	014	11	1,5 %	3.685,19	0,00	3.685,19

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 55,27
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 59,77

Contribuinte: 1980 - JOAO CIRIMARCA — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4996	01.01.123.0135.001	012	3	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1980 - JOAO CIRIMARCA — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4995	01.01.123.0120.001	012	4	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 995 - JOAO DE ARRUDA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7323	01.03.062.0216.001	062	13	0,5 %	2.122,12	1.783,36	3.905,48

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 12,18
TOTAL DO IMOVEL 41,41

Contribuinte: 6620 - JOAO FARIA — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3923	01.01.050.0385.001	026	13A	1,5 %	5.246,25	0,00	5.246,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 78.69
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 83,19

Contribuinte: 6620 - JOAO FARIA — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3897	01.01.050.0013.001	026	13	0,5 %	8.417,05	13.848,84	22.265,89

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 111,32
TAXAS E EXPEDIENTE 27,55
TOTAL DO IMOVEL 138,87

Contribuinte: 1623 - JOAO FRANCISCO MAAS — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5308	01.01.143.0050.001	003	12	0,5 %	1.751,25	8.471,20	10.222,45

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 51,11
TAXAS E EXPEDIENTE 22,75
TOTAL DO IMOVEL 73,86

Contribuinte: 10145 - JOAO GARCIA — Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8353	01.03.135.0270.001	E	8	1,5 %	6.507,93	0,00	6.507,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97,61
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 102,11

Contribuinte: 1651 - JOAO JOAQUIM MARQUES — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5399	01.01.148.0074.001	029	3	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1565 - JOAO JOSE MENDES FILHO — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4467	01.01.081.0289.001	009	5	1,5 %	3.539,86	0,00	3.539,86

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 53,09
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 57,59

Contribuinte: 5350 - JOAO PEREIRA CLUBI — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4627	01.01.096.0213.001	020	10	1,5 %	3.443,84	0,00	3.443,84

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 51.65
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 56,15

Contribuinte: 5350 - JOAO PEREIRA CLUBI — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4626	01.01.096.0172.001	020	11	1,5 %	2.689,92	0,00	2.689,92

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 40,34
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 44,84

Contribuinte: 10398 - JOAO RODRIGUES CORDEIRO — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7662	01.03.080.0026.001	080	2	0,5 %	757,44	3.553,61	4.311,05

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 14,51
TOTAL DO IMOVEL 43,74

Contribuinte: 10398 - JOAO RODRIGUES CORDEIRO — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
11881	01.03.080.0026.002	080	2	0,5 %	1.364,69	10.836,11	12.200,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 61,00
TAXAS E EXPEDIENTE 22,54
TOTAL DO IMOVEL 83,54

Contribuinte: 902 - JOAO VIEIRA BORBA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7135	01.03.052.0013.002	052	1	0,5 %	577,18	4.039,24	4.616,42

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23

Contribuinte: 902 - JOAO VIEIRA BORBA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7134	01.03.052.0013.001	052	1	0,5 %	1.795,64	12.566,54	14.362,18

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 71,81
TAXAS E EXPEDIENTE 25,42
TOTAL DO IMOVEL 97,23

Contribuinte: 3826 - JOCIANE CRISTINA DA SILVA E OUTRA — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3928	01.01.051.0050.001	059	16P12	1,5 %	13.990,00	0,00	13.990,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 209,85
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 214,35

Contribuinte: 1989 - JOEL CESAR FONTES — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5021	01.01.124.0287.001	006	15	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1989 - JOEL CESAR FONTES — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5022	01.01.124.0302.001	006	16	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1627 - JOEL SEIXAS PINTO — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5316	01.01.143.0205.001	003	5	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 7007 - JORGE JOSE DE LIMA — Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8386	01.03.139.0184.001	I	5	1,5 %	6.507,93	0,00	6.507,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97.61
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 102,11

Contribuinte: 8840 - JORGE MANOEL ORLANDO — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4126	01.01.060.0262.001	034	5	0,5 %	10.492,50	25.522,08	36.014,58

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 180,07
TAXAS E EXPEDIENTE 50.32
TOTAL DO IMOVEL 230,39

Contribuinte: 6245 - JOSAFA SILVA — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5112	01.01.129.0230.001	027	9	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 980 - JOSE ADAO COUTINHO DOS SANTOS — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7294	01.03.060.0203.001	060	12	1,5 %	2.122,12	0,00	2.122,12

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,83
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 36,33

Contribuinte: 980 - JOSE ADAO COUTINHO DOS SANTOS — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7293	01.03.060.0190.001	060	11	0,5 %	1.290,03	4.406,22	5.696,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 17,95
TOTAL DO IMOVEL 47,18

Contribuinte: 7347 - JOSE APARECIDO FERREIRA Bairro: MIRASSOL II

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4393	01.01.074.0136.001	005	10	1,5 %	11.791,63	0,00	11.791,63

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 176,87
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 181,37

Contribuinte: 7197 - JOSE CARLOS AQUINO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5184	01.01.133.0255.001	039	12	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 4468 - JOSE CARLOS CAMARGO Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8360	01.03.136.0166.001	B	12	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 4468 - JOSE CARLOS CAMARGO Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8376	01.03.138.0081.001	F	4	0,5 %	5.757,01	5.066,05	10.823,06

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 54,11
TAXAS E EXPEDIENTE 21,29
TOTAL DO IMOVEL 75,40

Contribuinte: 4468 - JOSE CARLOS CAMARGO Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8359	01.03.136.0153.001	B	13	1,5 %	6.507,93	0,00	6.507,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97,61
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 102,11

Contribuinte: 4468 - JOSE CARLOS CAMARGO Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8361	01.03.136.0179.001	B	11	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 4468 - JOSE CARLOS CAMARGO Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8369	01.03.137.0114.001	C	6	1,5 %	6.735,70	0,00	6.735,70

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 101,03
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 105,53

Contribuinte: 4468 - JOSE CARLOS CAMARGO Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8358	01.03.136.0110.001	B	6	1,5 %	4.642,02	0,00	4.642,02

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 69,63
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 74,13

Contribuinte: 4468 - JOSE CARLOS CAMARGO Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8362	01.03.136.0191.001	B	10	0,5 %	5.461,20	21.419,94	26.881,14

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 134,40
TAXAS E EXPEDIENTE 34,21
TOTAL DO IMOVEL 168,61

Contribuinte: 8872 - JOSE CARLOS DA SILVEIRA SOUZA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5079	01.01.127.0293.001	017	15	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 8238 - JOSE CARLOS ORLANDO Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3994	01.01.054.0250.001	056	4	0,5 %	7.871,25	20.773,66	28.644,91

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 143,22
TAXAS E EXPEDIENTE 36,20
TOTAL DO IMOVEL 179,42

Contribuinte: 1614 - JOSE CRUZ Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5238	01.01.138.0140.001	026	3	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 2200 - JOSE DE FREITAS BENETTI Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8365	01.03.136.0260.001	B	7	1,5 %	6.507,93	0,00	6.507,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97,61
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 102,11

Contribuinte: 5779 - JOSE DE LIZ XAVIER Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8364	01.03.136.0217.001	B	8	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 4359 - JOSE FAUSTINO ISAIAS Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4027	01.01.056.0360.001	062	11	1,5 %	6.995,00	0,00	6.995,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 104,92
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 109,42

Contribuinte: 32311 - JOSE FERNANDES DOS SANTOS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5140	01.01.131.0075.001	034	8	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 5702 - JOSE FRANCISCO CHAVES Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7255	01.03.058.0194.001	058	12	0,5 %	2.127,95	2.972,28	5.100,23

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 17,31
TOTAL DO IMOVEL 46,54

Contribuinte: 34912 - JOSE GERALDO DE PALMA LEITE Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7377	01.03.065.0040.001	065	4	0,5 %	2.098,80	12.288,52	14.387,32

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 71,93
TAXAS E EXPEDIENTE 23,10
TOTAL DO IMOVEL 95,03

Contribuinte: 36277 - JOSE GONÇALVES DE SÁ NETO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5326	01.01.144.0050.001	009	12	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 10463 - JOSE HELDER TOLEDO Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4212	01.01.063.0130.001	031	19/20	1,5 %	23.083,50	0,00	23.083,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 346,25
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 350,75

Contribuinte: 2070 - JOSE HILTON DE SOUZA ANTERO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7647	01.03.079.0061.001	079	6	0,5 %	2.098,80	805,35	2.904,15

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 9,30
TOTAL DO IMOVEL 38,53

Contribuinte: 9952 - JOSE JESUS GONCALVES DE CASTRO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5086	01.01.128.0075.001	022	8	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 9297 - JOSE LOPES DA SILVA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4576	01.01.093.0193.001	029	14	1,5 %	3.362,40	0,00	3.362,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 50,43
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 54,93

Contribuinte: 12710 - JOSE LUIZ DO NASCIMENTO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1142	01.03.085.0119.002	085	7	0,5 %	466,86	1.258,92	1.725,78

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 8,34
TOTAL DO IMOVEL 37,57

Contribuinte: 6726 - JOSE LUIZ MAGRI Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4529	01.01.087.0145.001	004	9A	0,5 %	1.681,20	3.131,97	4.813,17

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 13,19
TOTAL DO IMOVEL 42,42

Contribuinte: 1564 - JOSE MATIAS DE SALES Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4465	01.01.081.0264.001	009	9	1,5 %	3.446,46	0,00	3.446,46

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 51,69
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 56,19

Contribuinte: 9358 - JOSE MILTON ADAME Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5182	01.01.133.0204.001	039	8	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 8716 - JOSE NIVALDO DE LIMA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4411	01.01.075.0029.001	001	7	0,5 %	4.128,28	12.882,09	17.010,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 85,05
TAXAS E EXPEDIENTE 28,09
TOTAL DO IMOVEL 113,14

Contribuinte: 1678 - JOSE PEDRO DE FREITAS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5495	01.01.155.0101.001	007	2	1,5 %	2.070,21	0,00	2.070,21

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,05
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 35,55

Contribuinte: 1678 - JOSE PEDRO DE FREITAS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5496	01.01.155.0156.001	007	1	1,5 %	963,18	0,00	963,18

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 323 - JOSE PEREIRA CRUZ Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3990	01.01.054.0170.001	056	24	0,5 %	10.495,00	13.278,06	23.773,06

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 118,86
TAXAS E EXPEDIENTE 33,10
TOTAL DO IMOVEL 151,96

Contribuinte: 330 - JOSE RODRIGUES DA SILVA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4008	01.01.056.0050.001	062	16	0,5 %	7.871,25	6.501,06	14.372,31

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 71,86
TAXAS E EXPEDIENTE 22,81
TOTAL DO IMOVEL 94,67

Contribuinte: 1218 - JOSE RODRIGUES SILVA FILHO Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4033	01.01.057.0063.001	061	17	1,5 %	6.297,00	0,00	6.297,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 94,45
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 98,95

Contribuinte: 1100 - JOSE SOARES VICTOR Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7552	01.03.074.0127.001	074	9	0,5 %	2.340,74	2.273,10	4.613,84

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 10,90
TOTAL DO IMOVEL 40,13

Contribuinte: 5545 - JOSE VICENTE DE SALES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5098	01.01.128.0308.001	022	16	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 293 - JOSEFINA PARREIRA BIBIANO Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3915	01.01.050.0288.001	026	7	0,5 %	10.492,50	11.540,70	22.033,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 110,16
TAXAS E EXPEDIENTE 23,71
TOTAL DO IMOVEL 133,87

Contribuinte: 7470 - JOVACI OLIVARI Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1119	01.03.065.0290.003	065	18	0,5 %	1.238,80	11.284,24	12.523,04

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 62,61
TAXAS E EXPEDIENTE 23,28
TOTAL DO IMOVEL 85,89

Contribuinte: 6626 - JURACI DE ARRUDA SOARES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5379	01.01.146.0323.001	020	17	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 11125 - JURACIR RAMOS ACOSTA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5038	01.01.125.0243.001	005	11	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 5783 - JURANDIR PEREIRA DO NASCIMENTO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5053	01.01.126.0205.001	011	5	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6928 - JURANDYR DIAS SIQUEIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4929	01.01.119.0065.001	032	6	1,5 %	1.513,80	0,00	1.513,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 34123 - KEIT CLAUDIA DA SILVA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4570	01.01.093.0093.001	029	7	1,5 %	3.362,40	0,00	3.362,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 50,43
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 54,93

Contribuinte: 36141 - LARISSA LEAL CASSIANO E OUTROS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
6810	01.03.034.0057.001	034	3	1,5 %	2.316,20	0,00	2.316,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 34,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 39,24

Contribuinte: 36579 - LEANDRO APARECIDO FERREIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5471	01.01.153.0293.001	002	15	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 11631 - LEANDRO DA SILVA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3958	01.01.052.0160.001	058	23	0,5 %	10.495,00	3.030,80	13.525,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 67,62
TAXAS E EXPEDIENTE 13,04
TOTAL DO IMOVEL 80,66

Contribuinte: 2101 - LEANDRO DE BRITO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7748	01.03.087.0010.001	087	1	0,5 %	2.308,68	3.865,94	6.174,62

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 30,87
TAXAS E EXPEDIENTE 21,16
TOTAL DO IMOVEL 52,03

Contribuinte: 32376 - LEDINILSON MONTEIRO DE CAMPOS Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13678	01.03.088.0554.001	B	35	1,5 %	7.292,62	0,00	7.292,62

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 109,38
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 113,88

Contribuinte: 32614 - LEIDE MARA DE SOUZA ALVES Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7584	01.03.076.0010.001	076	1	0,5 %	2.340,74	10.731,44	13.072,18

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 65,36
TAXAS E EXPEDIENTE 27,62
TOTAL DO IMOVEL 92,98

Contribuinte: 1956 - LEONISIO CARDOSO DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4898	01.01.117.0025.001	038	14	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1981 - LEONOR ALVES RODRIGUES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4997	01.01.123.0150.001	012	2	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 35133 - LETICIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4876	01.01.115.0102.001	042	3	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 12869 - LIONS CLUBE DE MIRASSOL D OESTE Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8328	01.03.134.0039.001	H	2/3	0,5 %	11.832,60	62.782,63	74.615,23

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 373,07
TAXAS E EXPEDIENTE 91,60
TOTAL DO IMOVEL 464,67

Contribuinte: 12869 - LIONS CLUBE DE MIRASSOL D OESTE Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8326	01.03.134.0013.001	H	1	0,5 %	6.507,93	4.750,66	11.258,59

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 56,29
TAXAS E EXPEDIENTE 17,68
TOTAL DO IMOVEL 73,97

Contribuinte: 3947 - LORENCINA FERREIRA DA SILVA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4038	01.01.057.0150.001	061	22	1,5 %	11.192,00	0,00	11.192,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 167,88
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 172,38

Contribuinte: 2058 - LORETA MASSA RESENDE Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7629	01.03.078.0071.001	078	7	0,5 %	2.098,80	6.000,98	8.099,78

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 40,49
TAXAS E EXPEDIENTE 21,40
TOTAL DO IMOVEL 61,89

Contribuinte: 7587 - LOURENCO ELIAS HOMEM Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5039	01.01.125.0255.001	005	13	1,5 %	1.900,69	0,00	1.900,69

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31949 - LOURIVAL ROSA Bairro: CIDADE TAMANDARE III

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1218	01.03.096.0186.001	120	6	1,5 %	1.263,60	0,00	1.263,60

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1878 - LUCILA EGIDIA DE OLIVEIRA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4584	01.01.094.0035.001	030	2	1,5 %	3.502,50	0,00	3.502,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 52,53
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 57,03

Contribuinte: 1878 - LUCILA EGIDIA DE OLIVEIRA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4583	01.01.094.0020.001	030	1	1,5 %	3.708,91	0,00	3.708,91

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 55,63
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 60,13

Contribuinte: 9814 - LUIZ AFONSO VIANA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4875	01.01.115.0087.001	042	4	0,5 %	2.698,74	35.827,46	38.526,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 192.63
TAXAS E EXPEDIENTE 58,72
TOTAL DO IMOVEL 251,35

Contribuinte: 33286 - LUIZ ANTONIO GANDOLFFI FERREIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5146	01.01.131.0205.001	034	5	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 3893 - LUIZ CARLOS NUNES PEREIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5423	01.01.151.0075.001	014	8	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 3893 - LUIZ CARLOS NUNES PEREIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5418	01.01.150.0229.001	019	10	0,5 %	1.305,00	6.364,68	7.669,68

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 38,34
TAXAS E EXPEDIENTE 22,43
TOTAL DO IMOVEL 60,77

Contribuinte: 1082 - LUIZ CARLOS PEREIRA CASTRO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7713	01.03.085.0119.001	085	7	0,5 %	1.867,45	5.455,44	7.322,89

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 36,61
TAXAS E EXPEDIENTE 19,87
TOTAL DO IMOVEL 56,48

Contribuinte: 809 - LUIZ DE CARVALHO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
6926	01.03.040.0204.001	040	13	1,5 %	12.596,40	0,00	12.596,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 188,94
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 193,44

Contribuinte: 2069 - LUIZ JESUS DA SILVA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7646	01.03.079.0051.001	079	5	0,5 %	2.308,68	3.496,80	5.805,48

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 17.31
TOTAL DO IMOVEL 46,54

Contribuinte: 1606 - LUIZ RANZULA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5204	01.01.136.0174.001	033	1	0,5 %	1.435,50	3.537,09	4.972,59

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 18,56
TOTAL DO IMOVEL 47,79

Contribuinte: 1665 - MAGNO CESAR FAGUNDES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5444	01.01.152.0140.001	008	3	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 4431 - MANOEL GONCALVES FERREIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7107	01.03.050.0121.001	050	5	1,5 %	2.542,32	0,00	2.542,32

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 38,13
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 42,63

Contribuinte: 31202 - MANOEL PARRA FRANCISCO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
11588	01.03.078.0205.002	078	13	0,5 %	1.309,52	17.137,26	18.446,78

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 92.23
TAXAS E EXPEDIENTE 35,88

Contribuinte: 31202 - MANOEL PARRA FRANCISCO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7636	01.03.078.0205.001	078	13	0,5 %	789,29	11.361,17	12.150,46

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 60,75
TAXAS E EXPEDIENTE 32,86
TOTAL DO IMOVEL 93,61

Contribuinte: 34785 - MANOEL PEDRO DA SILVA Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13665	01.03.088.0330.001	B	22	1,5 %	7.688,03	0,00	7.688,03

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 115.32
TAXAS E EXPEDIENTE 0.00
TOTAL DO IMOVEL 115,32

Contribuinte: 35707 - MARA CRISTINA DOS ANJOS PAZIM Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4959	01.01.121.0048.001	023	10	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 33442 - MARCELO LUCAS DE LIMA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5036	01.01.125.0218.001	005	7	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 8882 - MARCOS MACIEL DA SILVA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8380	01.03.139.0013.001	I	1	1,5 %	6.507,93	0,00	6.507,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97,61
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 102,11

Contribuinte: 8882 - MARCOS MACIEL DA SILVA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8381	01.03.139.0026.001	I	2	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88.74
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 8882 - MARCOS MACIEL DA SILVA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8385	01.03.139.0141.001	I	6	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 1133 - MARCULINA FRANCISCA DE JESUS Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7611	01.03.077.0081.001	077	8	0,5 %	2.127,95	1.560,38	3.688,33

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 11.97
TOTAL DO IMOVEL 41,20

Contribuinte: 13795 - MARGET ZIMERMAM DE SOUZA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8297	01.03.131.0282.001	M	2	1,5 %	23.511,60	0,00	23.511,60

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 352,67
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 357,17

Contribuinte: 31337 - MARIA ALVES DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5428	01.01.151.0193.001	014	1	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31337 - MARIA ALVES DA SILVA | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5487	01.01.154.0379.001	001	21	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31337 - MARIA ALVES DA SILVA | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5321	01.01.143.0293.001	003	15A	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31337 - MARIA ALVES DA SILVA | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13801	01.01.143.0267.001	003	15	1,5 %	875,62	0,00	875,62

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31337 - MARIA ALVES DA SILVA | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13789	01.01.144.0099.001	009	4	1,5 %	875,62	0,00	875,62

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31337 - MARIA ALVES DA SILVA | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5331	01.01.144.0125.001	009	4A	1,5 %	963,18	0,00	963,18

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31337 - MARIA ALVES DA SILVA | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
12492	01.01.140.0255.002	016	13	0,5 %	6.061,60	84.941,20	91.002,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 455.01
TAXAS E EXPEDIENTE 122.35
TOTAL DO IMOVEL 577,36

Contribuinte: 31337 - MARIA ALVES DA SILVA | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5265	01.01.140.0255.001	016	13	0,5 %	7.407,96	104.022,20	111.430,16

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 557,15
TAXAS E EXPEDIENTE 148,82
TOTAL DO IMOVEL 705,97

Contribuinte: 11235 - MARIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA LEITE | Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8333	01.03.134.0163.001	H	14	1,5 %	6.507,93	0,00	6.507,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97,61
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 102,11

Contribuinte: 35696 - MARIA APARECIDA DE JESUS SILVA SANTOS | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
6953	01.03.041.0255.001	041	16	0,5 %	5.716,62	3.285,82	9.002,44

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 45,01
TAXAS E EXPEDIENTE 19,87
TOTAL DO IMOVEL 64,88

Contribuinte: 8451 - MARIA APARECIDA DE MATOS MELO | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7069	01.03.048.0127.001	048	9-A	0,5 %	1.155,60	3.524,24	4.679,84

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 21,37
TOTAL DO IMOVEL 50,60

Contribuinte: 11792 - MARIA APARECIDA FIGUEIRA BELARMINO | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7518	01.03.072.0169.001	072	16	0,5 %	2.318,93	2.220,20	4.539,13

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 15,13
TOTAL DO IMOVEL 44,36

Contribuinte: 1970 - MARIA APARECIDA GUIMARAES DA SILVA | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4958	01.01.121.0036.001	023	12	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6316 - MARIA APARECIDA ROSA | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4969	01.01.121.0227.001	023	11	1,5 %	1.662,70	0,00	1.662,70

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 32209 - MARIA DE LOURDES GOMES PAIVA | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
6827	01.03.036.0051.001	036	5	1,5 %	2.343,30	0,00	2.343,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 35,14
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 39,64

Contribuinte: 8503 - MARIA DOS PRAZERES DA SILVA | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7141	01.03.052.0123.001	052	7	0,5 %	2.385,63	1.398,72	3.784,35

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 9,62
TOTAL DO IMOVEL 38,85

Contribuinte: 12819 - MARIA EDORICA DE OLIVEIRA GERALDO | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
11576	01.03.045.0195.002	045	10	0,5 %	1.764,92	14.361,76	16.126,68

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 80,63
TAXAS E EXPEDIENTE 28.41
TOTAL DO IMOVEL 109,04

Contribuinte: 12819 - MARIA EDORICA DE OLIVEIRA GERALDO | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7030	01.03.045.0195.001	045	10	0,5 %	315,17	2.564,60	2.879,77

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 10,90
TOTAL DO IMOVEL 40,13

Contribuinte: 1553 - MARIA FOGAÇA RODRIGUES DA SILVA | Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3971	01.01.052.0370.001	058	12	0,5 %	10.495,00	9.207,93	19.702,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 98,51
TAXAS E EXPEDIENTE 18,43
TOTAL DO IMOVEL 116,94

Contribuinte: 8102 - MARIA HELENA MARTINS | Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3991	01.01.054.0212.001	056	1	1,5 %	8.658,37	0,00	8.658,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 129,87
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 134,37

Contribuinte: 8102 - MARIA HELENA MARTINS | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5315	01.01.143.0193.001	003	1	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 9500 - MARIA HELENA RUIZ PRADO COUTINHO | Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13488	01.03.089.0202.001	D	23	1,5 %	9.605,65	0,00	9.605,65

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 144,08
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 148,58

Contribuinte: 9500 - MARIA HELENA RUIZ PRADO COUTINHO | Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13489	01.03.089.0212.001	D	22	1,5 %	8.865,40	0,00	8.865,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 132,98
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 137,48

Contribuinte: 3392 - MARIA INES PERES | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5314	01.01.143.0155.001	003	2	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6395 - MARIA IRIA GONCALVES FERNANDES | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5181	01.01.133.0192.001	039	6	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 9882 - MARIA LUCIA CEZARIO DE SOUZA | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7422	01.03.067.0127.001	067	9	0,5 %	2.077,81	16.413,44	18.491,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 92,45
TAXAS E EXPEDIENTE 31,82
TOTAL DO IMOVEL 124,27

Contribuinte: 35586 - MARIA LUCIA DA SILVA AZEVEDO | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7275	01.03.059.0229.001	059	14	0,5 %	2.122,12	3.963,04	6.085,16

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 30.42
TAXAS E EXPEDIENTE 21.58
TOTAL DO IMOVEL 52,00

Contribuinte: 15475 - MARIA LUCIA FLORENTINO | Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8261	01.03.128.0285.001	D	2	0,5 %	25.191,00	24.235,93	49.426,93

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 247,13
TAXAS E EXPEDIENTE 54,93
TOTAL DO IMOVEL 302,06

Contribuinte: 15475 - MARIA LUCIA FLORENTINO | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
11666	01.03.085.0026.002	085	2	0,5 %	548,92	6.539,85	7.088,77

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 35,44
TAXAS E EXPEDIENTE 18,10
TOTAL DO IMOVEL 53,54

Contribuinte: 15475 - MARIA LUCIA FLORENTINO | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7707	01.03.085.0026.001	085	2	0,5 %	1.549,90	18.465,48	20.015,38

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 100,07
TAXAS E EXPEDIENTE 30,12
TOTAL DO IMOVEL 130,19

Contribuinte: 11047 - MARIA LUIZA FERNANDES | Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3388	01.01.027.0288.001	015	7	0,5 %	13.121,25	52.458,75	65.580,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 327.90
TAXAS E EXPEDIENTE 124,57
TOTAL DO IMOVEL 452,47

Contribuinte: 11047 - MARIA LUIZA FERNANDES | Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3391	01.01.027.0340.001	015	9	1,5 %	17.495,00	0,00	17.495,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 262,42
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 266,92

Contribuinte: 11184 - MARIA NATALINA SOUZA GOMES | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7202	01.03.056.0127.001	056	9	0,5 %	2.308,68	15.854,88	18.163,56

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 90.81
TAXAS E EXPEDIENTE 33.53
TOTAL DO IMOVEL 124,34

Contribuinte: 1985 - MARIA NUNES DOS SANTOS | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5001	01.01.123.0222.001	012	9	1,5 %	1.541,10	0,00	1.541,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1130 - MARIA RAIMUNDA DA SILVA | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1136	01.03.077.0010.002	077	1	0,5 %	1.115,98	2.377,82	3.493,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 14.74
TOTAL DO IMOVEL 43,97

Contribuinte: 1130 - MARIA RAIMUNDA DA SILVA | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7604	01.03.077.0010.001	077	1	0,5 %	1.192,70	2.287,07	3.479,77

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 15.45
TOTAL DO IMOVEL 44,68

Contribuinte: 9320 - MARIA ROSA DE JESUS | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7322	01.03.062.0203.001	062	12	1,5 %	2.122,12	0,00	2.122,12

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31.83
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 36,33

Contribuinte: 1966 - MARIA ROSA GONCALVES | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4941	01.01.120.0025.001	028	16	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 8288 - MARIA SOCORRO DELMONDES GREGIO | Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4988	01.01.122.0302.001	018	15	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 11383 - MARIANGELA GIACHETO | Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
11630	01.01.062.0179.001	032	1D	0,5 %	5.657,52	14.233,53	19.891,05

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 99,45
TAXAS E EXPEDIENTE 28,19
TOTAL DO IMOVEL 127,64

Contribuinte: 33896 - MARICLEUSA FERREIRA DE SOUZA | Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Alíquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7268	01.03.059.0119.001	059	7	0,5 %	706,66	2.727,72	3.434,38

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 16.02
TOTAL DO IMOVEL 45,25

Contribuinte: 33896 - MARICLEUSA FERREIRA DE SOUZA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7269	01.03.059.0119.002	059	7	0,5 %	1.627,68	9.666,81	11.294,49

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 56,47
TAXAS E EXPEDIENTE 22,20
TOTAL DO IMOVEL 78,67

Contribuinte: 8475 - MARINHO DA CRUZ PRATES — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5213	01.01.137.0025.001	030	18	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 14354 - MARLENE PEREIRA DA SILVA — Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13483	01.03.089.0071.001	D	7	1,5 %	8.865,40	0,00	8.865,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 132,98
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 137,48

Contribuinte: 5059 - MATHIAS RIBEIRO DOS SANTOS — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5040	01.01.125.0293.001	005	15	0,5 %	1.751,25	2.447,90	4.199,15

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 11,97
TOTAL DO IMOVEL 41,20

Contribuinte: 1496 - MATILDE ROSA COSTA — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5273	01.01.141.0062.001	010	10	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 9399 - MAURO ANTONIO TAVARES — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5270	01.01.141.0025.001	010	18	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 9399 - MAURO ANTONIO TAVARES — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5287	01.01.141.0323.001	010	17	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1879 - MAURO PEREIRA — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4586	01.01.094.0086.001	030	4	1,5 %	3.708,91	0,00	3.708,91

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 55,63
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 60,13

Contribuinte: 1551 - MAURO REZENDE DE ANDRADE — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4418	01.01.075.0160.001	001	4	1,5 %	3.099,70	0,00	3.099,70

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 46,49
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 50,99

Contribuinte: 1551 - MAURO REZENDE DE ANDRADE — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4417	01.01.075.0148.001	001	5	1,5 %	3.099,70	0,00	3.099,70

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 46,49
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 50,99

Contribuinte: 8667 - MERELES MORALES - ME - — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7732	01.03.086.0040.001	086	4	0,5 %	2.098,80	12.292,19	14.390,99

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 71,95
TAXAS E EXPEDIENTE 27,01
TOTAL DO IMOVEL 98,96

Contribuinte: 1097 - MIGUEL CHARUPA PEDRACA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7530	01.03.073.0051.001	073	5	1,5 %	2.098,80	0,00	2.098,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,48
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 35,98

Contribuinte: 3485 - MIGUEL FERREIRA DA SILVA — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3866	01.01.047.0340.001	029	9	1,5 %	13.990,00	0,00	13.990,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 209,85
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 214,35

Contribuinte: 1657 - MIGUEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5415	01.01.150.0161.001	019	6	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1602 - NELSON LUIZ MAGRI — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5192	01.01.135.0059.001	036	4	1,5 %	1.110,15	0,00	1.110,15

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1600 - NEORACI LEMOS PEDROSA — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5186	01.01.133.0285.001	039	14	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 80 - NILSON CRUZ — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5240	01.01.138.0193.001	026	1	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 80 - NILSON CRUZ — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5239	01.01.138.0155.001	026	2	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1876 - NISSE MENESES DA MAIA — Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4577	01.01.093.0205.001	029	13	1,5 %	3.362,40	0,00	3.362,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 50,43
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 54,93

Contribuinte: 1649 - NIVALDO POLICENO DE SOUZA — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5395	01.01.147.0287.001	025	15	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 9063 - NORACI PENARIOL — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4919	01.01.118.0165.001	035	1	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1977 - OLEIDE APARECIDO GIROLDO — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4989	01.01.123.0025.001	012	18	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 333 - OLIMPIO LOTERIO DE SOUZA — Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4013	01.01.056.0140.001	062	21	1,5 %	3.500,00	0,00	3.500,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 52,50
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 57,00

Contribuinte: 9482 - OLINDA APARECIDA PEREIRA MARTINS — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
6912	01.03.040.0020.001	040	2	0,5 %	12.596,40	8.463,18	21.059,58

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 105,29
TAXAS E EXPEDIENTE 18,59
TOTAL DO IMOVEL 123,88

Contribuinte: 6153 - OLINDA MARTINS DA SILVA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7486	01.03.070.0214.001	070	14	0,5 %	2.337,83	1.560,38	3.898,21

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 11,97
TOTAL DO IMOVEL 41,20

Contribuinte: 36330 - ONICER ALVES RAMOS — Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13676	01.03.088.0509.001	B	33	1,5 %	6.150,95	0,00	6.150,95

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 92,26
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 96,76

Contribuinte: 4141 - ONORIO SOARES SILVA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7219	01.03.057.0020.001	057	2	0,5 %	2.098,80	9.676,14	11.774,94

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 58,87
TAXAS E EXPEDIENTE 22,22
TOTAL DO IMOVEL 81,09

Contribuinte: 2256 - ORDALINO PINHEIRO DA SILVA — Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8357	01.03.136.0100.001	B	5	1,5 %	5.481,67	0,00	5.481,67

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 82,22
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 86,72

Contribuinte: 9095 - ORIVALDO PRANDINI — Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13708	01.03.088.0088.001	B	8A	0,5 %	3.645,00	14.926,26	18.571,26

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 92,85
TAXAS E EXPEDIENTE 25,20
TOTAL DO IMOVEL 118,05

Contribuinte: 7859 - ORLANDO MOREIRA RIBEIRO — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5144	01.01.131.0155.001	034	2	0,5 %	1.305,00	3.993,18	5.298,18

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 23,18
TOTAL DO IMOVEL 52,41

Contribuinte: 1975 - OSCAR GIROLDO — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4980	01.01.122.0143.001	018	2	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 35313 - OSMAR MAESTRI — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5300	01.01.142.0230.001	004	9	0,5 %	1.681,20	12.274,74	13.955,94

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 69,77
TAXAS E EXPEDIENTE 39,08
TOTAL DO IMOVEL 108,85

Contribuinte: 9580 - OVIDIO JOSE DA SILVA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7688	01.03.082.0065.001	082	5	0,5 %	2.122,12	1.981,80	4.103,92

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 8,77
TOTAL DO IMOVEL 38,00

Contribuinte: 8117 - PATRICIA MURTA MALAQUIAS — Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8334	01.03.134.0176.001	H	13	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 1023 - PAULO BATISTA DOS SANTOS — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7378	01.03.065.0051.001	065	5	1,5 %	2.340,74	0,00	2.340,74

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 35,11
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 39,61

Contribuinte: 6223 - PAULO ROBERTO DE CARVALHO — Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8351	01.03.135.0214.001	E	10	1,5 %	5.916,30	0,00	5.916,30

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 88,74
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 93,24

Contribuinte: 36212 - PAULO VICTOR JUNIOR DO PRADO — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7031	01.03.045.0205.001	045	11	0,5 %	1.900,32	12.124,00	14.024,32

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 70,12
TAXAS E EXPEDIENTE 21,58
TOTAL DO IMOVEL 91,70

Contribuinte: 35168 - PEDRO BIOLLADO DE ALMEIDA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7404	01.03.066.0127.001	066	9	0,5 %	919,10	8.323,56	9.242,66

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 46,21
TAXAS E EXPEDIENTE 22,43
TOTAL DO IMOVEL 68,64

Contribuinte: 35168 - PEDRO BIOLLADO DE ALMEIDA — Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
12521	01.03.066.0127.002	066	9	0,5 %	1.159,80	6.425,29	7.585,09

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 37,92
TAXAS E EXPEDIENTE 22,60
TOTAL DO IMOVEL 60,52

Contribuinte: 1613 - PEDRO DOMINGOS CASTRO — Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5235	01.01.138.0075.001	026	8	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 2084 - PEDRO JOAQUIM DA SILVA Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7700 | Inscrição 01.03.082.0296.001 | Quadra 082 | Lote 17 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 2.334,33 | Valor Edif. 2.098,20 | Valor Imovel 4.432,53
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 10,90
TOTAL DO IMOVEL 40,13

Contribuinte: 1964 - PEDRO MOTTA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 4936 | Inscrição 01.01.119.0202.001 | Quadra 032 | Lote 9 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 1.148,40 | Valor Edif. 5.350,41 | Valor Imovel 6.498,81
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 32,49
TAXAS E EXPEDIENTE 23,71
TOTAL DO IMOVEL 56,20

Contribuinte: 1964 - PEDRO MOTTA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 4937 | Inscrição 01.01.119.0213.001 | Quadra 032 | Lote 11 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.148,40 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.148,40
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 6667 - PERICLES TEODORO DE OLIVEIRA FILHO Bairro: CENTRO
Imovel 4101 | Inscrição 01.01.059.0288.001 | Quadra 035 | Lote 7 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 10.492,50 | Valor Edif. 30.551,97 | Valor Imovel 41.044,47
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 205,22
TAXAS E EXPEDIENTE 51,12
TOTAL DO IMOVEL 256,34

Contribuinte: 1143 - QUINTINO ALVES DE SOUZA Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7719 | Inscrição 01.03.085.0216.001 | Quadra 085 | Lote 13 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 2.098,80 | Valor Edif. 5.539,24 | Valor Imovel 7.638,04
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 38,19
TAXAS E EXPEDIENTE 21,40
TOTAL DO IMOVEL 59,59

Contribuinte: 5415 - RAIMUNDO BEZERRA DE SOUZA Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7637 | Inscrição 01.03.078.0216.001 | Quadra 078 | Lote 14 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 2.098,80 | Valor Edif. 13.989,60 | Valor Imovel 16.088,40
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 80,44
TAXAS E EXPEDIENTE 30,12
TOTAL DO IMOVEL 110,56

Contribuinte: 1973 - REGINA LUCIA BARROS DE ALMEIDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 4976 | Inscrição 01.01.122.0062.001 | Quadra 018 | Lote 8 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.681,20 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.681,20
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1588 - REGINALDO JOAQUIM DA SILVA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 5139 | Inscrição 01.01.131.0062.001 | Quadra 034 | Lote 10 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.252,80 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.252,80
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 5098 - ROBEL GONCALVES MOREIRA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 5124 | Inscrição 01.01.130.0125.001 | Quadra 031 | Lote 4 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.435,50 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.435,50
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1664 - ROBERTO VAGNER ELIZIO DE PAULA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 5442 | Inscrição 01.01.152.0087.001 | Quadra 008 | Lote 6 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 1.681,20 | Valor Edif. 5.112,61 | Valor Imovel 6.793,81
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 33,96
TAXAS E EXPEDIENTE 22,86
TOTAL DO IMOVEL 56,82

Contribuinte: 10282 - ROBSON CONTARDI PARRA BENITEZ Bairro: PARQUE SHANGRI-LA
Imovel 8258 | Inscrição 01.03.128.0195.001 | Quadra D | Lote 10 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 6.826,50 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 6.826,50
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 102,39
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 106,89

Contribuinte: 10282 - ROBSON CONTARDI PARRA BENITEZ Bairro: PARQUE SHANGRI-LA
Imovel 8257 | Inscrição 01.03.128.0180.001 | Quadra D | Lote 11 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 6.826,50 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 6.826,50
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 102,39
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 106,89

Contribuinte: 10282 - ROBSON CONTARDI PARRA BENITEZ Bairro: PARQUE SHANGRI-LA
Imovel 8256 | Inscrição 01.03.128.0165.001 | Quadra D | Lote 12 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 7.509,15 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 7.509,15
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 112,63
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 117,13

Contribuinte: 6910 - RODOLFO EUGENIO BORGES PRESSOTTI Bairro: CENTRO
Imovel 4166 | Inscrição 01.01.061.0350.001 | Quadra 033 | Lote 10 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 13.990,00 | Valor Edif. 23.425,05 | Valor Imovel 37.415,05
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 187,07
TAXAS E EXPEDIENTE 43,50
TOTAL DO IMOVEL 230,57

Contribuinte: 14441 - RODRIGO ROBERTO MORAIS Bairro: CENTRO
Imovel 3917 | Inscrição 01.01.050.0340.001 | Quadra 026 | Lote 9 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 13.990,00 | Valor Edif. 8.976,10 | Valor Imovel 22.966,10
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 114,83
TAXAS E EXPEDIENTE 19,44
TOTAL DO IMOVEL 134,27

Contribuinte: 6514 - ROGELIO PARRA BENITEZ Bairro: CENTRO
Imovel 3470 | Inscrição 01.01.029.0330.001 | Quadra 019 | Lote 8C | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 5.917,48 | Valor Edif. 12.676,83 | Valor Imovel 18.594,31
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 92,97
TAXAS E EXPEDIENTE 33,51
TOTAL DO IMOVEL 126,48

Contribuinte: 33420 - ROGERIO RODRIGUES LIMA Bairro: JARDIM APARECIDA
Imovel 13660 | Inscrição 01.03.088.0233.001 | Quadra B | Lote 17 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 7.411,01 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 7.411,01
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 111,16
TAXAS E EXPEDIENTE 0,00
TOTAL DO IMOVEL 111,16

Contribuinte: 6881 - ROMAIR GOMES Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7013 | Inscrição 01.03.045.0022.001 | Quadra 045 | Lote 15 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 380,97 | Valor Edif. 4.548,23 | Valor Imovel 4.929,20
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 16,02
TOTAL DO IMOVEL 45,25

Contribuinte: 6881 - ROMAIR GOMES Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7015 | Inscrição 01.03.045.0022.003 | Quadra 045 | Lote 15 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 395,08 | Valor Edif. 7.180,88 | Valor Imovel 7.575,96
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 37,87
TAXAS E EXPEDIENTE 22,43
TOTAL DO IMOVEL 60,30

Contribuinte: 6881 - ROMAIR GOMES Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7014 | Inscrição 01.03.045.0022.002 | Quadra 045 | Lote 15 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 2.116,53 | Valor Edif. 19.321,35 | Valor Imovel 21.437,88
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 107,18
TAXAS E EXPEDIENTE 100,56
TOTAL DO IMOVEL 207,74

Contribuinte: 1647 - ROOSELVET FARIAS DE MIRANDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 5384 | Inscrição 01.01.147.0075.001 | Quadra 025 | Lote 8 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.305,00 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.305,00
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 3932 - ROSALIA DE OLIVEIRA ALVES Bairro: CENTRO
Imovel 3402 | Inscrição 01.01.028.0044.001 | Quadra 020 | Lote P16/17 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 6.298,20 | Valor Edif. 10.072,08 | Valor Imovel 16.370,28
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 81,85
TAXAS E EXPEDIENTE 27,55
TOTAL DO IMOVEL 109,40

Contribuinte: 1556 - ROSEMARIE LUSTIG SEBALHO Bairro: PARQUE BANDEIRANTES
Imovel 4443 | Inscrição 01.01.079.0036.001 | Quadra 015 | Lote 1 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 5.373,30 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 5.373,30
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 80,59
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 85,09

Contribuinte: 1556 - ROSEMARIE LUSTIG SEBALHO Bairro: PARQUE BANDEIRANTES
Imovel 4444 | Inscrição 01.01.079.0051.001 | Quadra 015 | Lote 2 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 4.445,84 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 4.445,84
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 66,68
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 71,18

Contribuinte: 1107 - RUI ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7548 | Inscrição 01.03.074.0051.001 | Quadra 074 | Lote 5 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 2.340,74 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 2.340,74
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 35,11
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 39,61

Contribuinte: 3870 - SALVIO ANACLETO RODRIGUES Bairro: CENTRO
Imovel 3970 | Inscrição 01.01.052.0360.001 | Quadra 058 | Lote 11 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 10.495,00 | Valor Edif. 5.000,71 | Valor Imovel 15.495,71
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 77,47
TAXAS E EXPEDIENTE 18,37
TOTAL DO IMOVEL 95,84

Contribuinte: 31983 - SANDRA MARTINEZ FELTRIN Bairro: CENTRO
Imovel 3996 | Inscrição 01.01.054.0275.001 | Quadra 056 | Lote 6 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 7.871,25 | Valor Edif. 8.160,60 | Valor Imovel 16.031,85
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 80,15
TAXAS E EXPEDIENTE 19,44
TOTAL DO IMOVEL 99,59

Contribuinte: 36283 - SARA FREITAS MAIA Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7665 | Inscrição 01.03.080.0065.001 | Quadra 080 | Lote 5 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 2.122,12 | Valor Edif. 5.035,68 | Valor Imovel 7.157,80
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 35,78
TAXAS E EXPEDIENTE 19,87
TOTAL DO IMOVEL 55,65

Contribuinte: 36283 - SARA FREITAS MAIA Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7694 | Inscrição 01.03.082.0190.001 | Quadra 082 | Lote 11 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 2.334,33 | Valor Edif. 10.492,20 | Valor Imovel 12.826,53
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 64,13
TAXAS E EXPEDIENTE 23,71
TOTAL DO IMOVEL 87,84

Contribuinte: 1962 - SEBASTIANA ALMEIDA DE ARRUDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 4931 | Inscrição 01.01.119.0118.001 | Quadra 032 | Lote 3 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.305,00 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.305,00
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 34802 - SEBASTIANA DA COSTA SOUZA Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7221 | Inscrição 01.03.057.0040.001 | Quadra 057 | Lote 4 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 2.098,80 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 2.098,80
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,48
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 35,98

Contribuinte: 1983 - SEBASTIAO DE OLIVEIRA RODRIGUES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 4999 | Inscrição 01.01.123.0199.001 | Quadra 012 | Lote 5 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.541,10 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.541,10
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1610 - SEBASTIAO JESUS MINEIRO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 5218 | Inscrição 01.01.137.0087.001 | Quadra 030 | Lote 6 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.252,80 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.252,80
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 5666 - SEBASTIAO MARCAL DE ALMEIDA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 5282 | Inscrição 01.01.141.0230.001 | Quadra 010 | Lote 9 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.751,25 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.751,25
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 11793 - SEBASTIAO VERSALLI Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 7220 | Inscrição 01.03.057.0030.001 | Quadra 057 | Lote 3 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 2.098,80 | Valor Edif. 12.474,06 | Valor Imovel 14.572,86
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 72,86
TAXAS E EXPEDIENTE 27,34
TOTAL DO IMOVEL 100,20

Contribuinte: 6892 - SERGIO F. FERREIRA ZAMBOM Bairro: PARQUE SHANGRI-LA
Imovel 8248 | Inscrição 01.03.127.0120.001 | Quadra A | Lote 6 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 6.476,55 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 6.476,55
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 97,14
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 101,64

Contribuinte: 10826 - SERGIO MEROTI DE PAULA Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 6940 | Inscrição 01.03.041.0065.001 | Quadra 041 | Lote 5 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 12.736,36 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 12.736,36
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 191,04
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 195,54

Contribuinte: 36769 - SEVERINO ALVES DE ASSUNCAO Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 6918 | Inscrição 01.03.040.0061.001 | Quadra 040 | Lote 6p5 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 4.793,51 | Valor Edif. 1.468,44 | Valor Imovel 6.261,95
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 31,30
TAXAS E EXPEDIENTE 16,02
TOTAL DO IMOVEL 47,32

Contribuinte: 36769 - SEVERINO ALVES DE ASSUNCAO Bairro: CIDADE TAMANDARE
Imovel 1066 | Inscrição 01.03.040.0061.002 | Quadra 040 | Lote 6p5 | Aliquota 0,5 % | Valor terreno 10.318,11 | Valor Edif. 9.936,54 | Valor Imovel 20.254,65
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 101,27
TAXAS E EXPEDIENTE 29,31
TOTAL DO IMOVEL 130,58

Contribuinte: 245 - SHIRO OKA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel 4944 | Inscrição 01.01.120.0056.001 | Quadra 028 | Lote 8 | Aliquota 1,5 % | Valor terreno 1.148,40 | Valor Edif. 0,00 | Valor Imovel 1.148,40
IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 245 - SHIRO OKA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4945	01.01.120.0067.001	028	6	1,5 %	1.148,40	0,00	1.148,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 245 - SHIRO OKA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4951	01.01.120.0195.001	028	7	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 245 - SHIRO OKA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4952	01.01.120.0206.001	028	9	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 245 - SHIRO OKA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4943	01.01.120.0046.001	028	10	1,5 %	1.148,40	0,00	1.148,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 32270 - SIDNEI FRANCISCO LINS Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13656	01.03.088.0189.001	B	13	1,5 %	7.411,01	0,00	7.411,01

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 111,16
TAXAS E EXPEDIENTE 0,00
TOTAL DO IMOVEL 111,16

Contribuinte: 34094 - SILVANI MONTEIRO DA SILVA Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
3969	01.01.052.0350.001	058	10	0,5 %	10.495,00	10.155,81	20.650,81

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 103,25
TAXAS E EXPEDIENTE 19,87
TOTAL DO IMOVEL 123,12

Contribuinte: 5452 - SILVIA APARECIDA DOMINGUES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5162	01.01.132.0193.001	037	1	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1567 - SUNG HOON KIN Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4471	01.01.082.0089.001	002	5	1,5 %	3.455,80	0,00	3.455,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 51,83
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 56,33

Contribuinte: 9675 - SUZELEI CRISTINA RODRIGUES Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8255	01.03.128.0075.001	D	5	1,5 %	6.826,50	0,00	6.826,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 102,39
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 106,89

Contribuinte: 6966 - TAISIR MAHMUDO KARIM Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4436	01.01.078.0092.001	014	2	1,5 %	3.453,46	0,00	3.453,46

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 51,80
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 56,30

Contribuinte: 6966 - TAISIR MAHMUDO KARIM Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4435	01.01.078.0077.001	014	1	1,5 %	3.788,53	0,00	3.788,53

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 56,82
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 61,32

Contribuinte: 13920 - THIAGO TOLLO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7070	01.03.048.0174.001	048	10-A	1,5 %	988,68	0,00	988,68

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31898 - TIAGO DE SOUZA LEONEL Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4172	01.01.062.0050.001	032	16	0,5 %	10.492,50	11.220,12	21.712,62

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 108,56
TAXAS E EXPEDIENTE 23,18
TOTAL DO IMOVEL 131,74

Contribuinte: 13396 - UNIMED VALE DO JAURU - COOP. DE TRAB. ME Bairro: CENTRO

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
12247	01.01.060.0145.001	034	21P22	0,5 %	20.985,00	146.243,74	167.228,74

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 836,14
TAXAS E EXPEDIENTE 336.48
TOTAL DO IMOVEL 1.172,62

Contribuinte: 5637 - VALDECI AUGUSTO Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7358	01.03.064.0030.001	064	3	0,5 %	2.127,95	13.464,15	15.592,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 77,96
TAXAS E EXPEDIENTE 26,91
TOTAL DO IMOVEL 104,87

Contribuinte: 9456 - VALDECIR FELICE SFOGIA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5333	01.01.144.0155.001	009	2	0,5 %	1.751,25	32.057,50	33.808,75

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 169.04
TAXAS E EXPEDIENTE 84.55
TOTAL DO IMOVEL 253,59

Contribuinte: 9456 - VALDECIR FELICE SFOGIA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5482	01.01.154.0291.001	001	11	0,5 %	15.411,00	92.110,98	107.521,98

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 537.60
TAXAS E EXPEDIENTE 426.20
TOTAL DO IMOVEL 963,80

Contribuinte: 8611 - VALDECIR FRIGO ANDRETO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5150	01.01.131.0255.001	034	13	0,5 %	1.252,80	7.782,52	9.035,32

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 45,17
TAXAS E EXPEDIENTE 24,22
TOTAL DO IMOVEL 69,39

Contribuinte: 8204 - VALDEMAR BATISTA DE MORAIS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5153	01.01.131.0323.001	034	17	0,5 %	1.305,00	2.129,67	3.434,67

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 11,00
TOTAL DO IMOVEL 40,23

Contribuinte: 13943 - VALDENIR DE SOUZA COUTINHO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5431	01.01.151.0230.001	014	9	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 34098 - VALDEVINO BARBOSA DA SILVA Bairro: PARQUE BANDEIRANTES

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4572	01.01.093.0117.001	029	11	1,5 %	3.362,40	0,00	3.362,40

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 50,43
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 54,93

Contribuinte: 34917 - VALDINEI CARLOS MESPOLI DE ARAUJO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5208	01.01.136.0224.001	033	10	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 34917 - VALDINEI CARLOS MESPOLI DE ARAUJO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5209	01.01.136.0236.001	033	12	1,5 %	1.252,80	0,00	1.252,80

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1646 - VALDIR JOSE FARIA DE SOUZA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5383	01.01.147.0062.001	025	10	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1646 - VALDIR JOSE FARIA DE SOUZA Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5382	01.01.147.0050.001	025	12	1,5 %	1.357,20	0,00	1.357,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 4138 - VALDIR PEREIRA DA SILVA Bairro: JARDIM APARECIDA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7760	01.03.089.0030.001	D	3	0,5 %	8.865,40	15.656,88	24.522,28

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 122.61
TAXAS E EXPEDIENTE 28.19
TOTAL DO IMOVEL 150,80

Contribuinte: 35221 - VALDIRENE FERREIRA APRIGIO Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5131	01.01.130.0243.001	031	11	0,5 %	1.252,80	11.938,71	13.191,51

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 65,95
TAXAS E EXPEDIENTE 22.57
TOTAL DO IMOVEL 88,52

Contribuinte: 7136 - VALDIVINO RAMOS DA CRUZ Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7252	01.03.058.0127.002	058	9	0,5 %	447,20	1.783,36	2.230,56

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 12,18
TOTAL DO IMOVEL 41,41

Contribuinte: 6867 - VALENTIM BATISTA DE MORAES Bairro: MIRASSOL II

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4324	01.01.070.0038.001	002	3	1,5 %	3.502,50	0,00	3.502,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 52,53
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 57,03

Contribuinte: 6867 - VALENTIM BATISTA DE MORAES Bairro: MIRASSOL II

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4325	01.01.070.0050.001	002	4	1,5 %	3.502,50	0,00	3.502,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 52.53
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 57,03

Contribuinte: 1986 - VALTER FABRI Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5007	01.01.124.0025.001	006	18	1,5 %	1.926,37	0,00	1.926,37

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 5488 - VANDA HELENA DA SILVA PERES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5301	01.01.142.0243.001	004	11	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1999 - VANDERLITA PERCIRA DOS SANTOS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5135	01.01.130.0323.001	031	17	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 1999 - VANDERLITA PERCIRA DOS SANTOS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5134	01.01.130.0308.001	031	16	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 8050 - VANDERLITA PEREIRA DOS SANTOS Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5076	01.01.127.0230.001	017	9	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 31534 - VERA LUCIA DE OLIVEIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7633	01.03.078.0175.001	078	10	0,5 %	1.363,63	4.023,38	5.387,01

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29.23
TAXAS E EXPEDIENTE 15.83
TOTAL DO IMOVEL 45,06

Contribuinte: 31534 - VERA LUCIA DE OLIVEIRA Bairro: CIDADE TAMANDARE

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
1138	01.03.078.0175.002	078	10	0,5 %	945,05	2.788,33	3.733,38

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 12.35
TOTAL DO IMOVEL 41,58

Contribuinte: 1599 - VILSON JOSE RODRIGUES Bairro: RESIDENCIAL ALTO DA B

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5183	01.01.133.0217.001	039	10	1,5 %	1.305,00	0,00	1.305,00

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 29,23
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 33,73

Contribuinte: 36619 - VINICIUS AKIO KOGA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8285	01.03.130.0210.001	J	9	1,5 %	6.826,50	0,00	6.826,50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 102,39
TAXAS E EXPEDIENTE 4.50
TOTAL DO IMOVEL 106,89

Contribuinte: 36619 - VINICIUS AKIO KOGA Bairro: PARQUE SHANGRI-LA

Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8286	01.03.130.0255.001	J	8	1,5 %	27.710,10	0,00	27.710,10

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL 415.65
TAXAS E EXPEDIENTE 4,50
TOTAL DO IMOVEL 420,15

Contribuinte:	36619 - VINICIUS AKIO KOGA					Bairro:	PARQUE SHANGRI-LA
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
8287	01.03.130.0270.001	J	7	1,5 %	25.191,00	0,00	25.191,00
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				377,86		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				382,36		

Contribuinte:	1644 - WAGNER FERREIRA DE SOUZA					Bairro:	RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5375	01.01.146.0243.001	020	11	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				29,23		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				33,73		

Contribuinte:	1644 - WAGNER FERREIRA DE SOUZA					Bairro:	RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5374	01.01.146.0230.001	020	9	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				29,23		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				33,73		

Contribuinte:	7476 - WAGNER LUIZ PERES					Bairro:	RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5302	01.01.142.0255.001	004	13	1,5 %	1.681,20	0,00	1.681,20
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				29,23		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				33,73		

Contribuinte:	36560 - WAGNER MORISHITA DE OLIVEIRA					Bairro:	JARDIM APARECIDA
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
13670	01.03.088.0410.001	B	27	1,5 %	6.510,46	0,00	6.510,46
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				97,65		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				102,15		

Contribuinte:	2198 - WELINGTON FONSECA DE CARVALHO					Bairro:	PARQUE MORUMBI
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
7969	01.03.104.0043.001	G	4	1,5 %	3.458,00	0,00	3.458,00
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				51,87		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				56,37		

Contribuinte:	11389 - WILHEN CEZAR MORETTI					Bairro:	CENTRO
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4048	01.01.057.0330.001	061	L7P8	1,5 %	2.079,00	0,00	2.079,00
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				31,18		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				35,68		

Contribuinte:	11389 - WILHEN CEZAR MORETTI					Bairro:	CENTRO
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4046	01.01.057.0275.001	061	6	1,5 %	2.100,00	0,00	2.100,00
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				31,50		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				36,00		

Contribuinte:	5833 - WILSON DE MELO					Bairro:	RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5502	01.01.155.0246.001	007	11	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				29,23		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				33,73		

Contribuinte:	5833 - WILSON DE MELO					Bairro:	RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
5503	01.01.155.0261.001	007	12	1,5 %	1.751,25	0,00	1.751,25
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				29,23		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				33,73		

Contribuinte:	1886 - WILSON ROBERTO BIGARELLI					Bairro:	PARQUE BANDEIRANTES
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4598	01.01.094.0285.001	030	9	1,5 %	3.362,40	0,00	3.362,40
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				50,43		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				54,93		

Contribuinte:	7545 - WILSON ROBERTO MARTINI					Bairro:	RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4933	01.01.119.0171.001	032	1	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				29,23		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				33,73		

Contribuinte:	7545 - WILSON ROBERTO MARTINI					Bairro:	RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4905	01.01.117.0162.001	038	1	1,5 %	1.435,50	0,00	1.435,50
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				29,23		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				33,73		

Contribuinte:	308 - ZOLAIDE BAIONE GIROLDO					Bairro:	RESIDENCIAL ALTO DA B
Imovel	Inscrição	Quadra	Lote	Aliquota	Valor terreno	Valor Edif.	Valor Imovel
4982	01.01.122.0194.001	018	5	1,5 %	1.821,30	0,00	1.821,30
	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL				29,23		
	TAXAS E EXPEDIENTE				4,50		
	TOTAL DO IMOVEL				33,73		

Prefeitura Municipal de Nobres

Extrato de Contrato

CONTRATO Nº 060/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e o Sr. Expedito Lopes de Oliveira. **Objeto**: Prestação de Serviço com Caminhão Pipa, para atender com irrigação na Vila Roda Água e Vila Daniel. **Valor: R$** 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). **Data**: 01 de Junho de 2010. **Prazo**: 03 Meses **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e o Sr. Expedito Lopes de Oliveira - Contratado.

CONTRATO Nº 061/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e o Sr Valdinei Sergio Muniz Albertoni. **Objeto**: Prestação de Serviços técnicos na elaboração de normas administrativas informatizadas, nos setores de compras, licitação, almoxarifado, frotas, contabilidade, recursos humanos e tributação. **Valor: R$ 3.000,00** (Três Mil Reais). **Data**: 01 de Junho de 2010. **Prazo**: 03 Meses **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e o Sr Valdinei Sergio Muniz Albertoni - Contratado.

CONTRATO Nº 062/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e o Sr Celino Hiros de Matos. **Objeto**: prestação de servico com caminhão pipa, com irrigação na Bom Jardim. **Valor: R$ 8.000,00** (Oito Mil Reais). **Data**: 01 de Junho de 2010. **Prazo**: 03 Meses **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e o Sr. Celino Hiros de Matos - Contratado.

CONTRATO Nº 063/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e o a Empresa Odorizzi Materiais para Construção LTDA. **Objeto**: Aquisição de materiais de construção para atender diversas Secretarias Municipais. **Valor: R$ 78.100,00** (setenta e oito mil e cem reais). **Data**: 10 de Junho de 2010. **Prazo**: 03 Meses **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a Empresa Odorizzi Materiais para Construção LTDA – Sr. Alan Pierre Odorizzi - Contratado.

CONTRATO Nº 064/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a Empresa Centroeste Ambiental – Coleta Transporte e Limpeza Urbana LTDA. **Objeto**: Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos dos serviços de saúde (RSSS). **Valor: R$ 3.522,00** (três mil quinhentos e vinte e dois reais). **Data**: 17 de Junho de 2010. **Prazo**: 06 Meses **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a Empresa Centroeste Ambiental – Coleta Transporte e Limpeza Urbana LTDA – Sr. Diogo Rosgnolo Franciscato - Contratado.

CONTRATO Nº 065/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a Empresa Shanon Moda Masculina Ltda. **Objeto**: Aquisição de cobertores, para campanha de agasalho, junto a Sec. Mun. de Bem Estar Social, conforme pregão presencial nº 12/2010 **Valor: R$** 56.000,00 (cinqüenta e seis mil reais). **Data**: 30 de Junho de 2010. **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a Empresa Shanon Moda Masculina Ltda - Vanderlino Queiroz Santos Contratado.

CONTRATO Nº 066/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a Empresa Edinaldo P Torres Me. **Objeto**: Aquisição de equipamentos de informática e acessórios,, conforme pregão presencial nº 11/2010 – lote 01 **Valor: R$** 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais). **Data**: 30 de Junho de 2010. Prazo: 04 meses. **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a Empresa Edinaldo P Torres Me - Deleydio Valim de Mello Júnior - Contratado

CONTRATO Nº 067/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a Empresa Millenium Papelaria e Materiais de Informática Ltda-Me,. **Objeto**: Aquisição de equipamentos de informática e acessórios, conforme pregão presencial nº 11/2010 – lote 02 e 04. **Valor: R$** 18.718,00 (dezoito mil setecentos e dezoito reais). **Data**: 30 de Junho de 2010. Prazo: 04 meses. **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a Empresa Millenium Papelaria e Materiais de Informática Ltda-Me - Heliene Maria de Oliveira-Contratada.

CONTRATO Nº 068/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a Empresa A. E. DA COSTA – ME. **Objeto**: Aquisição de equipamentos de informática e acessórios, conforme pregão presencial nº 11/2010 – lotes 03, 05 e 07. **Valor: R$** 13.650,00 (treze mil seiscentos e cinqüenta reais). **Data**: 30 de Junho de 2010. Prazo: 04 meses. **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a Empresa A. E. DA COSTA - ME - Ana Erotildes da Costa – Contratada.

CONTRATO Nº 069/2010- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a Empresa Ivonir Alves Dias-ME. **Objeto**: Aquisição de equipamentos de informática e acessórios, conforme pregão presencial

nº 11/2010 – lote 06. **Valor: R$** 53.700,00 (cinqüenta e três mil e setecentos reais). Prazo: 04 meses. **Data**: 30 de Junho de 2010. **Assinam** – José Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a Empresa Ivonir Alves Dias-ME - Rubens Marcelino da Cruz - Contratado

EXTRATO DE ADITIVO

1º Aditivo ao Contrato nº 086/2009 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e Marcos Adilson Ohweiler. **Objeto**: prorrogação de prazo. **Prazo**: 12 meses. **Data** 23 de Junho de 2.010. **Assinam** – Jose Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Marcos Adilson Ohweiler. Contratado

1º Aditivo ao Contrato nº 018/2010 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa V.Furtado & Furtado Ltda. **Objeto**: prorrogação de prazo. **Prazo**: 02 meses. **Data** 01 de Junho de 2.010. **Assinam** – Jose Carlos da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a empresa V.Furtado & Furtado Ltda - Anderson Luiz Vieira Furtado. Contratado

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2010

A Prefeitura Municipal de Nobres-MT., através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 066/2010 de 22 de abril de 2010, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2010 – Tipo: Menor Preço por Lote, cuja abertura ocorrerá no dia 21 de Julho de 2010, às 10:00 horas na sala de licitação da prefeitura, localizada na Rua J, s/nº, Jardim Paraná. OBJETO: Contratação para Prestação de Serviço de transporte escolar na Zona Rural, conforme constante do Anexo I, do Edital. O edital completo poderá ser acessado através do site WWW.nobres.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 65-3376-1140 – Ramal 215.

Viviany Turque Pacheco Pinto– PREGOEIRA

Prefeitura Municipal de Nortelândia

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO DE MÊS DE MAIO DE 2010

CONTRATO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 044/10
Contratado: Valdinei Sérgio Muniz Albertoni
Valor: 1.000,00 (mensal)
Objeto: Prestação de serviços profissionais à contratante, como Serviços de Consultoria Administrativa e controle organizacional nos Departamentos e Setores da Prefeitura Municipal.
Vigência Data Ass. 10.05.2010 – Vcto: 31.12.2010.

Nortelândia-Mt, 30 de junho de 2010.

Neurilan Fraga
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N 005/2010
REGISTRO DE PREÇOS

Termo de Apostilamento Nº 001/2010 da Ata de Registro de Preços N° 005/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT, através do Pregoeiro Oficial do Município e Equipe de Apoio, com fundamento no artigo 65, §§ 1° e 8º da Lei 8.666/93

RESOLVE, nos seguintes termos:

Com observância ao disposto na cláusula décima primeira da referida Ata de Registro de Preços, que permite a revisão dos preços registrados no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial.

Considerando que este reajuste deve obedecer ao limite de 25% estabelecido no artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

Considerando ainda, que o parágrafo segundo da referida cláusula da Ata preceitua que, caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

Os preços registrados no Quadro Comparativo de Preços em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial n° 005/2010 – SRP ficam reajustados da seguinte forma:

Gasolina Comum – o preço registrado no valor de R$ 2,89, altera-se, em comum acordo entre as partes, para o valor unitário de R$ 2,70;

Álcool – o preço registrado no valor de R$ 1,89, altera-se, em comum acordo entre as partes, para o valor unitário de R$ 1,70.

Item	Quantidade	Descrição	Empresa Vencedora	Valor Unitário R$
01	4.000	GASOLINA	CASTOLDI AUTO POSTO 10 LTDA	2,70
03	22.000	ÁLCOOL	CASTOLDI AUTO POSTO 10 LTDA	1,70

Permanecem inalterados os demais itens e cláusulas da Ata de Registro de Preços N° 005/2010 e do Quadro Comparativo de Preços.

Nortelândia-MT, 01 de julho de 2010.

Walcemir Carlos da Silva
Pregoeiro Municipal
Portaria 135/2010

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

PORTARIA Nº 106/2010

O Senhor **ANTONIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Resultado Final do Concurso Público nº 01/2009, homologado em 05 de fevereiro de 2010;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: CONVOCAR os candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2009, homologado em 05/02/2010, conforme relação abaixo, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, no Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta Portaria. Dentro do tempo estabelecido, a requerimento do interessado, pode o prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias subseqüentes. Os candidatos convocados deverão apresentar a documentação mencionada no Art. 2º desta Portaria, e assinará o Termo de Posse, para efetivo exercício de suas funções no respectivo Cargo:

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO	
Classificação	Nome do Candidato
5°	ROSILENE FERREIRA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
Classificação	Nome do Candidato
11°	DANNYELLE F. S. DE ALBUQUERQUE
12°	FATIMA COSTA DE OLIVEIRA

ARTIGO 2º: Os convocados deverão apresentar-se no prazo mencionado no Artigo 1º desta Portaria, sob pena de serem considerados desistentes da respectiva vaga, munido dos seguintes documentos:

a) Xérox e documento original da Certidão de Nascimento ou Casamento;
b) Xérox e documento original da Cédula de Identidade;
c) Xérox e documento original do Cartão do CPF;
d) Xérox e documento original da Quitação com o Serviço Militar (homens);
e) Xérox e documento original da Carteira de Trabalho - CTPS;

f) Xérox e documento original do Titulo de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

g) Xérox e documento original da Certidão de nascimento dos filhos (se for o caso);

h) Xérox e documento original do Comprovante de escolaridade, conforme a exigência do cargo (em caso de professores com Pós - graduação ou Doutorado, apresentação de certificado e requerimento para enquadramento na devida categoria funcional, conforme a Lei Municipal 408/2001);

i) Xérox e documento original do Registro no Conselho Regional (no caso de profissões regulamentadas);

j) Xérox e documento original da Carteira de Motorista (conforme exigência do cargo);

k) Certidão negativa original de antecedentes criminais dos últimos 05 anos, para maiores de 18 anos;

l) Xérox do cartão do PIS/PASEP, ou de qualquer documento emitido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil constando o número dos mesmos, ou Declaração assinada pelo Candidato Aprovado, afirmando o não cadastramento.

m) Declaração de Bens;

n) Declaração de não infringência do inciso XVI - art.37 da Constituição Federal e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária;

o) Declaração de residência.

p) Atestado Médico de Saúde, emitido pelos profissionais Clínicos Gerais do Município;

q) 01 foto 3x4 atualizada;

Parágrafo 1º: Fica facultada à Administração Municipal a exigência de outros requisitos constantes do Edital do Concurso Público n º 01/ 2009, para fins de efetivação da Posse no Cargo**.**

Parágrafo 2º: Os convocados para os Cargos de: Técnico em Enfermagem exercerão suas funções conforme atribuições da Secretaria Municipal de Saúde. O convocado para o Cargo de: Agente Administrativo exercerá suas funções conforme atribuições da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

ARTIGO 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 05 DE JULHO (07) DE 2010.

ANTONIO LUIZ CÉSAR DE CASTRO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IVAINE MOLINA
SECRETÁRIO DE GABINETE

AVISO DE ANULAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 042/2010
PROCESSO 059/EPP/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, através da EPP (Equipe permanente de pregão), com base na Lei Federal 10.520 de 17/ 07/2002, Lei Municipal Nº 731/09 de 08/12/2009 e Decreto Municipal 073/ 2009 de 21/12/2009 com aplicação subsidiaria da Lei Federal 8.666/93 com as atualizações atuais que lhe foram dadas pela legislação superveniente, torna público a **ANULAÇÃO** do **PREGÃO ELETRONICO 042/2010**, cujo objeto é a **Aquisição de 02 (Dois) Resfriadores de Leite com capacidade de 1000 Lts cada, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**. Nova Canaã do Norte, 08 de Julho de 2010.

Evandro Dias Godoi
Pregoeiro

AVISO DE ANULAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 044/2010
PROCESSO 065/EPP/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, através da EPP (Equipe permanente de pregão), com base na Lei Federal 10.520 de 17/ 07/2002, Lei Municipal Nº 731/09 de 08/12/2009 e Decreto Municipal 073/ 2009 de 21/12/2009 com aplicação subsidiaria da Lei Federal 8.666/93 com as atualizações atuais que lhe foram dadas pela legislação superveniente, torna público a **ANULAÇÃO** do **PREGÃO ELETRONICO 044/2010**, cujo objeto é a **Aquisição de um Caminhão 0 km e um tanque em aço inoxidável com capacidade de 6000 litros para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**. Nova Canaã do Norte, 08 de Julho de 2010.

Evandro Dias Godoi
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda

RELAÇÃO DE CONTRATOS 2010.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA.
GESTÃO VALMIR MORETTO

EXTRATO DE CONTRATO 076/2010

OBJETO: Prestação de serviços especializados de treinamento e capacitação na geração, avaliação e protocolização de 07 (sete) cargas do APLIC, sendo os meses de junho a dezembro, pertinentes ao exercício de 2010, bem como recuperação de banco de dados e alimentação de informações nos sistemas informatizados necessários ao envio das cargas do APLIC.
CONTRATADO: Empresa ACPI – Assessoria, Consultoria, Planejamento & Informática LTDA.
VEGENCIA: 01/06/2010 à 31/12/2010
VALOR: R$ 3.150,00 (Três mil cento e cinqüenta reais)
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 01 de junho de 2010

EXTRATO DE CONTRATO 077/2010
OBJETO: Locação de 01 (uma) máquina copiadora, modelo 8060, marca BROTHER, nº de série: 55071404.
CONTRATADO: C. G de Matos – ME.
VEGENCIA: 01/06/2010 à 31/12/2010.
VALOR: R$ 400,00 mensais. (Quatrocentos reais).
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 01 de junho de 2010

EXTRATO DE CONTRATO 078/2010
OBJETO: Serviço especializado com capacidade técnica na área social qualificada em planejamento, gestão em projetos sociais, capacitação e pesquisa para Secretaria Municipal de Assistência Social Básica, CRAS de acordo com diretrizes da LOAS/SUAS, NOB RH no município de Nova Lacerda pelo período de 7 meses.
CONTRATADO: T. Alves.
VEGENCIA: 07/06/2010 à 07/12/2010.
VALOR: R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais).
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 07 de junho de 2010

EXTRATO DE CONTRATO 079/2010
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção dos veículos da Secretaria de Obras, Secretaria de Educação, e Secretaria de Administração.
CONTRATADO: F. Arroio Mecânica e Funilaria – ME.
VEGENCIA: 07/06/2010 à 31/12/2010.
VALOR: R$ 94.818,00 (Noventa e quatro mil oitocentos e dezoito reais)
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 07 de junho de 2010

EXTRATO DE CONTRATO 080/2010
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças, na parte elétrica dos veículos da Secretaria de Obras, Secretaria de Educação e Secretaria de Administração.
CONTRATADO: C. C. Comércio de Peças e Acessórios para Veículos LTDA – ME.
VEGENCIA: 07/06/2010 à 31/12/2010

VALOR: R$ 69.802,61 (Sessenta e nove mil oitocentos e dois reais e sessenta e um centavos)
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 07 de junho de 2010

EXTRATO DE CONTRATO 081/2010

OBJETO: Fornecimento de óleo diesel para realização dos serviços do projeto CIDADE LIMPA CASA BONITA pela Secretaria de Obras do município de Nova Lacerda – MT.
CONTRATADO: C. A. Prata – ME.
VEGENCIA: 14/06/2010 à 31/12/2010
VALOR: R$ 17.120,00 (Dezessete mil cento e vinte reais).
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 07 de junho de 2010

EXTRATO DE CONTRATO 082/2010

OBJETO: Construção de uma quadra poliesportiva descoberta com 798m² de área construída.
CONTRATADO: C. S. Construtora Ltda – ME.
VEGENCIA: 25/06/2010 à 25/10/2010
VALOR: R$ 104.970,00 (Cento e quatro mil novecentos e setenta reais).
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 25 de junho de 2010

EXTRATO DE CONTRATO 083/2010

OBJETO: Aquisição de micro-computadores, peças de reposição e materiais permanentes para serem utilizados pelas Secretarias e Departamentos deste município.
CONTRATADO: Gilberto Morales Informática - ME
VEGENCIA: 26/06/2010 à 31/12/2010
VALOR: R$ 45.844,76 (Quarenta e cinco mil oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos)
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 26 de junho de 2010

Prefeitura Municipal de Nova Maringá

EXTRATO DE CONTRATOS / JUNHO DE 2010 - MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

CONTRATO Nº 048/2010
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT
Contratado: GABRIELA TURISMO E TRANSPORTE LTDA - ME
Objeto: Contratação de prestação de serviço de transporte escolar, Linha Santo Antonio.
Prazo: 30 (trinta) dias
Vigência: 10/06/2010 à 09/07/2010
Valor Estimado: R$ 10.160,04 (dez mil, cento e sessenta reais e quatro centavos)

CONTRATO Nº 049/2010
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT
Contratado: ELIANE CEZARIO DE AMORIM - ME
Objeto: Contratação de prestação de serviço de transporte escolar, Linha Arinos.
Prazo: 30 (trinta) dias
Vigência: 10/06/2010 à 09/07/2010
Valor Estimado: R$ 9.535,68 (nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos)

CONTRATO Nº 050/2010
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT
Contratados: ADALBERTO FOSS e CARITA LENY BORGES FERREIRA
Objeto: Locação de 01 (um) imóvel urbano denominado lote 02, da quadra 01, medindo 425,75 m² localizado na Avenida Amos Bernardino Zanchet, s/nº, Loteamento Jardim Europa em Nova Maringá/MT, contendo uma edificação de alvenaria medindo 162,80 m², para instalação e funcionamento da Agência dos Correios.
Prazo: 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias
Vigência: 16/06/2010 à 31/12/2010
Valor: R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais)

CONTRATO Nº 051/2010
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT
Contratado: INEXA TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - ME
Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de Provedor de Internet, Banda Larga 24 horas por dia, sete dias por semana, nas velocidades e localidades informadas no Anexo I do Edital do Pregão nº 009/2010, sendo contratados os lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06.
Prazo: 06 (seis) meses e 07 (sete) dias
Vigência: 24/06/2010 à 31/12/2010
Valor: R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)

CONTRATO Nº 052/2010
Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT
Contratado: ENGEMAT INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
Objeto: contratação de empresa de engenharia para execução de obras de 4.606,75 m² de pavimentação asfaltica e 1.067 m² de meio fio nas Ruas Tatiana e Adriana no bairro Jardim Mayra em Nova Maringá/MT, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto básico em anexo ao instrumento e processo licitatório tomada de preço nº 004/2010.
Prazo: 06 (seis) meses
Vigência: 29/06/2010 à 28/12/2010
Valor: R$ 199.897,97 (cento e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos)

Nova Maringá/MT, 07 de julho de 2010.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Tendo em vista de não haver recursos interpostos nas Inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2010, o município de Nova Maringá – MT, através de seu Prefeito, **OSCAR JOSÉ DE CARVALHO, HOMOLOGA** as inscrições abaixo relacionadas, conforme Edital publicado na Imprensa Oficial e Mural de Aviso desta prefeitura.

CARGO: MEDICO CLINICO GERAL
CÓDIGO DO CARGO: 1

NOME COMPLETO	CPF
GUILHERME HEIMBACH NETO	200.707.641-15

CARGO: MERENDEIRA – DISTRITO DE BRIANORTE
CÓDIGO DO CARGO : 2

NOME COMPLETO	CPF
EDILENE MARIA SANTANA	620.928.801-44
VERONICA MARIA DE BONFIM	025.355.711-96
ROSANGELA PATRICIA DA SILVA OLIVEIRA	020.994.811-64

Nova Maringá, 08 de julho de 2010.

Oscar José de Carvalho
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 62/2010
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO"

OSCAR JOSE DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Sr. ROSICLEIA GOMES DA SILVA portadora do RG nº. 1611722-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 007.616.911.11, para exercer o cargo efetivo de TECNICA EM ENFERMAGEM, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º - O subsidio a que terá direito o nomeado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 03 de maio de 2010.

P.R.C

OSCAR JOSE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 81/2010
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO"

OSCAR JOSE DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Sr. ALIDIO VIEIRA NUNES DUARTE portador do RG nº. 17312922 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 014.853.481.37, para exercer o cargo efetivo de ENFERMEIRO PADRÃO – DISTRITO DE BRIANORTE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º - O subsidio a que terá direito o nomeado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 12 de maio de 2010.

P.R.C

OSCAR JOSE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 83/2010
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO"

OSCAR JOSE DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Sr. DURCILEIDE SOUZA OLIVEIRA PINTO portadora do RG nº. 16318986 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 007.420.701.66, para exercer o cargo efetivo de ZELADORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Art. 2º - O subsidio a que terá direito o nomeado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 12 de maio de 2010.

P.R.C

OSCAR JOSE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 92/2010
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO"

OSCAR JOSE DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Sr. MANOELA AFONSO DA SILVA OLIVEIRA portadora do RG nº. 1659929-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 453.055.361-20, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR PEDAGOGIA 20 H NIVEL II, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Art. 2º - O subsidio a que terá direito o nomeado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 17 de maio de 2010.

P.R.C

OSCAR JOSE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 93/2010
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO"

OSCAR JOSE DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Sr. ROSANA APARECIDA DA ROSA MUNHOZ portadora do RG nº. 869081 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 622.509.141.68, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR PEDAGOGIA 20 H NIVEL II, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Art. 2º - O subsidio a que terá direito o nomeado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 17 de maio de 2010.

P.R.C

OSCAR JOSE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 94/2010
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO"

OSCAR JOSE DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Sr. LENI PEREIRA DOS SANTOS portadora do RG nº. 809.883 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 631.586.711-15, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR PEDAGOGIA 20 H NIVEL II, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Art. 2º - O subsidio a que terá direito o nomeado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 17 de maio de 2010.

P.R.C

OSCAR JOSE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 91/2010
"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO"

OSCAR JOSE DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Sr. MARIA CRISTINA GONÇALVES DA SILVA portadora do RG nº. 17288517 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 249.618.348-82, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR PEDAGOGIA 20 H NIVEL II, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Art. 2º - O subsidio a que terá direito o nomeado será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 17 de maio de 2010.

P.R.C

OSCAR JOSE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Pregão Presencial nº. 26/2010**, cujo objeto trata-se de AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, conforme negociações feitas na sessão pública pela equipe de pregão do município e acatando sem ressalvas a Conclusão final da Pregoeira que adjudicou vencedoras do certame licitatório as empresas **ANDRÔNICA GÉLIO BARACHO ME**, CNPJ 07.946.243/0001-66, no valor total de R$ 12.389,61 (doze mil trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos) e **PAPELARIA UZE LTDA,** CNPJ 26.529.511/0001-99, no valor de R$ 6.872,62 (seis mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos) e determino que se tome as devidas providências para assinatura dos respectivos contratos.

Nova Monte Verde-MT, 08 de julho de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº.01/2010, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 29/2010** no dia **22/07/2010** às **09:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Antônio Joaquim de Azevedo, s/nº., Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ASSESSÓRIOS EM GERAL PARA OS AUTOMÓVEIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, OBRAS, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E AÇÃO SOCIAL. Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009 de 14 de fevereiro de 2009, Decreto Municipal 14/2010, de 12 de janeiro de 2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br , no campo publicações e editais - 2010. Demais informações pelo telefone (66) 3597-1100.

Nova Monte Verde-MT, 08 de julho de 2010.

Karla Beatriz Bernatzky
Pregoeira Oficial do Município

DECRETO Nº. 029/2010.
Data de 01 de Março de 2010.

SÚMULA: "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido na Lei Municipal nº. 419/2009, e em consonância com a Lei Federal nº. 4.320/64.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) a serem consignados nas seguintes dotações:

06.001-Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.301.0032.2029.3.3.9.0.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 105.000,00
06.01.10.302.0033.2030.3.3.9.0.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 120.000,00
06.01.10.301.0032.2029.3.3.9.0.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 7.000,00
06.01.10.302.0033.2030.3.3.9.0.30.00 Material de Consumo R$ 128.000,00
06.01.10.301.0032.2029.3.3.9.0.30.00 Material de Consumo R$ 40.000,00

TOTAL GERAL: R$ 400.000,00

Artigo 2º - Para amparar o credito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos mencionados no artigo 43, inciso I a IV da lei federal 4.320/1964, proveniente de anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

06.001-Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.301.0030.2026.3.3.9.0.30.00 Material de Consumo R$ 100.000,00
06.01.10.301.0030.1018.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 50.000,00
06.002-Departamento de Saneamento
06.02.17.512.0042.1020.4.4.9.0.51.00 Obras e Instalações R$ 50.000,00
9.001-Sec. Mun. de Obras, Transportes e Serviços
09.01.15.451.0018.1037.4.4.9.0.51.00 Obras e Instalações R$ 100.000,00
09.01.26.782.0012.1033.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 100.000,00

TOTAL GERAL: R$ 400.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT, 01 de Março de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

DECRETO Nº. 035/2010.
Data de 01 de Abril de 2010.

SÚMULA: "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido na Lei Municipal n°. 419/2009, e em consonância com a Lei Federal n°. 4.320/64.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R$ 160.000,00 (Cento e Sessenta mil reais) a serem consignados nas seguintes dotações:

06.001-Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.302.0033.2030.3.3.9.0.30.00 Material de Consumo R$ 45.000,00
06.01.10.305.0036.2031.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 15.000,00
06.01.10.301.0032.2029.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 10.000,00
06.01.10.302.0033.2030.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.000,00
06.01.10.301.0032.2029.3.3.9.0.30.00 Material de Consumo R$ 15.000,00
06.01.10.302.0033.2030.3.3.9.0.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 10.000,00
06.01.10.302.0033.2030.3.3.9.0.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção R$ 12.000,00
08.001-Fundo Municipal de Assistência Social
08.01.08.244.0041.2038.3.3.9.0.30.00 Material de Consumo R$ 17.000,00
08.01.08.243.0041.2047.3.3.9.0.30.00 Material de Consumo R$ 9.000,00
08.01.08.244.0041.2038.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 20.000,00
08.01.08.243.0041.2046.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 2.000,00

TOTAL GERAL: R$ 160.000,00

Artigo 2º - Para amparar o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos mencionados no artigo 43, inciso I a IV da lei federal 4.320/1964, proveniente de anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

06.001-Fundo Municipal de Saúde
06.01.10.301.0030.1019.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 10.000,00
06.01.10.301.0030.2026.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 50.000,00
07.001-Sec. Mun. Agricult. Pec. Meio Ambiente e Turismo
07.01.20.606.0040.1025.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Material Permanente R$ 50.000,00

Av. Antonio Joaquim de Azevedo, 45, Centro, Paço Municipal,
CEP: 78593-000 - Fone: (66) 3597-1144 /Fax: 3597-1100
e-mail: prefeitura@novamonteverde.mt.gov.br
www.novamonteverde.mt.gov.br

Prefeitura de NOVA MONTE VERDE *Cuidando da Nossa Gente*

08.002-Fundo Municipal de Investimento Social
08.02.16.482.0009.1030.4.4.9.0.51.00 Obras e Instalações R$ 50.000,00

TOTAL GERAL: R$ 160.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT, 08 de Abril de 2010.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal Nova Olímpia

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO N.º 012/2010

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA GILENE DE LIMA QUEIROZ & CIA LTDA.
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO ALTERAR A CLAUSULA SEXTA - PRAZO DE EXECUÇÃO, DO TERMO DE CONTRATO N.º 005/2010, QUE PASSA TER A SEGUINTE REDAÇÃO: CLAUSULA SEXTA – PRAZO DE EXECUÇÃO - O PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO PRESENTE CONTRATO SERÁ DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CORRIDOS.
DATA: 29/04/2010

DR. FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO N.º 013/2010

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT E A EMPRESA COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOVA OLIMPIA-MT
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO ALTERAR A CLAUSULA TERCEIRA - VALOR, DO TERMO DE CONTRATO N.º 004/2010, DEVIDO O AUMENTO DOS QUANTITATIVOS DOS ITENS 03, 10, 11, 13, 18, 19 E 21.
DATA: 06/07/2010

DR. FRANCISCO SOARES DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Novo Mundo

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº007/2010.

O PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de **PREGÃO Nº 007/2010**, objetivando a aquisição de peças para maquinas e veículos das Secretárias de Obras, Saúde e Educação do município de Novo Mundo - MT.

Os interessados poderão retirar a integra deste Edital de Pregão na sala CPL na sede do Município de Novo Mundo, sito a Rua Nunes Freire, nº 13, centro, no horário das 12:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta – feira, ou ainda através do site oficial do Município www.novomundo.mt.gov.br

A Sessão Pública para recebimento das propostas ocorrerá às 13:00 horas do dia 21 de julho de 2010.

Sala da CPL, Novo Mundo - MT, 06 de julho de 2010.

Vilmar Bosa
Pregoeiro

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº008/2010.

O PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de **PREGÃO Nº 008/2010**, objetivando a aquisição de peças e serviços de retifica de motores das máquinas e veículos da frota das Secretárias de Obras, Educação e Saúde do município de Novo Mundo - MT.

Os interessados poderão retirar a integra deste Edital de Pregão na sala CPL na sede do Município de Novo Mundo, sito a Rua Nunes Freire, nº 13, centro, no horário das 12:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta – feira, ou ainda através do site oficial do Município www.novomundo.mt.gov.br

A Sessão Pública para recebimento das propostas ocorrerá às 14:00 horas do dia 21 de julho de 2010.

Sala da CPL, Novo Mundo - MT, 06 de julho de 2010.

Vilmar Bosa
Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial n° 006/2010

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2010, realizado no dia 06/07/2010 às 14h00min, obteve o seguinte resultado:

A Empresa ALIVIAR ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA - EPP, sagrou-se vencedora totalizando proposta global no valor de R$ 92.100,00 (Noventa e Dois Mil e Cem Reais).

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 13, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo/MT, 06 de julho de 2010

VILMAR BOSA
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Paranatinga

CTBS4200

SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
FUNDO MUN PREV SOCIAL SERVIDORES DE PARANATINGA
ANEXO II
BALANCETE DE VERIFICACAO DO SISTEMA Financeiro
Modelo Ágili
Junho /2010

Data: 30/06/2010
Hora: 07:59:04
Pag.: 001

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
2	SISTEMA FINANCEIRO								
2.00	DISPONIVEL								
2.00.000	CAIXA			2.609,27	15.913,39	2.609,27	15.913,39		
2.00.001	DISPONIVEL EM BANCOS								
2.00.001.001	CONTAS MOVIMENTO								
2.00.001.001.001	PARANATINGA PREV - C/C 6.481-5	2.750.132,77		92.568,21	647.255,56	37.709,52	453.911,32	2.804.991,46	
2.00.001.001.002	PARANATINGA-PREV - C/C 60153-2	1.235.631,30		11.565,13	309.493,16	1.442,87	3.010,68	1.245.753,56	
2.00.001.001.003	CEF - C/C 161-6 - PPREV MOV	53.354,57		12.191,05	93.798,17	5.426,44	33.678,99	60.119,18	
	TOTAL DO GRUPO	4.039.118,64		118.933,66	1.066.460,28	47.188,10	506.514,38	4.110.864,20	
	SALDO DO GRUPO	4.039.118,64		118.933,66	1.066.460,28	47.188,10	506.514,38	4.110.864,20	
2.07	MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO								
2.07.001	DEPOSITOS								
2.07.001.002	Depositos - I.R.R.F			87,43	267,43	87,43	267,43		
2.07.001.004	Depositos - ISSQN			223,50	1.173,00	223,50	1.173,00		
2.07.002	DEBITOS DE TESOURARIA								
2.07.002.001	Depositos de Convenios - SINDICATO			455,28	1.132,89	455,28	1.132,89		
2.07.002.002	Depositos - Banco Paulista			373,07	1.782,20	373,07	1.782,20		
2.07.002.003	Depositos - Banco BV			172,40	1.960,94	172,40	1.960,94		
2.07.002.004	Depositos - CONSIG CAIXA ECON FEDERAL		179,54	1.442,87	3.016,92	1.263,33	3.016,92		
2.07.002.005	Depositos - CONSIG BANCO DO BRASIL			194,18	388,36	194,18	388,36		
2.07.004	RESTOS A PAGAR								
2.07.004.001	RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS								
2.07.004.001.001	RESTOS A PAGAR 2009 - PROCESSADOS				1.497,11				
	TOTAL DO GRUPO		179,54	2.948,73	11.218,85	2.769,19	9.721,74		
	SALDO DO GRUPO		179,54	2.948,73	11.218,85	2.769,19	9.721,74		
2.11	DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR								
2.11.001	DESPESAS A PAGAR - PROCESSADAS		28.198,36	35.649,53	158.059,41	35.925,78	186.534,02		28.474,61
2.11.002	DESPESAS A PAGAR - NAO PROCESSADAS		32.720,00	35.925,78	186.534,02	31.635,78	214.964,02		28.430,00
	TOTAL DO GRUPO		60.918,36	71.575,31	344.593,43	67.561,56	401.498,04		56.904,61
	SALDO DO GRUPO		60.918,36	71.575,31	344.593,43	67.561,56	401.498,04		56.904,61
2.15	RECEITA REALIZADA								
2.15.012	RECEITA DE CONTRIBUICOES		249.199,19			40.817,97	290.017,16		290.017,16
2.15.013	RECEITA PATRIMONIAL		114.816,92			27.527,29	142.344,21		142.344,21
2.15.072	RECEITAS DE CONTRIBUICOES - OPERACOES INTRAORCAMEN		247.911,68			39.229,37	287.141,05		287.141,05
	TOTAL DO GRUPO		611.927,79			107.574,63	719.502,42		719.502,42
	SALDO DO GRUPO		611.927,79			107.574,63	719.502,42		719.502,42
2.16	DESPESA EMPENHADA								
2.16.009	PREVIDENCIA SOCIAL	183.328,24		31.635,78	214.964,02			214.964,02	
	TOTAL DO GRUPO	183.328,24		31.635,78	214.964,02			214.964,02	
	SALDO DO GRUPO	183.328,24		31.635,78	214.964,02			214.964,02	
2.18	SALDOS DE EXERCICIO ANTERIOR								
2.18.001	SALDO ANTERIOR - CONTAS MOVIMENTO E VINCULADAS		3.550.918,30						3.550.918,30
	TOTAL DO GRUPO		3.550.918,30						3.550.918,30
	SALDO DO GRUPO		3.550.918,30						3.550.918,30
2.19	SALDOS EXTRA-ORCAMENTARIO DE EXERCICIO ANTERIOR								
2.19.999	SALDOANTERIOR - CONTAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.497,11						1.497,11	
	TOTAL DO GRUPO	1.497,11						1.497,11	
	SALDO DO GRUPO	1.497,11						1.497,11	
	TOTAL GERAL	4.223.943,99	4.223.943,99	225.093,48	1.637.236,58	225.093,48	1.637.236,58	4.327.325,33	4.327.325,33

RICARDO DA SILVA LIMA
Diretor Executivo

SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Contador - CRC 006413/0-0 MT

CTBS4200

SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
FUNDO MUN PREV SOCIAL SERVIDORES DE PARANATINGA
ANEXO III
BALANCETE DE VERIFICACAO DO SISTEMA Orçamentário
Modelo Ágili
Junho /2010

Data: 30/06/2010
Hora: 07:59:04
Pag.: 001

CODIGOS	CONTAS	SALDOS ANTERIORES		MOVIMENTO A DEBITO		MOVIMENTO A CREDITO		SALDOS ATUAIS	
		DEBITO	CREDITO	NO MES	ATE O MES	NO MES	ATE O MES	DEBITO	CREDITO
1	SISTEMA ORCAMENTARIO								
1.00	RECEITA PREVISTA								
1.00.012	RECEITA DE CONTRIBUICOES	564.341,00			564.341,00			564.341,00	
1.00.013	RECEITA PATRIMONIAL	191.223,00			191.223,00			191.223,00	
1.00.019	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.478,00			2.478,00			2.478,00	
1.00.072	RECEITAS DE CONTRIBUICOES - OPERACOES INTRAORCAMEN	555.964,00			555.964,00			555.964,00	
	TOTAL DO GRUPO	1.314.006,00			1.314.006,00			1.314.006,00	
	SALDO DO GRUPO	1.314.006,00			1.314.006,00			1.314.006,00	
1.01	DESPESA PREVISTA								
1.01.009	PREVIDENCIA SOCIAL		1.314.006,00		43.000,00		1.357.006,00		1.314.006,00
	TOTAL DO GRUPO		1.314.006,00		43.000,00		1.357.006,00		1.314.006,00
	SALDO DO GRUPO		1.314.006,00		43.000,00		1.357.006,00		1.314.006,00
1.02	CREDITOS ADICIONAIS								
1.02.000	CREDITOS SUPLEMENTARES	43.000,00			43.000,00			43.000,00	
	TOTAL DO GRUPO	43.000,00			43.000,00			43.000,00	
	SALDO DO GRUPO	43.000,00			43.000,00			43.000,00	
1.03	DESPESA EMPENHADA								
1.03.009	PREVIDENCIA SOCIAL	183.328,24		31.635,78	214.964,02			214.964,02	
	TOTAL DO GRUPO	183.328,24		31.635,78	214.964,02			214.964,02	
	SALDO DO GRUPO	183.328,24		31.635,78	214.964,02			214.964,02	
1.05	DESPESA LIQUIDADA								
1.05.009	PREVIDENCIA SOCIAL	150.608,24		35.925,78	186.534,02			186.534,02	
	TOTAL DO GRUPO	150.608,24		35.925,78	186.534,02			186.534,02	
	SALDO DO GRUPO	150.608,24		35.925,78	186.534,02			186.534,02	
1.06	RECEITA REALIZADA								
1.06.012	RECEITA DE CONTRIBUICOES		249.199,19			40.817,97	290.017,16		290.017,16
1.06.013	RECEITA PATRIMONIAL		114.816,92			27.527,29	142.344,21		142.344,21
1.06.072	RECEITAS DE CONTRIBUICOES - OPERACOES INTRAORCAMEN		247.911,68			39.229,37	287.141,05		287.141,05
	TOTAL DO GRUPO		611.927,79			107.574,63	719.502,42		719.502,42
	SALDO DO GRUPO		611.927,79			107.574,63	719.502,42		719.502,42
1.07	DESPESA REALIZADA								
1.07.009	PREVIDENCIA SOCIAL	122.409,88		35.649,53	158.059,41			158.059,41	
	TOTAL DO GRUPO	122.409,88		35.649,53	158.059,41			158.059,41	
	SALDO DO GRUPO	122.409,88		35.649,53	158.059,41			158.059,41	
1.08	CONTRAPARTIDAS SINTETICAS								
1.08.000	PREVISAO ORCAMENTARIA				1.314.006,00		1.314.006,00		
1.08.001	REDUCAO ORCAMENTARIA		43.000,00				43.000,00		43.000,00
1.08.002	EMPENHO DA DESPESA		183.328,24			31.635,78	214.964,02		214.964,02
1.08.004	EXECUCAO ORCAMENTARIA	489.517,91		107.574,63	719.502,42	35.649,53	158.059,41	561.443,01	
1.08.006	LIQUIDACAO DE EMPENHOS		150.608,24			35.925,78	186.534,02		186.534,02
	TOTAL DO GRUPO	489.517,91	376.936,48	107.574,63	2.033.508,42	103.211,09	1.916.563,45	561.443,01	444.498,04
	SALDO DO GRUPO	112.581,43		107.574,63	2.033.508,42	103.211,09	1.916.563,45	116.944,97	
	TOTAL GERAL	2.302.870,27	2.302.870,27	210.785,72	3.993.071,87	210.785,72	3.993.071,87	2.478.006,46	2.478.006,46

RICARDO DA SILVA LIMA
Diretor Executivo

SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Contador - CRC 006413/0-0 MT

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

DECRETO Nº 041, DE 02 DE JULHO DE 2010
"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **SINVALDO SANTOS BRITO**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o disposto no Edital referente ao Processo Licitatório - Modalidade Pregão Presencial nº 16/2010 qual reserva o direito do Prefeito Municipal anular ou revogar no todo ou em parte da licitação, na forma do artigo 49 da Lei 8.666/93;

Considerando que as propostas apresentadas na sessão do certame 09/2010 - Pregão Presencial o certame no dia 05 de Maio de 2010 cujo objeto era **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, FUNILARIA, PINTURA, PARTE ELÉTRICA, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE CABINE, CARROCERIA, E SOLDA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE RODOVIÁRIO; ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE E SANEAMENTO**, continham valores divergentes com o valor estimado com o valor estimado pelo Departamento de Compras;

Considerando que a licitação em epígrafe não atendeu a necessidade desta Administração;

D E C R E T A

Art.1º - Fica Declarado REVOGADO, o Processo Licitatório - Modalidade Pregão Presencial nº 16/2010, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93.

Art.2º - Fica determinado a cessação imediata de todos efeitos relacionados ao Processo Licitatório de que trata o presente Decreto.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 02 de Julho de 2010.

Sinvaldo Santos Brito
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 012/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: CONSTRUTORA DELUKS LTDA-ME

I – FUNDAMENTO LEGAL.

O presente instrumento de termo aditivo é proveniente do termo de contrato nº 012/2010, oriundo do Processo de Licitação Modalidade Tomada de Preços nº 001/2010, cujo objeto é a *Contratação de empresa do ramo para a execução de obras de construção de um Centro de Múltiplo uso para o Município Peixoto de Azevedo – MT, conforme convênio nº 1437/MDS/2006 e projetos, planilhas quantitativas, cronogramas e memoriais descritivos*. Fundamenta-se o presente instrumento no Art. 57, § 1°, I, da Lei Federal 8.666/93 de 21.06.93 alterada pelas leis 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.98.

II – DA ALTERAÇÃO.

Fica alterada a Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA, do contrato nº 012/2010, passando a sua vigência a vigorar até a data de **30/10/2010,** em virtudes de superveniência de fatos imprevistos estranho à vontade das partes.

Peixoto de Azevedo, 01 de Junho de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 049 /2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIO LTDA.***
***O presente Contrato objetiva CONTRATADA*, AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 0298667-45/2009 MAPA/CAIXA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESSA ADMINISTRAÇÃO CONFORME ANEXO.**
O valor **R$ 45.850,00** *(quarenta e cinco mil oitocentos e cinqüenta reais). O prazo de vigência do presente Contrato será de 7/06/2010 a 30/9/2010.*

Órgão 09	SEC. MUN. AGRICULTURA IND. E COMERCIO	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO
Função 20	AGRICULTURA	
Subfunção	301	ATENCAO BASICA
Programa	0016	GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA
Proj./Ativ.	1136	AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA
Dotação	442	4490.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Peixoto de Azevedo-MT, 07 de Junho de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 050 /2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia – Colíder – MT.**
Objeto o presente termo á consecução das ações prevista na **Lei Municipal nº. 767/2010** e em consonância com o Titulo I, Art. 3º do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DA AMAZÔNIA.

Do Valor *de* **R$ 45.000,00** (Quarenta e Cinco Mil Reais).

O prazo de vigência deste Contrato será até 31/12/2010..

ORGÃO: 12-SEC. MUN. DE TRANSPORTE RODOVIARIO
UNID. ORÇAM.: 001- GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE
FUNÇÃO: 26- TRANSPORTE
SUBFUNÇÃO: 782- TRANSPORTE RODOVIÁRIO
PROGRAMA: 0022- DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO
PROJETO: 2.099- Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DA AMAZÔNIA.

CCÓDIGO	RRED	ELEMENTO DE DESPESA	RECURSOS PROPR.	TRANSF.	OUTROS	TOTAL
3370.41.00		CONTRIBUIÇÕES	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00

Peixoto de Azevedo-MT, 07 de Junho de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 051 /2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***SUPERMERCADO BOERI LTDA***
AQUISIÇÃO DE REGISTRO PARA BOTIJÃO DE GAS E RECARGAS DE GAS DE COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA ADMINISTRAÇÃO

R$ 25.246,00 *(vinte e cinco mil duzentos e quarenta e seis reais)*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 09/06/2010 á 09/11/2010.

Órgão 04	SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO	
Unidade	001	GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
Função 04	ADMINISTRACAO	
Subfunção	122	AMINISTRACAO GERAL
Programa	0002	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ.	2008	MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação	72	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 07	SEC. MUN. DE SAUDE	
Unidade	001	FUNDO MUN. DE SAUDE
Função 10	SAUDE	
Subfunção	304	VIGILANCIA SANITARIA
Programa	0013	VIGILANCIA EM SAUDE
Proj./Ativ.	2047	MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA
Dotação	180	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 07	SEC. MUN. DE SAUDE	
Unidade	001	FUNDO MUN. DE SAUDE
Função 10	SAUDE	
Subfunção	302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	0011	ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Proj./Ativ.	2043	MANUTENCAO DO CAPS
Dotação	214	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 07 SEC. MUN. DE SAUDE

Unidade 001 FUNDO MUN. DE SAUDE
Função10 SAUDE
Subfunção 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 0011 ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Proj./Ativ. 2041 MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL
Dotação 227 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 07 SEC. MUN. DE SAUDE
Unidade 001 FUNDO MUN. DE SAUDE
Função10 SAUDE
Subfunção 301 ATENCAO BASICA
Programa 0010 ATENCAO BASICA A SAUDE
Proj./Ativ. 2036 MANUTENCAO E ENCARGOS SAUDE DA FAMILIA - PSF
Dotação 202 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade 006 FUNDEB FUNDO EDUC. BASICA 40
Função12 EDUCACAO
Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 0005 EDUCACAO BASICA
Proj./Ativ. 2021 MANUT. ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL 40
Dotação 303 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 08 SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função08 ASSISTENCIA SOCIAL
Subfunção 122 ADMINISTRACAO GERAL
Programa 0015 ASSISTENCIA
Proj./Ativ. 2051 MANUT. ENCARG. ATIV. SEC. ASSIST. SOCIAL
Dotação 419 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 11 SEC. MUN. OBRAS E SERVICOS URBANOS
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função04 ADMINISTRACAO
Subfunção 122 ADMINISTRACAO GERAL
Programa 0002 ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2008 MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação 579 3390.36 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 12 SEC. MUN. TRANSPORTE RODOVIARIO
Unidade 001 GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE
Função04 ADMINISTRACAO
Subfunção 122 ADMINISTRACAO GERAL
Programa 0002 ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2008 MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA

Dotação 592 3390.36 MATERIAL DE CONSUMO
Órgão 13 SEC. MUN. ESPORTES E LAZER
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função27 DESPORTO E LAZER
Subfunção 812 DESPORTO COMUNITARIO
Programa 0023 DESPORTO E LAZER
Proj./Ativ. 2094 IMPLANTACAO MANUT. SEC. DE ESPORTES E LAZER
Dotação 614 3390.36 MATERIAL DE CONSUMO

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de Junho de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 052 /2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **CRISTINA ROSANA DIAS DONA**
A locação de um imóvel urbano, localizado 'as margens da MT 322,Distrito União do Norte, neste Município,constituídos pelos lotes de nº 01 a 16, da quadra 54,com área de 6.000 m2 (seis mil metros quadrados), tendo com benfeitoria 01 (uma) construção em alvenaria forrada, com cobertura de amianto medindo 80 M2, contendo 01 (um) banheiro, 02 (dois) quartos, 02(duas) salas e 01 (uma) área externa; 01 (um) barracão de madeira sem forro, com cobertura de telha de amianto, mediando 120 M2, contendo 02 (dois) depósitos; 01 (um) alojamento de madeira sem forro, com cobertura de telha de amianto medindo 150M2, contendo 01 (uma) cozinha, 01(um) refeitório, 02(dois) banheiros e 02 (dois) quartos; 01 (um) poço d´ água tipo cisterna, cercado por cerca de mourão de madeira e arame farpado e 01 (um) padrão de energia trifásico, conforme planta baixa, memorial descritivo e escritura pública de Cessão de Direitos Possessórios, constante no processo em epígrafe e proposta apresentada**,** para funcionamento da garagem de ônibus escolares, no Distrito União do Norte, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Do Valor R$ 12.000,00 (doze mil reais).
O prazo de vigência do presente contrato, terá como termo inicial em 11/06/2010 e termo final na data de 31/12/2010.
Órgão 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade 006 FUNDEB FUNDO EDUC. BASICA 40
Função12 EDUCACAO
Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ. 2021 MANUT. ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL 40%
Dotação 305 3390.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA

Peixoto de Azevedo-MT, 11 de Junho de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 053 /2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: A. R. FARIAS & CIA LTDA - ME
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.
R$ R$ 25.908,00 *(cento e oitenta e três mil trezentos e noventa e um reis e quarenta e nove centavos)*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 11/06/2010 á 31/12/2010.
Órgão 13 SEC. MUN. ESPORTES E LAZER
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função27 DESPORTO E LAZER
Subfunção 812 DESPORTO COMUNITARIO
Programa 0023 DESPORTO E LAZER
Proj./Ativ. 2080 APOIO A REALIZACAO E PARTICIPACAO DE EVENTOS
Dotação 627 3390.39 OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA

PEIXOTO DE AZEVEDO – -MT, 11 de Junho de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 054 /2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **Tatiana Siqueira Santiago - ME**
O presente Contrato objetiva o fornecimento, pela ***CONTRATADA****, Peças para Manutenção de Veículos e Maquinas conforme ordem de fornecimento anexos:* **R$ 183.391,49***(cento e oitenta e três mil trezentos e noventa e um reis e quarenta e nove centavos)*
A *vigência do presente Contrato será de 11/06/2010 á 31/11/2010*.

Órgão 04 SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO
Unidade 001 GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
Função04 ADMINISTRACAO
Subfunção 122 AMINISTRACAO GERAL
Programa 0002 ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2008 MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação 72 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO
VALOR R$ 1.341,01
Órgão 08 SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função08 ASSISTENCIA SOCIAL
Subfunção 122 ADMINISTRACAO GERAL
Programa 0015 ASSISTENCIA
Proj./Ativ. 2051 MANUT. ENCARG. ATIV. SEC. ASSIST. SOCIAL
Dotação 419 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO
VALOR R$ 1.447,05
Órgão 11 SEC. MUN. OBRAS E SERVICOS URBANOS
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função04 ADMINISTRACAO
Subfunção 122 ADMINISTRACAO GERAL
Programa 0002 ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2008 MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação 579 3390.36 MATERIAL DE CONSUMO
VALOR R$ 5.560,68

Órgão 05 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função04 ADMINISTRACAO
Subfunção 122 AMINISTRACAO GERAL
Programa 0002 ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2008 MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação 59 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO
VALOR R$ 1.831,13

Órgão 12 SEC. MUN. TRANSPORTE RODOVIARIO
Unidade 001 GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE
Função04 ADMINISTRACAO
Subfunção 122 ADMINISTRACAO GERAL
Programa 0002 ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2008 MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação 592 3390.36 MATERIAL DE CONSUMO
VALOR R$ 61.009,68

Órgão 12 SEC. MUN. TRANSPORTE RODOVIARIO
Unidade 001 GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE
Função26 TRANSPORTE
Subfunção 782 TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa 0022 DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO
Proj./Ativ. 1152 AQUISICAO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
Dotação 608 4490.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR R$ 5.680,00

Órgão 07 SEC. MUN. DE SAUDE
Unidade 001 FUNDO MUN. DE SAUDE
Função10 SAUDE
Subfunção 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 0011 ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Proj./Ativ. 2044 MANUTENCAO AMBULANCIA E VEICULOS SAUDE
Dotação 217 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO
VALOR R$ 25.739,71

Órgão 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade 006 FUNDEB FUNDO EDUC. BASICA 40
Função12 EDUCACAO
Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 0005 EDUCACAO BASICA
Proj./Ativ. 2021 MANUT. ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL 40
Dotação 303 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO
VALOR R$ 80.782,23

PEIXOTO DE AZEVEDO – -MT, 11 de Junho de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 055 /2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **G. R. DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA -ME**
O presente Contrato objetiva o fornecimento, pela **CONTRATADA**, Peças para Manutenção de Veículos e Maquinas conforme ordem de fornecimento anexo:

O Valor R$ 194.269,64 *(cento e noventa e quatro mil duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos)*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 11/06/2010 á 30/11/2010.

Órgão 04 SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO
Unidade 001 GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
Função04 ADMINISTRACAO
Subfunção 122 AMINISTRACAO GERAL
Programa 0002 ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2008 MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação 72 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 08 SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função08 ASSISTENCIA SOCIAL
Subfunção 122 ADMINISTRACAO GERAL
Programa 0015 ASSISTENCIA
Proj./Ativ. 2051 MANUT. ENCARG. ATIV. SEC. ASSIST. SOCIAL
Dotação 419 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 11 SEC. MUN. OBRAS E SERVICOS URBANOS
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função04 ADMINISTRACAO
Subfunção 122 ADMINISTRACAO GERAL
Programa 0002 ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2008 MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação 579 3390.36 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 12 SEC. MUN. TRANSPORTE RODOVIARIO
Unidade 001 GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE
Função04 ADMINISTRACAO
Subfunção 122 ADMINISTRACAO GERAL
Programa 0002 ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2008 MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação 592 3390.36 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 07 SEC. MUN. DE SAUDE
Unidade 001 FUNDO MUN. DE SAUDE
Função10 SAUDE
Subfunção 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa 0011 ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Proj./Ativ. 2044 MANUTENCAO AMBULANCIA E VEICULOS SAUDE
Dotação 217 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Órgão 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade 006 FUNDEB FUNDO EDUC. BASICA 40
Função12 EDUCACAO
Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 0005 EDUCACAO BASICA
Proj./Ativ. 2021 MANUT. ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL 40
Dotação 303 3390.30 MATERIAL DE CONSUMO

Peixoto de Azevedo MT, 11 de Junho de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 056/2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***ITACIARA MOTORS LTDA***
OBJETO, *O presente Contrato objetiva o fornecimento, pela* ***CONTRATADA****, DE* 1 VEICULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER, 1 VEICULO PARA SECRETARIA DE SAÚDE"CONFORME DESCRIMINADO ABAIXO:

Veículo utilitário, quatro portas;
Ar condicionado;
Direção Hidráulica;
Vidros, travas e retrovisores elétricos;
Câmbio mecânico de 05 velocidades á frete e 01 ré
Tração: 4x4 e 4x4 e 4x4 reduzida manual;
Potência: 121 cv motor 2,5L;
Capacidade para 05 (cinco) passageiros;
Tanque de combustível: capacidade de 75 litros;
Combustível; Diesel;
Faróis de Neblina
Banco em tecido
Direção/ volante com regulagem de altura
Ano/modelo: 2010/2010
Rodas de liga leve aro 16
Protetor de Caçamba e Som

01 Veículos tipo Utilitário, Marca Mitsubishi, Modelo L200 Outdoor Obrigatório:
Veículo utilitário, quatro portas;
Ar condicionado;
Direção Hidráulica;2,5L;
Capacidade para 05 (cinco) passageiros;
Tanque de combustível: capacidade de 75 litros;
Combustível; Diesel;
Faróis de Neblina
Banco em tecido

Direção/ volante com regulagem de altura
Ano/modelo: 2010/2010
Rodas de liga leve aro 16

R$ 164.350,00 *(cento e sessenta e quatro mil trezentos e quarenta reais)*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 23/04/2010 *á 31/12/ 2010*

Órgão 07 SEC. MUN. DE SAUDE
Unidade 001 FUNDO MUN. DE SAUDE
Função10 SAUDE
Subfunção 301 ATENCAO BASICA
Programa 0010 ATENCAO BASICA A SAUDE
Proj./Ativ. 1120 AQUIS. EQUIPAMNTO E MATERIAL PERMANETE P/ PSF
Dotação 153 4490.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Órgão 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade 002 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Função12 EDUCACAO
Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 0005 EDUCACAO BASICA
Proj./Ativ. 2019 MANUTENCAO SALARIO EDUCACAO
Dotação 253 4490.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Peixoto de Azevedo – MT., 17 de Junho de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 057/2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***ITACIARA MOTORS LTDA***

AQUISIÇÃO DE 1 VEICULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 0310104-09/2009/MDA/CAIXA, CONFORME DESCRIMINADO ABAIXO:

01 Veículos tipo Utilitário, Marca Mitsubishi, Modelo L200 Outdoor Obrigatório:
Veículo utilitário, quatro portas;
Ar condicionado;
Direção Hidráulica;
Vidros, travas e retrovisores elétricos;
Câmbio mecânico de 05 velocidades á frete e 01 ré
Tração: 4x4 e 4x4 e 4x4 reduzida manual;
Potência: 121 cv motor 2,5L;
Capacidade para 05 (cinco) passageiros;
Tanque de combustível: capacidade de 75 litros;
Combustível; Diesel;
Faróis de Neblina
Banco em tecido
Direção/ volante com regulagem de altura
Ano/modelo: 2010/2010
Rodas de liga leve aro 16

Valor do presente contrato e de **R$ 81.850,00***(oitenta e um mil oitocentos e cinqüenta reais).*

O prazo de vigência do presente Contrato será de 17/06/2010 á 31/08/ 2010

Órgão 09 SEC. MUN. AGRICULTURA IND. E COMERCIO
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função20 AGRICULTURA
Subfunção 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL
Programa 0016 GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA
Proj./Ativ. 1135 AQUISICAO DE VEICULOS PARA APOIAR PRODUCAO RURAL
Dotação 441 4490.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Peixoto de Azevedo-MT, 17 de Junho 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 058/2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***BRESSAN LAMONATTO E CIA LTDA***
O presente Contrato objetiva o fornecimento, pela ***CONTRATADA****,* DE 1 VEICULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER, CONFORME DESCRIMINADO ABAIXO:

01 Veículos tipo Caminhonete Chevrolet, Modelo colina
Cabine Simples 4x4, Cor Preto Liszt
Ar condicionado;
Direção Hidráulica;
Cambio mecânico;
Combustível Diesel
Trio elétrico;
Faróis de Neblina
Acionamento Eletrônico da Tração 4x4 por botão
Controle anti-deslizante das rodas Tradtrac-Lock, Abs nas 4 rodas;
Ano 2010/modelo 2010

O valor **R$ 83.100,00 (***oitenta e três mil e cem reais).*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 17/06/2010 á 31/08/ 2010

Órgão 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade 002 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Função12 EDUCACAO
Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 0005 EDUCACAO BASICA
Proj./Ativ. 2019 MANUTENCAO SALARIO EDUCACAO
Dotação 253 4490.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Peixoto de Azevedo-MT, 17 de Junho 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 059/2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***AVECAM AMAZONAS DISTRIBUIDOR DE CAMINHÕES LTDA***
O presente Contrato objetiva o fornecimento, pela ***CONTRATADA****,* DE 1 VEICULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER, CONFORME DESCRIMINADO ABAIXO:

01 Veículos tipo Caminhão
Marca Ford
Modelo: F 4000 RT03 4x4 equipada com furgão de alumínio;
Ano Fabricação 2010-
Potencia de 120CV;
Motor Cummins 4 BTA EURO III 120 cv;
Transmissão ZF Modelo S5-420 Manual de 5 marchas á frente e 1 á ré;
Embreagem Luk;
Eixo dianteiro (quatro na tração 4x4) 4,10:1;
Eixo traseiro motriz DANA 60/80, redução 4,10;1 (com blocante track-lok)
Suspensão traseira e dianteira: eixo rígido
Distancia entre eixos de 4,181mm;
Comprimento total de 6.318mm;
Largura de 2.023mm;
Carga útil mais carroceria de 3.775kg;
Rodas: 06 rodas em aço estapado 5.5 x16,00 e pneus 7,50rx16 – incluído estepe
Capacidade para 02 passageiros e 1 motorista;
Direção hidráulica;
Furgão de alumínio para carga seca, marca galego com as seguintes especificações;
Feito em chapa de alumínio corrugada de 0.8mm, para transporte de carga seca; comprimento de 4.00; largura 2.3 e altura de 2,30 m; assoalho em compensado naval de 16mm, teto de alumínio liso de 0,8 em folha inteira ; fueiros internos de alumínio com ripamento de madeira ficados com rebite; 01 porta lateral com escada fixa; 02 portas traseiras, escada traseira embutida;componentes de instalação; caixa para ferramentas, para- lama, para- choque do INMETRO;
Faixas refletivas, iluminação interna e sinalizadora e instalação**.**
O valor **R$ 129.800,00 (***cento e vinte nove mil e oitocentos reais)*

*O prazo de vigência do presente Contrato será de 17/06/2010 á 31/08/ 2010***.**

Órgão 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade 002 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Função12 EDUCACAO
Subfunção 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa 0005 EDUCACAO BASICA
Proj./Ativ. 2019 MANUTENCAO SALARIO EDUCACAO
Dotação 253 4490.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Peixoto de Azevedo-MT, 17 de Junho de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 060/2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **Adi Informática Ltda**
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E ELETRO ELETRONICOS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 0310104-09/2009/ MDA/CAIXA PARA ATEDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMERCIO"
O valor **R$ R$ 15.127,00** *(quinze mil e cento e vinte e sete reais).*

*O prazo de vigência do presente Contrato será de 17/06/2010 á 31/08/ 2010***.**
Órgão 09 Secretaria Municipal Agricultura Ind. e Comércio
Unidade 001 Gabinete do Secretário
Função20 Agricultura
Subfunção 122 Administração Geral
Proj./Ativ. 1008 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
Dotação 431 4490.52 Equipamentos e Material Permanente

Peixoto de Azevedo-MT, 17 de Junho de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 061/2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: **HERON- ENGENHARIA, CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE OBRA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE: OBRAS DE ***EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA*** – **Drenagem** : Rua Getulio Vargas (Parcial), Travessa Urânia, Travessa Castanhal, Travessa Catanduva, Travessa Pompéia, Travessa Custódia, Travessa Marília, Rua Pedro Álvares Cabral, Rua Eurico Dutra, Rua José Linhares, Rua Garrastazu Médice, Rua Arthur Bernardes, Rua Epitácio, Rua Juscelino Kubistchek, Rua Delfim Moreira Neto, Rua Venceslau Braz, Travessa Bartolomeu Dias, Travessa Gaspar Lemos, Rua Costa e Silva, Rua Floriano Peixoto, Rua Prudente de Moraes, Rua Nereu Ramos, Rua Teotônio Vilela, Rua Oscar Travassos e Rua Zé Doca – **Pavimentação**: Rua Pedro Álvares Cabral (Parcial), Rua Eurico Dutra, Rua José Linhares, Rua Emílio Garrastazu Médice (Parcial), Rua Arthur Bernardes, Rua Epitácio Pessoa, Rua Juscelino Kubistchek (Parcial), Travessa Bartolomeu Dias, Travessa Gaspar Lemos, na sede do Município de Peixoto de Azevedo – MT,em conformidade com projeto executivo aprovado pela equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento do Centro Oeste – SCO/Ministério da Integração, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma fisico-financeiro, em anexo**..**

Do Valor R$ 2.427.911,84 (Dois Milhões Quatrocentos e Vinte e Sete Mil Novecentos e Onze Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

O prazo de vigência do contrato será de 360 (trezentos e sessenta dias) dias, com início a partir da assinatura do presente instrumento contratual, conforme estabelecido no Edital.
Órgão 11 SEC. MUN. OBRAS E SERVICOS URBANOS
Unidade 001 GABINETE DO SECRETARIO
Função15 URBANISMO
Subfunção 452 SERVIÇOS URBANOS
Programa 0020 DESENVOLVIMENTO URBANO
Proj./Ativ. 1142 PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM, CANALIZAÇÃO
Dotação 557 4490.51 OBRAS E ESTALAÇÕES

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de Junho de 2010.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2010 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE PARA A TENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL, LABORATORIO E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – PSFs, JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".** A empresa que apresentou proposta de preços e que na fase de lances verbais a empresa **FISTAROL & FISTAROL LTDA-ME,** com o **CNPJ n.º 07.514.720/0001-14,** sagrou se vencedora com o valor de **R$ 182.900,00** (cento e oitenta e dois mil novecentos reais)**.** Na fase de habilitação, os documentos foram conferidos, analisados e achados regulares, motivo que levou a concorrente a ser declarada **habilitada**. Peixoto de Azevedo-MT, 05 de Julho de 2010.

VANILZA R. CHAGAS
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Poconé

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2010

Termo de convênio nº 004/2010 referente a transferência de recursos financeiros para a **NAÇÃO PARA CRISTO NPC**, mensalmente, para desenvolvimento de atividades e manutenção de serviços da **A ONG "NAÇÃO PARA CRISTO"**, no valor global de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), divididos em 08 (oito) parcelas mensais no valor R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

CONVENENTES - MUNICIPIO DE POCONÉ – ESTADO DE MATO GROSSO , através da Secretaria Municipal de Ação Social, Emprego e Renda do Município de Poconé/MT.

OBJETO – Auxílio financeiro à **A ONG "NAÇÃO PARA CRISTO**, para desenvolvimento de atividades, tais como, campanhas sociais, cursos profissionalizantes, campanhas na área da Saúde bem como a manutenção de seus serviços.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – 03 de maio de 2010 à 31 de dezembro de 2010.

DATA E ASSINATURAS – Poconé/MT, 03 de maio de 2010. ***MUNICÍPIO DE POCONÉ pelo Prefeito Sr. CLÓVIS DAMIÃO MARTINS.*** **NAÇÃO PARA CRISTO – NPC**
pelo HUMBERTO MELO BOSAIPO SOBRINHO.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 243/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO S/A
Objeto: CLAÚSULA SEGUNDA: DO VALOR: Fica acrescido ao valor original do contrato que possui a quantia original no valor de R$ 127.605,80 (Cento e Vinte e Sete Mil, Seiscentos e Cinco Reais e Oitenta Centavos), o valor de R$ 31.901,45 (Trinta e Um Mil, Novecentos e Um Reais e Quarenta e Cinco Centavos), totalizando o valor de R$ 159.507,25 (Cento e Cinqüenta e Nove Mil, Quinhentos e Sete Reais e Vinte e Cinco Centavos). CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO: Fica estabelecido a prorrogação da vigência do contrato até a data de 31/05/2010. CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 0375 – 10.003.26.451.0027.1074-4490.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 060/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: RODRIGO ALEX DA SILVA PROENÇA
Objeto: CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica estabelecido a prorrogação do prazo de vigência do contrato pelo período de 01 de junho a 01 de outubro de 2010, podendo ser prorrogado deste que haja interesse público mediante Termo Aditivo. CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR: O valor a ser pago pela prorrogação do contrato será na quantia de R$ 2.448,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 062/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: EDMAR LUIZ DA COSTA ARRUDA
Objeto: CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica estabelecido a prorrogação do prazo de vigência contrato pelo período de 01 de junho a 01 de outubro de 2010, podendo ser prorrogado deste que haja interesse público mediante Termo Aditivo. CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR: O valor a ser pago pela prorrogação do contrato será na quantia de R$ 2.448,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais). CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 256 –

10.301.0021.2034.3.3.9.0.36.00.0 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 063/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: BENEDITO SANTANA RODRIGUES CUNHA
Objeto: CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: Fica estabelecido a prorrogação do prazo de vigência do contrato pelo período de 01 de junho a 01 de outubro de 2010. CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR: O valor a ser pago pela prorrogação do contrato será na quantia de R$ 2.448,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais). CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 256 – 10.301.0021.2034.3.3.9.0.36.00.0 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 193/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: IMPERTEC IMPERMEABILIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
Objeto: CLAÚSULA SEGUNDA: DO PRAZO: Fica estabelecido ao prazo original estabelecido para execução do objeto do contrato o acréscimo de mais 60 (sessenta) dias a contar da expedição da ordem de serviço.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 195/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: IMPERTEC IMPERMEABILIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
Objeto: CLAÚSULA SEGUNDA: DO PRAZO: Fica estabelecido ao prazo original para execução do objeto do contrato 195/2009, o acréscimo de mais 180 (cento e oitenta) dias a contar da expedição da ordem de serviço.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 137/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: BRITAGUIA LTDA
Objeto: CLAÚSULA SEGUNDA: DO PRAZO: Fica estabelecido ao prazo original estabelecido para compra do objeto do contrato, o acréscimo de mais 60 (sessenta) dias a contar da expedição da ordem de serviço.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 079/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: TERRAPLANAGEM CENTRO OESTE LTDA
Objeto: CLAÚSULA SEGUNDA: DO VALOR: Será acrescido ao valor original do contrato que possui a quantia de R$ 350.701,00 (Trezentos e cinquenta mil, setecentos e um reais), o valor de R$ 79.950,00 (setenta e nove mil, novecentos e cinqüenta reais), cujo, o valor global ficará na quantia de R$ 430.651,00 (quatrocentos e trinta mil, seiscentos e cinqüenta e um reais).

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 089/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: RODANTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA -ME
Objeto: CLAÚSULA SEGUNDA: DO VALOR: Será acrescido ao valor original do contrato que possui a quantia de R$ R$ 99.697,68 (noventa e nove mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos), o valor de R$ 24.425,73 (vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta três centavos), cujo, o valor global ficará na quantia de R$ 124.123,41 (cento e vinte quatro mil, cento e vinte e três reais e quarenta e um centavos).

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 096/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: RODOVIA, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
Objeto: CLAÚSULA SEGUNDA: DO VALOR: Será acrescido ao valor original do contrato que possui a quantia de R$ 314.783,28 (Trezentos e quatorze mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte oito centavos) o valor de R$ 76.764,29 (setenta e seis mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos), cujo, o valor global ficará na quantia de R$ 391.547,57 (Trezentos e noventa e um mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinqüenta e sete centavos).

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 241/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: MOACIR ESTEVES FERREIRA-ME
Objeto: CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica estabelecido a prorrogação da vigência do contrato pelo período de 04/01/2010 à 04/07/2010.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 249/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: MIKASA ENGENHARIA & COMERCIO LTDA
Objeto: CLAÚSULA PRIMEIRA: Onde se lê na Clausula Sexta – Do Prazo: O prazo para conclusão da obra será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do décimo dia, posterior a data da emissão da Ordem de Serviço, a ser expedida pela CONTRATANTE. Leia-se: O prazo para execução do contrato e entrega do objeto da presente licitação fica prorrogado pelo período de 14/02/2010 à 14/04/2010 e será contado a partir da data da expedição da respectiva ordem de serviço, podendo ser prorrogado desde que haja interesse das partes em conformidade com a Clausula Sexta do referido Contrato.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 234/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: MD ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Objeto: CLAÚSULA SEGUNDA: DO PRAZO: Fica estabelecido o acréscimo no prazo do contrato por mais 60 (sessenta) dias, a contar da expedição da ordem de serviço expedida. CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA: Justifica-se o presente termo aditivo em virtude da não liberação do recurso do convenio, impossibilitando o pagamento da obra.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 218/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: LUIZ DE ASSIS E SILVA FILHO ME
Objeto: CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: As partes de comum acordo resolvem realizar o Segundo Termo Aditivo visando alterar o contrato nº 218/2009, fixando o prazo de vigência do presente contrato do dia 30/06/2010 até dia 31/12/2010. CLAUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO: 104 – 08.244.0010.2013.3.3.9.0.32.00.0 – Material de Distribuição Gratuita – Pessoal Física.

Atenciosamente.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé

Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

EDITAL N. 004/2010

Aditamento ao Edital n. 003/2010, que publicou o resultado final do Processo Seletivo Público n. 001/2010

De ordem do Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Newton de Freitas Miotto, e em face da correção definitiva do Certame, a Secretaria Municipal de Saúde de Pontes e Lacerda/MT torna público, o seguinte **ADITAMENTO AO RESULTADO FINAL**, com a inclusão na lista das candidatas Deusa Solange Silva, Maria Vilma Ortiz e Euzilene Domingos da Silva, nas seguintes micro-áreas:

1 – RESULTADO:

1.1 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

ACS - ESF/ PSF – SANTA CRUZ

NOME/PONTUAÇÃO

8. Deusa Solange Silva 10.0
9. Maria Vilma Ortiz 8.7

ACS - ESF/ PSF – MICRO-ÁREA 50

NOME/PONTUAÇÃO

1. Euzilene Domingos da Silva 9.2

Para produzir os efeitos legais o presente Edital, será publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e no mural da Secretaria Municipal de Saúde.

Pontes e Lacerda-MT, 06 de julho de 2010.

NEWTON MIOTTO
Prefeito

CLAUDENICE LUIZA LIMA
Secretária Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 048/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: ANDRÉ CARRASCO ROSA
OBJETO DO CONTRATO: o aluguel de um imóvel localizado à Rua Bahia, S/Nº, na Gleba São João, para uso e funcionamento do Conselho Tutelar, daquela localidade..
DATA DO CONTRATO: 01 de maio de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: De 08 (oito) meses.
VALOR DO CONTRATO: R$ 800,00 (oitocentos reais)
PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensável nos termos do artigo 24 da Lei 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 07/05/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 049/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: ANTONIO ESTEVAM DA SILVA – ME
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para o transporte escolar do ano letivo de 2010, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos.
DATA DO CONTRATO: 14 de maio de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: De 07 (sete) meses e 18(dezoito) dias.
VALOR DO CONTRATO: **R$ 82.382,40 (oitenta e dois mil e trezentos e vinte e oito reais e quarenta centavos)**
PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada De Preço Nº 05/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 14/05/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 050/2010

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT**.
CONTRATADA: **MARIA BERENICE DA CRUZ CAMPINAS**
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços por tempo determinado na função de Agente Comunitária de Saúde – micro área 15 – PSF Arinos.
DATA DO CONTRATO: 01 de Junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 01/06/2010 a 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: R$ 4.071,55 (quatro mil, setenta e um reais e cinqüenta e cinco centavos).
Suporte Legal: artigo 198, § 4º da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Municipal 018/1991, e demais Legislações aplicáveis à matéria.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 01/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 051/2010

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT**.
CONTRATADA: **CÍCERA DA SILVA**
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços por tempo determinado na função de Agente Comunitária de Saúde – micro área 13 – PSF Arinos.
DATA DO CONTRATO: 07 de Junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 07/06/2010 a 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: R$ 3.935,83 (três mil, novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos).
Suporte Legal: artigo 198, § 4º da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Municipal 018/1991, e demais Legislações aplicáveis à matéria.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 07/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 052/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: C. BERTOL - ME
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para o transporte escolar do ano letivo de 2010, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos.
DATA DO CONTRATO: 14 de Junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 11/06/2010 a 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: **R$ 23.284,80 (Vinte e três mil e duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)**
PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO Nº 08/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 11/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 053/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: DIMAQ CAMPOTRAT COMERCIAL LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios para consumo dos veículos e maquinários da Prefeitura Municipal, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, para o Exercício Financeiro de 2010.
DATA DO CONTRATO: 11 de junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 11/06/2010 a 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.606,40 (Oito mil e seiscentos e seis reais e quarenta centavos)**
PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preço Nº 007/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 11/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 054/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.

CONTRATADO: AGUILERA AUTO PEÇAS LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios para consumo dos veículos e maquinários da Prefeitura Municipal, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, para o Exercício Financeiro de 2010.
DATA DO CONTRATO: 11 de junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 11/06/2010 a 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: R$ 48.281,90 (Quarenta e oito mil e duzentos e oitenta e um reais e noventa centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preço Nº 007/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 11/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 055/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: S.P. PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios para consumo dos veículos e maquinários da Prefeitura Municipal, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, para o Exercício Financeiro de 2010.
DATA DO CONTRATO: 11 de junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 11/06/2010 a 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: R$ 8.132,93 (Oito mil e cento e trinta e dois reais e noventa e três centavos)
PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preço Nº 007/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 11/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 056/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: NASCIMENTO COMÉRCIO DE PEÇA PARA TRATOR ME
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e acessórios para consumo dos veículos e maquinários da Prefeitura Municipal, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, para o Exercício Financeiro de 2010.
DATA DO CONTRATO: 11 de junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 11/06/2010 a 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: R$ 15.275,79 (Quinze mil e duzentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos)
PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preço Nº 007/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.

O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 11/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 057/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: MARTINS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa fornecimento de medicamento e material médico hospitalar para manutenção da Secretaria de Saúde, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos.
DATA DO CONTRATO: 15 de junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 15/06/2010 a 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: R$19.148,20 (dezenove mil e cento e quarenta e oito reais e vinte centavos)
PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO Nº 06/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 15/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 058/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: SULEMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa fornecimento de medicamento e material médico hospitalar para manutenção da Secretaria de Saúde, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos.
DATA DO CONTRATO: 15 de junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 15/06/2010 a 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: R$ 64.684,11 (sessenta e quatro mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e onze centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇO Nº 06/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 15/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 059/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: GIRALDELLI & GIRALDELLI LTDA.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de construção civil para a execução de obra no Estádio Municipal com o fornecimento de material e mão de obra por menor preço global e de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha de Orçamento e Projeto Arquitetônico., no município de Porto dos Gaúchos – MT.
DATA DO CONTRATO: 28 de junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 28/06/2010 até o término da execução da obra.
VALOR DO CONTRATO: R$ 148.853,04 (Cento e quarenta e oito mil e oitocentos e cinqüenta e três mil e quatro centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: Carta CONVITE Nº 020/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 28/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 060/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: LEANDRO FELIPE E ORTEGA LTDA
BJETO DO CONTRATO: Contratação de um Profissional de nível superior na área de nutrição para atuar no NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da

Família) , junto ao Programa de Saúde da Família, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, para o Exercício Financeiro de 2010.
DATA DO CONTRATO: 28 de junho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 28/06/2010 até 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: R$ 20.462,40 (vinte mil e duzentos e quarenta e oito reais).
PROCESSO LICITATÓRIO: Carta Convite Nº 18/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta do adjudicatário.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 28/06/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 061/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: W. D. TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa de construção civil para a execução de obra de Pavimentação Asfaltica e Drenagem Superfifical na Comunidade São João na Av. Brasil, rua Campo Grande II e rua Fortaleza com o fornecimento de material e mão de obra por menor preço global e de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha de Orçamento e Projeto Arquitetônico., no município de Porto dos Gaúchos – MT.
DATA DO CONTRATO: 01 de julho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 01/07/2010 até o término da execução da obra.
VALOR DO CONTRATO: R$ 199.893,50 (Cento e noventa e nove mil e oitocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preço Nº 10/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 01/07/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 062/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: FERREIRA AMORIN & AMARAL LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de construção civil para a execução de obra no Centro de Convivência para Idosos com o fornecimento de material e mão de obra por menor preço global e de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha de Orçamento e Projeto Arquitetônico., no município de Porto dos Gaúchos – MT.
DATA DO CONTRATO: 01 de julho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 01/07/2010 até o término da execução da obra.
VALOR DO CONTRATO: R$ 99.991,65 (Noventa e nove mil e novecentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: Carta CONVITE Nº 019/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 01/07/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 064/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: J. C. AUTO MOTORS LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para aquisição de um veículo do tipo pick-up zero quilometro para uso da Prefeitura Municipal, definido de acordo com a Lei 4.320/64, e exigências do Tribunal de contas do Estado de Mato Grosso, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, para o Exercício Financeiro de 2010.
DATA DO CONTRATO: 01 de julho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 01/07/2010 até 31/12/2010.
VALOR DO CONTRATO: R$ 86.786,50 (oitenta e seis mil e setecentos e oitenta e seis reais e cinqüenta centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preço Nº 11/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 01/07/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 065/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: GIRALDELLI & GIRALDELLI LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de construção civil para a execução de obra na quadra de esporte da Escola Municipal da Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke com o fornecimento de material e mão de obra por menor preço global e de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha de Orçamento e Projeto Arquitetônico., no município de Porto dos Gaúchos – MT.
DATA DO CONTRATO: 01 de julho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 01/07/2010 até o término da execução da obra.
VALOR DO CONTRATO: R$ 149.799,81 (Cento e quarenta e nove mil e setecentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: Carta CONVITE Nº 026/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 01/07/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 066/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: FERREIRA AMORIN & AMARAL LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de construção civil para a execução de obrade recapeamento e calçadas nas seguintes ruas: Rua Rudy Wathier – Trecho: Av. Teodoro Rezer até Rua Boa Sorte. Rua Rio Grande do Sul – Trecho: Rua Santos até a Rua Rudy Wathier. Av. Diamantino – Trecho Dona Alvina até Rua Rio de Janeiro, com o fornecimento de material e mão de obra por menor preço global e de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha de Orçamento e Projeto Arquitetônico, no município de Porto dos Gaúchos – MT.
DATA DO CONTRATO: 01 de julho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 01/07/2010 até o término da execução da obra.
VALOR DO CONTRATO: R$ 99.993,75 (Noventa e nove mil e novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: Carta CONVITE Nº 023/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 01/07/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 067/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: FERREIRA AMORIN & AMARAL LTDA
OBJETO DO CONTRATO: **Contratação de empresa de construção civil para a execução de obra de recapeamento e calçadas nas seguintes ruas: Av. Diamantino – T – Rua Dona Alvina até a Rua Rio de Janeiro, Av. Guilherme Meyer – T – Rua Rudy Watheir até a Praça Leopoldina Wilke, Av. Theodoro Rezer –T- Rua Rudy Watheir até a Rua Rio de Janeiro, Rua Vitoria – T – Av. Rio Grande do Sul até a Av. Guilherme Meyer, Rua Dona Alvina – T – Av. Rio Grande do Sul até Av. Guilherme Meyer, Rua Santos – T – Av. Rio Grande do Sul at´Av. Diamantino, Rua Rio de janeiro – T- Theodoro Rezer até Praça Leopoldina Wilke, Rua da Praça – T – Rua Rio de Janeiro até Av. Guilherme Meyer, no Município de Porto dos Gaúchos - MT.**
DATA DO CONTRATO: 01 de julho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 01/07/2010 até o término da execução da obra.
VALOR DO CONTRATO: R$ 99.993,75 (Noventa e nove mil e novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: Carta CONVITE Nº 024/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 01/07/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO Nº. 068/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.
CONTRATADO: FERREIRA AMORIN & AMARAL LTDA
OBJETO DO CONTRATO: **Contratação de empresa de construção civil para a execução de obra de recapeamento e calçadas nas seguintes ruas: Rua Diamantino – Trecho Rua Rudy Wathier até a Rua Santos, Rua Rio Grande do Sul – Trecho Rua Santos até a Rua Rudy Wahtier no Município de Porto dos Gaúchos - MT, com o fornecimento de material e mão de obra por menor preço global e de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha de Orçamento e Projeto Arquitetônico., no município de Porto dos Gaúchos – MT.**
DATA DO CONTRATO: 01 de julho de 2010.
PRAZO DO CONTRATO: 01/07/2010 até o término da execução da obra.
VALOR DO CONTRATO: R$ 39.997,50 (trinta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e cinqüenta centavos).
PROCESSO LICITATÓRIO: Carta CONVITE Nº 025/2010, a qual as partes encontram-se vinculadas ao seu edital e à proposta da adjudicatária.
O Contrato está sujeito às sanções previstas em Lei Federal nº 8.666/93.
Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.
Porto dos Gaúchos – MT, em 01/07/2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 020/2010
"**Concede Férias**"

A Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos - MT, senhora Roberta Pegorari Bonfim dos Santos, no uso de suas prerrogativas legais.

RESOLVE:
1º - CONCEDER ao servidor VALMIR JOSÉ MARTINS, brasileiro, casado, portador do RG 1.189.340-0 SJ-MT e CPF 845.974.451-53, lotado nesta Fundação Municipal de Saúde como Assistente Administrativo, 30 dias de FÉRIAS REGULAMENTARES, sendo 1/3 em Abono Pecuniário, referente ao exercício 2009/2010, nos termos do artigo 103 do Estatuto do Servidor Público Municipal.
2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Sala da Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde, em 01 de junho de 2010.

ROBERTA PEGORARI BONFIM DOS SANTOS
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 021/2010
"CONCEDE LICENÇA ESPECIAL"

A Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos - MT, senhora Roberta Pegorari Bonfim dos Santos, no uso de suas atribuições legais.

E considerando o Requerimento subscrito pela Servidora ANTÔNIA DO NASCIMENTO GUERRA.
RESOLVE:
1º - CONCEDER à servidora ANTÔNIA DO NASCIMENTO GUERRA, brasileira, casada, portadora do RG 794.576 SSP/MT e CPF 427.777.631-00, lotada nesta Fundação Municipal de Saúde como TÉCNICA DE ENFERMAGEM, LICENÇA ESPECIAL, em espécie, e dividido em 03 (três) parcelas mensais, nos termos do artigo 120º do Estatuto do Servidor Público Municipal.
2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Sala da Diretora Administrativa da Fundação Municipal de Saúde, em 01 de junho de 2010.

ROBERTA PEGORARI BONFIM DOS SANTOS
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº. 287/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias a servidora **Daiane Cristina Braganholo** e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103, parágrafo segundo do artigo 104 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias de **Férias** sendo **1/3 (um terço)** convertido em **abono pecuniário,** a servidora **Daiane Cristina Braganholo**, nomeada para o cargo de **Técnico Administrativo Educacional**, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 01/03/2009 a 28/02/2010.
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 288/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias ao servidor **Flavio Rezer**, e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias** ao servidor **Flavio Rezer**, nomeado para o cargo

de **Apoio Administrativo Educacional** junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 13/02/2009 a 12/02/2010.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 289/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Férias a servidora **Maria José Fernandes de Araújo** e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CARMEN LIMA DUARTE, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c com o artigo 103, parágrafo segundo do artigo 104 da Lei 018/91 Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas Autarquias e Fundações e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/07/2010, **30 (trinta)** dias de **Férias** sendo **1/3 (um terço)** convertido em **abono pecuniário,** à servidora **Maria José Fernandes de Araújo**, nomeada para o cargo de **Técnico Administrativo Educacional**, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 11/03/2008 a 10/03/2009.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PORTARIA N°. 290/2010
De: 01 de julho de 2010

"Concede Licença Especial em Espécie à funcionária **Ingrid Marta Meyer** e dá outras providências"

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Artigo 120°, parágrafo único, da Lei Municipal n° 018/1991, Artigo 57 da Lei 026/2001 e Lei Complementar Municipal 002/2003, resolve:

Art. 1º Conceder **Licença Especial em Espécie,** à servidora **INGRID MARTA MEYER,** lotada no cargo **187 Professor (C/C-N/3)**, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no mês de **julho de 2010**, referente ao qüinqüênio de **03/02/2004 a 03/02/2009.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de julho de 2010.

CARMEN LIMA DUARTE
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 12/2.010.
PROCESSO N.º 33//2.010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preço N.º 12/2.010, cuja abertura se deu às 08:30 horas do dia 02/07//2.010, na sala de Licitações, tendo como objeto a: Contratação de Profissionais de nível superior na área de medicina. Foram consideradas **HABILITADAS, CLASSIFICADAS E VENCEDORAS** deste certame licitatório as empresas:

Leandro Felipe e Ortega Ltda.
CNPJ:106.16427/0001-72

Valor R$ de 112.733,33 (cento e doze reais e setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Marta Valéria de Souza – ME
CNPJ 11.003.370/0001-07

Valor de R$ 141.830,40 (cento e quarenta e um mil e oitocentos e trinta reais e quarenta centavos).

Porto dos Gaúchos MT, 07 de Julho de 2010

Ilário Rezer
Presidente da Comissão de Licitação.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
MATO GROSSO

ADENDO II À PORTARIA SOB Nº 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2010 Página.: 1 de 1

ANEXO 12 - LEI Nº 4320/64

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES							
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	301.017,25	117.468,87	183.548,38				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	165.203,37	0,00	165.203,37				
RECEITA PATRIMONIAL	189.255,90	5.043,92	184.211,98				
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.646.742,95	2.561.909,08	5.084.833,87				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.123,17	13.324,05	10.799,12				
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00				
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	226.000,00	467.418,48	(241.418,48)				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAME							
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-	175.418,83	0,00	175.418,83				
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAME							
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-	13.335,11	0,00	13.335,11				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE							
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	(856.941,33)	(378.844,59)	(478.096,74)				
INTERFERÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
				CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	7.582.715,25	2.627.366,97	4.955.348,28
				CRÉDITOS ESPECIAL	1.400.461,96	424.170,60	976.291,36
				INTERFERÊNCIA FINANCEIRA		146.139,96	(146.139,96)
SOMAS.....	7.884.155,25	2.786.319,81	5.097.835,44	SOMAS.....	8.983.177,21	3.197.677,53	5.785.499,68
DÉFICIT.....	1.099.021,96	411.357,72	687.664,24	SUPERÁVIT.....	0,00	0,00	0,00
TOTAL.....	8.983.177,21	3.197.677,53	5.785.499,68	TOTAL.....	8.983.177,21	3.197.677,53	5.785.499,68

PORTO ESTRELA, 30 de abril de 2010

Benedito de Oliveira
Prefeito

Roose da Conceição da Silva
Tesoureiro

Gilmar Zanella
Contabilista
CRC SP-254481/O-8 T-MT

Edna Aparecida Vasconcellos Andre
Secretário de Adm e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
MATO GROSSO

ADENDO II À PORTARIA SOB Nº 08 DE 04/02/1985 Exercício: 2010 Página.: 1 de 1

ANEXO 12 - LEI Nº 4320/64

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES							
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	301.017,25	250.482,97	50.534,28				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	165.203,37	0,00	165.203,37				
RECEITA PATRIMONIAL	189.255,90	7.941,79	181.314,11				
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.646.742,95	3.253.977,32	4.392.765,63				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.123,17	15.880,74	8.242,43				
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00				
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	226.000,00	467.418,48	(241.418,48)				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAME							
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-	175.418,83	0,00	175.418,83				
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMEI							
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-	13.335,11	0,00	13.335,11				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE							
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	(856.941,33)	(484.418,40)	(372.522,93)				
INTERFERÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
				CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	7.580.715,25	3.227.153,66	4.353.561,59
				CRÉDITOS ESPECIAL	1.402.461,96	574.196,93	828.265,03
				INTERFERÊNCIA FINANCEIRA		182.674,95	(182.674,95)
SOMAS.....	7.884.155,25	3.511.282,90	4.372.872,35	SOMAS.....	8.983.177,21	3.984.025,54	4.999.151,67
DÉFICIT.....	1.099.021,96	472.742,64	626.279,32	SUPERAVIT.....	0,00	0,00	0,00
TOTAL.....	8.983.177,21	3.984.025,54	4.999.151,67	TOTAL.....	8.983.177,21	3.984.025,54	4.999.151,67

PORTO ESTRELA, 31 de maio de 2010

Benedito de Oliveira — Prefeito
Roose da Conceição da Silva — Tesoureiro
Gilmar Zanella — Contabilista — CRC SP-254481/O-6 T-MT
Edna Aparecida Vasconcellos Andre — Secretário de Adm e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
MATO GROSSO

BALANÇO FINANCEIRO Exercício: 2010 Página.: 2 de 2

ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64

RECEITAS				DESPESAS			
	R$	R$	R$		R$	R$	R$
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				TESOURARIA		8.866,48	
TESOURARIA		4.408,57		EM BANCOS DIVERSOS		2.897.266,18	
EM BANCOS DIVERSOS		2.435.311,89	2.439.720,46	CAMARA MUNICIPAL		0,00	2.706.132,66
TOTAL			6.588.603,13	TOTAL			6.588.603,13

PORTO ESTRELA,30 de abril de 2010

Benedito de Oliveira — Prefeito
Roose da Conceição da Silva — Tesoureiro
Gilmar Zanella — Contabilista — CRC SP-254481/O-3 T-MT
Edna Aparecida Vasconcellos Andre — Secretário de Adm e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
MATO GROSSO

BALANÇO FINANCEIRO Exercício: 2010 Página.: 1 de 2

ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64

RECEITAS				DESPESAS			
	R$	R$	R$		R$	R$	R$
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	250.482,97			Legislativa		0,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00			Encargos Especiais		61.264,35	
RECEITA PATRIMONIAL	7.941,79			Reserva de Contingência		0,00	
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00			Ciência e Tecnologia		2.458,47	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.253.977,32			Educação		940.440,89	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.880,74	3.526.282,97		Desporto e Lazer		24.076,18	
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00			Cultura		5.136,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00			Saúde		923.924,12	
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	467.418,48	467.418,48		Assistência Social		193.452,07	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00			Habitação		0,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00			Comércio e Serviços		126.326,19	
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA (-)	(484.418,40)	(484.418,40)	3.511.282,90	Previdência Municipal		0,00	
INTERFERÊNCIA FINANCEIRA				Agricultura		67.372,52	
Transf. Financeira (Recebida)	0,00			Administração		1.147.384,58	
EXTRA - ORÇAMENTÁRIA				Urbanismo		138.436,97	
PREVI-PORTO - Ret.dos func.		48.086,50		Energia		2.683,43	
Imposto de Renda Retido na Fonte		70.868,85		Transporte		18.168,20	
UNIMED - Retenção dos Funcionários		11.294,02		Saneamento		142.224,52	3.801.350,58
INSS - Retenção dos Funcionários		33.206,47		INTERFERÊNCIA FINANCEIRA			
Retenção Pensão Alimentícia		2.315,39		Transf. Financeira		182.674,95	182.674,95
PREVI-PORTO - Ret. Fun.FUNDEB		27.569,99		EXTRA - ORÇAMENTÁRIA			
UNIMED - Ret.Func.FUNDEB		17.771,51		Restos a Pagar Ex. Ant. Proces. 2009		219.277,85	
Pensao Alimentica - FUNDEB		2.986,09		Restos a Pagar Ex. Ant. Não Proces. 2009.		355.396,53	
INSS - Ret. Func. FUNDEB		1.653,45		PREVI-PORTO - Retencao dos funcionarios		28.053,22	
Ret. Cont. Sintep Fundeb		808,92		Imposto de Renda Retido na Fonte		70.907,57	
RET. CONT. SINTEP PREF.		101,50		UNIMED - Retençao dos Funcionários		14.058,94	
Ret. Empréstimos Cx. Economica		21.034,30		INSS - Retençao dos Funcionários		25.774,72	
Ret. de Empréstimo Cx. Econ. Fundeb		2.955,23		Retençao Pensao Alimentícia		2.414,81	
Retencao Amortiz. Emprestimo Bradesco - FUNDEB		14.774,09		PREVI-PORTO - Ret.Func.FUNDEB		13.840,27	
Ret. Amortiz. emprestimo - Banco Morada		33.807,25		UNIMED - Ret.Func.FUNDEB		16.218,29	
Ret. Amortiz. emprestimo -Banco Morada / FUNDEB		6.565,00		Pensao Alimentica - FUNDEB		3.121,88	
Ret. Amortiz. Emprestimo - Banco Bradesco		74.897,56		INSS - Ret.Func.FUNDEB		1.656,85	
Ret. de Deposito Caução de terrenos		5.470,00		Ret. Empréstimo Cx. Economica		18.711,07	
Compensação/Ret. RGPS proc.2008.34.00.028884-7		25.957,20	401.259,03	Ret. Empréstimo Cx. Econ. Fundeb		3.116,58	
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR				Retencao Amortiz. Emprestimo Bradesco - FUNDEB		13.747,24	
Valor Liquidado		0,00		Retencao Sal. Familia - Cxeal		2.864,49	
Valor a Liquidar		27.168,21	27.168,21	Retencao Sal. Familia - FUNDEB		365,13	
RESTOS A PAGAR				Ret. Amortiz. emprestimo - Banco Morada		15.199,90	
Valor Liquidado		238.016,70		Ret. Amortiz. Emprestimo Banco Morada / FUNDEB		2.826,00	

www.duraesistemas.com.br OR 844

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
MATO GROSSO

BALANÇO FINANCEIRO Exercício: 2010 Página.: 2 de 2

ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64

RECEITAS				DESPESAS			
	R$	R$	R$		R$	R$	R$
Valor a Liquidar		872.316,26	1.110.335,96	Ret. Amortiz. Emprestimo - Banco Bradesco		61.465,34	871.535,60
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O MÊS SEGUINTE			
TESOURARIA		4.408,57		TESOURARIA		14.631,60	
EM BANCOS DIVERSOS		2.435.311,89	2.439.720,46	EM BANCOS DIVERSOS		2.619.582,82	
				CAMARA MUNICIPAL		0,00	2.634.214,42
TOTAL			7.449.766,56	TOTAL			7.449.766,56

PORTO ESTRELA,31 de maio de 2010

Benedito de Oliveira — Prefeito
Roose da Conceição da Silva — Tesoureiro
Gilmar Zanella — Contabilista — CRC SP-254481/O-6 T-MT
Edna Aparecida Vasconcellos Andre — Secretário de Adm e Finanças

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº.:001/2010..

Partes: Município de Porto Estrela – MT e Banco Bradesco S/a - Objeto: O presente contrato tem como objeto Contratação de instituição financeira - Pessoa Jurídica objetivando a prestação de serviços a seus empregados, mediante o crédito em conta corrente e/ou poupança da folha e pagamentos dos funcionários municipais e a concessão de empréstimo consignado em folha de pagamento para s servidores deste Município de Porto Estrela/MT., sem onus para a contratante– Prazo: 10 (Dez) Meses – Data: 05 de Julho de 2010.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.:002/2010..

Partes: Município de Porto Estrela – MT e A.J.Brolio - Objeto: O presente contrato tem como objeto Contratação de pessoa Juridica para o fornecimento fracionado de diversos tipos de produtos Agricolas para todas as secretarias deste Município de Porto Estrela/MT.,Valor: R$ R$ 14.942,26(Quatorze mil novessentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos) por um prazo de Prazo: 10 (Dez) Meses – Data: 05 de Julho de 2010.

Prefeitura Municipal de Poxoréu

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Convite 006/2010
Tipo: Menor Preço

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT torna público aos interessados que no Convite Nº 006/2010 cuja abertura ocorreu às 13:30 horas do dia 01/07/2010, na sede da Prefeitura de Poxoréu, situada a Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT, tornou-se **"deserta"**

Sala de Licitação da Prefeitura de Poxoréu-MT, 01 de julho de 2010.

Ildebrande Alves Barcelos
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Querência

AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal Senhor Fernando Görgen, juntamente com a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, nomeada pela portaria 002/2010, torna Público o Processo de Licitação nº **024/2010**;

MODALIDADE: **Pregão Presencial n. 008/2010.**

OBJETO: Registro de preços de gêneros alimentícios, copa, cozinha, higiene e limpeza para uso de diversas secretarias deste Município.

Data: **27/07/2010.**

HORÁRIO: 09 horas (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário da 07h30min às 11h30min e das 13h30min até as 17h30min ou e-mail cris.prefeitura@hotmail.com.

Querência – MT., 07 de julho de 2010.

Fernando Görgen
Prefeito Municipal

Cristiane Tiecker Reidel
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2010

Aos sete dias do mês de julho de 2010, a partir das 08 horas e 10 minutos, na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT deu-se o julgamento da Tomada de Preço 002/2010 tendo como objeto a *Contratação de empresa especializada em Obras de Construção Civil, para execução de serviços de construção de 08 (oito) salas de aula e dependências na Escola Municipal Três de Novembro*. A empresa Miraci Taborda e Cia Ltda sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais).

Santa Rita do Trivelato - MT, 07 de julho de 2010. LUIZ CARLOS FIDALSKI – Presidente da CPL.

PORTARIA Nº 101/2010.
DE: 18 DE JUNHO DE 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE EVA PEDROZO DE LARA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **ROBERTO JOSE MORANDINI** Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR **EVA PEDROZO DE LARA**, inscrita no RG sob o nº 1692922-5 SSP/MT e CPF nº 027.459.541-99, do cargo em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE.**

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 18 de Junho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 102/2010
DE 21 de Junho de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ARIANA DIAS LIU KRINDGES DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **ROBERTO JOSE MORANDINI**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR **ARIANA DIAS LIU KRINDGES**, inscrita no RG sob nº 12746410-SSP-MT e cadastrada no CIC sob nº 704.208.581-72, portadora do registro profissional no CREA-MT sob nº 1200445210, do cargo em comissão 40 horas semanais de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**, conforme determina a Lei Complementar Municipal nº 028/2009 de 19 de Outubro de 2009.

Art.2º - Revoga-se a Portaria nº 007/2010, datado de 11 de janeiro de 2010.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso aos 21 de Junho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data Supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 103/2010
DE 21 de Junho de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE EVA PEDROZO DE LARA AO CARGO DE OFICIAL DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **ROBERTO JOSE MORANDINI**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **EVA PEDROZO DE LARA**, inscrita no RG sob nº 1692922-5 SSP-MT e CIC sob nº 027.459.541-99, ao cargo em comissão de **OFICIAL DE GABINETE**, conforme determina a Lei Complementar Municipal nº 033/2010 de 11 de Junho de 2010.

Art.2º - Revoga-se as disposições ao contrário, em especial a Portaria nº 008/2009 datada de 02 de Janeiro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso aos 21 de Junho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data Supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 104/2010
DE 21 de Junho de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ALICIO GABRIEL SEIBEL DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **ROBERTO JOSE MORANDINI**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR **ALICIO GABRIEL SEIBEL**, inscrito no RG sob nº 3.073.479-3 SSP/PR e CIC sob nº 304.232.521-00, do cargo em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE**, conforme determina a Lei Complementar Municipal nº 028/2009 de 19 de Outubro de 2009.

Art.2º - Revoga-se a Portaria nº 087/2010, datado de 06 de Maio de 2010.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso aos 21 de Junho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data Supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 105/2010
DE 21 de Junho de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ANTONIO GARCIA DUARTE NETO DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **ROBERTO JOSE MORANDINI**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR **ANTONIO GARCIA DUARTE NETO**, inscrito no RG sob nº 801.044 SSP-MT e CIC sob nº 581.932.511-72, do cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, conforme determina a Lei Complementar Municipal nº 028/2009 de 19 de Outubro de 2009.

Art.2º - Revoga-se a Portaria nº 005/2010, datado de 07 de janeiro de 2010.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso aos 21 de Junho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data Supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 106/2010
DE 21 de Junho de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DELCINDO MENDES DA FONSECA DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **ROBERTO JOSE MORANDINI**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR **DELCINDO MENDES DA FONSECA**, inscrito no RG sob nº 818.646 SSP-MT e CIC sob nº 051.208.531-53, do cargo em comissão **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO**, conforme determina a Lei Complementar Municipal nº 028/2009 de 19 de Outubro de 2009.

Art.2º - Revoga-se a Portaria nº 006/2010, datado de 07 de janeiro de 2010.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso aos 21 de Junho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANDINI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data Supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº. 120/2010
DE 01 DE JULHO DE 2010

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NIVEL DE GRADUAÇÃO DA PROFESSORA SRA. MARCIA REGINA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor, ROBERTO JOSE MORANDINI Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Constituição Federal;

RESOLVE

Art. 1º - Elevar o Nível da Professora Márcia Regina da Silva de Prof.Pedag**.** de Séries Iniciais – 30 horas Especial Nível 1,5, para Lic. Plena – 30 horas Nível 1,5, Classe A, nomeada pela Portaria nº 022/2002 de 04 de fevereiro de 2002, decorrente da comprovação de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena Normal Superior – Séries Inicias do Ensino Fundamental.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 01 de julho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANINI
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e
afixe-se na data supra

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 121/2010
DE 02 DE JULHO DE 2010

Súmula: Regulamenta o pagamento da gratificação a Sra. Márcia Regina da Silva, por estar desempenhado Cargo em Comissão Função Gratificada.

O senhor, ROBERTO JOSE MORANDINI Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Constituição Federal;

RESOLVE, regulamentar o pagamento de Gratificação a servidora que esta desempenhando Cargo de Função Gratificada.

Art. 1º - Fica fixado o porcentual de 43% (quarenta e três por cento) sobre o vencimento da servidora Sra. Márcia Regina da Silva, portadora da Cédula de Identidade nº 4.975.612-7, inscrita no CPF sob o nº. 882.802.339-20 , por estar desempenhando Cargo em Comissão com pagamento de Função Gratificada, conforme previsto na Lei Complementar nº. 033 de Cargos e Salário do Município de Santa Rita do Trivelato.

Art. 2º - O Porcentual acima esta dentro do previsto art. 20 §1º da Lei Complementar nº. 033 de Cargos e Salário do Município de Santa Rita do Trivelato.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 02 de julho de 2010.

ROBERTO JOSE MORANINI
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e
afixe-se na data supra
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 122/2010.
De 02 de Julho de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE EURISTELA TEREZINHA CAMPOS FERREIRA DO CARGO EM COMISSAO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DA PROMOÇÃO DA SAUDE PUBICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor. ROBERTO JOSE MORANDINI, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar EURISTELA TEREZINHA CAMPOS FERREIRA inscrita no RG nº 459.237 SSP/MT e CPF nº 181.720.831-49 do cargo em comissão Chefe do Departamento da Promoção da Saúde Publica.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se a Portaria nº 078/2010 datada de 13 de Abril de 2010 as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 02 de Julho de 2010.

Roberto Jose Morandini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

PORTARIA Nº 123/2010.
De 02 de Julho de 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE NELSON LINDOLFO PARA O CARGO EFETIVO DE MOTORISTA CATEGORIA "D" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor. ROBERTO JOSE MORANDINI, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear NELSON LINDOLFO, inscrito no RG nº 1.643.183-4 SSP-PR, emissão 05/01/2000, CPF nº 208.668.449-53, ao cargo efetivo de MOTORISTA CATEGORIA "D", regime de 40 (quarenta) horas semanais, direitos, deveres e vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº 033/2010 de 11 de Junho de 2010 e Lei Municipal nº 051/2001.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 02 de Julho de 2010.

Roberto Jose Morandini
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Na data supra

Oficial de Gabinete

Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/10

OBJETO: Contratação de serviços para atendimento ambulatorial no Hospital Municipal e PSF Urbano, neste município Santa Terezinha – MT.

FAVORECIDO: LF SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Caput do Art. 25, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICA: Nº 03/10

VALOR GLOBAL: R$ 155.400,00 (cento e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais)

VALOR MENSAL : R$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

PERÍODO: 01/06/2010 a 31/12/2010

Ratifico a inexigibilidade de licitação em concordância com a justificativa apresentada pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e por se tratar de contratação de prestação de serviços essenciais para a população, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Santa Terezinha - MT, 31 de maio de 2010.

DOMINGOS DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santo Afonso

LEI MUNICIPAL Nº 281/2010

EMENTA: DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **SILVIO SOUTO FELISBINO**, Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município para o exercício de 2011 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas na Lei Complementar n.º101 de 04 de Maio de 2000.

Artigo 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2011 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000, integram esta Lei os seguintes quadros:

I – Quadro I – Metas e Resultados - Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º § 2º, Inciso I da LC 101/00);

II – Quadro II – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

III – Quadro III – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida, Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

IV – Quadro IV - Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

V – Quadro V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

VI – Quadro VI – Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, V da LC 101/00);

VII – Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00);

VIII – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea “a” da LC 101/00);

IX – Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º c/c art. 5º, III, ambos da LC 101/00);

X – Obras em Andamento (art. 45º da LC 101/00);

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2011, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte ou passem a integrar o plano Plurianual correspondente ao período de 2010 a 2013.

Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2009 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;
b) Saúde e Saneamento;
c) Infra–Estrutura Urbana Básica;
d) Modernização Administrativa Funcional;
e) Política Salarial de acordo a vigente;
f) Promoção e Assistência Social;
g) Agricultura e Meio Ambiente

Artigo 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;
b) Pagamento de pessoal e seus encargos;
c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
d) Cobertura de precatórios judiciais;
e) Manutenção das atividades do Município e seus fundos;
f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

Artigo 7º – O Poder Executivo Municipal, de acordo com a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2011, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na Lei Orçamentária.

Artigo 10º - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível na ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do Município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Artigo 11º - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12º – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo ao Legislativo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração

de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13º – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00(Oito mil reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$15.000,00 (Quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14º – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representarem:

I – 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;

II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;

V – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Artigo 15º – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e seja firmado convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária ficam condicionadas às normas constantes das respectivas Leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16º – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do Município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – Conselho Tutelar

II – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Sócio Ambiental do Alto do Rio Paraguai.

Artigo 17º – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Artigo 18º – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Artigo 19º – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo 1,5%(um virgula cinco, por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.

Artigo 20º - Fica definido para despesas os valores determinados conforme a legislação em vigor:

-PASEP - Conforme Lei 9.715/98

-EDUCAÇÃO- Conforme Art.212 da Constituição Federal

-SAÚDE- Conforme Art.77 do ADCT da Constituição Federal

-PESSOAL- Conforme Art.20, III, "b" c/c Art. 22, Parágrafo Único da L.C. 101/2000.

Artigo 21º – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2011 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2011, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Artigo 22º - Até 30 de Novembro de 2010, o Executivo deverá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;

b) Atualização das alíquotas do ISSQN;

c) Atualização das taxas municipais;

d) Contribuição de Melhorias;

e) Outras receitas de competência Municipal.

Artigo 23º – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C. nº. 101 e artigos 22 a 26 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 24º – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o dia 01 de Janeiro do exercício de 2011, fica o Poder autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Artigo 25º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT, aos 08 dias do mês de Julho de 2010.

SILVIO SOUTO FELISBINO
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

Prefeitura Municipal de São José do Xingú

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 08/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: ABGAIL ALVES DE CARVALHO
VALOR GLOBAL: R$ 2001,00 R$ (DOIS MIL E UM REAIS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 22/03/2010 À 22/06/2010
OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL RESIDENCIAL CONSTRUIDO DE MADEIRA COM AS SEQUINTES ESPECIFICAÇÕES: 02(DUAS) SALAS; 01(UM) BANHEIRO PARA ISNTALAÇÃO DAS SALAS DE AULA QUE ATENDERÃO A EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO FONTOURA.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93
DATA: 22/03/2010

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 09/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: ACPI – ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E INF. LTDA
VALOR GLOBAL: R$ 7.980,00 R$ (SETE MIL NOVESSENTOS E OITENTA REAIS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 06/05/2010 À 05/07/2010
OBJETO: SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, TRIBUTARIA E PATRIMONIAL.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93
DATA: 05/05/2010

EXTRATO DA ATA - SRP Nº. 03/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: CONSTRUTORA ALVES MOURA LTDA EPP
VALOR GLOBAL: R$ 92.790.62 R$ (NOVENTA E DOIS MIL SETECENTOS E NOVENTA REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 17/05/2010 À 16/05/2011
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS IMÓVEIS E EDIFICAÇÕES PUBLICAS.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL 05/2010 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2010 DO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93 E 10.520
DATA: 17/05/2010

EXTRATO DA ATA - SRP Nº. 04/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: SOLUCÃO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
VALOR GLOBAL: R$ 37.783,21 R$ (TRINTA E SETE MIL REAIS SETECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E VINTE E UM CENTAVOS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 17/05/2010 À 16/05/2011
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS IMÓVEIS E EDIFICAÇÕES PUBLICAS.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL 05/2010 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2010
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93 E 10.520
DATA: 17/05/2010

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 10/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: ALIMEL LEMES DE OLIVEIRA
VALOR GLOBAL: R$ 20.650.00 R$ (VINTE MIL SEISSENTOS E CIQUENTA REAIS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 20/05/2010 À 20/12/2010
OBJETO: COLETA , TRANSPORTE E DESCARGA DE LIXO DOMICILIAR URBANO DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO FONTOURA.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL 06/2010 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2010
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93 E 10.520
DATA: 20/05/2010

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 11/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: HEBER OLIVEIRA E SILVA
VALOR GLOBAL: R$ 6.500.00 R$ (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 20/05/2010 À 14/06/2010
OBJETO: SERVIÇO DE ENGENHARIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE 38,48 KM DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORA DO P.A SANTO ANTÔNIO DO FONTOURA I , ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DESCRITIVO PALANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93
DATA: 20/05/2010

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 025/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: ELIZABETE M. DE PAULA CRISPIM
VALOR GLOBAL: R$ 36.849.77 R$ (TRINTA E SEIS MIL OITOCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01/06/2010 À 31/07/2010
OBJETO: PRORROGACÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 02 (MESES).
ORIGEM: PR 12/2009 – PROCESSO LICITATÓRIO : 029/2009
DATA: 20/05/2010

EXTRATO DA ATA - SRP Nº. 05/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: PITER MARCONI DIEGER
VALOR GLOBAL: R$ 4.285.00 R$ (CINQUENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 07/06/2010 À 06/06/2011
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE 25 MONITORES LCD, 10 NOTEBOOKS, 30 NOBREAKS, 20 IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL 08/2010 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2010
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93 E 10.520
DATA: 07/06/2010

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 06/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: IVONIR ALVES DIAS - ME
VALOR GLOBAL: R$ 46.647.00 R$ (QUARENTA E SEIS MIL SEISSENTOS E QUARENTA E SETE REAIS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 07/06/2010 À 06/06/2011

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE 25 MICROCOMPUTADORES, 10 IMPRESSORAS, 10 PENDRIVER, 05 HDs EXTERNO.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL 08/2010 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2010
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL 8.666/93 E 10.520
DATA: 07/06/2010

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 18/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT
CONTRATADO: PSICÓLOGA ANA CLAUDIA GRINS
VALOR GLOBAL: R$ 20.000.00 R$ (VINTE MIL REAIS)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 11/06/2010 À 10/01/2010
OBJETO: PRORROGACÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 08 (OITO) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 11/06/2010 ATÉ 10/01/2011.
ORIGEM: PR 07/2009 – PROCESSO LICITATÓRIO : 017/2009
DATA: 07/06/2010

EXTRATO DO TERMO RESCISÃO DO CONTRATO N° 01/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT
CONTRATADO: RODRIGO LONDERO DE SOUZA
DATA: 11/06/2010
OBJETO: RECISÃO UNILATERAL POR RAZÕES DE INTERESSE PUBLICO

Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Lei nº. 355/2010 de 15 de Abril de 2010.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eduardo José da Silva Abreu, Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, faço saber que a Câmara de Vereadores do Município aprova e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de São Pedro da Cipa, a Política Municipal de Inclusão das Pessoas com deficiência, na forma especificada por esta Lei.

Art. 2º Com fundamento e orientação nas demandas do segmento das pessoas com deficiência a formulação e implantação da Política Municipal de Inclusão das pessoas com deficiência, visa integrar as ações da Política Municipal de Direitos Humanos com as demais políticas municipais setoriais, de forma a garantir o desenvolvimento de planos, programas e projetos decorrentes da mencionada Política de Inclusão.

Art. 3º A implantação da Política Municipal de Inclusão das Pessoas com deficiência referida no art. 1º permitirá divisão de responsabilidade na configuração de um novo modelo operacional das ações municipais voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência, bem como a explicitação na negociação das estratégias das mencionadas ações.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os efeitos desta Lei e tendo em vista o disposto na Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência e no Decreto 5.296/04, consideram-se:

I - Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

II - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando – se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplégica, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

III - deficiência auditiva: perda bilateral e parcial de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500 hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; surdo, significa aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

IV - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

V - deficiência intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, equivalente 70 pontos no quociente de inteligência, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. esporte e lazer; e
8. trabalho;

VI - surdo cegueira: perda substancial de visão e audição de tal forma que a combinação das duas deficiências cause extrema dificuldade na conquista de metas educacionais, vocacionais, de lazer e sociais.

VII- deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências;

VIII - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

IX- transtorno global do desenvolvimento: apresenta alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

X - altas habilidades/superdotação: potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

XI - entidade representativa de pessoas com deficiência - aquela que comprovadamente;

a) seja composta por pessoas com deficiência, conforme a respectiva área de atuação, observado o disposto no § 2º;
b) esteja legalmente constituída e em pleno e regular funcionamento;
c) não tenha fins econômicos;
d) tenha dentre seus objetivos a defesa de direitos;

XII - entidade prestadora de serviço - aquela que comprovadamente:
a) desenvolva ações voltadas para as pessoas com deficiência;
b) preencha as condições previstas nas alíneas “b” a “d” do inciso XI desta Política;

§ 1º Relativamente ao disposto no inciso XI do “caput” deste artigo:

I - na hipótese da alínea “a”, quando a área de atuação da entidade for a deficiência intelectual, admitir-se-á que a respectiva direção seja exercida por representante natural da pessoa com esse tipo de deficiência, na condição de parentes até 2º grau;

II - na composição do quadro social da entidade e de sua diretoria, a participação de pessoas com deficiência ou, no caso e nas condições estabelecidas no inciso I, de representantes naturais dessas pessoas deverá corresponder à proporção de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos respectivos integrantes.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º A Política Municipal de Inclusão das Pessoas com deficiência reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - equiparação de oportunidades no acesso às políticas públicas municipais;

II - reconhecimento dos direitos humanos e pela legislação vigente;

III - respeito à dignidade, independência e autonomia;

IV - consolidação do exercício da cidadania enquanto garantia dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos levando ao empoderamento das pessoas com deficiência;

V - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos;

VI - defesa e garantia da convivência familiar e comunitária;

VII - reconhecimento do direito e garantia do acesso à informação, considerando-se as respectivas especificidades.

VIII - garantia de atendimento e serviços de qualidade de forma intersetorial, sem discriminação de qualquer natureza;

IX - garantia de acesso aos bens sociais e ao trabalho;

X - Garantia de educação pública e gratuita com acesso e permanência de qualidade;

XI – eliminação da discriminação e do preconceito contra as pessoas com deficiência;

XII - garantia de acessibilidade arquitetônica a todo tipo de pessoa com deficiência aos espaços públicos e de uso coletivo da cidade.

CAPÍTULO IV
DOS OBJETIVOS

Art. 6º A Política Municipal de Inclusão das Pessoas com deficiência, integrada às demais Políticas Públicas, tem como objetivos:

I - promover a inclusão social e econômica;

II - viabilizar o acesso e garantir a permanência de atendimento em relação a todo e qualquer serviço público ou privado;

III - promover o desenvolvimento de programas e projetos setoriais destinados ao atendimento das necessidades específicas;

IV - garantir a efetividade dos programas de prevenção das deficiências e atendimento especializado em habilitação/ reabilitação, bem como reabilitação integral com base na comunidade;

V - incentivar o protagonismo, promovendo e apoiando a participação ativa social e política;

VI - viabilizar a participação das pessoas com deficiência nas fases de implementação desta Política, especialmente por intermédio de suas entidades representativas;

VII - estimular e promover alternativas de inserção produtiva, através da qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho;

VIII - promover a educação inclusiva, considerando-se as especificidades de cada deficiência;

XIX - fiscalizar a utilização do desenho universal, conforme a norma da ABNT 9050/04, nas construções, edificações e reformas públicas e privadas;

X - garantir a plena atuação do Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Pedro da Cipa.

XI - garantir a acessibilidade nos espaços públicos ou privados com vistas à construção de uma cidade inclusiva.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES

Art. 7º Para a formulação e implantação da Política Municipal de Inclusão das Pessoas com deficiência ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I - primazia da responsabilidade do Município na condução da mencionada Política de Inclusão;

II - participação das pessoas com deficiência e das respectivas entidades representativas na formulação e no controle das políticas públicas municipais;

III - descentralização das ações da Política de Inclusão nas regiões político - administrativas de São Pedro da Cipa;

IV – estabelecimento de mecanismos que acelerem a inclusão social das pessoas com deficiência;

V - garantia do efetivo atendimento das necessidades das pessoas com deficiência.

CAPÍTULO VI
DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da política municipal de inclusão das Pessoas com Deficiência:

I - a articulação entre entidades governamentais e não-governamentais que tenham responsabilidades quanto ao atendimento da pessoa de deficiência;

II - a aplicação e fiscalização da legislação municipal específica que disciplina os direitos em favor da pessoa com deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados situados no município de São Pedro da Cipa.;

III - Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Pedro da Cipa.

IV **-** Fundo Municipal de atendimento a pessoas com deficiência a ser criado por lei complementar e gerido pelo Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Pedro da Cipa.

V - organizações da sociedade civil que tenham a defesa dos direitos da pessoa com deficiência entre seus objetivos.

CAPÍTULO VII
DAS ESTRATÉGIAS

Art. 9º Para a implantação e efetivação da Política Municipal de Inclusão das Pessoas com deficiência, bem como em atendimento aos seus princípios, objetivos e diretrizes, serão adotadas as seguintes estratégias:

I - otimização do capital social e humano do Município, para a integração das ações nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento econômico, transportes, assistência social, edificações públicas, urbanismo, previdência social, habitação, cultura, justiça, direitos humanos, esporte, turismo e lazer, visando a prevenção das deficiências e o aumento da funcionalidade da pessoa com deficiência;

II - articulação das ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil e do governo, otimizando a rede de serviços instalada;

III - estabelecimento de relações intergovernamentais de cooperação em âmbito municipal, bem como na esfera estadual e na federal;

IV - implantação de um sistema de informações sobre as questões das pessoas com deficiência, incluindo banco de dados com as empresas do município, das oportunidades de emprego e das pessoas com deficiência com a vista a inclusão produtiva;

V - fortalecimento do papel político das entidades representativas do segmento, através de sua efetiva participação na construção, implementação e acompanhamento das políticas públicas;

VI - formação e capacitação de recursos humanos especializados na área, com ênfase nas especificidades, visando o atendimento de qualidade e eficiência.

§ 1º: O Poder Público Municipal incentivará as entidades representativas de pessoas com deficiência, que mantenham, prioritariamente, programas que favoreçam o desenvolvimento de seus associados, nas áreas de habilitação e reabilitação, inclusão social, apoio educacional, esporte, lazer, qualificação profissional e atuem na defesa de seus direitos.

§ 2º: O Poder Público Municipal incluirá como critério para projetos financiados, a observância pelos interessados dos dispositivos dessa lei e demais leis que tratam das pessoas com deficiência.

CAPÍTULO VIII
DAS LINHAS DE AÇÃO

Art. 10- As linhas de ação da Política de Inclusão terão como eixo central a proteção e promoção da família como garantia para a implantação de uma política social que eleve a qualidade de vida das pessoas com deficiência de forma mais e_quânime, bem como a função de nortear e marcar o compromisso político do Poder Municipal com a inclusão e a justiça social.

Art. 11- São linhas de ação da Política de Inclusão:

I - relativamente à assistência social, desenvolvimento econômico e direitos humanos:

a) divulgar as unidades da rede municipal de atenção às pessoas com deficiência, tais como: centros de habilitação/ reabilitação, escolas particulares e/ou privadas, projetos comunitários, centos de referência, unidades de saúde, projetos e programas comunitários, Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Pedro da Cipa. e entidades representativas;

b) promover ampla discussão a respeito de guarda, tutela e curatela;

c) promover a orientação e promoção individual, familiar e social.

d) capacitar grupos comunitários como agentes de inclusão, promovendo a articulação familiar e social;

e) capacitar os profissionais do serviço público municipal visando o atendimento específico;

f) promover reuniões ampliadas com grupos comunitários, visando debater e informar sobre os direitos das pessoas com deficiência;

g) promover articulação entre as políticas setoriais de assistência social, desenvolvimento econômico, assuntos jurídicos, saúde e educação, para otimização de recursos técnicos e financeiros;

h) divulgar a gratuidade dos transportes coletivos do município para as pessoas com deficiência, conforme os dispositivos legais em vigor, e contribuir para a garantia do mencionado benefício;

i) fomentar, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, programas com as seguintes finalidades: promoção de pesquisas científicas voltadas à saúde, educação, esporte e lazer da pessoa com deficiência;

II - relativamente a planejamento, urbanização e acessibilidade:

a) remover barreiras ambientais, arquitetônicas, atitudinais e de comunicação;

b) divulgar a legislação, direitos, avanços técnicos e tecnológicos, eventos, palestras, projetos e serviços, através da mídia, incluindo internet, visando formar agentes multiplicadores de informação;

c) mapear os serviços públicos disponíveis no Município, destacando suas eficiências, funções, localização e responsáveis;

d) realizar assembléia do orçamento popular para o setor das pessoas com deficiência;

e) promover articulação entre as secretarias municipais, de forma que a implementação das ações, diretamente ou mediante convênio, ocorram, quanto à localização, de acordo com as necessidades de cada região geográfica da cidade, evitando-se a superposição de ações;

f) promover ampla discussão, propugnar por legislação e normas que sejam efetivamente implantadas quanto à acessibilidade e adaptação dos espaços públicos municipais, criando-se mecanismos de incentivo para a participação da iniciativa privada, inclusive da população em geral, na construção de uma cidade inclusiva;

g) reservar espaço na propaganda institucional da Prefeitura de São Pedro da Cipa para divulgação das ações e das questões alusivas às pessoas com deficiência;

h) criar alternativas de transporte para o deslocamento de usuários em cadeira de rodas, com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência múltiplas ou com patologias crônico-degenerativas a todos locais e atividades;

i) promover mecanismos de divulgação da informação, conscientização e definição para o cumprimento da legislação pertinente;

j) assegurar a reserva de vagas em vias públicas para veículos que transportam pessoas com deficiência.

III - relativamente à educação, esportes, cultura, turismo e lazer:

a) favorecer a divulgação e conscientização da comunidade no sentido de construir, na Cidade de São Pedro da Cipa, uma cultura de educação inclusiva;

b) garantir a existência permanente de um setor de educação especial na perspectiva da inclusão ligado à secretaria municipal de educação para discutir, implantar e implementar as políticas públicas educacionais concernentes às pessoas com deficiência;

c) garantir o atendimento educacional específico para cada tipo de deficiência;

d) implementar ações intersetoriais em todos os níveis e modalidades da educação que assegurem a participação efetiva das pessoas com deficiência;

e) capacitar o corpo docente municipal para serem professores para todos, incluindo temáticas específicas de cada deficiência de forma intersetorial;

f) inserir obrigatoriamente o tema *da* inclusão social nas capacitações de professores e técnicos da rede pública municipal de educação;

g) incluir no Plano Político Pedagógico, no Plano Municipal de educação temas relacionados à escolarização das pessoas com deficiência;

h) garantir o acesso à educação escolarizada, adequando os espaços físicos da escola nos termos da legislação e normas vigentes no que tange à acessibilidade;

i) promover o Atendimento Educacional Especializado no contra-turno dentro da própria escola e garantir o acesso quando acontecer fora da própria escola;

j) Revisar os processos de avaliação, garantindo acessibilidade de comunicação para todos.

k) Garantir os livros didáticos em todos os formatos que sejam necessários

l) promover cursos de LIBRAS e escrita Braille para familiares de pessoas surdas e/ou cegas;

m) promover cursos de formação para intérpretes de LIBRAS e transcritores Braille e guia-intérprete;

n) trabalhar de forma integrada com as entidades que prestam serviços educacionais para pessoas com deficiência;

o) promover a inclusão das pessoas com deficiência nos programas esportivos planejados e desenvolvidos na comunidade;

p) capacitar profissionais em Educação Física, visando um atendimento específico de qualidade;

q) realizar cursos e eventos de forma sistemática sobre a prática de esportes adaptados;

r) oferecer os equipamentos e materiais esportivos, culturais, turísticos e de lazer para atender às especificidades das pessoas com deficiência;

s) promover a articulação de órgãos governamentais e não-governamentais sobre as políticas educacionais, de esportes, de cultura e de lazer;

t) incluir o tema da acessibilidade no programa de qualificação e requalificação dos espaços de esportes e lazer;

u) promover e incentivar a participação de grupos culturais, formados por pessoas com deficiência, nas programações oficiais do Município;

v) divulgar em espaços culturais a temática da deficiência;

w) promover capacitações dos profissionais que atuam na área da cultura, turismo e lazer sobre as questões específicas das pessoas com deficiência;

x) estimular o desenvolvimento de atividades de lazer, recreação, esporte, turismo, cultura e educação profissional;

z) estimular a ampliação do turismo para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços de transporte acessível.

IV - relativamente à saúde, habilitação e reabilitação:

a) ampliar o atendimento, no âmbito da saúde,

b) priorizar o atendimento na rede municipal de saúde, conforme legislação estadual vigente;

c) eliminar barreiras arquitetônicas, ambientais e atitudinais nas áreas da saúde;

d) otimizar a ação dos agentes de saúde nas ações de prevenção primária, secundária e terciária;

e) desenvolver programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, de trabalho, de trânsito e outros, bem como o desenvolvimento de programa para tratamento adequado a suas vítimas;

f) preparar os profissionais do Programa de Saúde da Família - PSF sobre as questões específicas;

g) Viabilizar, através de convênios, parcerias e/ou outros instrumentos centros de referência em reabilitação nas regiões político - administrativas de São Pedro da Cipa, de forma direta ou indireta, utilizando a capacidade instalada de reabilitação existente no Município, visando diminuir os custos de instalação e operacionalização de serviços;

h) realizar campanhas informativas e preventivas destacando especificidades e necessidades;

i) contemplar as questões específicas do segmento no programa de humanização da saúde;

j) capacitar os profissionais da rede municipal de saúde sobre as questões específicas de cada deficiência para desenvolver um atendimento de qualidade;

l) Viabilizar, através de convênios, parcerias e/ou outros instrumentos, a aquisição de órteses e próteses visando à inclusão social;

m) sinalizar as unidades municipais de saúde com informativos, ícones e placas em Braille;

CAPÍTULO IX
DO SELO MUNICIPAL DE INCLUSÃO

Art.12. Fica instituído o Selo Municipal de Inclusão de reconhecimento ao mérito das iniciativas empresariais que favoreçam a integração e/ou melhoria de qualidade de vida, por qualquer forma, das pessoas com deficiência.

§1º. O Selo Municipal de Inclusão também será concedido para pessoas, órgãos públicos e instituições da sociedade civil do Município de São Pedro da Cipa que desenvolvam trabalho de relevância e notoriedade em prol das pessoas com deficiência.

§2º Serão consideradas iniciativas empresariais favoráveis à inclusão de pessoas com deficiência, dentre outras, a reserva de postos de trabalho específicos, a capacitação para o exercício de funções de maior remuneração, a adoção de soluções arquitetônicas que favoreçam a acessibilidade, tanto para empregados como para o público, deficiente, em geral, e a promoção ou patrocínio de eventos culturais ou desportivos dirigidos a esse segmento.

Art. 13- São objetivos do Selo Municipal de Inclusão:

I - criar nas pessoas, empresas, órgãos públicos e instituições privadas o hábito do respeito às pessoas com deficiência e seus direitos;

II - incentivar as empresas a manterem padrões de qualidade para atendimento, empregabilidade, produtos e serviços para as pessoas com deficiência;

III - promover uma sociedade inclusiva.

Art. 14- O Selo Municipal de Inclusão será concedido pela secretária de ação social,após análise.

§ 1° A secretária de ação social poderá exigir laudos, visitas e análises com habilitação técnica para tanto.

Art. 15- O produto ou serviço indicado para o Selo Municipal de Inclusão receberá um certificado de qualidade com validade de um ano juntamente com o símbolo que poderá ser utilizado pela empresa.

Art. 16- Qualquer desrespeito às pessoas com deficiência e seus direitos por parte da empresa poderá acarretar a suspensão do Selo Municipal de Inclusão por prazo indeterminado.

CAPÍTULO X
FUNDAMENTOS

Art. 17- Política Municipal de Inclusão das Pessoas com deficiência tem como fundamento o respeito aos direitos humanos e à dignidade das pessoas com deficiência e visa garantir a igualdade de oportunidades para essas pessoas, com escopo nos ordenamentos externos e internos.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro da Cipa, 09 de Abril de 2010.

EDUARDO JOSE DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

LEI nº. 358/2010 – 28 de Abril 2010.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO *MUNICIPAL* DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS E INSTITUI O CONSELHO GESTOR DO FMHIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo José da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei cria o Fundo de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS.

CAPÍTULO I

DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Seção I

Objetivos e Fontes

Art. 2º - Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social direcionadas à população de menor renda.

Art. 3º - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social é constituído por:

I – dotações do Orçamento Geral do *Município*, classificadas na função de habitação;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FHIS;

VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados

4º - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social destina-se a financiar e implementar programas e projetos habitacionais de interesse social, considerando-se como tais aqueles que atendam, à população moradora em precárias condições de habitabilidade, como áreas de risco, favelas e habitações coletivas.

Seção II

Do Conselho-Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Art. 5º - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será gerido por um Conselho-Gestor.

Art. 6º - O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares.

§ 1º A composição, as atribuições e o regulamento do Conselho Gestor poderão ser estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2º A Presidência do Conselho-Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será exercida pelo Secretário Municipal de Promoção Social, ou responsável pela área habitacional do município.

§ 3º O presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social FHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 4º Competirá ao Secretário Municipal de Promoção Social, proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção III

Das Aplicações dos Recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Art. 7º - As aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

§ 1º Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

Seção IV

Das Competências do Conselho Gestor do FHIS

Art. 8º - Ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano *municipal* de habitação;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – deliberar sobre as contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, nas matérias de sua competência;

VI – aprovar seu regimento interno.

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social vier a receber recursos federais.

§ 2º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 9º - Para atender ao disposto nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial, até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) junto à Secretaria de Promoção Social.

Art. 10 - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social terá vigência por tempo ilimitado.

Art. 11 - Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 12 - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito
Em, 28 de Abril de 2010.
S
A
N
C
I
O
N
O
EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei n.º 361/2010 de 28 de Abril de 2010.

Cria o Conselho Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA, ESTADO DO MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Da Criação e Natureza do Conselho

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil – CMPETI, órgão de caráter consultivo e propositivo, constituído por membros do governo e da sociedade civil, de personalidade permanente no âmbito municipal, com objetivo de contribuir para a implantação e implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na zona urbana e rural conforme disposto na Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001.

CAPÍTULO II
Da composição

Art. 2º - O Conselho Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil deve ser composto por membros e respectivos suplentes dos órgãos governamentais e não governamentais, garantida a intersetorialidade e a paridade entre governo e sociedade civil.

§ 1°. A Composição de representantes com seus respectivos suplentes, que os substituirão em suas ausências ou impedimentos, dos órgãos governamentais, indicado pelo Chefe Municipal do Poder Executivo, sem prejuízos de outras áreas que o Poder Público julgar convenientes, por integrantes das áreas:

I - da assistência social;
II - da saúde;
III - da educação;
IV - da segurança alimentar; e
V - da criança e do adolescente, quando existentes.

§ 2°. A composição de representante dos órgãos não governamentais, ou sociedade civil eleito em assembléia própria, com um respectivo suplente, que o substituirá na sua ausência ou impedimento, sem prejuízos de outras áreas que o Poder Público julgar convenientes, por integrantes de:

I – conselho de assistência social;
II – conselho de defesa da criança e adolescente;
III – conselho tutelar;
IV – Ministério Público;

V – Delegacia regional do trabalho ou postos;
VI – sindicatos patronais e de trabalhadores;
VII – instituições formadoras de pesquisa e
VIII – organizações não governamentais, fóruns ou outros organismos de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

CATÍTULO III
Da formalização do Controle Social no Município

Art. 3°. O Conselho Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil será instituído por meio de ato do chefe do Poder Executivo Municipal, contendo a indicação dos representantes do governo e da sociedade civil local e de seus respectivos suplentes.

Parágrafo único. A duração do mandato e a admissibilidade de recondução dos membros do conselho será de dois anos permitida uma recondução de igual período.

Capítulo IV
Das atribuições e do Funcionamento do Conselho Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil no Município

Art. 7º À Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, cabe:

I - contribuir para a sensibilização e mobilização de setores do governo e da sociedade em torno da problemática do trabalho infantil;
II - sugerir procedimentos complementares às diretrizes e normas do PETI;
III - participar, juntamente com o órgão gestor municipal da Assistência Social, na definição das atividades laborais priorizadas e no número de crianças e adolescentes a serem atendidos no município, inclusive os casos específicos adolescentes de 15 anos de idade participar da elaboração do Plano Municipal de Ações Integradas;
IV - interagir com os diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões das famílias, das crianças e dos adolescentes, visando otimizar os resultados do PETI;
V - articular-se com organizações governamentais e não-governamentais, agências de fomento e entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, para apoio logístico, atendimento às demandas de justiça e assistência advocatícia e jurídica;
VI - sugerir a realização de estudos, diagnósticos e pesquisas para análise da situação de vida e trabalho das famílias, crianças e adolescentes;
VII - recomendar a adoção de meios e instrumentais que assegurem o acompanhamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
VIII - acompanhar o cadastramento das famílias, sugerindo critérios complementares para a sua seleção em conjunto com o órgão gestor municipal da Assistência Social;
IX - aprovar, em conjunto com o órgão gestor municipal da Assistência Social, os cadastros das famílias a serem beneficiadas pelo PETI, inclusive os casos específicos adolescentes de 15 anos de idade;
X - acompanhar e supervisionar, de forma complementar, as atividades desenvolvidas pelo Programa;
XI - denunciar aos órgãos competentes a ocorrência do trabalho infantil;
XII - receber e encaminhar aos setores competentes as denúncias e reclamações sobre a implementação e execução do PETI;
XIII - estimular, incentivar a capacitação e atualização para profissionais e representantes de instituições prestadoras de serviços junto ao público-alvo;
XIV - contribuir no levantamento e consolidação das informações, subsidiando o órgão gestor municipal da Assistência Social na operacionalização e na avaliação das ações implantadas.

Capítulo V
Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Art. 8º. A constituição do Conselho Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil far-se-á no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da promulgação da presente Lei.

Art. 9º. Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social.

Art. 10º. A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo.

Art. 11º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 12º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito
Em, 28 de Abril de 2010.
S
A
N
C
I
O
N
O

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE,
COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei nº 364/2010 – de 13 de Maio de 2010

Autoriza o Poder Executivo Municipal a desenvolver ações para implementar o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, criado pela Lei Nº 11.977, de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 6.962, de 17 de setembro de 2009, nas condições definidas pela Portaria Interministerial nº 484/2009 do MC/MF e demais normativos aplicáveis.

O Prefeito do Município de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que o Poder Legislativo deste Município São Pedro da Cipa, aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º – O Executivo Municipal fica autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para a produção de unidades habitacionais destinada ao atendimentos dos administrados necessitados, implementadas por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV para Municípios com População até 50.000 Habitantes, mediante Termo de Acordo e Compromisso a ser firmado com instituição financeira devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil e selecionada pela Secretaria Nacional de Habitação para operar o PMCMV.

Art. 2º – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar aporte financeiro, sob forma de recursos, bens ou serviços economicamente mensuráveis apontados no processo de produção de unidades habitacionais, bem como a transferência de imóveis ou direitos a ele relativos.

Art. 3º – O Poder Público poderá disponibilizar bens ou serviços economicamente mensuráveis, inclusive alienar, terrenos de áreas pertencentes ao patrimônio público Municipais, desde que este declare sua anuência, objetivando a construção de moradias em benefício da população a ser beneficiada pelo PMCMV.

Parágrafo Primeiro - As áreas a serem utilizadas no PMCMV deverão fazer frente para a via pública existente, contar com a infra-estrutura necessária, de acordo com as posturas municipais.

Parágrafo Segundo - Os lotes submetidos e desmembrados deverão possuir área que comporte a unidade habitacional com o mínimo de 32 m² e demais especificações técnicas, conforme determinação do Ministério das Cidades.

Art. 4º – Os projetos de habitação popular dentro do PMCMV serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolver órgãos, secretarias e autarquias.

Parágrafo Único - Poderão ser integradas ao projeto PMCMV outras entidades, mediante ajuste, desde que tragam ganhos para a produção, condução e gestão deste processo, o qual tem por finalidade a produção imediata de unidades habitacionais, regularizando-se sempre que possível, áreas invadidas e ocupações irregulares, propiciando o atendimento as famílias mais carentes do Município.

Art. 5º – O contrato do beneficiário será celebrado preferencialmente em nome da mulher, idosos ou pessoa portadora de deficiência física.

Parágrafo Único - Só poderão ingressar no PMCMV famílias residentes no município, após constatação da área social de que estas se enquadram nos critérios do Programa.

Art. 6º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se for necessário.

Art. 7º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Em, 13 de Maio de 2010.
S
A
N
C
I
O
N
O

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei n.º 365/2010 – de 13 de Maio de 2010.

"Regulamenta no Município de São Pedro da Cipa/MT o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 . Esta lei regulamenta o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao Microempreendedor Individual (MEI), às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) doravante simplesmente denominadas MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, criando a "LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT".

Art. 2 . Esta lei estabelece normas relativas:

I – Aos incentivos fiscais;
II – à inovação tecnológica e à educação empreendedora;
III – ao associativismo e às regras de inclusão;
IV – ao incentivo à geração de empregos;
V – ao incentivo à formalização de empreendimentos;
VI – unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;
VII – criação de banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários;
VIII – simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive, com a definição das atividades de risco considerado alto;
IX – regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
X – preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

CAPÍTULO II
DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO

SEÇÃO I
DA INSCRIÇÃO E BAIXA

Art. 3. Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos de outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

§ 1º - Fica determinado a Administração Pública Municipal que seja estabelecida visita conjunta dos Órgãos Municipais no ato de vistoria para abertura e ou baixa de inscrição municipal, quando for o caso.

§ 2º. Fica criado o documento único de arrecadação que irá abranger as taxas e as Secretarias envolvidas para abertura de microempresa ou empresa de pequeno porte, contemplando a junção das taxas relacionadas a Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde, e outras que venham a ser criadas.

Art. 4. Fica permitido o funcionamento residencial de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços cujas atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente desde que não acarretem inviabilidade no trânsito, conforme Plano Diretor Municipal e legislação específica.

Art. 5. Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

Art. 6. A administração pública municipal criará, em 6 (seis) meses contados da publicação desta lei, um banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover ao usuário a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou da inscrição.

SEÇÃO II
DO ALVARÁ

Art. 7. Fica instituída o Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º - Para efeitos desta Lei considera-se como atividade de risco alto aquelas cujas atividades sejam prejudiciais ao sossego público e que tragam riscos ao meio ambiente e que contenham entre outros:
I – material inflamável;
II – aglomeração de pessoas;
III – possam produzir nível sonoro superior ao estabelecido em Lei;
IV – material explosivo;
V – Outras atividades assim definidas em Lei Municipal.

§ 2º. O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela Administração Municipal, nos prazos por ela definidos.

Art. 8. Fica criado o "Alvará Digital", caracterizado pela concessão por meio digital, de alvará de funcionamento, inclusive autorizando impressão de documento fiscal, para atividades econômicas em início de atividade no território do município.

§ 1º O pedido de "Alvará Digital" deverá ser precedido pela expedição do formulário de consulta prévia para fins de localização, devidamente deferido pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º Fica disponibilizado no site do município o formulário de aprovação prévia, que será transmitido por meio do mesmo site para a Secretaria da Fazenda, a qual deverá responder via e-mail, ou correspondência, em 48 (quarenta e oito) horas, acerca da compatibilidade do local com a atividade solicitada.

§ 3º Os imóveis reconhecidos como de atividades econômicas de acordo com classificação de zoneamento disponibilizada pela administração pública municipal, bem como os profissionais autônomos, terão seus pedidos de consulta prévia para fins de localização respondidos via e-mail em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do início do expediente seguinte.

§ 4º O alvará previsto no caput deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

Art. 9. Da solicitação do "Alvará Digital", disponibilizado e transmitido por meio do site do município, constarão, obrigatoriamente, as seguintes informações:

I – Nome do requerente e/ou responsável pela solicitação (contabilista, despachante e/ou procurador).

II – Cópia do registro público de empresário individual ou contrato social ou estatuto e ata, no órgão competente e;

III – Termo de responsabilidade modelo padrão, disponibilizado no site do município.

Art. 10. Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e/ou a terceiros os que, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Art. 11. A presente lei não exime o contribuinte de promover a regularização perante os demais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

Art. 12. O "Alvará Digital" será declarado nulo se:

I – Expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;
II – Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado;
III – Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

SEÇÃO III
DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art.13. Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor, com as seguintes atribuições:

I – Disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

II – Emissão da Certidão de Zoneamento na área do empreendimento;

III – Emissão do "Alvará Digital";

IV – Orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;

V – Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.

§ 1º Na hipótese de indeferimento de alvará ou inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal na Sala do Empreendedor.

§ 2º Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal firmará parceria com outras instituições para oferecer orientação acerca da abertura, do funcionamento e do encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca de crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

CAPÍTULO III
DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 14. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional recolherão o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN com base nesta Lei, em consonância com a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e regulamentação pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 15. O Microempreendedor individual recolherá as taxas e impostos de acordo com o artigo 18-A da lei complementar 128 de 19 de dezembro de 2009.

Dos Benefícios Fiscais

Art. 16. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte terão os seguintes benefícios fiscais:

I – Redução de 70.% (setenta) no pagamento da taxa de licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento no primeiro ano.

II – Redução de 50% no pagamento da taxa de licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento no segundo ano.

II – Redução de 70% (setenta) no pagamento do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU nos primeiros 24 (vinte e quatro) meses de instalação incidente sobre único imóvel próprio, alugado ou cedido utilizado pela microempresa e empresa de pequeno porte.

Art. 17. Os benefícios previstos nesta Lei aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a vigência desta Lei, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 18. Os prazos de validade das notas fiscais de serviços passam a ser os seguintes, podendo cada prazo ser prorrogado por igual período, se isso for requerido antes de expirado:

I – Para empresas com mais de 2 (dois) e até 3 (três) anos de funcionamento, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da respectiva impressão.

II – Para empresa com mais de 3 (três) anos de funcionamento, 270 (duzentos e setenta) dias, contados da data da respectiva impressão.

Art. 19. As microempresas e empresas de pequeno porte não reterão ou terão retidos na fonte qualquer valor a título de ISSQN.

Art. 20. As ME's e as EPP's cadastradas com previsão de prestação de serviços, e que não estejam efetivamente exercendo essa atividade, poderão solicitar dispensa de confecção de talões de Notas Fiscais de Serviço.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 21. A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, do uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas, empresas de pequeno porte e demais contribuintes, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Parágrafo Único – Consideram-se incompatíveis com esse procedimento as atividades a que se referem os incisos I a V do § 1º do Art. 7 desta Lei.

Art. 22. Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita, para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

Art. 23. A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art. 24. Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um Termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1.º Quando o prazo referido neste artigo, não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização, um termo de ajuste de conduta, onde, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no Termo.

§ 2.º Decorridos os prazos fixados no caput ou no Termo de Ajuste de Conduta - TAC, sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

CAPÍTULO V
DA CAPACITAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Art. 25. Todos os serviços de consultoria e instrutoria contratados pela ME ou EPP e que tenham vínculo direto com seu objeto social ou com a capacitação gerencial ou dos funcionários terão a alíquota de ISSQN reduzidas a 2% (dois inteiros por cento).

CAPÍTULO VI
DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Seção I – Do Apoio à Inovação
Subseção I – Da Gestão da Inovação

Art. 26. O Poder Público Municipal criará a Comissão Permanente de Tecnologia e Inovação do Município, com a finalidade de promover a discussão de assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse do Município, o acompanhamento dos programas de tecnologia do Município e a proposição de ações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse do Município e vinculadas ao apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte.

Parágrafo Único - A Comissão referida no *caput* deste artigo será constituída por representantes, titulares e suplentes, de instituições científicas e tecnológicas, centros de pesquisa tecnológica, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, agências de fomento e instituições de apoio, associações de microempresas e empresas de pequeno porte e de Secretaria Municipal que a Prefeitura vier a indicar.

SEÇÃO I
DO FOMENTO ÀS INCUBADORAS, CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

Subseção II – Do Ambiente de Apoio à Inovação

Art. 27. O Poder Público Municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.

§ 1º A Prefeitura Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no *caput* deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2º As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água e demais despesas de infra-estrutura.

§ 3º O prazo máximo de permanência no programa é de 2 (dois) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 2 (dois) anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 28. O Poder Público Municipal poderá criar minidistritos industriais, em local a ser estabelecido por lei, e também indicará as condições para alienação dos lotes a serem ocupados.

Art. 29. O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município para essa finalidade.

§ 1º - Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, a Prefeitura Municipal poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2º - O Poder Público Municipal indicará Secretaria Municipal a quem competirá:

I – zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;

II – fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.

CAPÍTULO VII
DO ACESSO AOS MERCADOS

Art. 30. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do Município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do disposto na Lei Complementar 123/2006.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 31. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a Administração Pública Municipal deverá:

I – instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os cadastros existentes, para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, com as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações;

II – padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adequem os seus processos produtivos;

III – na definição do objeto da contratação, não deverá utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte; e

IV – estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações.

Art. 32. As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666/93, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município ou região.

Art. 33. Exigir-se-á da microempresa e da empresa de pequeno porte, para habilitação em quaisquer licitações do Município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, apenas o seguinte:

I - ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II – inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;

Art. 34. A comprovação de regularidade fiscal das ME e EPP somente será exigida para efeitos de contratação, e não como condição para participação na habilitação..

§ 1º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º. Entende-se o termo “declarado vencedor” de que trata o parágrafo anterior, o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão, e nos demais casos, no momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos para regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

§ 3º. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará na preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 4º. O disposto no parágrafo anterior deverá constar no instrumento convocatório da licitação.

Art. 35. As entidades contratantes deverão exigir dos licitantes para fornecimento de bens, serviços e obras, a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, sob pena de desclassificação.

§ 1º. A exigência de que trata o *caput* deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

§ 2º. Será obrigatória nas contratações cujo valor seja superior a R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), a exigência de subcontratação de que trata o *caput*, respeitadas as condições previstas neste artigo, e não podendo ser inferior a 5%.

§ 3º. É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 4º. As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas propostas dos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.

§ 5º. No momento da habilitação deverá ser comprovada a regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, como condição do licitante ser declarado vencedor do certame, bem como, ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão, se aplicando o prazo para regularização previsto no artigo 34.

§ 6º. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta dias), na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente contratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 7º. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

§ 8º. Os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 9º. Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do § 5º, a Administração deverá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

§ 10. Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Art. 36. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I – microempresa ou empresa de pequeno porte;

II – consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 37. Nas licitações para a aquisição de bens, produtos e serviços de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, a Administração Pública Municipal deverá reservar, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto, sendo-lhes reservada exclusividade de participação na disputa de que trata o *caput*.

§ 2º. Aplica-se o disposto no *caput* sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atendam às exigências constantes do instrumento convocatório.

§ 3º. Admite-se a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da competitividade, e observando-se o seguinte:

I – a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não poderá ultrapassar a 25% (vinte e cinco por cento);

§ 4º. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Art. 38. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

§ 2º. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será apurado após a fase de lances e antes da negociação e corresponderá à diferença de até 5 % (cinco por cento) superior ao valor da menor proposta ou do menor lance, caso os licitantes tenham oferecido.

Art. 39. Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado, em seu favor o objeto;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 43, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 46 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º. No caso de pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 10 (dez) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III deste artigo.

§ 4º. Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pelo órgão ou entidade licitante, e deverá estar previsto no instrumento convocatório, sendo válido para todos os fins a comunicação feita na forma que o edital definir.

Art. 40. Os órgãos e entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 41. Não se aplica o disposto nos arts. 34 ao 40 quando:

I – os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24, incisos III e seguintes, e 25 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 42. O valor licitado por meio do disposto nos arts. 40 a 45 não poderá exceder à 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

Art. 43. Para fins do disposto nesta lei, o enquadramento como ME e EPP se dará nas condições do art. 3º do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte- Lei Complementar Federal nº. 123/06.

Art. 44. Fica obrigatória a capacitação dos membros das Comissões de Licitação da Administração Municipal sobre o que dispõe esta Lei.

Art. 45. A Administração Pública Municipal definirá em 180 dias a contar da data da publicação desta lei, meta anual de participação das micro e pequenas empresas nas compras do Município, que não poderá ser inferior a 20% (vinte pontos percentuais) e implantar controle estatístico para acompanhamento.

Art. 46. Em licitações para aquisição de produtos para merenda escolar, destacadamente aqueles de origem local, a Administração Pública Municipal deverá utilizar preferencialmente a modalidade do pregão presencial.

Seção II
Estímulo ao Mercado Local

Art. 47 - A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

CAPÍTULO VIII
DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Art. 48 - A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno porte, reservará em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou a União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 49 - A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições, tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 50 - A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 51 - A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no Município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, público e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 52 - A Administração Pública Municipal fica autorizada a criar Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do Município, e constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro, de capitais e/ou de cooperativas de crédito, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas a crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte do Município, por meio das Secretarias Municipais competentes.

§ 1º - Por meio desse Comitê, a administração pública municipal disponibilizará as informações necessárias aos Empresários das Micro e Pequenas Empresas localizados no município a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e com menos burocracia.

§ 2º - Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

§ 3° - A participação no Comitê não será remunerada.

Art. 53 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE ADESÃO AO BANCO DA TERRA (ou seu sucedâneo), com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal Banco da Terra no Município (conforme definido na Lei Complementar nº. 93, de 4/2/1996, e Decreto Federal nº. 3.475, de 19/5/2000), para a criação do projeto BANCO da TERRA, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a microempreendimentos do setor rural no âmbito de programas de reordenação fundiária.

CAPÍTULO IX
DO ACESSO À JUSTIÇA

Art. 54 - O Município realizará parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 55 – O Município celebrará parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

§ 1º - O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.

§ 2º - Com base no *caput* deste artigo, o Município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB e Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, bem como postos avançados do mesmo.

CAPITULO X
DO ASSOCIATIVISMO

Art. 56. O Poder Executivo incentivará microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em cooperativas ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

Art. 57 - A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, por meio de associações e cooperativas.

Art. 58 - O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do (a):

I – estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II – estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III – estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV – criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V – apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI – cessão de bens e imóveis do município.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. É concedido parcelamento, em até 36(trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos ao ISSQN e aos demais débitos com o município, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, § 1º. O valor mínimo da parcela mensal será de R$ 50,00 (cinqüenta reais).

§ 2º. Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.

§ 3º. O parcelamento será requerido na Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 4º. A inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas é causa de rescisão dos efeitos do parcelamento, mediante notificação.

§ 5º. As parcelas serão atualizadas monetariamente, anualmente, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 60. Fica instituído o "Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento", que será comemorado em 5 de outubro de cada ano.

Parágrafo único. Nesse dia, será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

Art. 61. A Prefeitura Municipal através elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por esta Lei, especialmente visando à formalização dos empreendimentos informais.

Art. 62. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subseqüente à sua publicação.

Art. 63. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Em, 13 de Maio de 2010.
S
A
N
C
I
O
N
O
EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei n.º 367/2010 – de 31 de Maio de 2010

"Dispõe sobre a Contratação Temporária de Pessoal para Prestação de Serviços sem vínculo empregatícios para atender as Secretarias Municipal e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo Jose da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a Contratar para prestação de serviços essenciais, temporário e sem vínculo empregatício os seguintes profissionais para atender as seguintes Secretarias do Município:

CARGOS	SECRETARIASDESTINADAS	E NÚMERO DEVAGAS UTILIZADAS	VALOR MENSAL	QUANTIDADESÀ CONTRATAR
Gari	·	Séc. De Obras;	510,00	10
Pedreiro	·	Séc. De Obras;	510,00	03

Artigo 2º - A contratação deverá ser feita mediante justificativa em processo administrativo, com autorização expressa do Prefeito Municipal, publicando – se o ato autorizado e a súmula do contrato.

§1º - O instrumento de Contrato deve mencionar:
I – A causa, finalidade e funcionamento Jurídico;
II – A qualificação técnica do contratado;
III – O prazo de prestação dos serviços;
IV – O Valor da remuneração e a dotação orçamentária pela qual correção as despesas;
V – A natureza dos serviços e o modo de sua prestação.

Artigo 3º - O prazo para contratação do pessoal que trata esta Lei será de seis meses, prorrogável por igual prazo.

Artigo 4º - O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I – Rever atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato;

Parágrafo Único – A inobservância no disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, ou na declaração de sua insubsistência, sem prejuízo de responsabilidade daquele envolvido na transgressão.

Artigo 5º - O Contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – Pelo término do prazo contratual;
II – Por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato nos casos de inciso II, será comunicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 2º - A extinção do contrato, por iniciativa do Poder Executivo, poderá ocorrer em decorrência de conveniência administrativa ou da demonstração de incapacidade do contratado para desempenhar a função a ele determinada.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias das Secretarias, constante do orçamento vigente.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Janeiro de 2.010.

Artigo 8º – Revoga-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Em, 31 de Maio de 2010.
S
A
N
C
I
O
N
O
EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME

Lei n.º 367/2010 – de 31 de Maio de 2010

"Dispõe sobre a Contratação Temporária de Pessoal para Prestação de Serviços sem vínculo empregatícios para atender as Secretarias Municipal e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Eduardo Jose da Silva Abreu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a Contratar para prestação de serviços essenciais, temporário e sem vínculo empregatício os seguintes profissionais para atender as seguintes Secretarias do Município:

CARGOS UTILIZADAS	SECRETARIAS	VALOR MENSAL	DESTINADAS E NÚMERO DE VAGAS QUANTIDADES À CONTRATAR
Gari	· Séc. De Obras;	510,00	10
Pedreiro	· Séc. De Obras;	510,00	03

Artigo 2º - A contratação deverá ser feita mediante justificativa em processo administrativo, com autorização expressa do Prefeito Municipal, publicando – se o ato autorizado e a súmula do contrato.

§1º - O instrumento de Contrato deve mencionar:
I – A causa, finalidade e funcionamento Jurídico;
II – A qualificação técnica do contratado;
III – O prazo de prestação dos serviços;
IV – O Valor da remuneração e a dotação orçamentária pela qual correção as despesas;
V – A natureza dos serviços e o modo de sua prestação.

Artigo 3º - O prazo para contratação do pessoal que trata esta Lei será de seis meses, prorrogável por igual prazo.

Artigo 4º - O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I – Rever atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato;

Parágrafo Único – A inobservância no disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, ou na declaração de sua insubsistência, sem prejuízo de responsabilidade daquele envolvido na transgressão.

Artigo 5º - O Contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – Pelo término do prazo contratual;
II – Por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato nos casos de inciso II, será comunicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 2º - A extinção do contrato, por iniciativa do Poder Executivo, poderá ocorrer em decorrência de conveniência administrativa ou da demonstração de incapacidade do contratado para desempenhar a função a ele determinada.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias das Secretarias, constante do orçamento vigente.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Janeiro de 2.010.

Artigo 8º – Revoga-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Em, 31 de Maio de 2010.
S
A
N
C
I
O
N
O
EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

Lei nº 369/2010 – de 31 de Maio de 2010

"Dispõe sobre alteração do Anexo I, da Lei nº 154, de 24 de maio de 2001, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica alterado o Anexo I da Lei nº 154, de 24 de Maio de 2001, com o acréscimo de 03 (três) vagas para o Cargo Operador de Máquina Pesada, Código 129-NA, NÍVEL AUXILIAR, na Reforma Administrativa da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 31 de Maio de 2010.

S
A
N
C
I
O
N
O

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A FIXAÇÃO NOS LUGARES DE COSTUME.

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE

NÍVEL ELEMENTAR

Código	Denominação	Quantidades
101-NE	Auxiliar de Serviços Gerais	52
102-NE	Guarda	18
103-NE	Merendeira	9
104-NE	Coveiro	1

Prefeitura Municipal de Sorriso

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial n.º 063/2010, sendo o objeto referente ao **"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Laboratório para Realização de Exames de DNA",** realizado na data de 06 de Julho de 2010, conforme resultado abaixo:

BIOCRAMA CLINICA DE EXAMES DE DNA LTDA 09.001.104/0001-95

ITEM	ITEM	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	EXAME DE DNA DUO	02	400,00	800,00
02	EXAME DE DNA PAI	02	550,00	1.100,00
03	EXAME DE DNA TRIO	74	285,00	21.090,00

SORRISO – MT, 06 DE JULHO DE 2010

SOLENIR CALEGARO GOBBI
PREGOEIRA

Prefeitura Municipal de Tabaporã

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 097/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)
Contratado: Teofilo Nogueira de Paula Filho, CNPJ nº 11.546.093/0001-70
OBJETO: Prestação de Serviços de Mecanica.
Valor Contr. R$ 11.900,00(onze mil e novecentos reais)
Assinatura do Contr. 07/06/2010 C.V nº 16/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 098/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)
Contratado: Ferreira Amorim & Amaral Ltda-CNPJ nº 10.302.095/0001-51
OBJETO: Construção de Uma Unidade Básica de Saúde.
Valor Contr. R$ 209.475,00 (duzentos e nove mil e quatrocentos e setenta e cinco reais)
Assinatura do Contr. 07/06/2010 T.P 11/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 105/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)
Contratado: Clinica Médica São Paulo Ltda -CNPJ nº 07.541.904/0001-73
OBJETO: Prestação de serviços Médicos Clinico Geral
Valor Contr. R$ 176.900,00 (cento e setenta e seis mil e novecentos reais)
Assinatura do Contr. 18/06/2010 T.P 13/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT
EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL Nº 105/2009
Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)
Contratado: clinica Santa Catarina Ltda-ME, CNPJ nº 09.476.148/0001-71
OBJETO: Prestação de Serviços Médicos
Valor Contr. R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)
Assinatura de termo. 30/06/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT
EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL Nº 09/2007
Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)
Contratado: Neoclides de Melo, CPF nº 543.739.649-04
OBJETO: Prestação de Serviços de Coleta a de Lixo
Valor Contr. R$ 35.000,00 **(trinta e cinco mil reais)**
Assinatura de termo. 30/06/2010

Prefeitura Municipal de Tapurah

EXTRATO DE CONTRATOS JUNHO/2010

CONTRATO Nº. 063/2010
Dotação Orçamentária: (289)09.001 PARTES COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO E CEREAIS LTDA. OBJETO: aquisição de pedra brita (basáltica) e pó de pedra para pavimentação asfáltica nas ruas e avenidas da cidade de Tapurah. VALOR: R$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 07/06/2010.

CONTRATO Nº. 064/2010
Dotação Orçamentária: (284)09.001 PARTES: ELISANDRO BOURSCHEIT; OBJETO: prestação de serviços de aguamento de vias públicas municipais, no distrito de Ana Terra. VALOR: R$ 26.064,00 (vinte e seis mil e sessenta e quatro reais), PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/06/2010 À 07/12/2010. ASSINATURA: 07/06/2010.

CONTRATO Nº. 065/2010
Dotação Orçamentária: (284)09.001 PARTES: LUIZ ALCIDES DA ROSA; OBJETO: Contratação prestação de serviços de aguamento de vias públicas municipais, no distrito de Eldorado. VALOR: R$ 29.988,00(vinte e nove mil e novecentos e oitenta e oito reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/06/2010 À 07/12/2010. ASSINATURA: 07/06/2010.
CONTRATO Nº. 066/2010
Dotação Orçamentária: (289)09.001. PARTES: EMAM EMULSOES E TRANSPORTES LTDA OBJETO: Aquisição de emulsões para pavimentação asfáltica. VALOR R$ 177.050,00 (cento e setenta e sete mil e cinqüenta reais); PRAZO DE VIGÊNCIA: 08/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 08/06/2010

CONTRATO 067/2010
Dotação Orçamentária: (261)08.002. PARTES: NEIDA PERUZZO; OBJETO: locação de um imóvel residencial, sendo destinado ao funcionamento CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. VALOR R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 08/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 08/06/2010.

CONTRATO 068/2010
Dotação Orçamentária: (107)04.004, (160)05.002, (283)09.001. PARTES: COMERCIO DE PEÇAS VERDE LUCAS LTDA; OBJETO: aquisição de peças para manutenção da frota de veículos da Administração Municipal. VALOR R$ 9.994,54 (nove mil novecentos e noventa e quatro reais e cinqüenta e quatro centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 09/06/2010.

CONTRATO 069/2010
Dotação Orçamentária: (107)04.004, (160)05.002, (283)09.001. PARTES: R MONTAGNA E CIA LTDA; OBJETO: aquisição de peças para manutenção da frota de veículos da Administração Municipal. VALOR R$ 115.216,03

(cento e quinze mil duzentos e dezesseis reais e três centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 09/06/2010.

CONTRATO 070/2010

Dotação Orçamentária: (107)04.004, (160)05.002, (283)09.001. PARTES: TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO ME; OBJETO: aquisição de peças para manutenção da frota de veículos da Administração Municipal. VALOR R$ 55.688,12 (cinqüenta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e doze centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 09/06/2010.

CONTRATO 071/2010

Dotação Orçamentária: (289) 09.001. PARTES: KREMER, KREIN E CIA LTDA; OBJETO: contratação de pessoa jurídica para efetuar o transporte rodoviário. VALOR: R$ 24.480,00(vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta reais); PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 11/06/2010.

CONTRATO 072/2010

Dotação Orçamentária: (285)09.001. MR INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME; OBJETO: prestação de serviços de reparos e manutenção da rede de iluminação pública do Município e dos órgãos da Administração Municipal.VALOR: R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais); PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 11/06/2010.

CONTRATO Nº. 073/2010

Dotação Orçamentária: (131)04.006. PARTES: LUSILENE MENDES DE LARA ME; OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para os estudantes que participarão do VI Jogos Escolares Regionais no Município de Tapurah/MT, no período de 19 a 26 de junho de 2010. VALOR R$ 9.347,80 (nove mil trezentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos); PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 17/06/2010

CONTRATO Nº. 074/2010

Dotação Orçamentária: (131)04.006. PARTES: MERCADO JARDIM PRIMAVERA LTDA ME; OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para os estudantes que participarão do VI Jogos Escolares Regionais no Município de Tapurah/MT, no período de 19 a 26 de junho de 2010. VALOR R$ 11.343,92 (onze mil trezentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos); PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 17/06/2010

CONTRATO Nº. 075/2010

Dotação Orçamentária: (131)04.006. PARTES: VALDIRIA VIEIRA LI; OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para os estudantes que participarão do VI Jogos Escolares Regionais no Município de Tapurah/MT, no período de 19 a 26 de junho de 2010. VALOR R$ 4.987,50 (quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 17/06/2010

CONTRATO 076/2010

Dotação Orçamentária: (301) 09.001. N G MAZZONETTO; OBJETO: aquisição de mudas e planta. VALOR: R$29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais); PRAZO DE VIGÊNCIA: 24/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 24/06/2010.

CONTRATO 077/2010

Dotação Orçamentária: (038)03.001; (162)05.002. GRAFICA E EDITORA VALGRAF LTDA ME; OBJETO: fornecimento de material gráfico. VALOR: R$ 58.213,00 (cinqüenta e oito mil duzentos e treze reais); PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 29/06/2010.

TERMO ADITIVO 008/2010 SEGUNDO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO CONTRATO Nº 024/2010.

Dotação Orçamentária: (149)05.002; (234)08.001. PARTE: MERCADO JARDIM PRIMAVERA LTDA ME; OBJETO: a rerratificação da cláusula SÉTIMA do Contrato Originário nº 024/2010, alterando-se estas em suas redações originais e ratificação das demais cláusulas do contrato. VALOR: R$ 4.852,50 (quatro mil oitocentos e cinqüenta e dois reais e cinqüenta centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 01/06/2010.

TERMO ADITIVO Nº 009/2010 PRIMEIRO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 074/2010

Dotação Orçamentária: (131)04.006, PARTE: MERCADO JARDIM PRIMAVERA LTDA ME; OBJETO: a retificação das cláusulas TERCEIRA do contrato original nº 074/2010, alterando-se estas em suas redações originais e ratificação das demais cláusulas. VALOR: R$ 1.929,07 (um mil, novecentos e vinte e nove reais e sete centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 18/06/2010.

TERMO ADITIVO Nº 010/2010 PRIMEIRO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 075/2010

Dotação Orçamentária: (131)04.006, PARTE: VALDIRIA VIEIRA LIMA; OBJETO: a retificação das cláusulas TERCEIRA do contrato original nº 075/2010, alterando-se estas em suas redações originais e ratificação das demais cláusulas. VALOR: valor R$ 900,37(novecentos reais e trinta e sete centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 18/06/2010.

TERMO ADITIVO Nº 011/2010 PRIMEIRO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 073/2010

Dotação Orçamentária: (131)04.006, PARTE: LUSILENE MENDES DE LARA ME; OBJETO: a retificação da cláusula TERCEIRA do contrato original nº 073/2010, alterando-se estas em suas redações originais e ratificação das demais cláusulas. VALOR: R$ 1.406,65(um mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e cinco centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 18/06/2010 À 31/12/2010. ASSINATURA: 18/06/2010.

TERMO ADITIVO Nº 012/2010 "PRIMEIRO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 030/2010

Dotação Orçamentária: (311) 09.001, PARTE: *CERTA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA*; OBJETO: prorrogar a vigência do contrato original por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar da data do seu vencimento ocorrido em 19 de junho de 2010. PRAZO DE VIGÊNCIA: por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar da data do seu vencimento ocorrido em 19 de junho de 2010. ASSINATURA: 18/06/2010.

LEI Nº 833/2010,
DE 25 DE MAIO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR –SMDC, INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON MUNICIPAL DE TAPURAH, ESTADO DE MATO GROSSO, CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON E O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FUNDECON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON GELLER, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ART. 1º. A presente Lei estabelece a organização do **Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC**, nos termos da Lei Federal nº 8.078/90 e do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997.

ART. 2º. São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC:

I – A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – **PROCON**;

II – O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON;

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e as Associações Civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, observado o disposto nos artigos 82 e 105, da Lei Federal nº 8078/90.

CAPÍTULO II

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES

ART. 3º. **Fica instituída a** COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON DE TAPURAH, ESTADO DE MATO GROSSO**, destinada a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor**.

ART. 4º. A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - **PROCON MUNICIPAL** ficará vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda.

ART. 5º. Constituem objetivos permanentes da **COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON:**

I - assessorar o Prefeito Municipal na implantação e implementação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do Consumidor;

III – receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IV – orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre os seus direitos, deveres e prerrogativas;

V - encaminhar aos órgãos competentes a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as de violação a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

VI - incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e as já existentes, bem como outros programas especiais;

VII - promover ações contínuas de educação para o consumo, utilizando diferentes meios de comunicação, bem como realizando parcerias com outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VIII - atuar no sistema municipal do ensino, com o objetivo de sensibilizar e, posteriormente, conscientizar os alunos e a comunidade escolar quanto aos direitos e deveres do consumidor;

IX - colocar à disposição dos consumidores, sempre que possível, mecanismos que possibilitem informá-los sobre os menores preços dos produtos básicos encontrados no mercado de consumo;

X - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, nos termos do artigo 44 da Lei Federal nº 8078/90 e dos artigos 57 a 62 do Decreto Federal nº 2.181/97;

XI - expedir notificação aos fornecedores para que prestem esclarecimentos das reclamações apresentadas pelos consumidores no Procon;

XII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078/90 - e Decreto Federal nº 2.181/97;

XIII - funcionar, no que se refere ao processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência;

XIV - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XV - instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei Federal nº 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo;

XVI – realizar outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

DO JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

ART. 6º. A instrução e julgamento dos processos administrativos caberão ao **PROCON**, sendo que a decisão de primeira instância será de competência do Conciliador ou Assessor Jurídico lotado no PROCON MUNICIPAL.

ART. 7º. Da decisão de primeira instância caberá recurso do Fornecedor ao Coordenador Executivo do PROCON que poderá requerer parecer técnico da Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo único. O recurso ao Coordenador Executivo do **PROCON** será a segunda e última instância recursal na esfera administrativa.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURA DO PROCON

ART. 8º. A estrutura organizacional do **PROCON** Municipal será estabelecida por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, posterior a publicação desta lei.

ART. 9º. **A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor -** PROCON **será dirigida pelo Coordenador Executivo, que terá a função de coordenar todas as ações de competência da referida Coordenadoria.**

ART. 10. **As atribuições da Coordenadoria serão regulamentadas pelos atos administrativos cabíveis.**

ART. 11. O Coordenador Executivo do PROCON Municipal contará com o apoio do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – **CONDECON.**

ART. 12. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON, recursos humanos, equipamentos, materiais permanentes e de consumo e serviços necessários ao funcionamento do órgão.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON

ART. 13. Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, com as seguintes atribuições:

I – atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de proteção e defesa do consumidor;

II – deliberar sobre a administração e gestão financeira e econômica dos recursos depositados no Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, bem como deliberar sobre a aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei e nas Leis nºs. 7347/85 e 8.078/90, priorizando os programas e projetos de educação para o consumo e de proteção e defesa do consumidor;

III - elaborar, revisar, atualizar e editar normas de procedimentos;

IV - realizar parceria com outros órgãos públicos e entidades civis ligadas à área de direito do consumidor, com o intuito de prestar e solicitar a cooperação técnica;

V – autorizar a edição e a confecção de materiais informativos/ didáticos, para contribuir com a sensibilização dos cidadãos quanto aos direitos e deveres do consumidor;

VI - promover, por meio de órgãos da Administração Pública e de entidades civis interessadas, eventos educativos ou científicos, relacionados à proteção e defesa do consumidor;

VII - fiscalizar o cumprimento do objeto do convênio e contrato firmados entre a Coordenadoria do Procon do Município com os órgãos públicos e demais Entidades;

VIII – examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa na área de direito do consumidor;

IX – analisar, aprovar e autorizar a publicação da prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, sempre na segunda quinzena do mês de dezembro;

X - elaborar o seu Regimento Interno;

XI - zelar pela aplicação correta dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor para a consecução dos objetivos;

XII – solicitar a liberação de recursos para proporcionar a participação dos servidores do Procon Municipal em reuniões, encontros, palestras, congressos e demais Eventos;

XIII - aprovar e publicar a prestação de contas mensal e anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON.

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO, MANDATO DOS MEMBROS DO CONDECON E NORMAS AFINS

ART. 14. **O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor-CONDECON será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:**

I - O Coordenador do PROCON Municipal, que o presidirá;

II – Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária);

IV - Um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

V - Um representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda;

VI – Um representante da Câmara Municipal de Vereadores;

VI – 02 (dois) representantes de ACET - Associação Comercial e Empresarial de Tapurah – MT, entidade representativa dos fornecedores;

VII – 03 (três) representantes da Sociedade Civil Organizada;

VIII – 01 (um) representante da OAB.

§ 1º. O Coordenador Executivo do **PROCON** é membro nato do CONDECON;

§ 2º. **Todos os demais membros serão indicados pelos órgãos e entidades a que representam, sendo investidos na função de conselheiros, mediante nomeação pelo Poder Executivo Municipal.**

§ 3º. **As indicações para nomeação ou substituição de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos.**

§ 4º. **Para cada membro será indicado um suplente que o substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimentos do titular.**

§ 5º. Perderá a condição de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

§ 6º. Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 7º. A função de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 8º. **O mandato dos membros do Conselho de Defesa do Consumidor - CONDECON será de (02) dois anos, sendo permitida uma recondução dos eleitos.**

ART. 15. **O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON será presidido pelo Coordenador Executivo do Procon Municipal.**

ART. 16. **Visando cumprir suas atribuições legais e regimentais, o CONDECON reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros no Procon, mediante a presença de 06 (seis) membros, sendo admissível uma tolerância de 30 (trinta) minutos para que o quorum seja alcançado.**

ART. 17. As instituições governamentais e não-governamentais integrantes do CONDECON terão direito a apenas um voto cada uma, mesmo que presentes à Assembléia os Conselheiros Titular e Suplente.

ART. 18. As deliberações do Conselho serão fixadas em:

I – Resoluções;

II – Moções;

III – Decisões.

§ 1º. Os atos normativos do CONDECON serão instrumentalizados por meio de Resoluções.

§ 2º. As manifestações do CONDECON, de qualquer natureza, sem conteúdo normativo, aperfeiçoam-se através de Moções.

§ 3º. Atuando na aplicação dos recursos do Fundo, o CONDECON o faz através de Decisões.

ART. 19. As Resoluções e as Moções serão identificadas por numerações seqüenciais e contínuas, independentemente do ano civil em que foram expedidas, devendo das mesmas constar a data em que foram elaboradas.

ART. 20. As Decisões serão numeradas, sendo as mesmas datadas e identificadas pelos números dos processos onde foram exaradas.

CAPÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA

ART. 21. A direção do CONDECON será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário-Executivo e 2º Secretário-Executivo.

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ART. 22. Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, de que trata o artigo 57 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento de ações e serviços de proteção e defesa dos direitos do consumidor.

§ 1º. O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - **FUNDECON** será gerido pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 14 desta Lei;

§ 2º. O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - **FUNDECON** terá número no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto a Receita Federal.

ART. 23. Os recursos oriundos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor -**FUNDECON** serão destinados ao financiamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, no

âmbito do município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, compreendendo especificamente:

I - financiar total ou parcialmente os programas, projetos e atividades relacionados com os objetivos da Política Nacional, Estadual e Municipal das relações de consumo;

II – modernizar administrativamente a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON MUNICIPAL, visando à melhoria da prestação dos serviços oferecidos à população;

III - desenvolver programas de capacitação e aperfeiçoamento de servidores e conselheiros do CONDECON;

IV – no custeio de pesquisas e estudos relativos às relações de consumo e defesa do consumidor realizados por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos;

V – na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo, serviços, diárias, passagens e demais despesas necessárias ao bom desenvolvimento dos programas, projetos e atividades da Coordenadoria Executiva do PROCON MUNICIPAL;

VI - fomentar ações que visem à defesa do consumidor;

VII - atender a despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações do órgão municipal;

VIII – promover e fomentar a criação de Entidades Civis e de Defesa do Consumidor;

IX - na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos, na criação, confecção e edição de materiais informativos/ didáticos, relacionados à educação, proteção e defesa do consumidor;

X - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;

Parágrafo único. Na hipótese do Inciso X deste artigo, deverá o CONDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

XI – no custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros, cursos, congressos e demais eventos, dentro e fora do Estado, relacionados ao direito do consumidor;

XII – atender outras despesas de capital e de custeio que contribuam com o bom funcionamento da Coordenadoria Executiva do PROCON MUNICIPAL.

ART. 24. Constituem recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, o produto da arrecadação de:

I - condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13, da Lei Federal nº 7.347 de 24 de julho de 1985;

II - valores arrecadados ao Município, em virtude da aplicação das multas previstas no artigo 56, Inciso I e artigo 57 e seu Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.078/90, assim como àquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em Termo de Ajustamento de Conduta - TAC;

III – transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras;

VI - produto de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e/ou privado;

VII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

ART. 25. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial, a ser aberta e mantida em Instituição Financeira, em nome do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, que terá CNPJ próprio.

§ 1º. As receitas das multas aplicadas terão um código de receita próprio e deverão ser recolhidas pelas empresas infratoras ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM emitido pela Prefeitura Municipal.

§ 2º. Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º. O saldo credor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, apurado em balanço no término da cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º. O Primeiro Secretário Executivo do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON, com a anuência do Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, será obrigado a publicar, semestralmente, os demonstrativos de receitas e despesas realizadas, como também, o balanço anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON.

§ 5º. A Contabilidade do FUNDECON será realizada pelo setor municipal competente.

ART. 26. Os recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON serão destinados ao financiamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, no âmbito do município de Tapurah, Estado de Mato Grosso e Instituições Públicas e Entidades Civis ligados à proteção e defesa do consumidor.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 27. No desempenho de suas funções, a Prefeitura Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, por meio da Coordenadoria Executiva do Procon Municipal, poderá realizar convênios, termos de cooperação técnica com os órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SMDC), tais como: órgãos federais, estaduais, municipais e entidades privadas de defesa do consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o artigo 105 da Lei Federal nº 8.078/90.

ART. 28. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), as universidades públicas e privadas, escolas públicas e privadas e demais instituições que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

ART. 29. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias previstas no atual Orçamento Anual da Prefeitura Municipal.

ART. 30. O Poder Executivo Municipal aprovará, mediante decreto, o Regimento Interno da Coordenadoria Executiva do Procon Municipal, definindo sua estrutura administrativa, cargos, competência da Coordenadoria Executiva e suas Divisões, bem como do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON.

ART. 31. A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON Municipal observará na execução da política municipal de defesa do consumidor, as diretrizes fixadas pelo Procon Estadual, que é o Coordenador do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

ART. 32. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dez.

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se

CUMPRA-SE: MILTON GELLER
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de União do Sul

DECRETO Nº 622, DE 30 DE JUNHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e embasado no inciso I, do art. 4º, da Lei Municipal nº 370, de 02 de dezembro de 2009 (Lei Orçamentária do Exercício de 2010);

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2010, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

08.001 – DIVISÃO DE URBANISMO

(202) 15.451.0011.1.028-4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações R$ 11.100,00.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, fica anulada igual importância da seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(149) 10.302.0025.1.052-4490.52.00.00.00–Equipamentos e Material Permanente R$ 1.100,00.

(153) 10.302.0025.1.056-4490.52.00.00.00–Equipamentos e Material Permanente R$ 10.000,00.

TOTAL .... R$ 11.100,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 30 de junho de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2010
Data: 08/07/2010

Dispõe sobre convocação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2008 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Concurso Público de Provas, realizado em 15 de junho de 2008, homologado em 30 de junho de 2008, e prorrogado através do Decreto nº 619, de 29 de junho de 2010;

Considerando ainda o disposto no Edital de Concurso Público Nº 001/2008;

1. Pelo presente Edital, ficam CONVOCADAS as candidatas classificadas, para preenchimento de vagas existentes no momento, conforme descrição abaixo:

CARGO: ASSISTENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ELISENA LINS MARCON	179	8ª Colocada
LUCIANE VARELA DE MATIA	36	9ª Colocada
VANESSA BERNARTT	35	10ª Colocada
BRUNA DE MIRANDA	118	11ª Colocada

2. As candidatas convocadas por este Edital terão prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de publicação deste Edital, para serem nomeadas e tomarem posse no respectivo cargo.

3. As candidatas deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munidas dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS Autenticadas:

· Carteira de Identidade;
· Cadastro de Pessoa Física – CPF, em validade;
· Título de Eleitor e prova de quitação com a justiça eleitoral;
· Comprovante de Escolaridade(Diploma, Certificado, Declaração, etc.);
· Certidão de Nascimento de filhos e de Casamento.

ORIGINAL:

· Inspeção médica de aptidão física e mental, expedida por médico designado pelo município;
· Certidão Negativa de Foro Criminal, do lugar que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo há 90 (noventa) dias da data de expedição do presente Edital;
· Folha de Antecedentes, da Polícia do(s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo há 90 (noventa) dias da data de expedição do presente Edital;
· Declaração de bens e valores patrimoniais (incluir do cônjuge, se casado);
· Declaração do Órgão Público ao qual esteja vinculado, de que tem situação jurídica compatível com nova investidura em cargo público, por não estar respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância, e não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades de demissão, nos termos do artigo 191 e parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 007/2008;
· Declaração negativa de acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;
· Declaração referente recebimento ou não de provento decorrente de aposentadoria ou pensão.

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 08 de julho de 2010.

ERINEU DIESEL
Secretário Mun. de Administração

Visto:
ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 088/2010.

Data: 01/07/2010.

Dispõe sobre exoneração de funcionário do cargo em comissão de Coordenador do Programa de Defesa Comunitária – DAI-06, e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando a conveniência administrativa;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar nesta data, o Sr. ANTONIO PAULO DE OLIVEIRA, portador do RG nº 1086890-9 SSP/MT e CPF nº 120.029.769-53, do cargo em comissão de *Coordenador do Programa de Defesa Comunitária (DAI-06)*, vinculado à Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 021/2009, de 05 de janeiro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 01 de julho de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N°.085 / 2010

Partes Interessadas: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa CONSTRUTORA PLANEL LTDA. Fundamentação Legal: Lei n° 8.666/93 alterada pela Lei n° 8.883/94, Tomada de Preços nº. 003/2010. Objeto: Obras para construção de sub-aditora de água tratada no Residencial Milton Figueiredo, no Municipio de Varzea Grande. Valor Global: R$ 697.890,31 (Seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e noventa e trinta e um centavos). Dotação Orçamentária: - S. M. Infra-Estrutura. Classificação Funcional Programática: - 01.15.451.22-1066. Elemento de Despesa: - 4.4.90.51.00.999/301 – Obras e Instalações. Vigência: 08 (oito) meses. Data de Assinatura: 02.07.2010. Signatários: Murilo Domingos – Prefeito Municipal / Sebastião dos Reis Gonçalves – Sinfra / Sidney Sérgio Inacio da Silva – Construtora Planel Ltda e Geraldo Carlos de Oliveira – Procurador Geral do Município de Várzea Grande.

AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2010-
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS: RASTREADOR VEICULAR GSM, VIA GPS / GPRS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, com realização prevista para o dia 21 de Julho de 2010, às 09h00min (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis das 14h00min às 17h30min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 40,00 - não restituível e gratuitamente, no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Otávio Guimarães Rezende- Pregoeiro. Marcos José da Silva- Sec. Municipal de Administração.Várzea Grande-MT, 07 de Julho de 2010.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE/MT
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n°: 018/2010
Contrato Aditado: 017/2009
Tomada de Preço n.º: 002/2009
Contratada: EZA CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA
Objeto: Prorrogação de Prazo
Prazo: 08 (Oito) meses
Fundamentação Legal: Art. 57, Inciso II, § 4º da Lei n° 8.666/93.
Assinatura: 21/05/2010

João Carlos Hauer
Diretor Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2010.

Validade: 12 (doze) meses.

Inicio da Vigência: 28/06/2010.

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 22/2010, celebrada entre a PEREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados, em face à realização do Pregão Eletrônico nº 02/2010.

Lote 01	EMPRESA: PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda	Marca	QTD	UNID	UNIT. (R$)
Item 01	Dispositivo para infusão venosa nº19 (scalp), com asa estéril, tamanho 19 g, constituído por agulha de aço inoxidável, siliconizada, de bisel curto, biangular e trifacetado; asa de plástico flexível com sua parte dorsal totalmente lisa, tubo vinílico, leve, flexível, transparente e atóxico; conector tipo luer, com tampa transparente e removível, aleta, agulha e tubo deverão ser fundidos em uma única peça, embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e tempo de validade	Lamedid/ Solidor	2.000	Und.	0,095
Item 02	Dispositivo para infusão venosa nº21 (scalp), com asa estéril, tamanho 21 g, constituído por agulha de aço inoxidável, siliconizada, de bisel curto, biangular e trifacetado; asa de plástico flexível com sua parte dorsal totalmente lisa, tubo vinílico leve flexível transparente e atóxico; conector tipo luer, com tampa transparente e removível, aleta, agulha e tubo deverão ser fundidos em uma única peça, embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e tempo de validade	Lamedid/ Solidor	2.000	Unid.	0,095
Item 03	Dispositivo para infusão venosa nº23 (scalp), com asa estéril, tamanho 23 g, constituído por agulha de aço inoxidável, siliconizada, de bisel curto, biangular e trifacetado; asa de plástico flexível com sua parte dorsal totalmente lisa, tubo vinílico leve flexível transparente e atóxico; conector tipo luer, com tampa transparente e removível, aleta, agulha e tubo deverão ser fundidos em uma única peça, embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e tempo de validade	Lamedid/ Solidor	4.000	Unid.	0,095
Item 04	Dispositivo para infusão venosa nº25 (scalp), com asa estéril, tamanho 25 g, constituído por agulha de aço				

1

AV. CASTELO BRANCO Nº 2.500 – BAIRRO: ÁGUA LIMPA – CEP 78.125-700 – FONE (65) 3688-8051 – FAX 3688-8053

	inoxidável, siliconizada, de bisel curto, biangular e trifacetado; asa de plástico flexível com sua parte dorsal totalmente lisa, tubo vinilico leve flexível transparente e atóxico; conector tipo luer, com tampa transparente e removível, aleta, agulha e tubo deverão ser fundidos em uma única peça, embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e tempo de validade	Lamedid/ Solidor	2.000	Unid.	0,095
Item 05	Dispositivo para infusão venosa nº 27 - dispositivo para infusão venosa com asa estéril, tamanho 27 g, constituído por agulha de aço inoxidável, siliconizada, de bisel curto, biangular e trifacetado; asa de plástico flexível, com sua parte dorsal totalmente lisa, tubo vinílico leve, flexível, transparente e atóxico; conector tipo luer, com tampa transparente e removível; aleta, agulha e tubo deverão ser fundidos em uma única peça, embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e tempo de validade.	Lamedid/ Solidor	1.000	Unid.	0,095
Lote 02	**EMPRESA: Cirúrgica Eldorado Distr. Prod. Méd.Hospitalar Ltda**	**Marca**	**QTD**	**UNID**	**UNIT. (R$)**
Item 06	Seringas descartáveis 01 ml c/ agulha 13 x 4,5, seringa descartável - 01 ml com agulha 13x4,5 - seringa descartável estéril, capacidade de 01 ml com agulha hipodérmica, descartável, estéril, confeccionada em aço inoxidável, com bisel trifacetado,calibre 13x4,5 seringa deve ser confeccionada em polipropileno, translúcido, atóxico, com graduação milimetrada, enumerada a cada 100 u.i, bico central, com borracha na ponta do êmbolo, possibilitando perfeito deslize embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e prazo de validade capacidade para 01 ml.	Injex/ Nacional	50.000	Und.	0,230
Item 07	Seringas descartáveis 03 ml c/ agulha 25 x 7, seringa descartável - 03 ml com agulha 25x7 - seringa estéril descartável, com agulha hipodérmica, descartável, estéril, siliconizada, confeccionada em aço inoxidável, com bisel trifacetado, calibre 25x7 a seringa deve ser confeccionada em polipropileno, translúcido, atóxico, com graduação externa de boa visualização, bico simples, êmbolo com formato anatômico, ponteira de borracha atóxica, siliconizada, perfeitamente ajustada à seringa embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e prazo de validade capacidade para 3 ml.	Injex/ Nacional	3.000	Und.	0,240
Item 08	Seringas descartáveis 05 ml c/ agulha 25 x 8 , seringa descartável - 05 ml com agulha 25x8 - seringa estéril descartável, com agulha hipodérmica, descartável, estéril, siliconizada, confeccionada em aço inoxidável, com bisel trifacetado, calibre 25x8. a seringa deve ser confeccionada em polipropileno, translúcido, atóxico, com graduação				

	externa de boa visualização, bico simples, êmbolo com formato anatômico, ponteira de borracha atóxica, siliconizada, perfeitamente ajustada à seringa embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e prazo de validade capacidade para 5 ml.	Injex/ Nacional	3.000	Und.	0,270
Item 09	Seringas descartáveis 10 ml com agulha 25 x 8 , seringa descartável - 10 ml com agulha 25x8 - seringa estéril descartável, com agulha hipodérmica, descartável, estéril, siliconizada, confeccionada em aço inoxidável, com bisel trifacetado, calibre 25x8. a seringa deve confeccionada em polipropileno, translúcido, atóxico, com graduação externa de boa visualização, bico simples, êmbolo com formato anatômico, ponteira de borracha atóxica, siliconizada, perfeitamente ajustada à seringa embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e prazo de validade capacidade para 10 ml.	Injex/ Nacional	4.000	Und.	0,400
Item 10	Seringas descartáveis 20 ml c/ agulha 25 x 8, seringa descartável - 20 ml com agulha 25x8 - seringa estéril descartável, com agulha hipodérmica, descartável, estéril, siliconizada, confeccionada em aço inoxidável, com bisel trifacetado, calibre 25x8a seringa deve ser confeccionada em polipropileno, translúcido, atóxico, com graduação externa de boa visualização, bico simples, êmbolo com formato anatômico, ponteira de borracha atóxica, siliconizada, perfeitamente ajustada à seringa embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e prazo de validade capacidade para 20 ml.	Injex/ Nacional	4.000	Und.	0,510
Lote 03	**EMPRESA: Medsonda Ind. Com. Prod. Hosp. Desc. Ltda – ME**	**Marca**	**QTD**	**UNID**	**UNIT. (R$)**
Item 11	Sonda uretral nº 08 - sonda uretral (sonda de alívio), estéril, descartável, confeccionada em polivinil atóxico e transparente, siliconizada, flexível, contendo conector universal, adaptável ao intermediário, medindo aproximadamente 40 cm de comprimento, tamanho nº 08, embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e prazo de validade.	Medsonda	3.000	Und.	0,270
Item 12	Sonda uretral nº 10 - sonda uretral (sonda de alívio), estéril, descartável, confeccionada em polivinil atóxico e transparente, siliconizada, flexível, contento conector universal, adaptável ao intermediário, medindo aproximadamente 40 cm de comprimento. tamanho nº 10, embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e prazo de validade.	Medsonda	3.000	Unid.	0,275
Item 13	Sonda uretral nº 12 - sonda uretral (sonda de alívio), estéril, descartável, confeccionada em polivinil atóxico e transparente, siliconizada, flexível, contento conector				

3

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura de Várzea Grande
Construindo uma nova cidade

	universal, adaptável ao intermediário, medindo aproximadamente 40 cm de comprimento, tamanho nº 12, embalagem individual em papel grau cirúrgico com face em polipropileno, com abertura em pétala, constando externamente identificação e procedência, data e tipo da esterilização e prazo de validade	Medsonda	3.000	Unid.	0,285

Várzea Grande-MT 24 de junho de 2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CONTRATADAS: **PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda**
Cirúrgica Eldorado Distr. Prod. Méd.Hospitalar Ltda
Medsonda Ind. Com. Prod. Hosp. Desc. Ltda – ME

Termo de Contratos a serem publicados

Extrato do Contrato 011/2010.
Contratante: Fundação de Saúde de Várzea Grande
Contratado: SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA S/C LTDA.
Objeto: Prestação de serviços de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosimetros
Valor: R$ 2.271,36 (Dois Mil Duzentos e Setenta e Um Reais e Trinta e Seis Centavos)
Prazo: 12(Doze) meses
Modalidade de Licitação: Contratação Direta/2010.
Dotação orçamentária: 2063 Manutenção e Encargos 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
Várzea Grande, 30 de junho de 2010.
Jorge de Araújo Lafeta
Superintendente - Fusvag

Extrato do Contrato 012/2010.
Contratante: Fundação de Saúde de Várzea Grande
Contratado: Alencastro e Cia Ltda
Objeto: Locação de copiadora, impressora e scanner 32 PPM, marca Brother (Nova), com franquia de 9.000 (Seis Mil) cópias, com fornecimento de tôner, assistência técnica e peças inclusas na locação.
Valor: $ 6.480,00 (Seis Mil Quatrocentos e Oitenta Reais)
Prazo: 12(Doze) meses
Modalidade de Licitação: Contratação Direta/2010.
Dotação orçamentária: 2063 Manutenção e Encargos 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
Várzea Grande, 30 de junho de 2010.
Jorge de Araújo Lafeta
Superintendente - Fusvag

Prefeitura Municipal de Vila Bela de Santissima Tindade

PORTARIA N.º 87/2010

"Dispõe sobre a concessão do benefício **Aposentadoria Por Idade** ao servidor Sr. **Antonio Floriano Fernandes Souza**."

O Prefeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40 Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei n.º 688/2005 de 30 de setembro de 2005, que rege a previdência municipal, Tabela Salarial – Nível Elementar do Decreto n.º 008/2010 que dispõe sobre o dissídio coletivo (reposição salarial) dos servidores públicos municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria Por Idade,** ao servidor Sr. **Antonio Floriano Fernandes Souza**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 309.679, SSP/MT e do CPF n.º 581.920.421-20, residente e domiciliado neste município, servidor Efetivo, no cargo Vigia, Nível Elementar "I", Classe "C", sub-classe "II", lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o nº 106941, com proventos Proporcionais, conforme processo administrativo do PREVILA, n.º **2010.02.0002P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE - MT, 07 de julho de 2010.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Consórcios Intermunicipais

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal

EXTRATO DA ATA PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.01/2010

O Pregoeiro do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal Torna Publico que com referência o Pregão Presencial Registro de Preço 01/2010, que teve como objeto a aquisição de peças, teve as empresas: **AGUILERA AUTO PEÇAS LTDA** vencedora dos seguintes itens com os respectivos valores: 1- R$ 12,00; 2- R$ 14,00; 3- R$ 2.100,00; 4- R$ 73,50; 5- R$ 50,00; 6- R$ 84,00; 7- R$ 186,00; 9- R$ 717,00; 10- R$ 1.500,00; 11- R$ 336,00; 12- R$ 2.800,00; 13- R$ 186,00; 14- R$ 450,00; 15- R$780,00; 16- R$ 630,00; 17- R$ 100,00; 18- R$ 165,00; 19- R$ 360,00; 20- R$ 540,00; 21- R$ 504,00; 22- R$ 1.380,00; 23- R$ 3.960,00; 24- R$ 1630,00; 25- R$ 1.005,00; 26- R$ 2.392,00; 27- R$ 144,00; 28- R$ 27,00; 29- R$ 450,00; 30- R$1.600,00 ; 31- R$ 651,00; 32- R$ 378,00; 33- R$ 1560,00; 34- R$ 1382,00; 35- R$ 978,00; 37- R$ 6.430,00; 38- R$ 6.096,00; 39- R$ 900,00; 40- R$ 372,00; 41- R$ 339,00; 42- R$ 834,00; 43- R$ 762,00; 44- R$ 834,00; 45- R$ 732,00; 46- R$ 340,00; 47- R$ 142,50; 48- R$ 344,00; 49- R$ 1.332,00; 50- R$ 1.704,00; 51- R$ 725,00; 52- R$ 3.216,00; 53- R$ 230,00; 54- R$ 1.160,00; 55- R$ 296,00; 56- R$ 180,00; 57- R$ 230,00; 58- R$ 55,00; 59- R$ 864,00; 60- R$ 540,00; 61- R$ 600,00; 62- R$ 910,00; 63- R$ 1.510,00; 64- R$ 1.328,00; 65- R$ 3.790,00; 66- R$ 2.452,00; 67- R$ 3.170,00; 68- R$ 96,00; 69- R$ 885,00; 70- R$ 720,00; 71- R$ 712,00; PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE **R$ 73.955,00** (Setenta e três mil, novecentos e cinqüenta e cinco reais). **CASTRO NETO & CASTRO LTDA** vencedora dos seguintes itens com os respectivos valores: 8- R$ 55,00; 36- R$ 576,00; 74- R$ 7,00; 76- R$ 4,00; 80- R$ 70,00; 81- R$ 50,00; 82- R$ 345,00; 83- R$ 390,00; 86- R$ 280,00; 87- R$ 110,00; 92- R$ 179,40; 93- R$ 459,00; 94- R$ 144,00; 99- R$ 890,00; 100- R$ 1050,00; 102- R$ 1.950,00; 103- R$ 875,00; 104- R$ 496,00; 105- R$ 416,00; 111- R$ 120,00; 116- R$ 348,00; 120- R$ 28,80; 122- R$ 64,00; 123- R$ 112,80; 138- R$ 90,00; 139- R$ 126,00; PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE **R$ 9.236,00** (Nove mil, duzentos e trinta e seis reais). **J. C. FONSECA & FONSECA LTDA** vencedora dos seguintes itens com os respectivos valores: 141- R$ 1.938,00; 142-R$ 4.680,00; 143- R$ 432,00; 144- R$ 115,00; 145- R$ 680,00; 146- R$ 306,00; 147- R$ 516,00; 148- R$ 966,00; 149- R$ 144,00; 150- R$ 1.792,00; 151- R$ 47,50; 152- R$ 1.472,00; 153- R$ 150,00; 154- R$ 60,00; 155- R$ 120,00; 156- R$ 92,00; 157- R$ 25,00; 158- R$ 45,00; 159- R$ 280,00; 160- R$ 140,00; 161- R$ 144,00; 162- R$ 160,00; 163- R$ 45,00; 164- R$ 25,00; 165- R$ 285,00; 166- R$ 65,00; 167- R$ 372,00; 168- R$ 120,00; 169- R$ 366,00; 170- R$ 2.466,00; 171- R$ 27,00; 172- R$ 972,00; 173- R$ 190,00; 174- R$ 200,00; 175- R$ 160,00; 176- R$ 240,00; 177- R$ 600,00; 178- R$ 1.530,00; 179- R$ 54,00; PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE **R$ 22. 021,50** (Vinte e dois mil, vinte e um reais e cinqüenta centavos). **H DALLA COSTA & CIA LTDA** vencedora dos seguintes itens com os respectivos valores: 72- R$ 260,00; 73- R$ 30,30; 75- R$ 1,60; 77- R$ 3.160,00; 78- R$ 1.650,00; 79- R$ 200,00; 84- R$ 180,00; 85- R$ 160,00; 88- R$ 100,00; 89-R$ 50,00; 90- R$ 50,00; 91- R$ 24,00; 95- R$ 180,00; 97- R$ 2.550,00; 98- R$ 850,00; 96- R$ 1.000,00; 101- R$ 1140,00; 106- R$ 176,00; 107- R$ 90,00; 108- R$ 59,34; 109- R$ 30,00; 110- R$ 9,00; 112- R$ 96,00; 113- R$ 30,00; 114- R$ 16,00; 115- R$ 540,00; 117- R$ 20,00; 118- R$ 24,00; 119- R$ 25,00; 121- R$ 35,00; 124- R$ 120,00; 125- R$ 200,00; 126- R$ 140,00; 127- R$ 23,50; 129- R$ 16,00; 130- R$ 14,00; 131- R$ 10,60; 132- R$ 50,00; 133- R$ 2,80; 134- R$ 3,60; 135- R$ 11,20; 136- R$ 22,00; 128- R$ 3,50; 137- R$ 9,40; 140- R$ 30,00; PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE **R$ 13.392,84** (Treze mil, trezentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos). São José dos Quatro Marcos-MT 05 de Julho de 2010.

Antonio Tadeu Mello
- Pregoeiro

RESOLUÇÃO N° 007/2010 DE 01 DE JULHO DE 2010

"Dispõe sobre exoneração de profissional do Cargo de Secretário Executivo do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Alto do Rio Paraguai, e da outras providências."

O Sr. FARID TENÓRIO SANTOS Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, no uso de suas atribuições, e em cumprimento ao que determina o Estatuto, o Regimento Interno e a Resolução nº 001/2009.

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, o Sr. **ARNALDO LUIZ PEREIRA**, brasileiro, casado, devidamente inscrito no CPF/MF sob n°. 288.148.866-87, portador da Cédula de Identidade RG n°. 205.345 SSP/MG, residente e domiciliado junto a Av. Cuiabá, n°. 90, Centro, Barra do Bugres/MT, do cargo de provimento, em comissão, de Diretor de Executivo do Consórcio de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, com atribuições de gerenciamento da Secretaria Executiva do CIDES ARP.

Art. 4° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogadas as disposições em contrário.

CIDES do Alto do Rio Paraguai, em Arenápolis-MT, 01 de Julho de 2010.

FARID TENÓRIO SANTOS
Presidente

RESOLUÇÃO N° 008/2010 DE 01 DE JULHO DE 2010

"Dispõe sobre nomeação de profissional devidamente capacitado para o Cargo de Secretário Executivo do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, e da outras providências."

O Sr. FARID TENÓRIO SANTOS Presidente do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, no uso de suas atribuições, e em cumprimento ao que determina o Estatuto, o Regimento Interno e a Resolução nº 001/2009.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o Sr. **CARLOS LUIZ FERNANDES MEDEIROS**, brasileiro, divorciado, devidamente, inscrito no CPF/MF sob n°. 202.159.161-15, portador da Cédula de Identidade RG n°. 017.9336-5 SSP/MT, residente e domiciliado a Av. Dom Pedro I, n°. 128, Vila Nova, Arenápolis/MT, para ocupar o cargo de **SECRETARIO EXECUTIVO** do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, a partir desta data.

Art. 2° - São competências do cargo, Fornecer ao Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal todas as informações que lhe sejam solicitadas; Organizar e gerenciar os trabalhos do Grupo de Apoio Administrativos; Responsabilizar pelo funcionamento técnico e administrativo do Consórcio, operacionalizando e assinando os contratos de locação de imóvel; Propor ao Conselho Deliberativo a requisição de funcionários de empresas públicas e privadas para servirem ao Consórcio; Promover e supervisionar a contratação de serviços de terceiros; Propor e implementar convênios e demais formas de relacionamento com órgãos públicos, empresas privadas e Ong's, nacionais e internacionais; Elaborar semestralmente o relatório de atividades a ser apresentado ao Conselho Deliberativo; Promover ações necessárias à capacitação de recursos para o Consórcio; Autorizar compras dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o planejamento aprovado pelo mesmo; Movimentar em conjunto com o Presidente do Conselho Deliberativo, as contas bancárias e os recursos do Consórcio; Elaborar a prestação de contas relativas às aplicações dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para serem apresentadas pelo Conselho Deliberativo ao órgão concessor, após aprovação pelo Conselho Fiscal; Autenticar livros de Ata e de registro do Consórcio; Publicar, anualmente, em jornal o balanço financeiro do Consórcio apreciado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho Deliberativo em Assembléia geral; Referendar o planejamento estratégico preparado pela coordenação de planejamento da Secretaria Executiva; compete ainda ao Secretário Executivo, Elaborar o Plano de Ação do Consórcio; Elaborar projetos específicos, de acordo com a necessidade do consórcio; Propor ações específicas para o desenvolvimento nos diversos municípios consorciados; Aglutinar, em torno do Consórcio, os programas ambientais desenvolvidos nos municípios por instituições consorciadas ou não objetivando um planejamento único; Propor, elaborar e/ou integrar no Consórcio, sempre que possível, demais projetos , programas e ações de interesse comum aos Consorciados.

Art.3° - O técnico hora nomeado poderá ser exonerado, quando acontecer a ocorrência de fato que justifique a medida, o que deverá ser feito após a apreciação por parte da Assembléia Geral, observado o princípio da ampla defesa;

Art. 4° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogadas as disposições em contrário.

CIDES do Alto do Rio Paraguai;
Arenápolis/MT, em 01 de Julho de 2010.

FARID TENÓRIO SANTOS
Presidente

Associação Mato-Grossense dos Municípios

TERMO DE CONVENIO Nº. 006/2010

DATA: 22/06/2010
OBJETO: Constitui objeto do presente convênio a cooperação técnica, operacional e de busca de meios que visam concretizar os ideais municipalistas, dentro das finalidades estatutárias de ambas as instituições, conforme demonstra o plano de trabalho parte integrante do presente termo de convênio.
CONCEDENTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONVENENTE: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Teles Pires – CDIVAT.
VALOR: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)
VIGÊNCIA: 22/06/2010 A 31/12/2010.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA
Presidente da AMM

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação
De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Gerência de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa
Editoração Eletrônica:Jotony de Meneses Moura
Atendimento:Silvio Luiz Gomes da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**